

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**OS ESTIGMATIZADOS:
DISTINÇÕES URBANAS ÀS MARGENS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS
(1941-1959)**

SANDRO DUTRA E SILVA

2008

**OS ESTIGMATIZADOS:
DISTINÇÕES URBANAS ÀS MARGENS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS
(1941-1959)**

SANDRO DUTRA E SILVA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanessa Maria Brasil.

Brasília
Outubro de 2008

SANDRO DUTRA E SILVA

OS ESTIGMATIZADOS: DISTINÇÕES URBANAS ÀS MARGENS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS (1941-1959)

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado por:

Prof^ª Dr^a Vanessa Maria Brasil - UnB

Prof^ª.Orientadora – Presidente da Banca

Membros da banca:

Prof. Dr. Estevão Chaves de Resende Martins – UnB

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – UFG

Prof^ª Dr^a Genilda D'arc Bernardes – UFG

Prof^ª Dr^a Ione de Fátima Oliveira – UnB

Suplente - Prof^ª Dr^a Albene Miriam Ferreira Menezes - UnB

Brasília

2008

Ficha catalográfica

S586e Silva, Sandro Dutra e.
Os estigmatizados : distinções urbanas às margens do Rio das Almas em
Goiás (1941-1959) / Sandro Dutra e Silva. - 2008.
238 f. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

Orientação: Vanessa Maria Brasil.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de
História, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

1. Colônias agrícolas. 2. História social. 3. Distinção. 4. História de Goiás. 5.
Estigmatização. I. Brasil, Vanessa Maria (orient.) II. Título.

CDU 94(817.4)(043)

Aos meus queridos pais,
em reconhecimento ao
apoio e amor dedicado todos esses anos.
À memória dos pioneiros Jair Dinoah, Domingos Mendes e
Philemon Ribeiro, que partiram em 2007.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer, primeiramente, a Deus, pela sua maravilhosa graça dispensada. Também, agradeço a ajuda que recebi de muitas pessoas caras, pois sem esse incentivo, apoio, amizade e companheirismo recebido nesses anos de pesquisa, essa teria sido uma missão muito mais difícil.

Aos meus queridos professores de doutorado da Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás, Estevão, Noé, Dulce, Élio, Ana Teresa e Marlon, pela maneira competente que dedicaram a suas disciplinas. Agradecimento especial a professora Vanessa, minha orientadora, pela paciência e apoio.

À Associação Educativa Evangélica, aos membros do Conselho, Assembléia da Mantenedora, e ao Reitor Dr. Carlos Mendes, pelo apoio e confiança. Aos meus colegas professores do Centro Universitário de Anápolis, que de forma muito carinhosa me ajudaram no desenvolvimento desse trabalho, em especial aos meus colegas, Helena Melazzo, Odiones, Aélia, Itami, Genilda, Sandra, Áurea, Ary e Rosana pelas observações pertinentes. Aos meus colegas do UniAtender, Valter, Olímpio, Roberto, Jorleide, Fátima, Eliane, Juliana e Hugo, que me apoiaram nesse período de conclusão da pesquisa. Aos colegas da CPA-UniEvangélica, na pessoa da querida Ana Lucy, por compreender minha ausência no período de conclusão deste trabalho. Ao Departamento de Marketing da UniEvangélica, na pessoa de sua coordenadora Cláudia, e aos operadores Luiz e Ricardo, que foram fundamentais na edição das imagens fotográficas e na confecção da capa.

Aos meus alunos e orientandos do Programa de Bolsa de Iniciação Científica, Jefferson, Lorena, Eduardo, Cássio, Luis Fernando, Luciana, Lenise, Camila, Samuel e Amanda, que ajudaram na coleta de dados e na transcrição dos depoimentos. Aos alunos do Curso de Direito, campus de Ceres, Hérica, Daniel, Emival, Franklin, Helber e Maurício, pelo auxílio na coleta de dados em Rialma. Às alunas Izabela e Ludhiana,

pelo auxílio na pesquisa documental realizada no Cartório de Registro Civil na cidade de Jaraguá.

Aos meus queridos amigos, Antonio Bandeira e Denise, pela amizade e apoio intelectual. Ao amigo Jairo, diretor do Museu Histórico de Anápolis, que não mediu esforços em disponibilizar documentação pertinente. Ao colega João Marcelo, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, pela cordialidade na disponibilização de fontes documentais do período.

Ao Dr. J. Leal, Juiz de Direito da Comarca de Rialma, que permitiu a pesquisa nos arquivos do Cartório do Crime daquela comarca.

Aos meus queridos professores do mestrado de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Genilda, Rabelo, Dalva, Cristina, Fausto, Nei Clara e Pedro, sempre trago vocês em minhas lembranças.

À minha família querida e aos amigos de todas as horas: força nos momentos de dificuldades, alegria nos períodos angustiantes e segurança nos momentos de dúvidas.

RESUMO

OS ESTIGMATIZADOS: DISTRINÇÕES URBANAS ÀS MARGENS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS (1941-1959)

Sandro Dutra e Silva

Orientadora: Vanessa Maria Brasil

Este estudo procura analisar o processo de ocupação urbana ocorrido às margens do Rio das Almas, na região Centro-Norte do Estado de Goiás, nas décadas de 1940 e 1950 e que resultou na formação das cidades de Ceres e Rialma. Busca investigar as representações distintas do espaço social, na demarcação de fronteiras simbólicas entre as duas localidades que se instalaram às margens do rio, identificado não apenas como uma referência geográfica, mas como um demarcador de distinção cultural e social. A pesquisa buscou fundamentar-se nas concepções teóricas acerca da distinção, lutas simbólicas, cultura pela diferença, e nas estratégias sociais de estigmatização, analisando as fontes históricas que constituíram os discursos sociais de ocupação, as experiências urbanas vividas por essas localidades que determinaram práticas e hábitos sociais distintos. Os recursos metodológicos utilizados buscaram privilegiar os referenciais simbólicos da formação dessas localidades e o senso de distinção estabelecido entre elas. Para tanto, o uso da história oral e de outros relatos memorialista foi relevante. Também, na pesquisa documental procuramos identificar esses mesmos referenciais nas fontes históricas, seja em discursos políticos, textos literários, processos judiciais, artigos de jornais, dentre outras. A comunidade instalada na Colônia vivenciou uma ocupação de tipo planejada, orientada por discursos e ideologias que reforçavam a imagem de “pioneiro bandeirante”. Além dos referenciais da Marcha para Oeste, a comunidade da Colônia experimentou processos estruturais na formação do espaço social, orientado pela coercitividade e racionalidade da ocupação, distribuição e trânsito no lugar. O sentido dessa experiência marcou a forma de perceber a si mesma e outro, ao identificar na vizinha Barranca os traços do estigma social. Ao mesmo tempo em que reforçava o senso de pertencimento social negava as experiências da Barranca, demarcando as fronteiras geográficas e culturais estabelecidas entre elas. A Barranca, por sua vez, experimentou uma formação social marcada pelo improvisado, pelo provisório e pela espontaneidade, característico das formações urbanas brasileiras. Os processos de ocupação territorial ocorridos nas Matas de São Patrício, às margens do Rio das Almas em Goiás, além de promover a urbanização dessa região, evidenciou processos distintos na construção social e simbólica das cidades de Ceres (Colônia) e Rialma (Barranca).

Palavras-chave: Colônias Agrícolas, História Social, Distinção, História de Goiás, Estigmatização.

ABSTRACT

OS ESTIGMATIZADOS: DISTINÇÕES URBANAS ÀS MARGENS DO RIO DAS ALMAS EM GOIÁS (1941-1959)

Sandro Dutra e Silva

Orientadora: Vanessa Maria Brasil

This study is an analysis of the process of urban occupation which took place on the banks of Das Almas River, in the Central-Northern region of the state of Goiás during the decades of 1940 and 1950. As a result of this process the towns of Ceres and Rialma were founded. The study investigates the different representations of the social space in the setting of the symbolic borders between those two towns by the banks of the river, identified not only as a geographic reference, but also as a sign of cultural and social distinction. The research was based on the theoretical concepts about the distinction, symbolic fights, culture through difference, and on the social strategies of stigmatization. It analyzed historical sources that constituted the social discourses of occupation, as well as the urban experiences of those locations which led to different social practices and habits. The methodological procedures emphasized the symbolic references of formation of those towns and the sense of distinction between them. In order to do so the use of oral history and other memory reports were relevant. In this research we also tried to identify those references in the historical sources, political discourses, literary texts, judicial processes, newspaper articles, among others. The community settled at Colônia experienced a planned occupation, oriented by ideological discourses which reinforced the image of the “Bandeirante pioneer”. Besides the references of the Rush to the West, the community of Colônia experienced structural processes in the construction of the social space, oriented by the coercion and rationality of the occupation, distribution and traffic in that place. The sense of such experience marked the way to perceive itself and the other, identifying traces of social stigma in the neighbor town of Barranca. At the same time, it reinforced the sense of social belonging and denied the experiences of Barranca, setting the cultural and geographical borders between them. Barranca, in its turn, experienced a social formation marked by improvisation, temporariness and spontaneity, all characteristics of Brazilian urban formations. Besides promoting the urbanization of the region, the processes of territorial occupation which occurred in the São Patrício Goals, on the banks of Das Almas River, in Goiás, showed different processes in the social and symbolic construction of the towns of Ceres (Colônia) and Rialma (Barranca).

Key words: Agricultural Colonies, Social History, Distinction, History of Goiás, Stigmatization.

RÉSUMÉ

LES STIGMATISATION: DISTINCTIVES URBAINES AU BORD DU FLEVE RIO DAS ALMAS À GOIÁS (1941-1959)

Sandro Dutra e Silva

Orientadora: Vanessa Maria Brasil

Cet étude cherche analyser le procès d'occupation urbaine qui s'est développé au long du (fleuve) Rio das Almas, dans la région Centre-Nord de l'État de Goiás, dans les décennies de 1940 et 1950 qui a résulté dans la formation des villes de Ceres et Rialma. Cherche aussi des recherches différentes de l'espace social, dans la démarcation de frontière symboliques entre les deux localités qui se sont installées au bord du fleuve, identifié non seulement comme une référence géographique, mais avec une démarcation de distinction culturelle et sociale. La recherche a voulu se fonder dans les conceptions théoriques à propos de la distance, luttes symboliques, culture pour la différence, et dans les stratégies sociales de stigmatisation en analysant les sources historiques qui ont constitué les discours sociaux d'occupation, les expériences urbaines vécues pour ces localités qui ont déterminé des pratiques et d'habitudes sociales différentes. Les ressources méthodologiques utilisées ont privilégié les références symboliques de la formation de ces localités et le sens de distinction établie entre elles. Pour cela, l'utilisation de l'histoire orale et d'autres rapports mémoriels ont été pertinentes. Aussi dans les ressources des documents nous avons cherché à identifier les mêmes références dans les ressources historiques, soit en discours politiques, des textes de littérature, procès judiciaires, des articles de journaux, d'autres. La communauté installée dans la Colonie a vécu une occupation de type projeté, orientée pour des discours et idéologies qui renforçaient l'image de « pionnier bandeirante ». En plus de référer de la Marche pour l'Ouest, la communauté de la Colonie a essayé des processus structurels dans la formation de l'espace social, orienté pour la cohérence et rationalité de l'occupation, distribution et trafic à la place. Le sens de cette expérience a marqué la forme de comprendre elle-même et d'autre, à identifier dans le voisinage Barranca les traits de stigme social. Au même temps que renforçait le sens d'appartenance sociale n'ait les expériences de Barranca en démarquant les frontières géographiques et culturelles établies entre elles. Barranca à sa fois, a essayé une formation sociale marquée pour l'imprévu, pour le provisoire et pour la spontanéité, caractéristique des formations urbaines brésiliennes. Les procès d'occupation de la terre qui se sont passés dans les Matas de São Patricio, au bord du (fleuve) Rio das Almas à Goiás, en plus de promouvoir l'urbanisation de cette région, a évidencié des processus différents dans la construction sociale et symbolique des villes de Ceres (Colonie) et Rialma (Barranca).

Mots Clés : Colonnes Agricoles, Histoire Sociale, Distinction, Histoire de Goiás, Stigmatisation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DA CAPITANIA DE GOIÁS (1809).....	71
FIGURA 2 - MAPA DA MICRORREGIÃO DO MATO GROSSO GOIANO	72
FIGURA 3 - A LOCALIZAÇÃO DA CANG NO MATO GROSSO DE GOIÁS	73
FIGURA 4 - MAPA DA REGIÃO DAS MATAS DE SÃO PATRÍCIO - JOAN LOWELL	74
FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICIPIOS DE CERES E RIALMA.....	75
FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DE SAYÃO NA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA	114
FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DE BERNARDO SAYÃO EM BRASÍLIA.....	115
FIGURA 8 - FOTOGRAFIA DE SAYÃO E JUSCELINO EM BRASÍLIA.....	116
FIGURA 9 - FOTOGRAFIA DE SAYÃO E JK NO AEROPORTO DE BRASILIA	116
FIGURA 10 - FOTOGRAFIA DE SAYÃO NA RODOVIA BELÉM-BRASÍLIA	117
FIGURA 11 - FOTOGRAFIA DE SAYÃO E ISRAEL PINHEIRO EM BRASÍLIA	117
FIGURA 12 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	118
FIGURA 13 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	118
FIGURA 14 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	119
FIGURA 15 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	119
FIGURA 16 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	120
FIGURA 17 - FOTOGRAFIA DO ENTERRO DE SAYÃO EM BRASÍLIA	120
FIGURA 18 - MAPA DA MALHA URBANA DE CERES	162
FIGURA 19 - MAPA DAS MALHAS URBANAS DE CERES E RIALMA	163
FIGURA 20 - FOTOGRAFIA DA IGREJA PRESBITERIANA EM CERES	164

FIGURA 21 - FOTOGRAFIA DA ESCOLA RURAL NA CANG.....	165
FIGURA 22 - FOTOGRAFIA DA ESCOLA RURAL NA CANG.....	165
FIGURA 23 - FOTOGRAFIA DA ESCOLA BANDEIRANTE EM CERES.....	166
FIGURA 24 - FOTOGRAFIA DO COLÉGIO ÁLVARO DE MELO EM CERES.....	166
FIGURA 25 - FOTOGRAFIA DE ESCOLA RURAL NA CANG.....	167
FIGURA 26 - FOTOGRAFIA DO COLÉGIO IMACULADA EM CERES.....	167
FIGURA 27 - FOTOGRAFIA DE ENFERMEIRA NO HOSPITAL DA COLÔNIA.....	168
FIGURA 28 - FOTOGRAFIA DE MÉDICO JAIR DINOAH NA CANG.....	169
FIGURA 29 - FOTOGRAFIA DO DR. JAIR E BERNARDO SAYÃO.....	169
FIGURA 30 - FOTOGRAFIA DE ENFERMEIRAS DO HOSPITAL DA COLÔNIA.....	170
FIGURA 31 - FOTOGRAFIA DO HOSPITAL DA COLÔNIA.....	170
FIGURA 32 - FOTOGRAFIA DE CERÂMICA NA CANG.....	171
FIGURA 33 - FOTOGRAFIA DE USINA DE AÇUCAR NA CANG.....	171
FIGURA 34 - FOTOGRAFIA DE ÁREA COMERCIAL DA CANG.....	172
FIGURA 35 - FOTOGRAFIA DE ÁREA COMERCIAL DA CANG.....	172
FIGURA 36 - MAPA DA MALHA URBANA DE RIALMA.....	209
FIGURA 37 - FOTOGRAFIA DA PRIMEIRA MISSA EM CASTRINÓPOLIS.....	210
FIGURA 38 - FOTOGRAFIA DA CAPELA DE CASTRINÓPOLIS.....	210
FIGURA 39 - FOTOGRAFIA DA PONTE DE TAMBOR SOBRE O RIO DAS ALMAS.....	211
FIGURA 40 - FOTOGRAFIA DE VISTA URBANA DE RIALMA.....	211
FIGURA 41 - FOTOGRAFIA DA PONTE DE TAMBOR SOBRE O RIO DAS ALMAS.....	212
FIGURA 42 - FOTOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DA PONTE PÊNSIL.....	212
FIGURA 43 - FOTOGRAFIA DE VISTA URBANA DE RIALMA.....	213
FIGURA 44 - FOTOGRAFIA DO CINE TEATRO BRASIL EM RIALMA.....	213

FIGURA 45 - FOTOGRAFIA DA AVENIDA FEDERAL EM RIALMA	214
FIGURA 46 - FOTOGRAFIA DA AVENIDA FEDERAL EM RIALMA	214
FIGURA 47 - FOTOGRAFIA DO TIME VASCO DA GAMA DE RIALMA.....	215
FIGURA 48 - FOTOGRAFIA DO CONJUNTO MUSICAL DE RIALMA	215
FIGURA 49 - FOTOGRAFIA DE AVENIDA FEDERAL EM RIALMA	216
FIGURA 50 - FOTOGRAFIA DA RUA 11 EM RIALMA	216
FIGURA 51 - FOTOGRAFIA DO ELITE BAR EM RIALMA	217
FIGURA 52 - FOTOGRAFIA DE BAILE NO ELITE CLUBE RIALMENSE.....	217
FIGURA 53 - FOTOGRAFIA DO GRUPO DE TEATRO DE RIALMA	218
FIGURA 54 - FOTOGRAFIA DO GRUPO DE TEATRO DE RIALMA	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARPDF - ARQUIVO PÚBLICO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CANG - COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS

CNG - CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

CPA - COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

DIP - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA

DOP - DEPARTAMENTO OFICIAL DE PROPAGANDA

DPDC - DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

**FUNADESP - FUNDAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR**

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IAA - INSTITUTO DO AÇÚCAR E ALCOOL

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

MESP - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

**SPVEA - SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA
AMAZÔNIA**

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIEVANGELICA - CCNTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS

UNIATENDER - NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - UNIEVANGÉLICA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
I- NO OESTE A TERRA E O CÉU: AS POLÍTICAS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO GOVERNO VARGAS	34
1.1 - O ESTADO NOVO E AS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO	39
1.2 - O ESTADO NACIONAL E AS COLÔNIAS AGRÍCOLAS	45
1.3 - GOIÁS E AS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO	52
1.4 - A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS	56
1.5 - ESTUDOS REALIZADOS SOBRE A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS.....	66
II -O PIONEIRO E O BANDEIRANTE: OS REFERENCIAIS SIMBÓLICOS DA MARCHA PARA OESTE E O ESTIGMA DA BARRANCA.....	76
2.1 - OS MITOS E A MITIFICAÇÃO DO BANDEIRANTE.....	81
2.2 - O ETHOS PAULISTA E O ESPÍRITO DO BANDEIRISMO: OS TIPOS SOCIAIS DO BANDEIRANTE.....	83
2.3 - A FABRICAÇÃO DO BANDEIRANTE.....	90
2.4 - BERNARDO SAYÃO: A FABRICAÇÃO DO HERÓI BANDEIRANTE.....	96
2.5 - OS REFERENCIAIS DA MARCHA E O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO	109
III - AS NORMAS DA CIDADE NA CIDADE DAS NORMAS: A EXPERIÊNCIA URBANA DA COLÔNIA	121
3.1 - A CIDADE SONHADA: AS REPRESENTAÇÕES URBANAS DA COLÔNIA.....	126
3.2 - OS ELEITOS DA COLÔNIA.....	132
3.3 - AS COERÇÕES SOCIAIS E AS NORMAS DE CONDUTA DA COLÔNIA	136
3.4 - AS RACIONALIDADES ESTRUTURAIS DA COLÔNIA	150

IV - A CIDADE ESTIGMATIZADA: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DA BARRANCA	173
4.1 - A BARRANCA NA VISÃO DE SEUS PIONEIROS.....	179
4.2 - OS "LUGARES MALDITOS" DA BARRANCA E A NOVA ESTIGMATIZAÇÃO.....	189
4.3 - AS ESTRATÉGIAS DE DISTINÇÃO DA PARTE ALTA DA BARRANCA: RESISTÊNCIA ÀS ESTRATÉGIAS DE ESTIGMATIZAÇÃO.....	205
V - CONCLUSÃO.....	220
VI - FONTES	225
6.1 - ARQUIVOS PÚBLICOS.....	225
6.2 - BIBLIOTECAS.....	230
6.3 - PERIÓDICOS.....	232
6.4 - INTERNET	233
6.5 - ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS	234
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	235
ANEXOS	239

INTRODUÇÃO

A proposta de estudar a sociodinâmica da estigmatização da Barranca pelos moradores da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - Cang originou-se a partir da pesquisa realizada no Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás, concluída em 2002, denominada “No Oeste a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás” (SILVA, 2002). Nesse trabalho procuramos investigar o povoamento da região, na perspectiva da ocupação social do espaço, refletindo a respeito da distinção dessa abordagem em relação aos modelos propostos pela expansão das fronteiras. Para tanto, buscamos investigar os elementos configuradores dessa ocupação social, destacando as representações culturais que caracterizavam os grupos formadores do poder simbólico, os discursos, os diferentes campos distribuídos no espaço social, os *habitus* incorporados nesse processo de ocupação e as lutas simbólicas geradoras da identidade regional (BOURDIEU, 1997; 1998; 2003).

A intenção principal era analisar esses fenômenos na Cang, por representar uma forma distinta de ocupação social, uma vez que se diferenciava dos processos de expansão de fronteira observados pela tradição brasileira. Essa colonização não representava a regularidade, mas enquadrava-se nos modelos excepcionais de formação regional, visto que sua efetiva ocupação fundamentava-se num projeto nacional de doação de lotes rurais, orientados, ainda, pela planificação e racionalização urbana desse povoamento, adotando uma política de instalação de cidades nas regiões escolhidas para sediar essas colônias. Durante a pesquisa, percebemos que um novo fato social se apresentava, pois, concomitante à ocupação

oficial ocorria outra ocupação que se constituía na margem oposta do Rio das Almas¹, onde outro grupo social instalava-se, formando uma nova localidade, iniciando outro povoamento, conhecido na época como “Barranca do Rialma”.

Na pesquisa desenvolvida no mestrado em Sociologia, procuramos responder as questões inerentes ao passado histórico da Cang, investigando novos problemas que, de certa maneira, diferenciavam-se das investigações e pesquisas realizadas anteriormente sobre esse objeto. Essa pesquisa foi direcionada para a análise do espaço social e das representações identitárias do lugar, evidenciando o caráter simbólico da constituição da Cang. Os recortes e delimitações investigativas buscavam apontar a construção simbólica da Colônia Agrícola em Goiás, procurando, na contraposição ao conceito de ocupação de “fronteira”, privilegiar o estudo do espaço social, por meio dos grupos sociais que ocupavam esse território, bem como as lutas simbólicas travadas no interior desse espaço para a imposição da legítima identidade do lugar. A opção pelo simbólico e pelas lutas de imposição da visão de mundo específica na Colônia permitiu a compreensão desse espaço social a partir dos grupos sociais que efetivamente participaram da construção identitária daquela sociedade e dos *habitus* sociais que se impuseram no lugar. Nessa investigação pudemos perceber que, um dado fundamental aparecia na constituição da identidade e na demarcação dos elementos simbólicos da Colônia, que era a percepção que aquela sociedade tinha da comunidade vizinha da Barranca, sempre descrita de forma pejorativa. Essa percepção nos motivou a investigar, na atual pesquisa de doutoramento, a relação estabelecida entre essas comunidades e os fatores que impunham essa rejeição e os estigmas sociais lançados. Numa observação geral percebemos que, os trabalhos que analisavam a Cang, traziam enfoques distintos a esse objeto, sendo que, nenhum deles evidenciava a preocupação em compreender essa região a partir da relação estabelecida entre as comunidades ribeirinhas do Rio das Almas. Além disso, nenhum outro trabalho feito sobre a colônia goiana mencionava as estratégias de distinção e estigma social presentes nessa relação. Essa percepção reforçou a intenção de continuar estudando esse tema, inserindo no debate a localidade da Barranca e a relação de conflito simbólico que se apresentava. Nossa hipótese era que a Barranca exercia um papel importante na demarcação dos limites simbólicos da Colônia, e essa observação era evidenciada, principalmente, nos depoimentos de alguns pioneiros entrevistados que, em suas narrativas memorialistas reforçavam as diferenças entre essas comunidades, como forma de demarcar e ressaltar comportamentos e

¹ O Rio das Almas, que separa as cidades de Ceres e Rialma nasce na Serra dos Pirineus, no município de Pirenópolis, e próximo a Uruaçu, no Norte do Estado, junta-se às águas do Rio Maranhão, formando assim o Rio Tocantins, que vai desaguar no Oceano Atlântico, na foz de Marajó, junto com o Rio Amazonas (Ver Figura 1).

práticas sociais. Os relatos memorialistas fundamentavam-se na negação da Barranca como espaço da diferença e, ao mesmo tempo, reafirmavam os hábitos e as práticas sociais da Colônia, reforçando o sentido de pertencimento na negação do diferente. Portanto, a Barranca representava o *outsider*, não apenas por não estar situada no território da Colônia, mas também por não compartilhar práticas sociais e estilo de vida que pertenciam ao roteiro axiológico daquela comunidade.

Nesse sentido é que nos propomos a investigar a sociodinâmica da estigmatização, e as implicações das estratégias de distinção na representação urbana dos lugares envolvidos, por meio das sensibilidades perceptíveis nas fontes e nos relatos dos antigos moradores. A proposta foi investigar o sentido histórico desse passado conflitante, por meio da História Social, identificando, no campo das representações e do imaginário social, as possibilidades de apreender os elementos constitutivos do estigma, presentes nas lembranças e nas sensações que os moradores apresentavam sobre essas cidades. Nesse sentido, algumas questões aparecem como orientadoras da investigação, a saber: Como o estigma da Barranca habitava o universo de lembranças da Colônia, e quais as relações de poder que esse fenômeno procurava estabelecer? Como as estratégias de estigmatização foram percebidas e assimiladas pelos moradores da Barranca? Quais foram os elementos simbólicos que identificavam os vínculos e os conflitos, permeados de sensações e lembranças desses espaços sociais, geograficamente, próximos, mas, culturalmente distintos e separados? Quais foram os indícios apresentados pelas fontes coletadas que permitiram qualificar a Colônia como cidade estigmatizadora? E, ao mesmo tempo, quais foram os indícios e as estratégias que classificavam os rialsenses como *outsiders*? Os discursos utilizados nessa estratégia de demarcação das diferenças eram apenas usos simbólicos da linguagem ou representavam a realidade da cidade estigmatizada? Quais foram as tentativas de contrapor esses estigmas e como essa percepção aflorava nas sensações e narrativas memorialistas?

Essa pesquisa fundamentou-se, portanto, na hipótese de que os moradores da Barranca simbolizavam o lugar de população *outsider*, dos excluídos, na visão estigmatizada da Colônia, cuja sociabilidade urbana era identificada como a reprodução do modelo social do improvisado, do provisório, da desorganização, da festividade e espaço social anômico. Os moradores da Colônia construíram um discurso da auto-afirmação, reconhecendo-se como a sociedade estabelecida e organizada, geração pioneira e herdeira da Marcha para Oeste, cujas relações sociais eram orientadas no sentido de valorizar os princípios da racionalidade e da moral do trabalho. Também, os elementos simbólicos formadores dos hábitos dessa

comunidade reforçavam-se na negação e rejeição das práticas sociais da Barranca. Portanto, os usos pejorativos da linguagem e dos discursos apontavam estratégias simbólicas para demarcar as distinções. A Barranca, por sua vez, recebia esses conteúdos pejorativos, naturalizando e amenizando esses estigmas, na percepção de que sua experiência urbana representava a forma tradicional da cultura goiana e brasileira de se perceber urbana. Dessa forma, não negava nem se sentia inferior por ser o alvo dessas estratégias.

De acordo com Chartier (2001), a crise de inteligibilidade histórica e das suas conseqüências, possibilitou a emergência da interdisciplinaridade nas discussões historiográficas. Uma primeira observação desse cenário foi a retirada da historiografia da confortável posição de lócus dos debates em ciências sociais que, conseqüentemente, gerou a fragmentação e a multiplicidade dos objetos de investigação, dos métodos e das temáticas históricas. A interdisciplinaridade foi assumida como um novo elemento capaz de dar sentido às novas investigações historiográficas, agora sensíveis aos novos enfoques que procuravam recuperar o papel dos indivíduos nas redes de relações sociais, promovendo uma interação com a sociologia e antropologia. Para Chartier (2001), a partir dessa compreensão, deslocamentos fundamentais surgiram, em que o sentido da exclusividade cedeu lugar à discussão das pluralidades. Essa nova perspectiva inspirava-se nos modelos interacionistas e etnometodológicos, buscando reconstruir a “maneira pelo qual os indivíduos produzem o mundo social, por suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os unem ou os conflitos que os opõem” (CHARTIER, 2001, p. 119).

O objetivo da história, nesta perspectiva, não era mais a identificação de estruturas, mecanismos e/ou hierarquias que se situavam fora do universo subjetivo, mas as racionalidades e as estratégias que mobilizam as comunidades e os indivíduos. O resultado dessa nova percepção histórica e o sentido das investigações historiográficas a transformaram, ao mesmo tempo, em abordagem social e cultural, deslocando o foco das normas de controle macro-sociais para os seus usos imaginativos e ao universo das decisões práticas que traçavam de maneira “móvel, instável, as relações sociais ou as diferenças culturais” (CHARTIER, 2001, p. 120), ao mesmo tempo em que descortinavam os espaços abertos às estratégias individuais. Foi um deslocamento significativo, que permitiu aos estudos e às pesquisas em história (social e cultural), a ampliação de seus objetos para as “manifestações estéticas de um período ou contexto, numa constante alteração de fronteiras que só pode beneficiar a produção do saber” (ELEUTÉRIO, 1981, p. 227). Nessa perspectiva, procuramos nos orientar por esse cenário de possibilidades metodológicas (pluralidades investigativas),

entendendo que, uma análise, meramente estrutural do processo de ocupação de fronteiras, que deu origem a duas comunidades, situadas uma de frente a outra, numa mesma temporalidade, poderia não responder às questões que envolviam as distinções e a carga de sensibilidades que reforçava essas diferenças.

Esses esclarecimentos epistemológicos colocam-se como introdução e base da reflexão que nos propomos nessa pesquisa, no sentido de identificar o lugar em que o passado de estigma ocupava, tanto para o grupo estabelecido quanto para o grupo *outsider*. E ainda, pela possibilidade de identificar os reflexos das experiências práticas, expressas nas soluções, historicamente, dadas para a configuração das distinções entre esses grupos sociais. Nesse sentido, o conceito de cultura histórica apresentado por Martins (2002) reforça a opção pela abordagem culturalista, ao estabelecer a relação desta com as diferentes identidades que se processam num determinado espaço social. O estudo de Martins (2002), que teve como foco o Estado em suas relações identitárias internas e externas, serviu como orientação na compreensão das diferenças coletivas, uma vez que, fundamenta-se na cultura histórica como possibilidade de percepção dos elementos de reconhecimento mútuo para preservação de identidade. Para o autor, o estudo acerca da construção de identidade orienta-se no reconhecimento e descrição das questões que indicam semelhanças e diferenças, promovendo, assim, uma articulação de sentidos em torno dessas mesmas questões. Apresenta, ainda, como processo de construção de identidade, quatro caminhos, a saber: identidade por assimilação, por contraste, por rejeição e por diferença. Interessa-nos, nesse estudo acerca da distinção baseada no estigma, a categoria da identidade por diferença, assim caracterizada por Martins (2005, p. 57):

A consciência da diferença, necessariamente decorrente da contemplação do outro, pode derivar para a assimilação, para o contraste, para a rejeição. No entanto, o fiel processo decisório é a consciência da diferença, ou das diferenças, se se preferir. Se há campos em que as diferenças alcançam um significado destacado, como a raça, a língua, a política, a religião ou a economia, a descrição de si e de sua comunidade contempla uma infinidade de pormenores, cuja importância relativa para a autoafirmação depende da escala de valores e de sua realização histórica concreta no tempo e no espaço correspondentes ao(s) sujeito(s).

No caso das comunidades ribeirinhas do Rio das Almas, a percepção da diferença e, portanto, a construção da identidade baseada nesse princípio, não se fundamentava nos

critérios de raça, língua, ou classe, por exemplo. Essas categorias analíticas não foram, nitidamente, perceptíveis a ponto de demarcar as distinções. A distinção estabelecia-se na Colônia, na rejeição aos hábitos da Barranca, demarcando, assim, os limites culturais e a diferenciação que os sujeitos buscavam demarcar em sua prática social – apesar dessas comunidades serem constituídas, a princípio, por um mesmo grupo social, cujas circunstâncias históricas separaram. Da mesma forma, a rejeição ao diferente, não se expressava na violência física entre seus moradores, apesar das brigas ocasionais que envolvia a juventude das duas cidades. O que acontecia era a necessidade de demarcar as diferenças, mesmo que o convívio social fosse, num certo sentido, até amigável. O conflito manifestava-se por meio da violência simbólica, que evidenciava as diferenças e a necessidade de distinção nas práticas e nos hábitos sociais que favoreceram a estigmatização de um grupo por outro.

A referência teórica, e em parte metodológica para a compreensão da “sociodinâmica da estigmatização”, baseia-se em estudo realizado por Norbert Elias (2000) na cidade inglesa de Winston Parva. Esse estudo apresentava as relações de poder e as tensões existentes entre o grupo social que havia se estabelecido na região há mais tempo e que, portanto, baseando-se nessa variável, lançava sobre os novos habitantes instalados na cidade por causa da Segunda Grande Guerra, referências do estigma social. O autor considera as dificuldades metodológicas na identificação e análise da dinâmica do estigma social, e para tanto, propõe um exame rigoroso do papel desempenhado pela imagem que cada pessoa faz da posição de seu grupo e de seu próprio *status* como membro pertencente a esse grupo. Assim, a análise da estigmatização fundamenta-se no que o autor considera como “método de figuração”, cujo procedimento propõe investigar os mecanismos constituintes da perspectiva específica que cada grupo estabelecia de si e do outro. A abordagem figuracional distingue a sociodinâmica da estigmatização da concepção de preconceito, na medida em que as estratégias utilizadas procuravam identificar no outro grupo os traços da diferença e inferioridade, não considerando os atributos da negação nos indivíduos, isoladamente, mas na visão generalizada e pejorativa do conjunto social. A estigmatização pode ser percebida na figuração formada pelos grupos implicados, a partir do contexto de interdependência, que caracterizavam as relações de poder e a natureza dessas relações (violência simbólica). Para o autor, um grupo só pode “estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer” (ELIAS, 2000, p. 23).

As relações de poder e as posições do grupo estabelecido constroem uma auto-representação de honra, ao mesmo tempo em que transfere ao grupo *outsider* o estigma da desonra. Essas proposições possibilitam a busca pela compreensão das relações de poder entre a Cang e a Barranca no processo de estigmatização. O aporte teórico construído por Elias foi extremamente relevante para esse estudo, mas, adaptações no método foram necessárias, como veremos na discussão metodológica. No estudo proposto por Elias, a distinção era marcada pela diferença em relação ao tempo de ocupação (uns se estabeleceram primeiro e constituíram suas práticas sociais, e o outro grupo que chegou depois, introduzindo na cidade novos comportamentos). As tensões em relação à temporalidade distinguiam os antigos moradores, estabelecidos em área tradicional da cidade, dos forasteiros imigrantes, que mudaram-se para Winston Parva em função da guerra, ocupando uma nova área do espaço urbano daquela localidade. Os hábitos sociais colocavam em conflito os “estabelecidos”, que por sua vez, condenavam os *outsiders*, lançando sobre esse grupo os estigmas. O grupo *outsider* era reconhecido pelos hábitos trazidos da vida urbana na periferia de Londres e que eram conflitantes ao estilo de vida da comunidade de Winston Parva, tipicamente provinciana. No caso das distinções urbanas ocorridas às margens do Rio das Almas, a temporalidade não foi o elemento da diferença, pois esses grupos foram contemporâneos no processo de povoamento da região. Mas, o estudo da distinção e do conseqüente estigma, numa visão fotográfica mais geral, deslocou-se na compreensão do espaço das relações de poder que se distinguiam nas experiências e nos modelos de ocupação adotados. Considerando, ainda, importante destacar que nesse processo de distinção e violência simbólica, o rio compunha uma fronteira geográfica que demarcava esses espaços e suas diferenças. A geografia, portanto, tornava mais visível as fronteiras territoriais, mas, também, explicitava as diferenças culturais, fortalecendo a percepção da classificação entre “estabelecidos e outsiders”.

Procuramos nos referenciar, ainda, nos conceitos de Bourdieu (1997; 1998; 2003; 2008) acerca da distinção como categoria simbólica. Não apenas as distinções de classe, estilo de vida e gostos, mas também as distinções sociais que demarcam grupos e territórios sociais. Para tanto, os seus estudos sobre o espaço social, região, distinção, poder e violência simbólica, foram importantes nesta pesquisa, na medida em que seus estudos redirecionam a investigação do regional, em que os fundamentos metodológicos outorgavam ultrapassar os limites da realidade objetiva, considerando as sensações, sensibilidades, representações e subjetividades, baseando-se na premissa de que “o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (BOURDIEU, 1998, p. 115).

Bourdieu (1998) procurou resgatar o papel da subjetividade em suas investigações sem negar a importância da objetividade do exercício científico, defendendo que as classificações práticas se subordinam a funções práticas, que por sua vez produzem efeitos sociais. O autor compreende que a classificação vai além de apenas incluir o real na representação, mas também compreender a luta das representações compostas por imagens e manifestações sociais distintas da manipulação e da construção de novas imagens. A identidade regional, assim, pode ser identificada como resultado de uma construção social, fundamentada em lutas simbólicas para a imposição de uma visão social distinta. As concepções teóricas de Bourdieu possibilitam a apropriação dos elementos simbólicos por meio das práticas sociais e da incorporação de hábitos pelos grupos sociais em questão, permitindo a classificação da distinção de um espaço em relação ao outro.

Esse trabalho teve como objetivo compreender a relação de conflito e lutas simbólicas entre duas comunidades que se constituíram em formações urbanas às margens do Rio das Almas em Goiás nas décadas de 1940 e 1950. As observações desse objeto levavam a questionar esses espaços, que apesar da proximidade geográfica e da orientação para os deslocamentos imigratórios, bem como seu efetivo povoamento, desenvolveram práticas e hábitos sociais distintos. Da mesma forma, essa distinção baseava-se na negação do outro, como estratégia de demarcação dos territórios e da identidade em formação nessa região. Outro fator identificado era que uma dessas comunidades assumia a posição estratégica de lançar sobre a outra os estigmas sociais, por meio do uso de discursos e linguagens. Portanto, nos interessava compreender as razões que permitiam a Colônia se posicionar como cidade estigmatizadora, identificando os indícios e as representações que possibilitavam o estabelecimento das estratégias utilizadas nesse conflito simbólico. Da mesma forma, nos interessava compreender o impacto dessas estratégias na localidade da Barranca, identificando as características dessa comunidade e as representações desse espaço social, utilizadas como sistemas simbólicos de desonra coletiva que a caracterizavam como *outsider*.

Para tanto, na tentativa de compreender esse objeto e responder às questões relativas à distinção baseada na estigmatização, era importante não apenas perceber as representações de uma comunidade em particular, mas investigá-las na sua complementariedade, em que o particular se constituía em razão do outro e das diferenças percebidas e evidenciadas nas relações de tensão e violência simbólica. Nesse sentido, nos orientamos por procedimentos metodológicos que pudessem qualificar essas diferenças e ao mesmo tempo elucidar as causas e as estratégias do conflito simbólico que, historicamente, demarcava as distinções. O recorte

temporal adotado orientou os procedimentos qualitativos em razão da documentação utilizada (legislações, discursos ideológicos e políticos, literatura, processos judiciais, histórias de vida, dentre outros). O ano de 1941 marcava o início das políticas de povoamento e imigração do Estado Nacional, bem como a escolha e a demarcação da área em questão. A partir desse período, além das regulamentações pertinentes, surgiam discursos e narrativas que procuravam justificar a política de colonização e imigração. Ao mesmo tempo, esse arcabouço ideológico ajudava a qualificar os colonos que se dispunham aos deslocamentos. O ano de 1959 foi marcado pela morte de Bernardo Sayão, fundador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, e os discursos relativos ao seu sepultamento foram utilizados para qualificar o sentido simbólico da ocupação assimilado pelos moradores da Cang. Também em 1959 a estrutura federal deixava a Colônia, que havia sido emancipada em 1953, sendo eleito o primeiro prefeito em 1955, e nos anos que se seguiram mantiveram um governo de transição, com estruturas municipais e federais. O período que marcou esse recorte temporal presenciou o florescimento de duas localidades urbanas na região das Matas de São Patrício em Goiás, cuja relação estabelecida entre elas demarcava processos e vivências distintas que caracterizaram os conflitos simbólicos pela distinção. Portanto, a demarcação dessa temporalidade ocorreu em função das fontes escolhidas para qualificar essas distinções, entendendo que o estudo poderia ser estendido até os dias atuais, mas preferimos identificar esses traços na temporalidade em questão, ou seja, “nos tempos da Colônia”, como os relatos orais assim apresentavam suas lembranças.

A pesquisa documental realizada buscava identificar as “evidências” históricas da distinção e a compreensão dos sistemas simbólicos utilizados na estigmatização. Para tanto foi fundamental o uso das legislações que regulamentavam a criação das colônias federais e as intenções políticas e ideológicas que orientavam essas normas. Outra documentação escolhida foi o uso da literatura como evidência histórica (BURKE, 2004), associando os recursos literários com os discursos ideológicos da Marcha para o Oeste como as representações do bandeirismo, reforçados na biografia e nos discursos fúnebres que qualificam Bernardo Sayão como “Bandeirante do Século XX”. De início pensamos em utilizar também as imagens fotográficas como evidência histórica desse passado, e nos propusemos, inclusive, em desenvolver um estudo iconográfico e/ou iconológico das fontes coletadas, mas descartamos esse procedimento por razões de competência metodológica. Mas a coleta de imagens foi importante no sentido de qualificar esteticamente este estudo, apesar de não ser utilizada a contento pelo potencial representativo que essa documentação tem para a história social. E

por fim, uma documentação que nos interessou muito, e que também representou uma grata surpresa e um prazer metodológico, foram os dados coletados em cartórios em Rialma e Jaraguá. Nossa intenção era buscar dados quantitativos que representassem o efetivo populacional que migrou para as margens do Rio das Almas e as evidências de criminalidade ocorridas na cidade de Rialma que a qualificavam, nos discursos e nas estratégias de estigmatizar pela desonra coletiva, como uma cidade violenta, desorganizada e dada à preguiça e aos prazeres. No Cartório Civil de Rialma encontramos os registros de óbitos realizados no distrito de Rialma e Castrinópolis a partir de 1949, período em que a comarca de Jaraguá abriu cartórios nessas localidades. Nesses registros não apareciam indícios de violência, pois os laudos médicos respondiam tecnicamente às *causae mortis*, sem mencionar os fatores externos e sociais que pudessem servir de indícios de violência. Nas pesquisas realizadas no Cartório do Crime em Rialma identificamos um quantitativo de registros que não condizia com os dados apresentados pelos depoimentos orais, tanto por parte dos moradores de Ceres quanto os de Rialma. Nos depoimentos dos antigos moradores, a zona de meretrício da Barranca era descrita como um lugar extremamente violento, com relatos de homicídios quase que diariamente. Porém, os registros do Cartório não apresentavam esse quantitativo. Fomos buscar novas evidências na Delegacia de Polícia de Rialma, e o delegado que nos atendeu informou que o índice de violência do período que nos interessava era, quantitativamente elevado, mas que, os boletins que registravam essas ocorrências haviam sido incinerados e a delegacia não arquivava laudos por tanto tempo. A opção foi, novamente, recorrer aos recursos da pesquisa qualitativa, procurando selecionar os processos arquivados no Cartório do Crime que permitissem a identificação das evidências históricas na interpretação dessas fontes.

Portanto, a nossa pesquisa se orientou, basicamente, pela análise qualitativa das fontes coletadas, fundamentando-nos nas orientações teórico-metodológicas da “análise figuracional” (ELIAS, 2000), nos métodos adaptados da “distinção” e nos relatos memorialistas dos antigos moradores da cidade. Como apresentado anteriormente, a base teórica que permitia o estudo da estigmatização encontrava fundamentação nos conceitos e métodos desenvolvidos por Elias (2000) acerca da sócio-dinâmica da estigmatização. Nesse estudo o autor apresentava que a metodologia que lhe permitiu identificar a dinâmica e as estratégias desenvolvidas pelos grupos em conflito fundamentava-se no método figuracional, que investigava os mecanismos constituintes da percepção que os dois grupos formavam entre si. Outro ponto que esse método esclarecia era que a estigmatização ocorria quando um

determinado grupo social era considerado diferente e inferior pelo estigmatizador e, quando as qualificações dos indivíduos não eram evidenciadas particularmente, mas apresentadas como referências coletivas. Esse método indicava, ainda, que a figuração era a forma como cada comunidade envolvida representava a si mesma e o outro, sendo que a estigmatização baseava-se na natureza de interdependência que envolvia esses grupos. Da mesma forma, as características da experiência urbana da Barranca eram complementares à Colônia, permitindo a instalação de atividades até então proibidas para a localidade federal. Mas essas estruturas não tinham o mesmo peso político para gerar um equilíbrio, ou estabilidade nas relações de poder. A Colônia oferecia as escolas, os hospitais, os serviços técnicos, as indústrias, o maquinário e outras fichas simbólicas utilizadas para a “barganha política” dessa relação de interdependência. Enquanto a Barranca apresentava seus bares, a zona boêmia, outros empreendimentos de lazer e diversão, bem como o seu comércio que trazia as novidades das regiões metropolitanas do país. Ou seja, era uma situação de complementariedade, mas que era baseada na instabilidade da relação de poder, permitindo o desenvolvimento de estratégias que garantiam a eficácia da estigmatização.

Os procedimentos que envolviam a busca pela compreensão desse objeto, acompanhando a lógica da figuração, direcionavam para a oralidade, no sentido de compreender os sistemas simbólicos recorrentes da memória coletiva, bem como outras fontes que qualificavam os indícios dos relatos orais. Para Thompson (1992) a evidência oral é geralmente utilizada com outras fontes, mas tem se tornado um método eficiente para a pesquisa historiográfica econômica, política ou social. Na pesquisa em história social que o autor indica a grande relevância desse procedimento metodológico, porque determinados dados não são encontrados em documentação escrita, sobretudo nas questões relativas a vivência cotidiana, como por exemplo, a forma como os grupos sociais se relacionavam, namoravam; como encontravam ou mudavam de emprego; dentre outras questões cujas respostas não seriam encontradas em fontes convencionais. Portanto, defende a utilização dessa metodologia nos estudos com as comunidades, permitindo “dar voz ao passado” das pessoas que normalmente estariam excluídas da historiografia convencional.

No estudo da figuração de interdependência procuramos qualificar as representações que garantiam a “relação instável de poder” entre os grupos em conflito. Nesse sentido baseamos nossa pesquisa na identificação dos traços de distinção qualificados nos referenciais simbólicos da literatura da Marcha para Oeste e na tipologia do pioneiro e do bandeirante

apresentados nessa fonte². Identificamos esses traços da distinção como parte do método figuracional nas normas que regiam o grupo estigmatizador, bem com as estruturas e instituições que o colocavam numa posição superior de poder que, conseqüentemente, favorecia as estratégias de estigma. Da mesma forma, buscamos nos depoimentos orais do grupo estigmatizado, as qualificações dessa mesma estratégia. O estudo da figuração na Barranca considerou, ainda, os traços que os moradores davam ao lugar e o papel que essa comunidade ocupava na relação de interdependência estabelecida.

Nos estudos sobre a distinção procuramos fazer adaptações no método de Pierre Bourdieu (2008) sobre os gostos e os estilos de vida, cujos procedimentos metodológicos foram orientados pela aplicação de instrumentos de pesquisa que indicavam as estruturas variáveis das representações (de gosto e estilo de vida) nos diferentes grupos pesquisados. Em sua pesquisa descreveu os “conjuntos relativamente homogêneos”, identificados, estatisticamente, pela observação de práticas sociais, gostos, frequências a museus, dentre outras práticas, que apresentavam hábitos sociais e sistemas de disposições indicativas de diferenças no estilo de vida dos grupos pesquisados. No caso de uma pesquisa mais historiográfica, e menos sociológica, essa percepção, em tese, poderia ser identificada na aplicação de um instrumento semelhante, que pudesse indicar os conjuntos de relativa homogeneidade entre as duas localidades. Porém, considerando a impossibilidade de retornar ao tempo dessas vivências e estratégias de distinção, e aplicar instrumento semelhante aos moradores no período analisado (décadas de 1940 e 1950), procuramos identificar esse conjunto de práticas e estilo de vida (fatores de distinção), por meio dos relatos orais de cunho memorialista (“nos tempos da Colônia”). Nossa intenção era que os relatos memorialistas pudessem indicar as “evidências” que nos permitisse a classificação dessa distinção. Além da oralidade, buscamos coletar outras fontes que permitissem a qualificação das diferenças em suas práticas sociais, e que ao mesmo tempo funcionaram como as fichas simbólicas da instabilidade na interdependência que apontavam tensões e os conflitos pela diferenciação. Portanto, nos interessava identificar as práticas, os gestos e os estilos de vida que garantiam a distinção e a eficácia das estratégias de estigma social. No caso da Colônia: a coerção social de controle das práticas e dos gestos no lugar; o valor social do trabalho em sentido *latu*; o valor social da racionalidade da ocupação e distribuição do espaço social (limpeza, harmonia,

² Outras obras literárias tratam com competência bandeirismo, como a clássica de Alcântara Machado (2006) “Vida e morte do bandeirante”. Mas a escolha da obra de Ricardo (1959) justifica-se por se tratar de um texto escrito no envolvimento com as temáticas e as políticas de colonização e imigração para o Oeste, e portanto, o seu conteúdo simbólico acerca do bandeirismo difere dos demais estudos sobre esse movimento.

estética do lugar, das moradias, etc.). No caso da Colônia em relação à Barranca: a crítica à falta de controle social; a depreciação à vida festiva, ao espírito aventureiro e à falta de organização do espaço (aleatório, provisório, improvisado, etc.). No caso da Barranca: o empreendedorismo dos pioneiros, geralmente orientados por espírito comercial e aventureiro; o espaço como um lugar improvisado e provisório, em que o controle social e a normatividade eram questões menos importantes do que as oportunidades econômicas; a festividade como algo natural e permissivo (procissões, prostíbulos, carnavais, bailes, rádio, futebol, cinema, teatro, etc.).

Neste trabalho, a oralidade foi utilizada como recurso e representação simbólica dos traços da distinção, na forma como apareciam nas lembranças. Para Ginzburg (1987), a oralidade é um recurso importante para o estudo que se propõe dar sentido ao cotidiano de sociedades agrárias, em que a produção das tradições e dos relatos históricos, dificilmente, encontra-se em documentação. Para o autor, que se propôs analisar o cotidiano de uma comunidade camponesa na Itália do século XVI, era fundamental o trabalho com a oralidade. Mas descartava esse procedimento metodológico pelas impossibilidades óbvias do deslocamento temporal. A alternativa encontrada por Ginzburg foi “ouvir” essa comunidade em outras fontes, que, no trabalho em questão, foi possível com a qualificação dos depoimentos feitos para o tribunal de inquisição, que apresentavam relatos do réu, acusadores e testemunhas. Na pesquisa com os moradores da Colônia e da Barranca tivemos a oportunidade de trabalhar com a oralidade, coletando depoimentos de pessoas que viveram naquele tempo. Todavia, entendemos que esses relatos não teriam a mesma eficácia se coletados nas décadas de formação dessas localidades e no auge dos conflitos simbólicos pela distinção. Portanto, o trabalho era identificar as representações da memória coletiva e os indícios da distinção presentes nesses relatos. Também, outras fontes pesquisadas permitiriam a comparação dos elementos constitutivos das narrativas, na identificação das seleções imagéticas do passado que as lembranças queriam reforçar.

A facilidade ou dificuldade com que recordarmos de determinados eventos, relaciona-se ao fato de pertencermos a determinados grupos e termos consciência disso. Isto é, associamos nossas lembranças aos grupos aos quais pertencemos e essa vinculação permite-nos formar nossa memória. Quando coletamos depoimentos individuais as lembranças afloradas referem-se às memórias coletivas. Portanto, o vínculo entre a oralidade e as referências da memória constitui-se em procedimento fundamental para o estudo de comunidades e grupos sociais. Nesta pesquisa aproveitamos as entrevistas realizadas durante

a coleta de dados para o Mestrado em Sociologia, pois, naquela oportunidade, o material coletado não foi devidamente explorado, sobretudo nas representações da distinção e da relação com a cidade vizinha. Outra justificativa para a utilização desse recurso metodológico está no fato de que a pesquisa atual deve-se, em grande parte, às observações feitas pelos moradores da Colônia na pesquisa anterior que, ao relatarem acerca do cotidiano daquela localidade, insistiam nas lembranças da Barranca. Essas lembranças, feitas de forma pejorativa, ajudaram na construção dos problemas e dos objetivos de investigação do sentido histórico do estigma para a memória da população ceresina e rialmense.

No presente trabalho, procuramos utilizar esses relatos coletados, porém, dando uma nova abordagem para esses documentos, focalizando a temática da distinção e as estratégias de estigmatização. Os pioneiros da Barranca foram entrevistados com a finalidade de compreender o impacto dessas estratégias naquela localidade e, também, por entendermos que era fundamental a utilização dos recursos da história oral, por se tratar de um estudo sobre as representações imaginárias, em que as memórias individuais e coletivas auxiliavam em dar sentido àquelas experiências do passado. Uma ausência significativa, na coleta dos depoimentos orais, foram os depoimentos das antigas prostitutas da zona boêmia da Barranca. Por meio de um advogado que atuou em processo movido pelo Ministério Público, entramos em contato com duas antigas prostitutas para entrevistas. Porém, quando foram apresentados os esclarecimentos e os objetivos da pesquisa elas se recusaram a participar, e não insistimos pelo receio do constrangimento e das orientações que o Comitê de Ética recomendava³.

Os procedimentos de qualificação das distinções urbanas procuraram descrever, tipologicamente, as práticas sociais identificadas como formadoras da diferença entre essas localidades. Para tanto, os recursos da figuração e a apresentação dos hábitos sociais auxiliaram na constituição das práticas entendidas como fundamentais para cada comunidade e que marcavam sua identidade. Algumas práticas, por exemplo, funcionavam como elemento configurador de hábitos que, historicamente, foram ressignificados como traços de identidade, ou de “identidade pela diferença”. É o caso, por exemplo, da proibição de bebidas alcoólicas e casas de prostituição na Colônia e de outras coerções e normatividades que buscavam regular as sociabilidades e a conduta de seus moradores. Nessa mesma lógica, a permissão do espaço

³ O projeto de história oral para esse doutoramento foi feito como parte do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UniEVANGÉLICA (Centro Universitário de Anápolis), com recursos da FUNADESP. O roteiro e o consentimento em participar dos depoimentos, bem como os esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do sujeito, foram aprovados pelo Comitê de Ética daquela Instituição.

do meretrício na Barranca e outras atividades voltadas ao entretenimento, bem como a percepção do espaço urbano como lugar de diversão e sociabilidades, como os carnavais de rua, barraquinhas e quermesses religiosas, procissões e outras festividades.

Baseando-nos nessas assertivas podemos considerar que, qualquer estudo sobre essas localidades, que procure investigar os grupos sociais constituintes da fundação histórica desses lugares, estabelecendo uma visão generalizante das experiências vividas por essas comunidades, corre o risco de enquadrá-los em determinada classificação em que as distinções não sejam contempladas. As generalizações não respondem às tentativas da Colônia em reforçar o estigma lançado sobre a Barranca na sua auto-afirmação enquanto grupo social distinto, nem tampouco consideram o universo das lutas simbólicas pela imposição da visão de mundo que constituiu as fronteiras desses espaços urbanos diferentes (BOURDIEU, 1998).

Procuramos desenvolver essa pesquisa, organizando os procedimentos metodológicos e as discussões do objeto em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos apresentar as questões históricas macro-sociais que orientaram a colonização e o povoamento da região do Mato Grosso de Goiás no início da década de 1940. A busca pela reconstrução histórica justificava-se na medida em que a constituição das representações regionais não poderia ser apreendida sem a vinculação desta com os contextos mais amplos e sua repercussão no cenário local. Nesse capítulo buscamos apresentar o sentido da colonização que se apresentava naquele momento político e a forma como o Estado Novo (1937-1945) procurou tratar dessas questões. As colônias agrícolas inseriram-se no contexto de valorização do trabalho e de busca por soluções aos problemas sociais da época, sendo que os discursos ideológicos de colonização posicionavam-se, estrategicamente, como orientações às políticas adotadas. Também, procuramos apresentar a forma como essas políticas de colonização, caracterizadas como “Marcha para o Oeste”, repercutiram na sociedade goiana da época, focalizando nossa discussão na instalação da Colônia Agrícola em Goiás, referenciando-nos em artigos publicados pela imprensa da capital e do interior do Estado. Buscamos, ainda, apresentar os estudos e as pesquisas realizadas sobre a colonização das Matas de São Patrício, e o que as diferenciavam de nossa abordagem.

No segundo capítulo procuramos continuar a discussão sobre a colonização e imigração, porém, focalizando outra temática nos deslocamentos para o Oeste, abordando, não mais as políticas e os discursos governamentais, mas os referenciais da literatura de

Cassiano Ricardo (1959) em sua obra “Marcha para Oeste”. A diferença não era apenas pela ausência do artigo (Marcha para o Oeste/Marcha para Oeste), mas pelas referências que permitiam a qualificação do sentido pioneiro e bandeirante dos fluxos migratórios. Nossa argumentação fundamentava-se na utilização desses referenciais como forma de reforçar os estigmas lançadas à Barranca, no reconhecimento e na identificação dessas referências simbólicas por parte dos pioneiros da Colônia. A qualificação dessa obra, escrita em 1942, em plena expansão para o Oeste, teve seu sentido reforçado na memória coletiva da Colônia a partir do falecimento do fundador da Cang. Os discursos e as narrativas que qualificavam o engenheiro Bernardo Sayão, morto em missão delegada pelo Presidente Juscelino, identificavam-no como herói e bandeirante, em alusão aos referenciais da Marcha.

No capítulo intitulado “as normas da cidade na cidade das normas”, propomos a identificar os traços da distinção, por meio das estruturas e das representações que qualificavam a Colônia com grupo estigmatizador. Nossa intenção era classificar os indícios que permitiram essa comunidade impor seus estigmas, na constituição de representações para o lugar que o qualificavam como espaço ordeiro e organizado. A posição de poder em relação à cidade vizinha também foi representada, ao classificar as estruturas da cidade em formação, até então inexistentes na localidade vizinha que, por sua vez, dependia das instituições ali estabelecidas (escolas, hospitais, maquinários, dentre outras). Procuramos, ainda, apresentar três indícios acerca das experiências da distinção e que foram, estrategicamente, utilizados na estigmatização, como fichas simbólicas de auto-afirmação: a seleção dos colonos para ocupar os lotes da Colônia, as normas de conduta social e as racionalidades próprias da ocupação planejada. Esses elementos favoreceram a constituição de hábitos e práticas sociais que permitiram estabelecer uma consciência de si, no sentido figuracional, bem como os indícios de pertencimento, ao mesmo tempo em que usavam essas representações para a desonra coletiva da comunidade vizinha.

No último capítulo, procuramos descrever as experiências urbanas vivenciadas pelos moradores da Barranca, considerando a visão que esses pioneiros tinham de si e do lugar. Nessa investigação pudemos perceber a forma naturalizada com que tratavam as precariedades e dificuldades do lugar, sem nenhuma evocação à glória pioneira ou ao espírito bandeirante, tão caro à localidade vizinha. Os relatos pareciam confirmar a reprodução do estigma ao descreverem a constituição populacional daquela localidade e o seu passado “caótico”, como os relatos memorialistas procuravam destacar. Entretanto, percebemos que essa estratégia era muito mais fundamental para o grupo estigmatizador, e que a sociedade

estigmatizada não tinha vergonha nem se sentia inferiorizada pelas experiências passadas. Na tentativa de reconstituir as representações históricas e imaginárias da Barranca, utilizamos as narrativas memorialistas presentes na literatura, nos depoimentos orais e nos processos judiciais que auxiliaram na qualificação do lugar e dos elementos que o grupo estigmatizador procurava reforçar. Para Elias (2000) as estratégias de estigmatização procuravam reforçar os traços identificados pelo grupo estigmatizador como positivos, na figuração que faziam de si. Ao mesmo tempo, procuravam generalizar e reforçar marcas negativas no grupo estigmatizado. Nessas estratégias, identificamos que, a visão generalizada da Barranca pelo grupo estigmatizador, vinculava esse espaço à região do meretrício e aos problemas inerentes a esse lugar. Na pesquisa realizada percebemos que a zona de meretrício, considerada pelos pioneiros da Barranca como “a mais famosa de Goiás”, recebia dos rialmenses as qualificações da violência e da falta de controle social, mas conseguiam distinguir o lugar de outras partes da cidade. A cidade, de forma geral, era apresentada como um lugar de boa convivência e que as pessoas haviam escolhido morar ali, não sendo apenas resultado da exclusão da seleção imposta pela burocracia federal que instituía a Colônia.

CAPÍTULO 1

No Oeste a terra e o céu:

As políticas nacionais de imigração e colonização no governo Vargas

Desbravamento. Lastro. Variante.

Descrença dos vencidos.

Deserção.

E ao cântico de fé dos vencedores,

surge uma cidade nova [...]

Lugar para todos.

Sol para todos.

Terras para quem quiser.

Gente da gleba aqui resgata o abandono

secular.

(Cora Coralina)

Existiram muitas semelhanças na história da ocupação do interior brasileiro, mesmo com as particularidades regionais e as distâncias temporais que separaram os distintos momentos do povoamento. Algumas ocupações foram decorrentes de frentes de expansão que se fixavam temporariamente em determinados trechos de fronteira e, que no esgotamento das riquezas buscavam novas fronteiras. Outras se estabeleceram de forma menos espontânea, cuja iniciativa advinha de projetos de ocupação do interior brasileiro. Seja por meio de frentes de ocupação, ou por projetos de ocupação, esse fenômeno geralmente foi tratado como colonização. Num país de dimensões continentais como o Brasil, a idéia de colonização,

esteve, ao longo de sua evolução histórica, ligada à visão encantada de prosperidade nas regiões de fronteira. Um grande território, com muitas áreas devolutas, ou ainda não dominadas pela civilização, norteou a busca por expedições que vislumbravam a fronteira com terra de grandes oportunidades.

Não apenas nas narrativas literárias, mas também nos discursos que tratavam do tema, a colonização era compreendida como o deslocamento para um eldorado. A representação de riqueza esteve presente nos deslocamentos para a região das minas no Sudeste e Centro-Oeste, durante o século XVIII. Essa representação aparece também na expansão da cultura cafeeira e nas levas de imigrantes estrangeiros para zonas rurais desde o século XIX, com também nas migrações destinadas à extração da borracha no início do século XX, e em outros movimentos de frente de expansão, que identificavam na fronteira o imaginário da prosperidade.

O imaginário da prosperidade funcionou como uma força motivadora da ocupação nas diferentes etapas da ocupação. Porém, na grande maioria das vezes o empreendimento foi caracterizado pelo espírito da aventura (HOLANDA, 1995), com uma presença discreta por parte do Estado, e que, quando se apresentava como força de controle, era muito mais como agente repressivo e tributarista, sobretudo, nas áreas de mineração. Não havia uma política de ocupação planejada, pelo menos até as primeiras décadas do século XX, quando o processo de colonização passou a fazer parte da agenda governamental, sobretudo, no conjunto de articulações políticas e ideológicas que o Estado Novo (1937-1945) procurava estabelecer no país.

Quando o processo de ocupação de fronteiras ocorre como frentes privadas de expansão, em que o espírito da aventura prevalece, e conflitos agrários são frequentes, tanto na relação entre nativos e “chegantes”, ou posseiros e latifundiários, essa imagem da prosperidade é confrontada por outra representação. Para Martins (1997), diferente do que o imaginário da colonização procurava apresentar a fronteira é o “território da morte e o lugar de renascimento e maquiagem dos arcaísmos mais desumanizadores” (MARTINS, 1997, p. 16). Para o autor, a verdadeira representação da fronteira, e o que realmente a definia, era a situação de conflito. O conflito tornava a fronteira como uma realidade singular, porque promovia o encontro dos que “por diferentes razões são diferentes entre si” (MARTINS, 1997, p. 150). A fronteira era o lugar de encontros e desencontros de temporalidades históricas, concepções de vida e visões de mundo distintas. Entretanto, o tempo da fronteira

era provisório, porque ela deixa de existir quando desapareciam os conflitos e a alteridade política era estabelecida.

A nossa intenção nesse capítulo não foi tratar dos conflitos gerados pelas várias frentes de expansão e ocupação das fronteiras que historicamente processaram-se no interior do Brasil, mas caracterizar a peculiaridade e distinção das políticas de colonização promovidas pelo Estado Novo, em que a formação das localidades da Colônia e Barranca ocorreu. E, nessa breve apresentação do debate, procuramos indicar que tanto o imaginário de prosperidade, quanto os conflitos gerados por “encontros e desencontros” caracterizaram os processos de ocupação, e que as localidades estudadas não estiveram imunes a esse fenômeno.

Segundo Faissol (1952), o termo colonizar vem de *colonus* (latim) e aplicava-se aos indivíduos que cultivam a terra de outro, ou que deixavam sua terra própria e estabeleciam-se em outra com o interesse de explorá-la. Em outras definições, o processo de colonização era visto não como uma ação individual, mas como um empreendimento coletivo, e que, em muitas vezes, impunham uma relação de dominação (colônia/metrópole). Nesses termos, o ato de colonizar implicava um processo de extravasamento populacional, ligado à idéia de territórios vagos e ondas migratórias. Para esse geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, essas concepções costumavam retratar a imigração e colonização como processos semelhantes, e em seus estudos, orientados pelos processos de colonização que vinham acontecendo no país nas décadas de 1940 e 1950, identificava o povoamento do interior brasileiro como um conjunto de medidas governamentais.

Essa concepção de Faissol (1952) refletia um tipo de ocupação que se distinguia dos modelos historicamente percebidos nos processos anteriores de interiorização do território brasileiro. Entre as décadas de 1930 e 1950, o conceito de colonização representava um movimento orientado por programas e ideologias governamentais, cujos exemplos mais marcantes foram a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (1941), da Fundação Brasil Central (1943) e do plano de mudança e construção da nova capital federal na segunda metade da década de 1950.

A partir de 1930, mas, principalmente, no período do Estado Novo, os estudos geográficos dedicaram especial atenção ao processo de ocupação do interior brasileiro. As principais informações sobre a demografia e imigração em Goiás, bem como as fontes históricas que tratavam desse assunto na primeira metade do século XX, devem-se aos

relatórios dos geógrafos do IBGE e de membros da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, coordenada pelo general Poli Coelho. Esses estudos efetuaram levantamentos e coletas de dados em várias regiões goianas, mas, sobretudo, na região do Mato Grosso de Goiás⁴, que experimentava um significativo processo de urbanização e povoamento. Por estar localizada nessa região e, por representar uma nova experiência de ocupação e povoamento, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás foi objeto de vários desses estudos (NEIVA, 1984).

Os estudos geográficos sobre a região goiana em que a Cang foi instalada representaram as primeiras análises sobre esse processo de colonização e, portanto, são relevantes, não apenas pelos dados coletados, mas também porque esses relatórios figuram como base documental e estatística essencial para compreender esta localidade, considerando, ainda, que grande parte dos documentos da antiga colônia agrícola se extraviaram⁵. Nesse período, os serviços estatísticos e geográficos tiveram destaque e receberam grande investimento por parte do governo federal, que determinou, por exemplo, a criação do Serviço Geográfico e Histórico do Exército (1932), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e do Conselho Nacional de Geografia - CNG (1936).

Dentre os estudos que concentraram sua temática na análise geográfica e estatística da região destacam-se os trabalhos de Leo Waibel e Speridião Faissol, que a partir de 1946, com a retomada das idéias de interiorização, fizeram um levantamento de dados no Centro-Oeste do país, visando a analisar as potencialidades para a construção de uma nova capital. É nesses levantamentos que se encontram registradas as primeiras observações e dados sobre a ocupação da Cang. De acordo com os estudos de Neiva (1984), o geógrafo Speridião Faissol foi quem aprofundou os trabalhos de campo na região do Mato Grosso de Goiás e dedicou

⁴ Na antiga configuração e divisão das micro e mesorregiões de Goiás, denominava-se de Mato Grosso de Goiás uma área na parte Centro-Sul (considerando que o Estado do Tocantins ainda não havia sido desmembrado), cuja vegetação se diferenciava dos campos de cerrado que predominavam no território. Essa região tinha uma vegetação de floresta (mato grosso) e a fertilidade do solo propiciava o desenvolvimento da agricultura (Ver Figuras 2 e 3). O geógrafo Speridião Faissol definiu assim o Mato Grosso de Goiás: “Situado na parte centro-sul do Estado, o Mato Grosso de Goiás caracteriza-se pela fertilidade de suas terras e pela riqueza florestal, que entretanto foi sendo aos poucos devastada pela ocupação agrícola. Essa nova ocupação intensificou-se no final da década de 30, caracterizando a região como importante zona pioneira do Centro-Oeste, tanto pela dinamização de antigas áreas de mineração que ficaram decadentes por mais de um século, como pela abertura de novas frentes” (FAISSOL, *apud* NEIVA, 1982, p. 101).

⁵ Para Neiva (1984), que efetuou uma pesquisa na Cang no início da década de 1980, o grande problema de interpretação do processo de ocupação da região devia-se à escassez de documentos que registrassem a entrada e saída de colonos, os proprietários anteriores, a demarcação dos lotes, a produção e comercialização, os orçamentos e gastos, a contratação de pessoal dentre outras ocorrências de rotina. A autora cita que essa carência documental dificultou a própria regularização e titulação dos lotes, e que várias “Comissões de Liquidação de Remanescentes” e outros grupos interministeriais, foram necessários para realizar a documentação final dos lotes, que só ocorreu em 1974, sob a responsabilidade do INCRA (NEIVA, 1984, p. 21).

especial atenção às questões referentes à ocupação humana, imigração e colonização, efetuando um detalhado relatório da experiência de Ceres.

Em 1947 o agrônomo Antonio de Arruda Câmara, coordenador da Subcomissão de Investigações Agronômicas da Comissão Poli Coelho, recolheu informações detalhadas sobre aspectos sócio-econômicos da Cang, incluindo dados referentes à migração, origem social e procedência dos colonos. Na década de 1960, outros estudos sobre a Cang foram realizados pelos geógrafos Orlando Valverde e Catarina Vergolino, que elaboraram um levantamento geo-econômico e social da região, com a finalidade de fornecer informações sobre essa área, em detrimento da rodovia Belém-Brasília. Este último estudo era fruto de um convênio firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o IBGE⁶.

Os estudos geográficos reforçavam a participação do Estado no processo de colonização, apresentando também o seu caráter controlador, ao gerenciar os procedimentos da colonização bem como o conjunto das informações referentes às regiões de povoamento. A partir desse contexto, podemos perceber que a concepção de colonização apresentada por Faissol justificava-se naquele momento. O geógrafo explicava que muitas outras definições de colonização foram apresentadas⁷, porém, citando o artigo 46 do decreto-lei nº 7.967 que dispunha sobre imigração e colonização, estabelecia a definição adotada pelos governos nas décadas de 1940 e 1950: “Colonizar é promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais” (FAISSOL, 1952, p. 123)

⁶ De acordo com os geógrafos, o objetivo do estudo realizado por eles era efetuar um levantamento técnico, constituído de um relato geoeconômico e social da região abrangida pela rodovia Belém-Brasília. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16 de julho a 29 de agosto de 1965. Os dados referentes ao município de Ceres encontram-se nos estudos da “Seção Sul” da referida rodovia, e tratam de informações sobre relevo, vegetação, clima, população, habitat e produção econômica (VALVERDE e DIAS, 1967).

⁷ Em sua pesquisa sobre os discursos de colonização e imigração no Estado Novo, Esterici utiliza o conceito apresentado por Caio Prado Jr., que considera a colonização como “...um sistema de povoamento...que consiste na formação de núcleos agrícolas de pequenas propriedades agrupadas e cedidas em condições vantajosas a modestos lavradores. Foi assim que, ainda no século XVIII no sul, se povoou a ilha de Santa Catarina e uma parte do Rio Grande do Sul. Mais tarde, quando a corte portuguesa se transferiu para o Brasil, procedeu-se da mesma forma em diferentes regiões do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sob o Império, e depois, sob a República, continuou-se com o sistema” (PRADO JR, Apud. ESTERCI, 1972, p. 15). A opção desse trabalho pelo conceito apresentado por Faissol (1952) deve-se ao fato de que ao uso conceitual do termo vinculava-se a uma experiência histórica específica, em que o Estado não apenas concedia lotes de povoamento, mas participava ativamente do projeto de fixação em áreas escolhidas por estratégias geopolíticas definidas.

As Colônias Agrícolas Nacionais, e em especial, a Cang, representaram uma visão oficial do deslocamento e ocupação dos territórios de fronteira, assumida e divulgada pelo governo da Era Vargas (1930-1945) mas, que também foi retomada nas décadas seguintes, muito em função do projeto para mudança da nova capital federal.

1.1 O Estado Novo e as políticas de colonização

Todos os estudos já realizados sobre a Cang reforçavam, em suas análises, o papel político fundamental desempenhado pelo Estado Novo. Essa relação estabeleceu-se não apenas porque a Colônia foi criada por decreto-lei em 1941, ou pela importância que as políticas de imigração e colonização se apresentavam na agenda governamental da época. Sem dúvida, esses fatores foram fundamentais para a compreensão do processo de ocupação e povoamento dessa região em Goiás. Mas outro ponto parece ser também relevante para a interpretação desse objeto e que, portanto, os estudos anteriores não deixaram passar despercebido, que é a preocupação em não tratar os acontecimentos locais isoladamente, mas inseri-los em contextos históricos mais amplos, na medida em que, uma análise meramente regional poderia levar a perigosas distorções e interpretações. Consideramos fundamental recorrer a essas vinculações mais amplas, e, para tanto, estabelecemos como ponto de partida para este estudo as políticas de colonização e imigração constituídas pelo Estado Novo.

Os documentos legais, bem como comentários, artigos e depoimentos de técnicos e políticos, desde a década de 1930 e nos trinta anos seguintes, tratavam dos assuntos de colonização e imigração interna como questões nacionais ligadas à segurança política e ordem administrativa (NEIVA, 1984). Essa agenda nacional interessava a diversos grupos que visavam a solucionar as questões migratórias e sociais que envolviam o debate acerca da ocupação dos espaços vazios e do crescimento populacional dos grandes centros urbanos, dentre outros. E o governo do Estado Novo procurou responder a essas demandas sociais existentes com programas de governo que fossem, ao mesmo tempo, soluções técnicas e ideológicas aos problemas identificados.

De acordo com Oliveira (1982) a ideologia do Estado Novo contemplou um conjunto de componentes doutrinários (elitistas, autoritários, hierárquicos e nacionalistas) que foram

herdados, tanto da tradição política nacional quanto do pensamento europeu da época. Dentre estes componentes destaca-se o nacionalismo como a maior influência nas orientações políticas do período, cujo discurso vinculava os interesses da sociedade civil com o destino nacional. A autora distingue o nacionalismo romântico da ideologia nacional emergente no século XX, assentada na crescente identificação entre Estado e nação. Nessa nova orientação política o Estado apareceu como instituição que sustentava e administrava a ordem social, gerenciando os elementos heterogêneos da sociedade que se vinculavam aos princípios da unidade orgânica. Para os defensores dessa doutrina a nação constituía-se como uma instituição fundamentada em valores morais coletivizantes, cujos fins realizavam-se por meio do Estado, visto como agente ‘propulsor da mudança, mas também como controlador, por excelência, da passagem de uma sociedade rural-oligárquica para uma sociedade urbano-industrial’ (OLIVEIRA, 1982, p. 28).

É nesse contexto que o Estado Nacional assume o papel de agente da colonização, apropriando-se do controle da ocupação e da reprodução das relações sociais nos espaços vazios, marcando, significativamente o sentido social e político da imigração para o Oeste brasileiro. E, portanto, é essa vertente do Estado Novo que nos interessa e a que nos propomos a analisar. Ou seja, não é objeto da nossa discussão compreender o regime em sua totalidade, nem apresentar detalhadamente esse período, mas, interessa-nos, para introdução desse debate que tem como objeto de análise as relações sociais estabelecidas às margens do Rio da Almas em Goiás, evidenciar o papel do Estado Nacional como agente colonizador, ao estabelecer um programa político macro para imigração e colonização das regiões interioranas do país.

A realidade rural do Estado Novo foi apontada por Lenharo (1986) como a faceta mais desconhecida deste período. Muitas análises realizadas sobre esse regime focalizavam seus programas sociais do trabalho, e dessa forma, evidenciavam a face urbana do governo. Na perspectiva do autor, era fundamental compreender as relações estabelecidas entre as políticas rurais e urbanas do Estado Novo, porque elas fizeram parte de um mesmo programa ideológico, e que não existiam rupturas entre as ações de colonização e as políticas de trabalho. Ambas representavam a articulação de forças do Estado como agente político primordial para a solução das questões sociais que eram postas na época. As correntes migratórias tinham o propósito, por um lado, de resolver problemas no campo, promovendo esvaziamento dos conflitos sociais e orientando os deslocamentos para as novas áreas de colonização. Por outro lado, buscava-se regularizar o abastecimento urbano dos grandes

centros, por meio do incentivo à produção das novas áreas colonizadas e, deste modo, garantir o sucesso dos programas sociais do Estado para as políticas do trabalho (LENHARO, 1986).

Os programas sociais instituídos pelo Estado Nacional representavam um conjunto de mudanças encaminhadas nas décadas de 1930 e 1940 referentes às questões trabalhistas no país. É nesse período que se institui uma legislação que regulamentava as relações trabalhistas, ao mesmo tempo em que se constituía uma ideologia de valorização do trabalho e do trabalhador nacional. Esse conjunto de inovações desenvolvidas no campo das idéias políticas utilizava-se dos programas sociais de política do trabalho como instrumento de propaganda do Estado Nacional, baseando-se nas relações estabelecidas entre trabalho e riqueza, trabalho e cidadania. Com a instituição no Brasil de uma política de valorização e ordenação do mercado de trabalho, identificada pela legislação trabalhista, previdenciária, sindical, e também pela criação da Justiça do Trabalho, estabeleceu-se uma estratégia político-ideológica que procurava vincular a promoção de seu valor social às questões de combate a pobreza e construção da cidadania (GOMES, 1982).

O discurso de valorização do trabalho, portanto, visava a construir, simbolicamente, um novo cidadão cuja tarefa constituía-se em medida de avaliação do seu valor social. Da sua parte, o Estado representava o campo político do trabalho nacional, baseando-se na estratégia ideológica de “Estado Nacional Trabalhista” e, a sua utilização como recurso da propaganda governamental, visava a construir, simbolicamente, a imagem da nação como instituição orgânica, cuja síntese era o corporativismo social. O ideal de justiça social era divulgado como ideal de ascensão social pelo trabalho, em que o Estado Nacional era avalista e intermediador na superação das condições de vida dos trabalhadores.

É importante em qualquer análise que se faça acerca desse período, considerar a utilização discursiva dos programas oficiais e sua vinculação aos interesses coletivos. Para Gomes (1982), dois aspectos são fundamentais para a compreensão do Estado Novo e seus atributos discursivos. Primeiro, considerar a flexibilidade da política ideológica expressa nos discursos, que era capaz de absorver temas referentes às demandas e reivindicações das massas populares, incorporando-os e tratando essas questões como parte da agenda política do Estado. Em segundo lugar, os temas incorporados e transformados em agenda política materializavam-se em regulamentações legais, que consolidavam suas propostas ideológicas e a sua posição de poder, “sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político” (GOMES, 1982, p. 154). Dessa forma, o Estado Nacional assumia uma postura ideológica

autoritária, se assemelhando aos governos fascistas europeus, na medida em que criticava os modelos liberais e socialistas, por compreender que esses dois modelos incentivavam os conflitos e as contradições. Ao fundamentar-se no modelo corporativista, buscava amenizar sua face autoritária, ao mesmo tempo em que estabelecia a sensação de participação coletiva e ordem social, em que a “ordem corporativa proposta vinha confirmar, como se declarava então, a substituição do conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes” (LENHARO, 1986, p. 22).

A política de colonização, portanto, não era apenas a face rural dos programas sociais do Estado Novo, mas estava vinculada a um projeto nacional mais amplo. O viés corporativista encontrou amparo no principal instrumento ideológico da colonização que foi a Marcha para o Oeste. Para Lenharo (1986), os discursos da “Marcha” baseavam-se em conteúdos míticos, cuja construção imaginária evidenciava traços do conservadorismo romântico presentes nas experiências nazi-fascistas européias, e a “utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras, que os próprios teóricos do poder não escondiam” (LENHARO, 1986, p. 16).

Os discursos da “Marcha” evidenciavam a imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e deslocamento caracterizavam a representação social do território nacional como um espaço de conquista, expansão e integração. Esses discursos estimulavam a sensação de pertencimento ao desenhar a nação como corpo em movimento, no qual todos eram participantes. Num período em que muitos canais de participação coletiva haviam sido vedados, a marcha significava um escape à ação política. E muito mais que isso, a expansão e ocupação das fronteiras, visto como obra dos trabalhadores, “operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional” (LENHARO, 1986, p. 15).

Também o uso discursivo da Marcha representava uma continuidade nas políticas de valorização do trabalho, e no caso particular, do trabalhador rural. Num texto publicado na revista *Cultura Política*⁸ em outubro de 1941, o Diretor de Serviço no Departamento Nacional

⁸ Foram vários os canais de propaganda política governamental que foram utilizados pelo Estado Nacional para divulgar seus dispositivos discursivos da unidade nacional. Dentre esses canais destacamos a revista *Cultura Política*, publicada com o subtítulo de “revista mensal de estudos brasileiros”, que apresentava artigos e ensaios escritos pelos principais intelectuais ligados ao regime, e servia como justificativa teórica e ideológica aos programas sociais do Estado Novo, fundamentais na formação da opinião pública. Dentre os vários temas abordados, as questões referentes à imigração e colonização eram recorrentes e, por ser uma revista ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, essas abordagens eram quase sempre relacionadas aos discursos

de Imigração, Péricles Melo Carvalho, discorre acerca da Marcha para o Oeste como um programa empreendedor de conquista do *hinterland* brasileiro, procurando justificar que a partir da instituição do Estado Nacional verificou-se um deslocamento das massas camponesas das zonas rurais para as cidades em função da valorização do trabalho urbano e das melhorias instituídas pelo governo Vargas nesse sentido (CARVALHO, 1941). O autor afirma que os grandes centros exerciam uma fascinação nas massas camponesas que vinham em busca das políticas de amparo ao trabalhador nacional⁹, e que os benefícios que as zonas urbanas ofereciam se constituíam numa “soma ponderável de desequilíbrio na balança do urbanismo como ruralismo” (CARVALHO, 1941, pp. 18, 19). Entretanto, a despeito da disparidade que existia entre os benefícios dados aos trabalhadores urbanos, apresentava as políticas da Marcha para o Oeste como solução para o desequilíbrio social motivador do êxodo das massas camponesas, e o perigo social, tanto no que se referia ao aumento populacional dos grandes centros, quanto no esvaziamento do interior brasileiro.

Há a notar, porém, que onde reside a larga visão política do governo, é no fato de que, ao lado da construção dessa máquina gigantesca do mecanismo social de proteção ao trabalhador nacional, iniciou o Presidente Vargas a série de realizações práticas da conquista do interior, estendendo os benefícios apontados aos trabalhadores dos centros urbanos à grande massa dos milhões de operários do campo (CARVALHO, 1941, p. 19)

Em seu texto que, como as demais publicações da revista *Cultura Política*, tinha um caráter propagandista, procurava valorizar a ação do governo na promoção da Marcha, afirmando que os mesmos benefícios dados aos trabalhadores urbanos seriam estendidos ao campo. Escrito em 1941, afirmava que a marcha para o Oeste já se iniciava, e que, aqueles dotados da capacidade cívica para compreender esse fato, perceberiam o “sentido profundo das forças estimuladas para a reversão das populações ao interior” (CARVALHO, 1941, p.

coletivizantes e nacionais. A revista foi dirigida por Almir de Andrade e circulou entre março de 1941 a outubro de 1945.

⁹ O autor descreve algumas das melhorias apresentadas pela política de amparo ao trabalho no Estado Nacional: “A assistência médica e ambulatórios de que por intermédio dos institutos desfrutavam os trabalhadores urbanos; a assistência técnica de escolas profissionais, acessíveis; o ensino gratuito, e assistência educacional; as garantias de assistência policial e a segurança da propriedade; o cooperativismo político, econômico e sindical, com o perfeito equilíbrio da comunidade e o conagraçamento das classes para o benefício individual e coletivo; as vias de comunicação e acesso, permitindo-lhes o comércio mais rápido e maior a ativação da riqueza; a assistência social com a proteção da família, a proteção das mulheres e dos menores...” (CARVALHO, 1941, p. 18) dentre outros. O autor cita, ainda, que a legislação trabalhista e seus benefícios foram elementos motivadores ao êxodo rural naquela época.

19). A narrativa continuava na divulgação propagandista do Estado Nacional como agente da marcha, destacando o papel dos vários ministérios envolvidos nesse empreendimento. Para o Ministério da Agricultura, destacava o auxílio instrumental e técnico para o trabalhador agrícola, no amparo à produção e na política de preços. Destacava também a atuação do Ministério da Viação no esforço despendido para a abertura de estradas que permitiriam o escoamento e a comercialização das áreas colonizadas. Também evidenciava a difusão do ensino, com elogios à atuação “patriótica” do Ministério da Educação ao se lançar “na enorme área territorial pra fixar e desenvolver os centros incultos do *hinterland*” (CARVALHO, 1941, p. 19).

Na descrição da atuação do governo para a consolidação da marcha afirmava que as legislações sociais e os benefícios da proteção ao trabalhador rural, como a fixação do salário mínimo e a sindicalização estavam em desenvolvimento e eram acompanhados pelo Ministério do Trabalho. Na verdade, essa informação era muito mais recurso de propaganda do que fato em si, na medida em que as políticas sociais de imigração e sua relação com as políticas sociais do trabalho buscavam promover a ocupação sem entrar em demanda com os interesses do latifúndio (LENHARO, 1986). Entretanto, essa narrativa, que se situa como fonte histórica na perspectiva do discurso oficial, nos permite observar a relação estabelecida entre a ocupação do Oeste e as políticas sociais do trabalho, utilizando como referencial o discurso da Marcha.

Se somarmos a todos esses empreendimentos locais, resumidamente expostos, as realizações gerais adotadas pelo governo para consolidar a obra projetada de fixação dos colonos às terras e do expansionismo para o oeste, [...] si pensarmos em tudo isso, podemos afirmar com segurança que o Brasil tomou o seu rumo na marcha para o progresso e que o governo atual, compreendeu com elevado espírito dar ao trabalhador nacional do campo a mesma e sábia proteção que já goza o operário urbano. Essa é de fato, a concretização do lema nacionalizador do Brasil: a marcha para o Oeste (CARVALHO, 1941, p. 22).

Na visão do autor, todos os benefícios sociais do trabalho urbano seriam estendidos às zonas rurais. No que diz respeito à legislação e regulamentação dos direitos trabalhista, isso não ocorreu na época para os colonos da marcha. Porém, outras políticas de modernização da imigração e colonização do interior brasileiro puderam ser instituídas, pelo menos nas ações ligadas à educação rural e a expansão da malha viária. Outra questão fundamental é que, a

despeito do caráter discursivo da marcha, a atuação do Estado Nacional representava, em matéria de planejamento, a primeira experiência federal para a imigração e colonização, como veremos mais adiante. Em suma, é importante destacar que não existiu uma ruptura entre as políticas rurais e urbanas do Estado Novo para as questões que envolviam a imigração e colonização, mas uma continuidade, sobretudo, quando observamos as políticas sociais e os discursos oficiais de valorização do trabalho (LENHARO, 1986).

1.2. O Estado Nacional e as colônias agrícolas

No interior das políticas gerais de colonização que o Estado Novo estabelecia, situava, estrategicamente, a criação de colônias agrícolas nacionais, em áreas de pouca densidade populacional nas regiões de fronteira. A grande estratégia do Estado na criação e implantação das colônias nacionais era promover a ocupação da fronteira, e, portanto, solucionar parte das questões sociais vigentes. Mas, ao mesmo tempo, essa política não poderia gerar conflitos, na medida em que a lógica do corporativismo orgânico era divulgada como marca do Estado Nacional. Como articular, então, a colonização de terras em áreas de fronteira sem causar os conflitos que eram marcantes nessas regiões em decorrência dos diferentes interesses agrários? Para Lenharo (1986), o Estado Nacional articulava essa política de ocupação baseando-se na manutenção de alianças com os grandes latifundiários. Primeiro, por não promover a instalação de colônias em áreas de influência do latifúndio, e segundo, por não estender ao campo as obrigações trabalhistas aplicadas nos centros urbanos.

Ao se atentar para a localização das colônias agrícolas nacionais, percebe-se que elas foram programadas para compor uma linha divisória entre as áreas “vazias” e as “ocupadas”. Dessa forma, objetivava-se “cercar” as áreas ocupadas com a nova proposta de colonização escorada sobre a pequena propriedade e, principalmente, sobre o sistema cooperativo de produção e comercialização, todo concentrado nas mãos de burocratas ligados à alta administração. Mais importante que isso, tratava-se de criar um novo conceito de trabalho e trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano-industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo (LENHARO, 1986, p. 15)

O sucesso dessas políticas estava no uso das imagens como dispositivo unificador, criando uma ilusão coletiva de totalidade, pertencimento e ordenação. A “sacralização da política” no Estado Novo ocorreu por meio da utilização alegórica da imagem do corpo, cujo caráter era quase religioso, e que passou a ser assimilado pelos teóricos do governo como dispositivo discursivo nacional. A metáfora do corpo considerava as partes que o compunham como integradas e sem contradições, visando neutralizar os focos de conflito e estabelecer a solidariedade entre as classes sociais. Ao mesmo tempo, a metáfora do corpo da nação exigia uma adesão quase religiosa dos membros, em que cada cidadão era “convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário” (LENHARO, 1986, p. 18).

Em texto publicado na revista *Cultura Política* em novembro de 1942, Artur Hehl Neiva¹⁰, membro do Conselho de Imigração e Colonização do governo Vargas, abordou as várias tentativas e experiências de imigração, afirmando que essa política apresentou inúmeras oscilações na história brasileira. Para Neiva (1942) as diversas experiências vividas no país em políticas de imigração não se caracterizaram por processos de continuidade, mas pelo contrário, estiveram sujeitas a “ondulações que lhe alteravam profundamente a própria essência, afetando de maneira sensível o povoamento” (NEIVA, 1942, p. 217). Na sua concepção as experiências de imigração no país caracterizaram-se por períodos sucessivos de expansão e restrição imigratória. O texto apresentava, de forma sucinta, as flutuações nas políticas migratórias brasileiras, citando rapidamente esse fenômeno nos séculos XVI e XVII, afirmando que houve um grande período de expansão nos séculos XVIII e XIX. Para o autor, com o Ato Adicional de 1834 as questões de imigração e colonização passaram para a competência das províncias e, que, portanto, esse fato indicava a diversidade de políticas migratórias no período, explicando, por exemplo, o favorecimento e a disparidade de determinadas regiões. Essa política foi mantida até o início da República no século XX, embora, nessa época, o governo da União houvesse criado e regulamentado o Serviço de Povoamento do Solo.

Na época, a temática envolvendo colonização e imigração girava em torno do imigrante estrangeiro. A primeira constituição republicana trazia orientações restritivas à

¹⁰ Segundo Esterici (1972), Arthur Neiva, desde 1938, foi membro da Comissão Especial para estudar a legislação sobre imigração estrangeira no Brasil e teve várias publicações na *Revista de Imigração e Colonização*. No seu trabalho, a pesquisadora utilizou para sua análise uma Conferência pronunciada por Arthur Neiva em 1941 e publicada na *Revista de Imigração e Colonização* intitulada “Getúlio Vargas e o problema da Imigração e Colonização”.

imigração, e foi nesse período que se promulgou a lei nº 1.642 de 1907, autorizando o poder executivo a impedir a entrada de “todos os estrangeiros cujos antecedentes autorizassem incluí-los entre os incursos na pena de expulsão” (NEIVA, 1942, p. 218). Já em 1921 foi publicado o decreto nº 4.247, denominado “dos indesejáveis”, que em 1924 se efetivou no decreto nº 16.761, em que se facultava ao governo proibir a entrada dos estrangeiros indesejáveis, considerados como tais os passageiros de 2ª e 3ª classe e os demais casos e condições previstas na referida legislação. De maneira geral, podemos perceber que o governo federal assumia uma postura mais restritiva à imigração, deixando para os Estados resolver essa tarefa. Os Estados, por sua vez, tinham autonomia em promover a ocupação de terras com pessoal estrangeiro, desde que não ferisse os dispositivos legais da União (NEIVA, 1942).

Na plataforma de governo da Aliança Liberal o problema da imigração era contemplado por projetos de ocupação da Amazônia, divulgados pelos discursos de Vargas. O governo revolucionário, que assumiu o poder em 1930, conviveu com uma crise que afetava as economias mundiais desde 1929, e a princípio, manteve as restrições para a imigração estrangeira, pelo menos para aqueles considerados indesejáveis. Foi nesse contexto que os brasileiros sem-trabalho passaram a ser vistos como os futuros sujeitos da imigração do Oeste.

A crise dos sem-trabalho foi tal que o Chefe do Governo Provisório, no Manifesto à Nação lido em 3 de Outubro de 1931, no qual resumia a imensa atividade do primeiro ano de seu governo, consagrou-lhe o seguinte trecho: “Ao Departamento Nacional do Povoamento coube...encaminhar para as atividades industriais e agrícolas do interior do País, metodicamente, com as necessárias cautelas para evitar insucessos, a massa que, sobretudo aqui no Centro, se formou quase subitamente, ameaçadora, dos “sem-trabalho”, que as condições econômicas vieram afetar” (NEIVA, 1942, p. 220)

As correntes migratórias estrangeiras continuaram restritivas, em face da necessidade de privilegiar a ocupação pelos brasileiros “sem-trabalho”. Além da questão social dos desempregados das zonas urbanas, havia a preocupação em permitir a entrada de estrangeiros com “ideologias exóticas”. O problema da imigração trazia para a agenda social do governo a necessidade de encontrar alternativas para as políticas de povoamento, promovendo debates no Conselho Nacional de Imigração sobre o tema. Nesses estudos, Neiva (1942) aponta que um dos temas abordados foi o das particularidades da experiência migratória no país em relação a outros países, sendo que essas análises utilizaram com parâmetro as experiências

migratórias ocorridas na Argentina e nos Estados Unidos. A tese central dos estudos era de que o Brasil, em matéria de povoamento, representava um caso único, e que variáveis diversas prejudicavam a imigração, como as questões topográficas, climáticas, históricas, étnicas e sociológicas, que tornavam as políticas de povoamento mais difíceis e complexas, exigindo dos órgãos responsáveis maiores esforços e planejamentos. O texto de Neiva apresentava essas assertivas para justificar as políticas de imigração e colonização do governo Vargas e o papel do Estado no controle desse processo.

Esta é a razão do sentido profundo da diretriz traçada pelo nosso grande Presidente ao determinar a marcha para o Oeste. É indispensável encher o Brasil, e distribuir nele mais equitativamente as massas de população que o habitam. O flagelo da sua fraca densidade demográfica tem sido, até agora, o obstáculo mais importante ao nosso progresso econômico (NEIVA, 1942, p. 224)

A opção da política migratória, adotada a partir do Governo Provisório (1930-1934), teve por finalidade valorizar as imigrações internas em detrimento do imigrante estrangeiro. Tanto que a Constituinte aprovou em maio de 1934 um decreto que regulamentava as quotas migratórias (dec. 24.215 que dispunha sobre a entrada de estrangeiros e o dec. 24.258 que o regulamentava). Em discurso à Assembléia Nacional Constituinte, Getúlio esclarecia a necessidade de uma política migratória restritiva aos estrangeiros e uma maior valorização da força de trabalho brasileira, afirmando que, sendo julgada imprescindível a precaução em evitar o acesso de imigrantes indesejáveis, era fundamental, a partir de então, as iniciativas e os apoios necessários para que fosse aproveitado adequadamente o trabalhador nacional (NEIVA, 1942).

Com a instalação do Estado Novo em 1937 e a utilização dos dispositivos discursivos do Estado Nacional, as políticas de imigração e colonização encontraram na Marcha para o Oeste seu referencial ideológico. O texto de Neiva, publicado em 1942, era porta voz do Estado Nacional e, portanto, estabelecia críticas ao Congresso, que em sua visão, promovia discussões estereis no campo da imigração. Ao mesmo tempo, elogiava as iniciativas governamentais para as políticas de imigração com a instituição do Estado Nacional, afirmando que, a partir daquele momento “pôde o Presidente reiniciar sua atividade benéfica neste particular” (NEIVA, 1942, p. 227). A utilização da Marcha como fonte ideológica das políticas de imigração e colonização interna pode se percebida no discurso proferido pelo

Presidente Vargas em 1938, em que conclamava a nação para o deslocamento interno (VARGAS *apud* NEIVA, 1942, p. 227-8).

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir os obstáculos, encurtar distâncias, abrir e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez a América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Ainda em 1938, em entrevista concedida à imprensa por ocasião do primeiro aniversário do Estado Nacional o Presidente apontava as restrições acerca da imigração estrangeira, afirmando não fazer discriminações, mas que o governo valorizava o tipo de imigração que poderia ser fator de progresso e não de desordem e desagregação. Defendia que a Lei de Imigração, recentemente em vigor, buscava assegurar a entrada de trabalhadores estrangeiros no país que não perturbassem as exigências do Estado Nacional. Também criticava a ausência e a precariedade de políticas de ocupação nos governos anteriores, afirmando que aos Estados da federação cabia assistir e regulamentar essa matéria. Para Getúlio, os efeitos das frustradas orientações para as políticas de colonização, acarretaram sérios prejuízos à nação e que correções nesse sentido se faziam urgentes. Apresentamos abaixo trecho da entrevista, em que o Presidente apontava suas críticas e apresentava suas propostas para o problema da colonização (VARGAS *apud* NEIVA, 1942, p. 229-30):

O deslocamento só deve fazer-se para as zonas férteis e produtivas, que permitam a estabilidade dos contingentes humanos, mediante a entrega de tratos de terra onde culturas se façam com mais seguro rendimento. [...] O deslocamento da mão de obra é feito sem método, por processos francamente rotineiros e, mesmo, nocivos. O Governo irá, sem perda de tempo, *vis* já estar em funcionamento e trabalhando com eficiência o Conselho de Colonização e Imigração, promover os meios de regular o assunto em relação às populações nacionais, criando, se necessário for, um serviço especial para promover o povoamento e organizar a exploração racional de faixas do Centro e do Oeste e estabelecendo núcleos novos de expansão das nossas energias produtoras.

A partir de 1939, com o advento da guerra, o governo passou a adotar uma política de nacionalização, tanto no que se referia às restrições do contingente alienígena para imigração, quanto nas medidas de nacionalizar as escolas em região de afluxo estrangeiro por meio do ensino da língua e da história nacional. Outra característica da política de restrição ao imigrante estava na limitação populacional para o trabalho urbano, com privilégio para os trabalhadores estrangeiros da agricultura. Ainda nesse ano, em discurso proferido em 18 de novembro no Palácio do Catete, no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração, conclamava os interventores estaduais à colaboração ao problema da imigração e colonização (VARGAS *apud* NEIVA, 1942, p. 232):

Devo acentuar aos srs. Interventores ser este um dos assuntos para o qual mais necessária se torna a colaboração dos Estados, porque a União, geralmente, não possui terras. As terras devolutas pertencem aos Estados, e a estes cabe fornecê-las, para serem loteadas, divididas, povoadas e trabalhadas pelos agricultores. À União compete orientar a imigração, facilitá-la, dar-lhe transporte, conduzindo-a até a zona onde convém ser localizada.

Em 1940, o Presidente Vargas iniciou uma “cruzada pela brasilidade”, visitando várias regiões do país e discursando em defesa da soberania e segurança do território nacional. No primeiro semestre daquele ano visitou a região sul e em Santa Catarina fez eloquentes discursos a respeito do sentimento de brasilidade. No segundo semestre ele percorreu as regiões Norte e Centro-Oeste divulgando as idéias de colonização e a marcha para o Oeste. Em sua visita a Goiânia, proferiu um discurso em 08 de agosto, em que apresentava a defesa territorial como um traço de nacionalidade, e relacionava as questões demográficas e de colonização como gestos de brasilidade (VARGAS *apud* NEIVA, 1942, p. 233):

Devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica, e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo dessa terra, que é o sangue e a carne de seu corpo. [...] Continuam, entretanto os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos de administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. [...] Deste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos,

afim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras.

Nesse discurso percebemos as semelhanças e distinções em relação aos modelos nacionalistas beligerantes no continente europeu. Ao mesmo tempo em que reforçava o sentido sacralizador da nação, entendida na imagem mitificada do corpo (“nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo dessa terra, que é o sangue e a carne de seu corpo”) questionava as aspirações geopolíticas que ambicionavam a expansão para além das fronteiras nacionais (“Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso”). Esse discurso, portanto, carregado de elementos míticos de “sacralização”, expunha os projetos de ocupação como um programa de governo que estabelecia estratégias administrativas de modernização (saneamento, educação e transporte). O sentido de expansão territorial na geografia nacional assumia, ainda, sentidos expansionistas, ao afirmar a existência de um imperialismo brasileiro. Porém, num cenário mundial em que várias nações estavam em conflito, justificava o uso imagético do expansionismo brasileiro e a sua relação com a marcha para o Oeste (“crescermos dentro de nossas próprias fronteiras”).

O texto de Neiva (1942) reforçava que, num exame rápido das questões relacionadas ao programa governamental para imigração e colonização, houve sucesso efetivo a partir do Estado Nacional, citando como exemplo as legislações e as ocupações ocorridas a partir de 1938 (o decreto-lei nº 893 de 1938, que dispunha sobre a Fazenda Nacional de Santa Cruz na baixada fluminense; o decreto nº 1.351 de 1939 que criava as colônias militares e de fronteiras; e o decreto nº 2.009 de 1940 que regulamentava o sistema colonizador brasileiro). Em 1940, com a promulgação do decreto nº 2.009, buscou-se regulamentar a colonização por meio dos dispositivos que legislavam acerca do fomento da pequena propriedade, da supervisão e auxílio governamental dos núcleos instalados, da assistência às famílias e do direito à plena propriedade pelo colono. Ainda em 1940, o decreto-lei nº 2.681 dispunha acerca dos planos estaduais e municipais de colonização, que a partir de então, deveriam estar sujeitos à aprovação presidencial por intermédio do Conselho de Imigração e Colonização.

Em 14 de fevereiro de 1941 o governo federal dava corpo às suas promessas de centralização do processo de imigração e colonização, por meio da publicação do decreto-lei

3.059 que previa a criação de colônias agrícolas nacionais, estabelecendo as condições técnicas para a instalação e povoamento de grandes glebas no interior brasileiro, com prioridade para o trabalhador agrícola nacional. O conflito mundial exigiu do Estado Nacional a promulgação em 1941 do decreto-lei nº 3.175 que restringia mais fortemente a imigração estrangeira, reconhecendo que no momento era “conveniente concentrar a atenção dos poderes públicos no aspecto interior da colonização e nos problemas que lhe são correlatos” (NEIVA, 1942, p. 236).

É nesse contexto que se insere a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, e o texto de Neiva (1942), o membro da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura relatava sobre a fundação da Cang como “a primeira grande colônia agrícola nacional, abrangendo uma área de 200 mil hectares, no alto Tocantins (rio das Almas)” (NEIVA, 1942, p. 237). O autor afirmava que os trabalhos se iniciaram em maio de 1941, com a construção de uma estrada de rodagem que ligava a colônia goiana à cidade de Anápolis, num trecho de 140 quilômetros¹¹. Nesse texto, usado como material de divulgação das políticas de imigração do Estado Novo, constava a previsão que, até o final daquele ano, cerca de 400 famílias seriam instaladas na região “em modernas casas de madeira dotadas de todos os requisitos de higiene, sendo o plano integral para a localização de 4 a 5 mil famílias” (NEIVA, 1942, p. 237).

1.3 Goiás e as políticas de ocupação

Para Chaul (2000) a ocupação do território goiano deveu-se à formação de diversas “marchas para o Oeste” que, historicamente, apresentaram-se em diferentes épocas e formas. Para o autor, a ocupação das fronteiras territoriais de Goiás pode ser analisada por meio de

¹¹ Uma reportagem do Jornal O Anápolis, de 5 de novembro de 1944, relata a visita de Neiva a Cang: “Deu-nos o prazer de sua visita à redação o dr. Arthur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização e secretário geral da Fundação Brasil Central, tendo ocupado o cargo de assistente do ministro João Alberto, na Coordenação da Mobilização Econômica, onde ainda dirigiu a secretaria e o Setor de Combustível e Energia. [...] O dr. Arthur Neiva, que vinha de inspecionar as obras da Colônia Agrícola Nacional, achava-se acompanhado do engenheiro Tito Luiz de Oliveira, chefe de divisão de engenharia da C.A.N.G., e do Sr. Helvécio Domingues Dutra, também daquela organização” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1944b). Respondendo ao jornalista acerca das impressões obtidas na Cang, Neiva responde: “foram boas, não obstante tratar-se de uma obra grandiosa que não se mostrará nos primeiros tempos. Percorri e observei tudo o que está bem iniciado e orientado, prevendo-se à sua conclusão um futuro extraordinário para aquela região e às que por ela forem beneficiadas” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1944b)

ciclos de expansão, iniciadas no século XVII com as bandeiras mineradoras, estabelecendo os primeiros centros urbanos no século XVIII. O segundo momento dessa expansão de fronteiras foi resultante da expansão da agropecuária, que com o fim do ciclo do ouro tornou-se a opção econômica para a região, e “trouxeram para Goiás novas feições territoriais, abriram caminhos, expandiram espaços, dimensionaram a economia regional” (CHAUL, 2000, p. 115). A pecuária foi a atividade econômica responsável para a inserção da economia goiana no cenário nacional na segunda metade do século XIX e início do século XX, ao mesmo tempo em que promoveu a expansão territorial e a ocupação geográfica do estado (CAMPOS, 1985; BORGES, 2000).

No decorrer do século XX ocorreram momentos e processos distintos de ocupação territorial em Goiás, em que a distinção caracterizou-se por diferenças geográficas e temporais. A partir de 1910 ocorreu a ocupação efetiva da região sul goiana, motivada pela construção dos primeiros trechos da ferrovia que incorporava essa região ao mercado consumidor nacional. Na década de 1930, um novo ciclo de ocupação iniciava-se com a construção de Goiânia (1933) e a chegada da ferrovia em Anápolis (1935) que favoreceu a ocupação da região central do estado, conhecida por Mato Grosso de Goiás. Outro momento distinto foi a ocupação da região norte do estado, ocorrida a partir da década de 1940, favorecida pela instalação da Cang e também pela abertura de estradas de rodagem para as áreas setentrionais de Goiás (CAMPOS, 1985).

O estudo realizado por Campos (1985) indicava que o número de estabelecimentos rurais cresceu mais de três vezes entre as décadas de 1920 a 1940 e quase duas vezes entre 1950 a 1960. Também nesse período foi significativo o aumento populacional, em que a população goiana obteve taxas de crescimento demográfico de 61,4% entre 1920/40 e 57,6% entre 1950/60. Nos anos de 1950, com a valorização das propriedades do norte de Goiás, e pela forma como se caracterizava a ocupação, registraram-se numerosos conflitos no campo, envolvendo posseiros e grileiros na região.

As questões agrárias e o processo de ocupação territorial de Goiás no século XX tiveram como característica constante o impedimento ao acesso à propriedade, traço evidenciado pelos recursos e meios usados pelos grupos dominantes. Para exercer esse impedimento usava-se uma legislação impeditiva, com excessivas exigências burocráticas de requisição de terras, levantamentos e demarcações, dentre outros, além do alto preço do imóvel. Embora proibido pela legislação imperial (Lei de Terras de 1850), o apossamento era

a forma mais comum de ocupação no estado desde o século XIX. Porém, essa legislação, que tornava o acesso à terra possível apenas por meio da compra da propriedade, era inviável a sua aplicação e o seu controle em Goiás, na medida em que a legalização das terras, nas formas previstas, era desinteressante, tanto para a pecuária extensiva quanto para as lavouras de subsistência. Com a constituição republicana de 1891, as condições legiferantes e administrativas referentes a áreas públicas foram transferidas para os estados, que, em sua maioria desconheciam a extensão e localização de suas terras devolutas.

Em razão da disposição constitucional em 1893 Goiás tem a sua primeira lei de terras. Esta lei estabelece que a forma de acesso à terra é a compra em hasta pública (Art. 1º), favorecendo a quem dispuser de dinheiro e procurando impedir a ocupação. Define como terras devolutas “as que não tiverem no domínio particular por título legítimo” e aquelas cujas posses não se fundarem em títulos capazes de legitimação ou reavaliação (Art. 13º). Uma definição que termina por abranger a todo o território estadual: todas as terras são públicas até prova em contrário. A lei estabelece como critérios preferência para venda: 1º – maior lance; 2º – pagamento à vista; 3º – cultura no terreno exposto à venda; 4º – compra de maior número de lotes. (Art. 8º do Decreto) [...] Esse conjunto de normas será mantido nas diferentes legislações de terra a partir de então (CAMPOS, 1985, p. 97).

A legislação republicana de 1893 apresentava as mesmas limitações e impedimentos da legislação de 1850. Em 1897 entrou em vigor uma nova legislação de terras em Goiás, introduzindo algumas modificações como o título provisório e o aforamento, práticas comuns no apossamento das terras, e que foi mantido ao longo da Primeira República (1889-1930). Mas, a partir da primeira década do século XX, com a expansão da cafeicultura no sul do estado e com a chegada da ferrovia, ocorreu uma maior valorização das terras, gerando críticas por parte dos grupos dominantes que passaram a reivindicar mudanças na legislação: “Em 1912 e 1913, o Executivo pede ao Congresso modificações na legislação de terras, a fim de obstar a ação devastadora de particulares que estão se apropriando das terras devolutas” (CAMPOS, 1985, p. 100).

A partir das modificações das medidas normativas estipuladas pelo governo goiano no início da década de 1910 verificou-se o acirramento da preocupação dos órgãos públicos com o problema dos apossamentos, sendo que, desde o início da República, a lei de terras estipulava prazos para a legalização dos títulos. Porém, os prazos expiravam e os títulos não eram emitidos, o que gerava sérios problemas para a administração pública como a venda de terras de domínio particular pelo Estado e o desconhecimento real das áreas devolutas

existentes. Entretanto, a partir da primeira década do século XX ocorreu um surto de ocupação, o que levou o governo estadual a fazer várias tentativas, no sentido de regulamentar os títulos particulares. Por meio da Lei nº 636 de 27 de julho de 1919 o governo goiano facilitou o registro de terras ocupadas, porém, essa medida não surtiu muito efeito, haja vista que em 1925 o executivo reclamava providências a fim de tornar possível o cadastramento de terras devolutas em função da pouca procura por registros (CAMPOS, 1985).

O movimento revolucionário de 1930 colocou no poder em Goiás o grupo oposicionista liderado por Pedro Ludovico Teixeira, que assumiu como interventor, ficando no governo até 1945. Esse governo, no que diz respeito a políticas de imigração e colonização, teve como destaque a mudança da capital do estado, que em 1933, com o início da construção de Goiânia, na região do Mato Grosso de Goiás, acelerou o processo de ocupação dessa região do estado. O incremento populacional evidenciava o fluxo migratório, apresentados nos dados do censo de 1920, que indicavam uma população natural do estado em torno de 99,3%, e em 1940 a população nativa caía para 80,8%, com 19,2% de imigrantes (CAMPOS, 1985).

Além da construção da nova capital, outros fatores contribuíram para o surto migratório em Goiás, como o estímulo dado pelo governo para a ocupação de terras devolutas. Em 1935 foi promulgada a Lei nº 52, que concedia favores às famílias numerosas que migrassem para Goiás, com a concessão de benefícios assistenciais e lotes de terras de 25 hectares, que deveriam ser demarcadas na região das Matas de São Patrício, no município de Jaraguá, estrategicamente localizadas próximo aos trilhos da ferrovia em Anápolis. Segundo Campos (1985), essa legislação não chegou a ser efetivamente regulamentada e aplicada na época, mas teve um papel fundamental na divulgação da política de imigração goiana, na medida em que a notícia de que em Goiás o governo estava doando terras, atraiu para a região um grande número de novos colonos, e o estado passou a ver o visto como um novo eldorado (CAMPOS, 1985).

Mesmo com o afluxo migratório, o Interventor Federal, em relatório ao Presidente da República (1930-1933), criticava a legislação em vigor (Lei nº 124 de 1895), por considerá-la inadequada às condições do estado, que era obrigado a dispensar recursos para a execução da colonização. Para tanto, solicitava nesse relatório, mudanças na lei, que deveriam estar mais adequadas às condições regionais, eliminando “as pesadas obrigações que a legislação anterior impunha aos cofres públicos, [...] procurando estimular a formação de núcleos

coloniais” (CAMPOS, 1985, p. 105). Em 1935 o sistema de vendas de terras devolutas foi modificado por meio do Decreto-Lei nº 313 de 01 de agosto, minimizando os trâmites burocráticos, abolindo os títulos provisórios e facilitando a compra.

Com a instalação do Estado Nacional em 1937 a política de imigração e colonização passou a ser concentrada pelo governo federal, conforme apresentado anteriormente. Entretanto, não ocorreram modificações na legislação de terras em Goiás, sendo que a regulamentação em vigor na época manteve-se até 1945. Em 1941 foi regulamentada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que passou a ser ocupada em 1942, em terras desapropriadas pelo governo goiano nas Matas de São Patrício, que desde 1935 já recebiam assentamentos de pequenos proprietários na região (CAMPOS, 1985).

1.4 – A Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Em termos legais, na década de 1940 ocorreram numerosas disposições que tratavam da oficialização do projeto colonizador, que procuramos traçar, em linhas gerais, algumas delas. Pelo Decreto-Lei nº 3.704¹², publicado pelo Correio Oficial em 04 de novembro de 1940, o Interventor dispõe sobre a doação de terras ao Governo da União, demarcando os limites para a instalação de um Núcleo Colonial e deixando evidente que a doação não implicava a participação do governo estadual no processo de instalação da Colônia. No artigo 1º do referido decreto encontra-se a seguinte referência:

Ficam doadas ao Governo da União as terras necessárias para a instalação de um Núcleo Colonial e compreendidas dentro dos seguintes limites: Rio das Almas, S. Patrício, Carretão, Divisor Daguas Areas e Ponte Alta. Rio Verde até confluência com Rio das Almas, tudo de acordo com estudos a que chegou a Comissão de técnicos

¹² O Decreto-Lei nº 403 de 20 de maio de 1946 confirma a doação de terras devolutas ao Governo da União, para efeito da fundação de uma Colônia Agrícola Nacional, retificando e ratificando o decreto-lei nº 3.704, em que foram detalhados os limites e as demarcações da área doada.

nomeada pelo Ministro da Agricultura, ficando ressalvado que a União regularizará as ocupações por ventura existentes nessa região (GOIÁS, 1940, s/p).

O Decreto-Lei nº 3.059, publicado pelo Diário Oficial em 14 de fevereiro de 1941 trazia as disposições gerais sobre a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, destinadas à ocupação e fixação de proprietários rurais, em que previa as características sócio-econômicas dos colonos (Art. 5º): “cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros” (BRASIL, 1941). O Governo da União encarregava-se de todas as despesas da fundação, instalação e manutenção das colônias, inclusive, responsabilizava-se pela construção e pela conservação das principais vias de acesso a esses núcleos agrícolas. O Decreto dispunha sobre as especificidades geográficas das regiões que iriam abrigar as colônias, como a situação climática, os recursos hídricos, reservas florestais, hectares dos lotes doados, conservação das belezas naturais, respeito à fauna e à flora da região. Outra disposição tratava da fundação da sede da colônia, que deveria ser planejada sob regras urbanísticas para criação de centros modernizadores do interior do país. Para isso, projetava-se a implantação de escolas de alfabetização e aprendizagem agrícola necessária aos misteres do homem rural. O decreto estabelecia condições e responsabilidades por parte dos colonos, regulando, inclusive, a possível exclusão do colono e, portanto, a perda dos lotes doados, pelo descumprimento das condições estabelecidas. O Governo determinava que engenheiros agrônomos fossem os técnicos responsáveis pela instalação e administração desses núcleos agrícolas coloniais.

Por fim, o Decreto-Lei Federal nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941, em conformidade com o decreto nº 3.059/1941 criava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás: “Art. 1º Fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiaz, no Município de Goiaz, Estado de Goiaz, em terras doadas à União pelo Governo do mesmo Estado, pelo Decreto-lei estadual n. 3.704, de 4 de novembro de 1940” (BRASIL, 1941). A escolha do local, bem como a instalação e administração, ficou a cargo do engenheiro carioca Bernardo Sayão. Sua instalação processou-se numa das margens do Rio das Almas, na região prevista pelo decreto goiano. Enquanto o Decreto Estadual nº 3.704/1940 dispunha acerca da criação de um Núcleo Colonial, o decreto federal ratificava a doação e denominava o referido núcleo de “Colônia Agrícola Nacional de Goiaz”. Também aparece nesse decreto que a Cang foi criada no “Município de Goiaz”, antiga capital do estado, confirmando os limites outrora apontados

pelo decreto goiano, mas não em terras do município de Jaraguá, conforme desapropriações promovidas pelo Interventor Estadual em 1935.

Os documentos que relatavam sobre o impacto da instalação da Colônia Nacional em Goiás, procuravam relacionar esse fato às demais políticas nacionais. Para os articulistas do Departamento de Imprensa e Propaganda em Goiás, a instalação da Cang era entendida como mais uma promoção das políticas sociais do Estado Nacional. Num artigo publicado pelo *Correio Oficial* em 26 de novembro de 1941, fez-se referência à realização do “Congresso de Brasilidade” em Goiânia, entre os dias 10 a 19 de novembro daquele ano, cuja finalidade era debater “os problemas da atualidade brasileira”, ao mesmo tempo em que buscava chamar a atenção dos cidadãos para a cruzada nacionalista que o governo federal realizava: “Nada mais patriótico e de grande oportunidade para a Nação do que este Congresso, que num período de nove dias, procurou reunir espiritualmente os brasileiros em torno de um objetivo supremo: a Pátria” (JORNAL CORREIO OFICIAL, 1941, s/p). Um dos temas centrais para o Congresso em Goiás foi a relação feita entre o Estado Nacional e a Marcha para o Oeste, vista pela imprensa oficial goiana com uma cruzada pela brasilidade. Outro elemento representativo na divulgação da Marcha como ação modernizadora era caracterizado pela construção de Goiânia, apresentada pela imprensa local como a cidade-símbolo da política de imigração e colonização do Oeste: “Esta marcha magnífica, de que Goiânia, obra máxima de uma administração-modelo, é um marco decisivo, veio integrar os rincões do Oeste no ritmo de desenvolvimento de todo o País” (LOBO, 1941, s/p). A imprensa oficial destacava, ainda, como síntese dos debates do Congresso, o impacto das políticas de colonização para Goiás:

Esta marcha já trouxe para Goiaz meios modernos de transporte e linhas aeronáuticas que nos põem em contacto rápido e direto com os grandes centros litorâneos; um liceu de artes e ofícios, destinados à preparação profissional de nossa mocidade sadia e viril; uma colônia agrícola a transformar a solidão de nossas matas em atividade fecunda e produtiva; amparo desvelado às nossas instituições de assistência social, através de reiteradas subvenções e com a construção de estabelecimentos hospitalares especializados; proteção à lavoura e à pecuária pela carteira agrícola do Banco do Brasil; assistência aos nossos trabalhadores, graças a uma legislação social previdente e sábia; proteção aos nossos índios, através da abnegação de um serviço próprio (LOBO, 1941, s/p)

O texto procurava relacionar as ações governamentais da Marcha às políticas sociais do trabalho, vinculando, ao mesmo tempo a ocupação do Oeste e os benefícios assistenciais

criados pelo Estado Nacional. Em outro artigo, publicado pelo *Correio Oficial* em 11 de fevereiro de 1942, intitulado “O ensino agrícola e a Marcha para o Oeste”, o jornalista José Bittencourt, divulgava a atuação do Estado Nacional e suas realizações nas aéreas rurais, procurando associar os discursos de colonização com as políticas sociais, sobretudo no campo da educação. Nesse artigo, o autor relata que estava em andamento a construção de várias colônias agrícolas no país, cuja finalidade era promover o povoamento humano de zonas despovoadas “em bases racionais”. Relatava acerca da Cang, ao afirmar que “a primeira delas, localizada no Estado de Goiaz, na Mata de São Patrício, nos oferece um espetáculo vibrante de entusiasmo, animado por uma força construtiva de previsão” (BITTENCOURT, 1942, s/p). O autor procurava valorizar a atuação do governo nas zonas rurais, defendendo a aptidão agrícola do país, e afirmando que a União utilizou modernas técnicas para valorizar e impulsionar a produção agrícola. Além de reforçar a atuação na valorização da ocupação e modernização da agricultura, procurava evidenciar a política de ensino agrícola promovida pelo Estado Nacional, observando a constituição das colônias agrícolas como sua efetiva implantação. Destacamos os relatos que foram feitos no referido artigo acerca da experiência goiana na instalação da Colônia Agrícola:

Empregando os mais modernos e eficientes equipamentos rodoviários, niveladores, plainas, escaladores, *road builders* e tratores, estão sendo rasgadas as rodovias que deverão ligar a Colônia à cidade de Anápolis, bem como a Goiânia, Capital do Estado, levantada pelo dinamismo construtor do Interventor Pedro Ludovico. Vinte quilômetros dessa rodovia-tronco já foram entregues ao tráfego, rodovia que mais tarde será o escoadouro da produção da nova zona e de todo o hinterland goiano. [...] A Mata de São Patrício vai ser um elo de brasilidade. Brasileiros do norte e brasileiros do sul, unidos pelo mesmo sentimento de amor à gleba, para lá hão de se dirigir. Entregues ao trabalho, rebuscando no solo a nossa riqueza primacial, louvarão a iniciativa do presidente Getúlio Vargas, valorizando o homem do campo, o humilde trabalhador rural. Na verdade, tudo se deve ao seu espírito realizador, mostrando ao povo brasileiro a importância da terra na formação de nossa consciência econômica (BITTENCOURT, 1942, s/p).

O texto que trazia como título o “ensino agrícola”, pouco tratava desse assunto, que quando citado buscava relacionar a agricultura como a principal atividade econômica e a verdadeira aptidão brasileira, citando a necessidade de modernização e racionalização dos métodos usados nas práticas agrícolas. Assim, o autor procurava justificar que o ensino agrícola seria adotado nas colônias nacionais, porém, a ênfase discursiva do texto era direcionada para a instalação dessas colônias como representação da modernização

promovida pelo Estado Nacional em sua Marcha para o Oeste, divulgando, assim, no caso específico da Cang, o uso de maquinário moderno, a construção de estradas e a interligação de regiões brasileiras. Portanto, a Colônia em Goiás representava para a imprensa oficial muito mais do que apenas um núcleo de assentamento agrícola, mas simboliza as políticas de benefícios sociais do Estado Nacional que eram estendidas ao campo, bem como a sua localização geográfica funcionava como política de integração nacional.

Em outro artigo publicado pelo *Correio Oficial* em 31 de dezembro de 1941 e intitulado “Colônias Agrícolas”, o jornalista Geraldo N. Serra, procurava reforçar que o progresso social brasileiro esteve vinculado, em mais de quatro séculos de história, às populações do litoral, sendo que as sociedades do Oeste estiveram relegadas ao abandono e esquecimento. O texto apresentava uma reserva de indignação, ao afirmar que esse esquecimento representava “um verdadeiro e imperdoável absurdo numa época em que todo pedaço de terra, todo “espaço vital” tende a se tornar fontes vivas de civilização e de produção para a riqueza de um país” (SERRA, 1941, s/p). O uso do termo “espaço vital”, característico dos discursos ideológicos do nacionalismo europeu, fazia sentido naquele momento em que o Estado Nacional mantinha uma explícita simpatia às políticas do Eixo. Ao mesmo tempo, essa observação inicial era usada para justificar a construção de colônias agrícolas, muito mais no sentido de integração nacional do que na constituição de políticas agrárias efetivas. A criação de colônias agrícolas modelos era visto como o “meio mais prático para integrar essa imensa região na nova ordem brasileira [...] transformadas, assim, em centros de irradiação de processos modernos de cultura agrícola” (SERRA, 1941, s/p). Portanto, os discursos, em momento algum procuravam divulgar a construção de colônias agrícolas como solução das questões agrárias tradicionais, mas reforçar as políticas sociais e nacionalizantes do governo federal.

Nessas colônias será dada, no primeiro ano, ajuda aos colonos, por meio de salários ou empreitadas para obras ou serviços de cada comunidade, além de empréstimos de animais, de fornecimento de instrumentos agrícolas, mudas, sementes e assistência técnico-agronômica. A par disso, cuidar-se-á da instrução primária e agrícola, haverá assistência médica e farmacêutica, bem como enfermagem, até emancipação completa da colônia. Um código de ética regulará a vida das colônias, sendo cassadas as concessões dadas aos colonos que não tenham boa conduta, que não cultivem os seus lotes ou que os desvalorizem, devastando-lhes as matas sem o imediato aproveitamento agrícola. Só serão dadas concessões a maiores de dezoito anos e aos que não sejam funcionários públicos (SERRA, 1941, s/p).

O autor, fundamentando-se nas disposições do Decreto nº 3.059/1941, apresentava o papel do governo federal na implantação da colônia agrícola em Goiás, com ênfase nos programas sociais e nas restrições aos colonos. De forma geral, a divulgação das obras da colônia agrícola goiana, estava em sintonia com os objetivos do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Nacional, que ao mesmo tempo em que divulgava a extensão das políticas sociais ao campo, tratava o assunto como tema nacional importante, ligado às questões de segurança, desenvolvimento econômico e integração nacional. Em síntese, o artigo entendia que a instalação de uma colônia agrícola em Goiás era “uma contribuição para uma sensível e verdadeira melhoria das condições de vida do trabalhador rural” (SERRA, 1941, s/p), ao mesmo tempo, esse programa governamental permitia que imensa extensão de mata virgem fosse transformada em unidades de produção e civilização.

Em 1943, as obras de instalação da Cang estavam em andamento e a região já experimentava o afluxo de colonos em busca dos lotes doados pelo governo da União. Num artigo publicado pelo Correio Oficial em 26 de dezembro daquele ano, a Colônia era divulgada pela imprensa oficial como “o primeiro marco da nova política colonizadora do Presidente Vargas” que “conclamou os brasileiros a tomarem posse efetiva desse vasto patrimônio, uno e indissolúvel” (JORNAL CORREIO OFICIAL, 1943, s/p). Além de relacionar a instalação da Cang aos projetos da Marcha para o Oeste, o artigo destacava, ainda, o andamento das obras da Colônia e da rodovia que dava acesso a ela:

todas as medidas para a instalação da colônia agrícola de Goiaz vêm sendo tomadas. Ainda agora, o engenheiro José de Oliveira Marques, diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, acaba de deixar este Estado, onde inspecionou os trabalhos de fundação da colônia. [...] Após descer em Goiânia, o citado diretor encontra-se com o Interventor Pedro Ludovico, cuja colaboração com o Governo Federal é das mais completas. Em seguida, partiram para a região da colônia, tendo percorrido os municípios de Anápolis, Jaraguá, Castrinópolis, Petrolina, Matão e Nerópolis, onde turmas de engenharia estão trabalhando ativamente na exploração e locação da rodovia que deverá ligar a colônia agrícola aos principais centros consumidores do Estado, inclusive sua capital (JORNAL CORREIO OFICIAL, 1943, s/p).

A Cang era vista pela imprensa goiana por diferentes ângulos. Enquanto para a imprensa oficial da capital a Colônia era símbolo de brasilidade, representante da Marcha para o Oeste, e em sintonia com as propagandas do Estado Nacional, os jornais do interior viam na colonização das Matas do São Patrício a possibilidade de desenvolvimento regional,

representado, sobretudo, pela construção de rodovias. A imprensa de Goiânia dava muito mais ênfase à construção e ao batismo cultural da nova capital, oficialmente inaugurada em 1942, e situava a Cang no contexto da Marcha para o Oeste, como uma extensão dos benefícios do governo federal e do interventor estadual. A imprensa anapolina, por sua vez, enfatizava a abertura de estradas que permitiriam o acesso daquele município com o norte goiano, e com extremo otimismo divulgavam o contato com o norte do país. Anápolis estava situada a pouco mais de 140 quilômetros da sede da Colônia, e em 1935 havia inaugurado a estação ferroviária que permitia a comunicação com os mercados consumidores do sudeste do país. O jornal *O Anápolis* de 25 de dezembro de 1943 destacava o início das obras da rodovia que ligaria a Colônia a Anápolis e Goiânia, como um sinal de progresso para o município e região (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943, s/p). Numa outra reportagem de 01 de outubro de 1944, em que a Cang era apresentada como “uma obra que conquista aplausos”, divulgava que a abertura da rodovia para as matas de São Patrício, iniciada há pouco mais de dois anos, era uma iniciativa vitoriosa, pois permitia o contato da Colônia “com o ponto terminal da Estrada de Ferro de Goiaz, nesta cidade, embora seja esta uma grandeza para o Estado, mas também o que já foi realizado na sede da Colônia por esse homem extraordinário que é o dr. Bernardo Sayão” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1944, s/p). Ao mesmo tempo em que elogiavam a forma como era administrada as obras por Sayão, reclamavam da dificuldade de acesso ao administrador, que sempre prorrogava entrevistas e informação àquele jornal. Ainda nessa reportagem registraram o depoimento de um técnico do Ministério da Agricultura que na oportunidade vistoriava as obras da Colônia:

Agora que visitou a Colônia um técnico do Ministério da Agricultura, e que é também redator da “Folha Carioca”, o dr. Honorato de Freitas, concedeu uma entrevista ao Departamento de Imprensa e Propaganda de Goiaz, pela qual ficamos sabendo que os excelentes 143 quilômetros de rodovia abertos desta cidade à Mata de S. Patrício é obra sólida, visto que não se intercala de mata burros de madeira, comumente usados, mas por boeiros e pontilhões de concreto armado; que a população da cidade-colônia já atingiu 8.000 habitantes constituída por 1.056 famílias, já tendo sido cultivada um área de 5.000 hectares, assim discriminados: 400 hectares de cana, 2.400 de arroz e 2.200 de feijão e milho (JORNAL O ANÁPOLIS, 1944, s/p).

De acordo com o relato do técnico do Ministério da Agricultura, o afluxo de colonos para a Colônia em 1944 já era significativo, e na reportagem afirmava que a intenção do governo federal era ocupar os 5.000 lotes que constituíam a área da Cang, aumentando

significativamente sua população e produção agrícola. O texto elogiava a atuação de Bernardo Sayão na administração das obras da Colônia e na construção da rodovia, estimada a ser estendida até a cidade de Carolina, no Estado do Maranhão. Mesmo citando a capacidade produtiva da região da Colônia e o afluxo populacional para as Matas de São Patrício, o foco central da imprensa anapolina era o andamento das obras e o roteiro da rodovia.

A imprensa anapolina criticava o pouco acesso a Bernardo Sayão e sua resistência em atender aos jornalistas daquela cidade. Mas numa edição do jornal *O Anápolis* de 28 de novembro de 1943, foi publicada uma entrevista com o administrador, que relatava o andamento das obras da Colônia e da rodovia que dava acesso às matas do São Patrício. Num artigo intitulado “A Colonia Agrícola Nacional e o Progresso do Estado de Goiás: autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G ao Anápolis”, comunicava, num discurso que abusava da retórica da Marcha para o Oeste, o andamento das obras de fundação de que fora incumbido pelo Governo, afirmando que a finalidade das colônias nacionais era “melhorar o padrão de vida dos nossos patrícios que, vivendo no interior à míngua de assistência, transporte, e defesa organizada de produção agrícola, [...] foram, são e serão os esteios mestres aos quais se apóiam nossa economia” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943a, s/p). Respondendo ao tema de interesse da imprensa local, apresentava para o público anapolino o andamento das obras da rodovia:

Assim já foram construídos e encascalhados 93 quilômetros de estrada de 10 metros de largura, com obras de arte em concreto armado e condições de tráfegos garantidas para tempo das águas, sem o uso das clássicas “correntes”, que são, por sinal, proibidas de se usar na referida rodovia. De Anápolis a Jaraguá a recente colocação de marcos quilométricos do tipo aprovado oficialmente registrou uma distância de 81 e meio quilômetros. [...] Além do quilômetro 93 já estão concluídos os trabalhos de terraplanagem e obras de arte de 17 kms nos quais faltam apenas a pavimentação. Além deste ponto (Km 110) estão em véspera de conclusão os trabalhos de deslocamento e limpeza da chapa definitiva e bem atacadas obras de arte ao km 143, na entrada da Colônia (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943a, s/p).

Na entrevista cedida, além de detalhar as obras da rodovia de acesso a Colônia, o engenheiro apresentava a expansão da rodovia até a cidade de Sant’Ana (Uruaçu), ampliando a ligação rodoviária à região norte de Goiás (atualmente Estado do Tocantins), chegando até a cidade de Carolina no Maranhão.

Afim de dar melhor escoamento à produção da Colônia, está em véspera de conclusão o estudo de ligação da extremidade Norte da mesma com a cidade de Sant'Ana. Essa cidade ficará, então, a 270 kms de Anápolis. Daí será possível atingir a cidade de Peixe com a melhoria da atual estrada. Daquela cidade, com pequeno trabalho de adaptação das corredeiras existentes, no Tocantins será possível, tanto no período chuvoso como na estiagem, atingir a cidade maranhense de Carolina, entrozada no sistema rodovia e ferroviário do Nordeste, já há muito beneficiado pelas vultuosas obras da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943a, s/p).

Justificava que a importância de estender a rodovia até o Maranhão, devia-se ao fato de que a cidade de Carolina permitiria o fácil acesso a Santo-Antonio-das-Balsas, porto navegável do rio Parnaíba, atingindo, por meio de pequenos veleiros ou “embarcações de caiado médio” a cidade de Belém no Pará: “Nesse grande empório do norte do País há possibilidade, então, de embarcar para os Estados-Unidos, o maior mercado consumidor e exportador dos produtos do Brasil, a imensa riqueza latente que até o presente saía oneradíssima para o porto de Santos” (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943a, s/p). Apresentava ainda, as reivindicações do prefeito Câmara Filho, interessado na imediata ligação da Colônia com a Capital, via Anápolis, afirmando que, embora não fosse urgente, ficava estabelecido que os trabalhos preparatórios para o entroncamento com a cidade de Goiânia, passando por Nerópolis, iniciariam em princípios do mês de dezembro daquele ano, aproveitando em parte as estradas já existentes e respeitando as exigências e as características da estrada federal. Além das informações das obras rodoviárias que ligavam Anápolis à Colônia, o administrador fez importantes relatos sobre o funcionamento da Cang nesses primeiros anos de funcionamento:

Apesar das dificuldades de toda sorte, pela situação do vertiginoso progresso da região, faltas de estradas que mereçam tal denominação, crise de peças e combustíveis e muitas outras, já existe em funcionamento na Colônia uma serraria de grande capacidade, com marcenaria anexa; uma olaria para telhas francesas e tijolos prensados; máquina de beneficiar arroz; moinhos; esburgador; debulhadores; máquinas forrageiras; etc.; armazém para fornecimento, base da futura Cooperativa; serviço de assistência médica, dentária e escola primária. [...] Existem na Colônia 1.056 famílias de ocupantes, que estão em plena atividade agrícola. A safra 1943/44 de arroz está estimada em 70 mil sacas além de produção bastante acentuada de café, feijão, toucinho, milho, tubérculos, etc.. [...] Nas proximidades da sede da Colônia será instalada uma das usinas do I. A. A. em Goiaz. Ela terá capacidade para 20.000 sacas de açúcar cristal e 10.000 litros diários de álcool motor, produzido na sua destilaria (sic). Para isso estão sendo plantados pelos ocupantes cerca de 1.000 hectares de canas, na sua quase totalidade de variedades javanesas. Essa plantação deverá ficar concluída até janeiro próximo e a usina e destilaria (sic) montadas por todo o ano vindouro (JORNAL O ANÁPOLIS, 1943a, s/p).

Mesmo apresentando detalhes do desenvolvimento regional, do afluxo de populações para a região das matas de São Patrício e dos projetos para assistência produtiva e social aos moradores da Colônia, esses assuntos eram apresentados de forma secundária pela imprensa regional, muito mais interessada na ampliação da malha viária e da extensão da rodovia que ligava Anápolis ao norte de Goiás. Esse tema continuou a ter espaço nos jornais da cidade, que em 1944 comemoravam a chegada da rodovia federal a cidade de Uruaçu, norte do estado. Num artigo publicado pelo jornal “Anápolis” de 09 de dezembro de 1944, elogiava os trabalhos realizados, estendendo a rodovia da Cang em direção norte, ligando Anápolis a Uruaçu por 288 quilômetros.

Assim temos agora o Norte ligado ao Sul por mais essa rodovia ora aberta da Colônia Agrícola a Uruassú, que apresenta uma redução de distância em cerca de 48 quilômetros. [...] Naturalmente que devemos tudo isso à reintegração de Goiás à comunhão federativa pelo Presidente Vargas e o Chefe do Executivo goiano dando-nos um período de garantias e estímulo pelo trabalho, valorizando as nossas produções para as quais já não faltam nem transportes e nem mercados. [...] É a renascença do Brasil na parte econômica, condição sem a qual não se poderia alcançar a política já prometida para logo que se termine a guerra (JORNAL O ANÁPOLIS, 1944a, s/p).

Em linhas gerais podemos perceber, por meio das fontes analisadas, que as questões rurais foram pouco abordadas pela imprensa goiana (capital e interior), que priorizavam apresentar em forma discursiva a aplicação dos pressupostos da Marcha para o Oeste, ou relatar os benefícios gerados para a área de transporte com as estradas abertas para a Colônia. A Colônia, por sua vez, era divulgada como ação exitosa do governo federal para sua política de colonização, desviando o foco das questões de imigração e povoamento e concentrando-se na temática do desenvolvimento regional. Também, diferente dos articulistas do Estado Nacional, que procuravam relacionar os projetos de colonização e imigração às políticas sociais do trabalho divulgados pelo governo da União para o campo, a imprensa goiana via na instalação da Cang como a possibilidade de desenvolvimento e maior integração regional.

1.5 – Estudos realizados sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Dentre os estudos que tiveram a Cang como objeto de pesquisa (central ou secundário), destacamos os trabalhos de Esterci (1972), Dayrell (1974), Neiva (1984), Pessoa (1999), Duarte (1999) e Silva (2002). Em 1972, Esterci realizou uma pesquisa de mestrado em antropologia intitulado “O mito da democracia no país das bandeiras: análise dos discursos sobre colonização e migração no Estado Novo”, utilizando como fonte a obra “Marcha para Oeste” de Cassiano Ricardo e discursos de Vargas sobre o tema, bem como outras fontes e publicações. Em sua abordagem buscava identificar os aspectos míticos e ideológicos nas narrativas de colonização apresentadas durante o Estado Novo. O foco central de seu trabalho eram os diferentes tipos de discursos da Marcha, porém, na parte final de seu trabalho apresentava dados, mesmo que breves, da colonização na Cang, como exemplo da efetivação das políticas de colonização¹³.

O trabalho de Dayrell (1974), realizado em pesquisa de mestrado, procurou analisar a Cang a partir da política de colonização e expansão para o Oeste, no período do Estado Novo, fundamentando-se em duas vertentes: primeiro, no que a autora considerava como “Estado Nacional”, em referência a textos de Francisco Campos; segundo, baseou a política de ocupação do Oeste na perspectiva de “imperialismo brasileiro”, evidenciando os interesses econômicos e geopolíticos da colonização. A Cang e as políticas de integração nacional gerenciadas pelo Estado Novo foram focalizadas a partir de uma compreensão globalizante do Estado, ressaltando os projetos nacionalistas, que vinculavam a identidade ao território como forma de manutenção da soberania, em que a integração nacional e a ocupação de áreas de fronteira serviam como princípios orientadores da ocupação nacional. Esse estudo apontava que os objetivos da colonização promovida pelo “Estado Nacional”, era garantir a ocupação de regiões do Oeste sem interferir nas perigosas questões fundiárias presentes em áreas de fronteira e a Cang representava esse tipo de colonização, realizada por uma política de compromisso, e por não ameaçar a ordem interna do Estado Nacional. Na lógica do “imperialismo brasileiro” justificava a colonização pela expansão capitalista para regiões de

¹³ Esterci (1972) visitou Ceres em 1970, coletando entrevistas e depoimentos dos pioneiros. Na parte final de sua pesquisa traz uma breve observação sobre a história da Cang: “A Colônia foi instalada num vale fértil, no Mato Grosso de Goiás, banhada pelos rios da Almas, Verde e São Patrício, e muitos córregos. Os lavradores vieram em grande número e a produção foi grande, de modo que em 1953 pôde emancipar-se e ser elevada à categoria de município com o nome de Ceres” (ESTERCI, 1972, p. 44).

fronteiras, constituindo zonas centrais no Centro-Sul do país e zonas periféricas no Oeste. Dessa forma, as colônias nacionais se justificavam na lógica da produção de alimentos para atender as demandas de abastecimento dos centros urbanos industriais do país.

Em outra pesquisa de mestrado, Neiva (1982), procurou analisar as contradições e as formas de resistência popular ocorridas na Cang na década de 1950. Esse trabalho remontou todo o processo de ocupação da região, apresentado importantes fontes de pesquisa (inclusive um grande número de depoimentos orais). Porém, focalizava as formas de organização e mobilização popular nos movimentos sociais camponeses e as particularidades da ação política no local, com análise da participação do Partido Comunista. Esse estudo procurava evidenciar as políticas de ocupação da região por meio dos conflitos sociais que envolviam as questões agrárias, apresentando críticas ao processo de povoamento e distribuição de terras na Colônia. Sua tese era a de que o Governo da União não se interessava em transformar as estruturas fundiárias no país ao adotar a política de povoamento, mas garantir os interesses do latifúndio.

Em 1999 dois trabalhos buscaram investigar a região da Colônia sob prismas distintos. O primeiro estudo refere-se à publicação de Pessoa (1999), intitulada “A igreja da denúncia e o silêncio do fiel”, em que o autor investigava as articulações religiosas na Cang, focalizando a participação de uma ala específica da Igreja Católica, denominada de “Igreja do Evangelho”, junto aos movimentos camponeses. O estudo de Pessoa procurava abordar os sistemas de crenças na Cang, bem como a delimitação do espaço da fé entre os colonos. Porém, o foco central de sua abordagem era a Igreja do Evangelho, em que procurou identificar nessa comunidade religiosa, filiada ao catolicismo oficial, as formas simbólicas de uma religiosidade específica, que se diferenciava do modelo tradicional Católico e sua repercussão entre os camponeses da Colônia. Apresentando as lutas simbólicas travadas pelo catolicismo em geral, identificado nas correntes conservadoras e progressistas em especial, Pessoa identificava na Diocese de Goiás (Cidade de Goiás) a referência da Igreja do Evangelho (também denominada de Igreja Popular) na região, como uma nova maneira de produção do sagrado. Para tanto identificou na Cang as lutas simbólicas pela imposição do espaço religioso da Igreja do Evangelho que, baseada numa nova estrutura religiosa, questionava a estrutura social dominante. O autor apresentou os mecanismos e os instrumentos de evangelização adotados pela Igreja do Evangelho nas Comunidades Eclesiais de Base, que eram fundamentadas na pedagogia das práticas religiosas e políticas, em que a igreja adotava uma postura altamente restritiva da religião, em que “a freqüência aos atos

litúrgicos e aos sacramentos deveria ser acrescida de uma oposição concreta às injustiças sociais, como uma exigência evangélica. Evangelho e sacramento eram sempre apresentados como pólos definidos da inclusão/exclusão” (PESSOA, 1999, p. 122). Embora tratando do espaço religioso na Colônia, Pessoa (1999) estendeu sua abordagem temporal, analisando o impacto do sagrado naquela comunidade nas décadas de 1960 e 1970, período em que a Cang já havia sido emancipada. Todavia, sua abordagem se distinguiu das anteriores, apesar de reconstruir historicamente o processo de implantação da Cang como os demais, na medida em que o recorte sobre o universo do sagrado era mais importante que as questões de colonização e expansão de fronteiras agrícolas para o Oeste.

Também naquele ano, em pesquisa de doutorado, Duarte (1999) investigou o processo de ocupação da Cang, por meio de uma análise comparativa entre as relações de poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres (Cang) e Jaraguá. O estudo envolvia as questões agrárias da Cang, analisados pela pesquisadora como processo distinto de ocupação por ser constituído através de uma política oficial de povoamento e reforma agrária, sendo objetivo da pesquisa, esclarecer, por meio de uma metodologia comparativa, as semelhanças e diferenças fundiárias e políticas que envolviam essas localidades.

Em 2002, em pesquisa de mestrado, buscamos compreender o processo de construção simbólica da Cang, na crítica aos modelos economicistas de expansão de fronteiras que consideravam apenas as questões estruturais da ocupação (SILVA, 2002). Essa pesquisa fundamentava-se na análise do espaço social como um *locus* de lutas simbólicas para a imposição de uma visão de mundo distinta, identificando as representações sociais dominantes na experiência da Cang. Para tanto, foi importante retomar as questões de colonização e povoamento apresentados pelos estudos anteriores, mas focalizava os campos e agentes constituintes do poder simbólico na região, bem como os conflitos de ordem cultural que se impuseram para a constituição do espaço social, com suas relações, sociabilidades, e outras representações que demarcavam os elementos de pertencimento no lugar. No decorrer da pesquisa, principalmente na coleta de depoimentos com pioneiros da Cang, apareceu a necessidade de pesquisar a dinâmica de distinção e estigmatização que ocorria, não mais no interior da Colônia, mas com a comunidade vizinha da Barranca. A Barranca aparecia naqueles relatos, mas, como o objetivo na época era descrever a construção simbólica do espaço social da Cang, a comunidade vizinha era apontada apenas como experiência diferente, que não pertencia ao *regio* e *finis* (BOURDIEU, 1988) da Colônia.

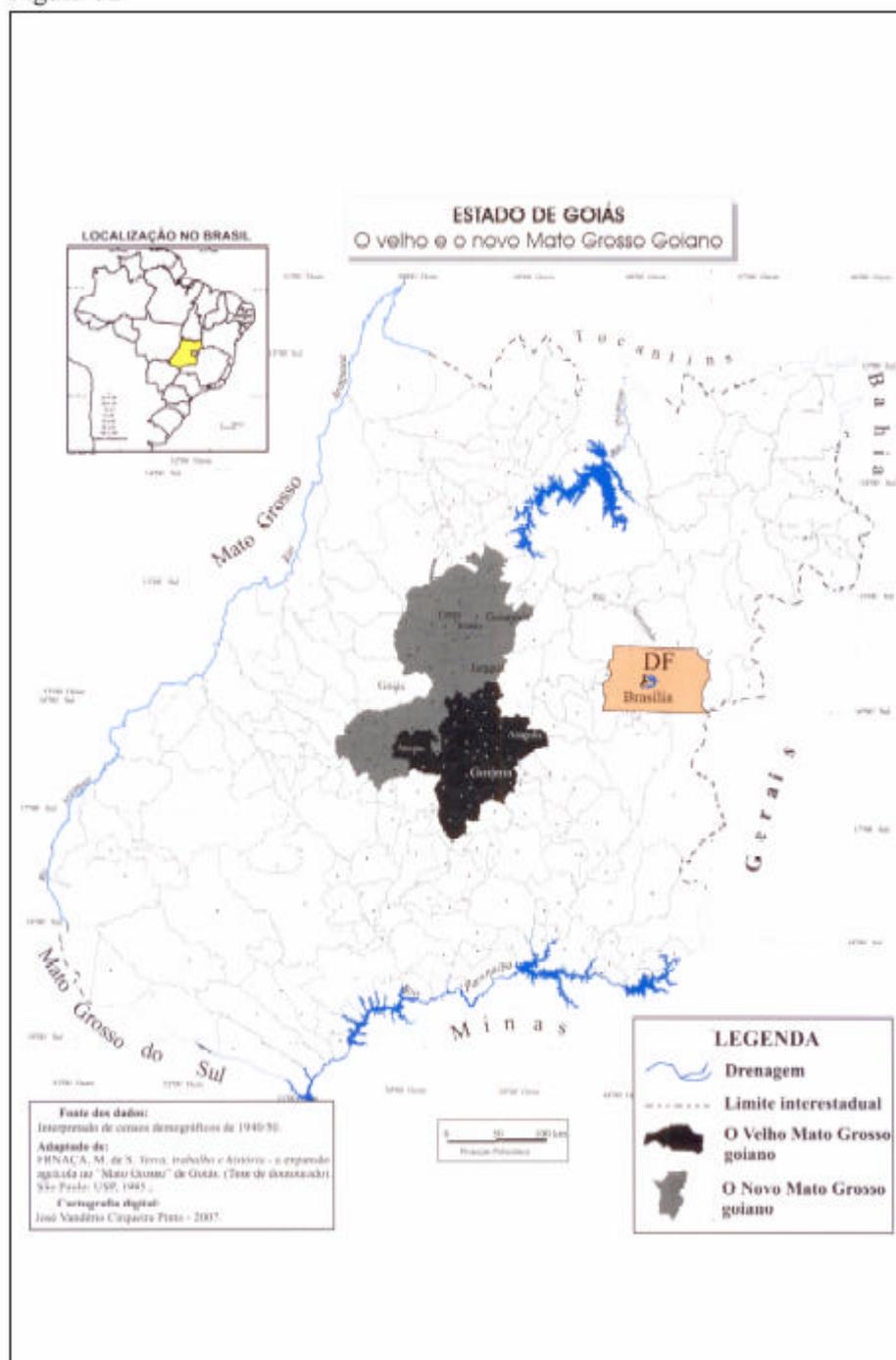
Numa visão geral, considerando os diferentes pontos de vista envolvidos, os estudos realizados sobre a colonização das Matas de São Patrício, procuraram analisar os programas e discursos estatais para a colonização e imigração para o Oeste (macro), bem como das particularidades inerentes ao convívio social das associações político-partidárias, de representação do espaço do sagrado e das relações de poder em observação às estruturas agrárias e simbólicas (micro). As diferentes análises e abordagens que envolveram esse objeto foram significativas do ponto de vista científico, pois, na tentativa de dar sentido ao histórico e sociológico da Cang, procuraram esclarecer os processos, fatos e fenômenos sociais relacionados a essa comunidade num período mais ou menos semelhante, assim como apresentar elementos novos, ligados a particularidades dessa região.

Outra questão importante, e que as pesquisas apresentadas evidenciaram, trata-se da forma como os fenômenos de “conciliação” e “conflito” foram abordados. Se por um lado, a colonização aparecia como forma de resolver questões delicadas para o Estado Nacional, principalmente no que se referia às políticas sociais de trabalho e problemas fundiários (resolvidos por meio de acordos com os grandes proprietários, evitando conflitos no campo), por outro lado, novos conflitos foram identificados, como a participação política do movimento camponês de orientação comunista, a Igreja do Evangelho e as novas liturgias de mobilização social e as lutas simbólicas para a constituição do lugar.

Essa polarização (conciliação/conflito) identificada nas pesquisas sobre a Cang, assemelha-se com as distintas visões de deslocamento e colonização apresentadas no início deste capítulo. Talvez, por conta da especificidade da política de ocupação proposta a partir do Estado Novo é que encontramos a diferença entre as visões de Faissol (1952) e Martins (1997) acerca do processo de ocupação de fronteiras. Se por um lado a colonização significava o ordenamento e o planejamento da ocupação com o aval do Estado, por outro ela representava o conflito e o renascimento da barbárie. No caso das colônias nacionais, o Estado foi o grande agente da ocupação planejada, ideologicamente divulgada como “ocupação sem conflito”, decorrente de sua política de compromissos com os latifundiários, da centralidade em assumir para si o papel da colonização, e de sacralizar o processo, visto como vontade nacional. Porém, mesmo com a divulgação da ordenação promovida pelo Estado Nacional, esse processo não foi imune aos conflitos. A violência característica da luta pela posse da terra, talvez não tenha sido tão explícita quanto nas frentes de expansão de fronteiras. Mas é certo que lutas sociais se estabeleceram, tomando novos contornos e novas nuances. Uma delas, que é objeto desse estudo, é o conflito simbólico entre os moradores da

Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a cidade vizinha da Barranca pela demarcação da distinção entre elas, que iremos discutir nos próximos capítulos.

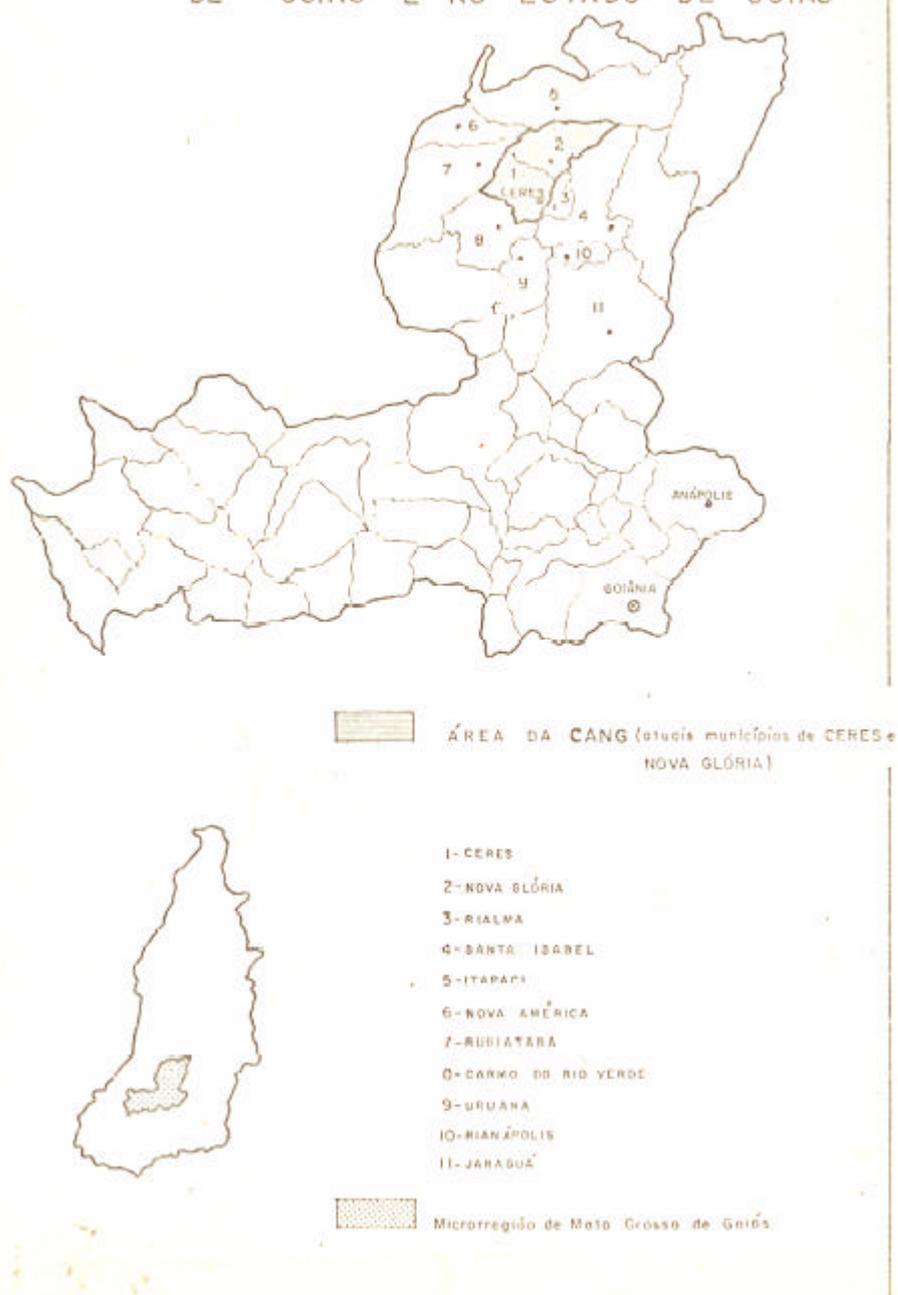
Figura 02



Fonte: FRANÇA, 1985. Disponível em www.observatoriogeogoiias.com.br

Figura 03

LOCALIZAÇÃO DA CANG NA MICRORREGIÃO DO MATO GROSSO DE GOIÁS E NO ESTADO DE GOIÁS



A Cang na microrregião do Mato Grosso de Goiás

Fonte: NEIVA, 1982.

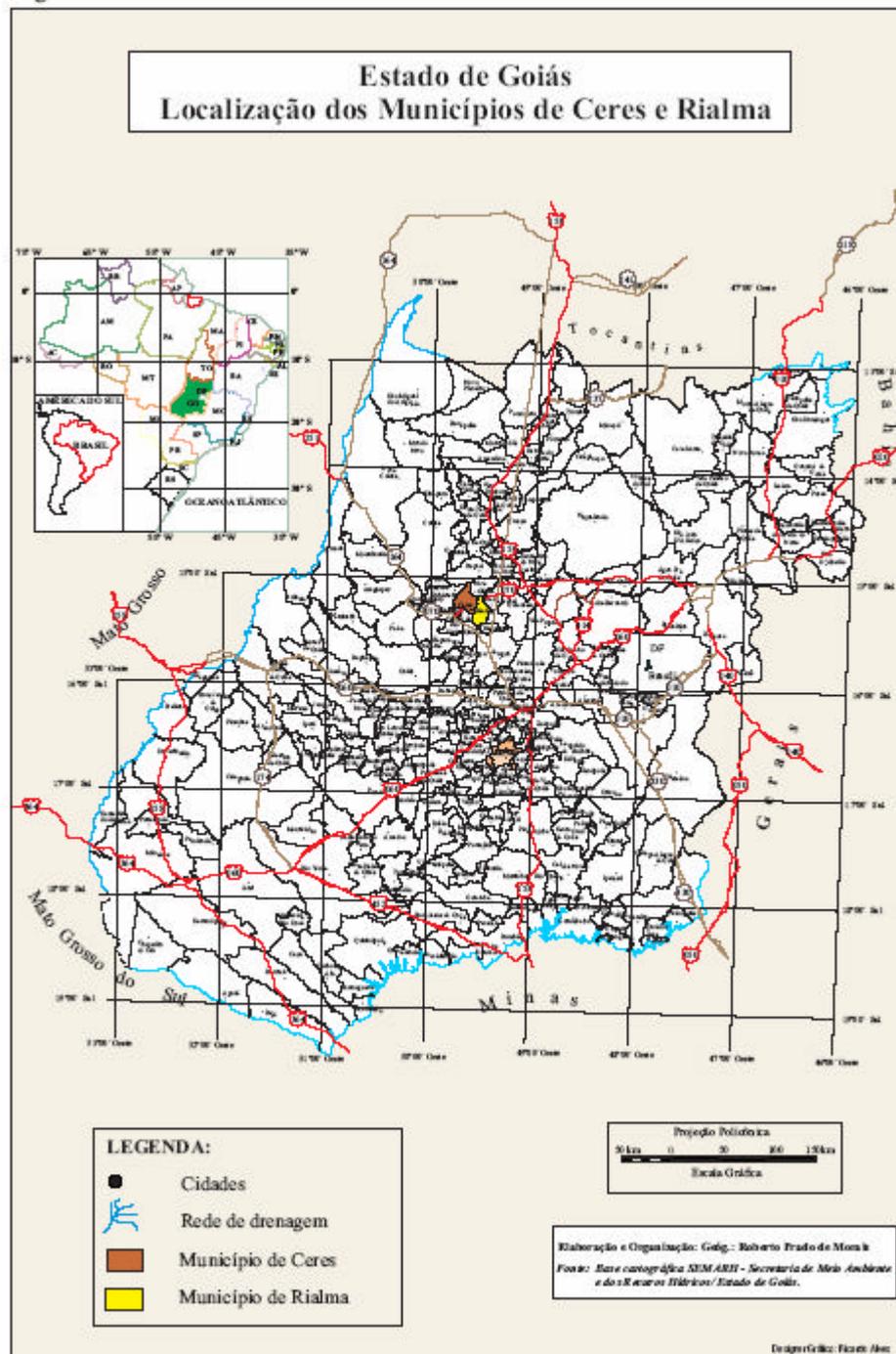
Figura 04



A antiga estrada aberta pelo casal Lowell no final da década de 1930, partia de Jaraguá, passando por Castrinópolis, em direção a Fazenda Lavrinha.

Fonte: LOWELL, s/d

Figura 05



CAPÍTULO 2

O Pioneiro e o Bandeirante:

Os referenciais simbólicos da Marcha para Oeste e o estigma da Barranca

E as aparências, já o disse alguém,
são as únicas realidades que o mundo reconhece.

(Cassiano Ricardo)

Conforme apresentado anteriormente, a Marcha para o Oeste foi a política governamental de colonização e imigração que orientou a ocupação do *hinterland* brasileiro a partir de 1937 com a implantação do “Estado Nacional”, caracterizando-se pela centralização das políticas sociais para o campo e cidade naquele período. Também, no capítulo anterior, procuramos relacionar a criação das colônias agrícolas nacionais com as políticas sociais do trabalho e com a ideologia nacionalista da brasilidade, que se fundamentavam nos princípios de solidariedade, simbolizada na representação da nação como corpo (LENHARO, 1986). A intenção inicial era vincular a experiência de colonização ocorrida nas matas do São Patrício em Goiás com o contexto histórico nacional e regional, fundamentando-se em fontes e estudos que permitissem observar as orientações normativas, discursivas e políticas que caracterizaram a imigração e ocupação do Oeste brasileiro, em especial a Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

No capítulo atual, objetivamos utilizar a obra “Marcha para Oeste” de Cassiano Ricardo¹⁴ (1959), texto publicado em 1942, no auge dos discursos de colonização, procurando indícios que permitissem compreender a apropriação dos referenciais simbólicos da literatura da Marcha nos processo de distinção e estigmatização ocorridos entre as localidades da Colônia e Barranca. Essa obra, que teve grande repercussão na época, utilizava as narrativas das bandeiras históricas para caracterizar o modelo político social brasileiro e ao mesmo tempo buscava justificar as políticas de ocupação do Oeste implantadas pelo Estado Nacional. Apesar de Cassiano Ricardo afirmar que a Marcha não era uma obra “poética” – pois, na sua visão, utilizava nesse ensaio da objetividade sociológica para apresentar a influência da Bandeira e dos seus mitos na formação social e política brasileira – o que nos interessou, nessa abordagem, foi justamente os sentidos simbólicos que sua narrativa apresentava para caracterizar o sentido bandeirante e pioneiro da colonização, e a influência dessas referenciais nas lutas simbólicas na região do Rio das Almas em Goiás. Essa literatura não se diferenciava dos discursos e ideologias do Estado Nacional, que orientaram, por meio das propagandas da “brasilidade”, os processos de imigração e colonização do Oeste brasileiro. Porém, os referenciais simbólicos da Marcha, ao mesmo tempo em que foram utilizados como recurso intelectual e ideológico que justificava “culturalmente” os deslocamentos para o interior brasileiro, constituiu-se em nova referência, utilizada pelos moradores da Cang na luta simbólica pela distinção e estigmatização da vizinha Barranca.

O texto de Ricardo (1959) procurava estabelecer um novo sentido para o termo brasilidade – em relação aos sentidos utilizados pelos modernistas –, mantendo as categorias homem e território e suas distinções como fundamentais. Para ele a brasilidade estava ligada, muito mais, ao processo histórico do movimento e da ação bandeirante, ressaltando atitudes e comportamentos que caracterizam a essência da alma brasileira (ESTERCI, 1982). A narrativa da marcha definia a brasilidade, não por meio das características étnico-culturais¹⁵,

¹⁴ Cassiano Ricardo foi poeta, ensaísta, jornalista, e um dos líderes do movimento de reforma literária da Semana de Arte Moderna em 1922. Como modernista, participou ativamente dos grupos “Verde-Amarelo” e “Anta”, junto com Plínio Salgado, Menotti Del Picchia, Raul Bopp, Cândido Mota Filho, dentre outros. Estreou na poesia em 1915 com os versos de “Dentro da Noite”, revelando-se modernista ortodoxo até 1947, quando publicou “Um dia depois do Outro”. Sua obra poética era considerada pela crítica geral como uma das mais importantes da literatura brasileira contemporânea. Em 1937 integrou a Academia Brasileira de Letras, e em 1942 publicou o livro “Marcha para Oeste” com grande repercussão na época. Exerceu várias funções públicas nas décadas de 1940 e 1950. No jornalismo trabalhou como redator do Correio Paulistano (1923-1930) e dirigiu a revista “A Manhã” (1940-1944) no Rio de Janeiro (RICARDO, 1959).

¹⁵ Essa relação entre povo, identidade e território aparece em outras obras como *Os Sertões* (CUNHA, 2000) e *Macunaíma* (ANDRADE, 2000), cuja abordagem é mais culturalista e menos ideológica. A obra de Ricardo (1959), apesar da insistência do autor na objetividade do texto, aborda o tema da brasilidade na sua analogia com

mas na analogia do movimento histórico das bandeiras. Nessa perspectiva, o bandeirismo era visto não apenas como uma característica da identidade nacional, mas como sua alma, seu espírito, e sua “verdadeira identidade”.

O Estado Novo incorporou os referenciais da marcha nos seus discursos sobre a ocupação do interior brasileiro como o sentido fundamental da brasilidade. A obra de Ricardo (1959), ao apresentar a influência do bandeirismo na formação social e política do Brasil, serviu como base ideológica dos discursos oficiais do povoamento, elegendo a experiência da Bandeira como fomentadora da simbologia nacionalista e democrática (no sentido apresentado por Ricardo). A verdadeira brasilidade se constituía na evolução histórica brasileira, cujo grande exemplo era a Bandeira (ESTERCI, 1972; SILVA, 2002).

A narrativa da Marcha procurou reconstruir, por meio de novas simbologias, as bandeiras históricas. Para Ricardo (1959), as novas gerações não entendiam o real sentido do bandeirismo, muitas vezes, compreendido como fabuloso ou lendário. A moderna bandeira necessitava ser compreendida pela sociedade do século XX, bem como seus heróis desbravadores precisavam emergir do esquecimento e, lembrar esse passado épico reforçava os atributos do brasileiro típico. A lembrança social dos referenciais da Bandeira era vista como a possibilidade de ressurgimento da legítima organização social brasileira, em oposição a outras manifestações importadas, afirmando ser fundamental reviver esse espírito desbravador. Mesmo parecendo destacar um fenômeno extinto, afirmava que o espírito bandeirante renascia no século XIX e um neobandeirismo era revivido em personagens que traziam consigo o “atrevimento típico do bandeirante” (RICARDO, 1959, p. 285). O enredo da Marcha iniciava-se no período colonial com as históricas bandeiras paulistas entre os séculos XVI a XVIII, fazendo alusão ao Império e suas interpretações do que considera como bandeirismo no século XIX, chegando até o século XX na argumentação de que, a despeito da modernização tecnológica, o espírito bandeirante permanecia vivo nas novas marchas que se processavam naquele momento¹⁶.

as bandeiras históricas, carregada de conteúdos e orientações ideológicas que marcaram a sociedade mundial a partir da segunda metade da década de 1930 e na primeira de 1940.

¹⁶ Para Ricardo a modernização ocorrida no século XX não modificava o caráter histórico do bandeirismo que “continuava fiel ao seu destino histórico de abrir caminhos, incorporar a população selvagem às forças vivas da nacionalidade, dar nome aos rios e às montanhas, devassar terras virgens, descobrir riquezas, manter vivo o amor pelo sertão, fixar fronteiras geográficas e promover a unidade social e territorial do país.” (RICARDO, 1959, p. 338)

Em trabalho realizado anteriormente acerca da construção simbólica da Cang (SILVA, 2002), os discursos da Marcha para Oeste foram utilizados como elementos fundamentais na compreensão da ocupação regional. Era fundamental, naquela abordagem, identificar a ocupação, não apenas na perspectiva da expansão das fronteiras econômicas, mas, principalmente, por meio dos sentidos ideológicos e simbólicos daquele processo. Nessa perspectiva, a criação das colônias agrícolas no início da década de 1940 era compreendida como o reconhecimento da importância histórica do bandeirismo, fazendo ressurgir simbolicamente o espírito da mobilidade. Logo, o interesse naquela ocasião era identificar a importância dos referenciais simbólicos da marcha como elemento agregador e mobilizador da ocupação.

Na pesquisa atual, entretanto, procuramos conferir um novo olhar acerca da narrativa da Bandeira e dos discursos da Marcha para Oeste, direcionando suas representações para a dinâmica da estigmatização social ocorrida nas localidades da Colônia e Barranca, tendo como referência a fabricação da imagem pública de Bernardo Sayão, fundador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. O discurso da Marcha para Oeste foi um elemento da distinção do processo de ocupação, na medida em que justificava o processo de povoamento. Porém, esse elemento discursivo não orientou apenas o deslocamento e ocupação das colônias agrícolas, como abordado na pesquisa anterior (SILVA, 2002), tampouco significou um fenômeno restrito à Cang, na medida em que o movimento migratório fez surgir outras localidades na região das matas do São Patrício, como também motivou o crescimento demográfico do Norte de Goiás (CAMPOS, 1985). Nessa nova abordagem procuramos identificar nos referenciais literários da Marcha as representações do bandeirante e os referenciais simbólicos da distinção e estigmatização, a partir da constituição e repercussão da imagem pública do fundador da Cang. A utilização da literatura como referencial de análise, auxilia-nos na compreensão acerca da apropriação e divulgação do imaginário da Bandeira, bem como das novas representações que essa imagem adquiriu nas narrativas memorialistas e acentuou os conflitos simbólicos pela imposição de uma identidade baseada na diferença e estigmatização.

A literatura, muitas vezes, foi compreendida pela história política e intelectual brasileira, como uma categoria analítica que refletia de forma real e imediata o mundo social. E esse fenômeno foi percebido com maior evidência no momento em que ela passou a ser veículo divulgador da nacionalidade. O apego a esse realismo fundamentava-se no princípio de que a produção literária era um fenômeno exclusivamente social e a expressão objetiva da

realidade, uma vez que resultava de convicções, valores, crenças, códigos e costumes sociais (VELLOSO, 1988). Nessa tradição, a literatura inclinou-se para a tentativa realista de vinculação do artefato literário à idéia de nação, questionando as abordagens ficcionais, identificadas como produto inferior da produção artística obcecada pela captura do real e do nacional. Durante o Estado Novo esse fenômeno foi mais fácil de ser percebido, principalmente nas tentativas de redefinir a função da literatura, inserindo-a no debate da nacionalidade e a serviço das estratégias e políticas governistas. O princípio desse fenômeno estava em relacionar o ofício literário a um ato heróico, que reforçasse a identidade nacional, associando-se, então, “explicitamente a literatura à nação, transformando-se a primeira num espelho capaz de estampar com perfeição a imagem da nacionalidade” (VELLOSO, 1988, p. 242). Esse traço nacionalista aparece na introdução da 3ª edição da *Marcha*, em que o autor insistia em que seu ensaio fundamenta-se em observações objetivas da bandeira (“e isto não é fábula”), estudada “por dentro”, no seu comportamento psicológico e no seu drama diário “com o cuidado de evitar a interferência de resíduos mágicos e heróicos da conceituação do bandeirante” (RICARDO, 1959, p. XXVI).

A utilização da literatura da *Marcha* nesse capítulo, por sua vez, não tem a preocupação com a insistência do texto em assumir uma postura objetiva, mas considera que os intentos das narrativas literárias estão longe dessa objetividade, na medida em que a realidade histórica se constitui em instrumento no qual o artista recria a realidade, na expressão reflexiva entre objetividade e subjetividade (VELLOSO, 1988). Por isso a nossa opção em encontrar nas narrativas as lendas, os mitos, as fábulas e as representações que caracterizavam o bandeirante e o pioneiro da *Marcha*. A literatura da *Marcha* constituiu-se como um campo discursivo sobre as representações imaginárias da brasilidade, evocando em suas narrativas o caráter heróico e mítico das Bandeiras. Sua análise nesse trabalho justifica-se na medida em que a obra de Ricardo (1959) foi fonte importante na compreensão do imaginário da época, e também porque a narrativa apresentava elementos simbólicos significativos na vinculação do imaginário nacional e as lutas simbólicas de demarcação de identidade pela diferença (MARTINS, 2002), distinção (BOURDIEU, 1998, 2003) e estigmatização social (ELIAS, 2000).

2.1 - Os mitos e a mitificação do bandeirante

O tema que ocupava a posição central da narrativa de Ricardo era que o movimento bandeirante expressava fielmente a distinta forma de sociabilidade brasileira, definida por ele como “democracia da bandeira” (ESTERCI, 1972). Seus argumentos procuravam reforçar que em nossas raízes culturais, a bandeira teve papel fundamental por representar a vocação natural de nossas relações políticas e sociais, apresentando a Bandeira como “gênese do Estado brasileiro” pela força dinamizadora do deslocamento, da ocupação territorial e na fundação de cidades, bem como o compromisso com as conquistas geográficas do país. Toda essa argumentação tinha uma conotação geopolítica, ao identificar nos deslocamentos às conquistas do “imperialismo interno” advindo com o Tratado de 1750¹⁷ e a fixação das fronteiras do país (RICARDO, 1959).

Além de apresentar a função política e social da Bandeira, elaborava as características que constituíam o *ethos* bandeirante. No capítulo XIII de sua obra, intitulado “a função dos mitos na Bandeira”, procurou descrever os referenciais psico-sociais geradores dessa instituição cercada pelo universo do fantástico e do fabuloso, cujas lendas e mitos tinham uma função motriz na empreitada bandeirante. O próprio bandeirante recriava esse universo de fábulas e lendas como elemento motivador para a expansão geográfica e, ao mesmo tempo, tornava-se parte do enredo fabuloso, na medida em que o deslocamento reconstituía o mito no imaginário da Bandeira. Os mitos ligados às representações de riqueza desenvolveram sentimentos psicomotores que interferiam no comportamento da Bandeira (grupo em marcha), proporcionando o enredo psico-social para o mito.

O que explica as grandes avançadas são os próprios mitos, (vis ad extra) que arrastam a bandeira para o sertão bruto de modo irresistível. São os mitos nascidos da idéia de riqueza, como a “itaberaçu resplandescente”, a “lagoa dourada”, a “lagoa onde se diz haver pérolas”, a “serra das esmeraldas”, enfim, os mitos do ouro, da prata e das pedras verdes. (RICARDO, 1959, p. 105)

¹⁷ O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750 pelos monarcas de Portugal e Espanha, retificava os antigos tratados referentes às divisões dos domínios desses Estados no território americano e asiático. Baseando-se no princípio do *uti possidetis*, em que a posse territorial pertencia a quem efetivamente ocupasse, passando para o domínio legal de Portugal as regiões do Rio Amazonas, de Vila Bela e Cuiabá, e as missões no sul brasileiro.

Nem mesmo os mitos inibidores pelo medo ou pela religiosidade, que tinham a função oposta de impedir o avanço da bandeira, foram capazes de impedir a força que o sertão enigmático exercia na imaginação do bandeirante, num cenário em que a “a geografia fabulosa, o ouro inseparável da lenda, as viagens pelo desconhecido, o mundo primitivo e fantasmagórico” (RICARDO, 1959, p. 106), tudo respirava lenda. O autor considerava a relação entre o ouro e a fábula como elementos fundamentais na mitogênese da bandeira, cujo resultado era a geografia dada ao país pelas entradas. Portanto, o caráter fabuloso era visto como essencial para a própria constituição, sobrevivência e sucesso histórico das bandeiras. E, portanto, quando o bandeirante deparava-se com os mitos inibidores das entradas (boitatá, curupira, caapora, dentre outros), ele reagia com a fé religiosa, exorcizando os medos com a oração do “varar mato”: “Em nome de Deus padre, em nome de Deus filho, em nome do Espírito Santo, ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlesia, ar excomungado, eu te arrenego em nome da Santíssima Trindade” (RICARDO, 1959, p. 114).

Ao descrever o bandeirante e sua relação com o universo fabuloso e religioso, o autor procurava estabelecer uma distinção entre o místico (que se fundamenta no sobrenatural religioso) e o animista (fundamentado na crença aos mitos), afirmando ter o bandeirante muito mais de animista do que de místico. Os mitos conduziam e impulsionavam a marcha, e as devoções religiosas limitavam a acompanhá-la: “mitos na frente, santos atrás – e lá se vai a bandeira” (RICARDO, 1959, p. 118).

No conflito entre os mitos inibidores e aqueles que convidavam às entradas, dando acesso ao sertão, foram vencedores os segundos. A narrativa procurava reforçar a importância dos mitos, considerando os resultados práticos gerados por eles – “não fossem esses mitos, como os de serra verde, da lagoa dourada, etc., e o Brasil não seria o que é hoje, em sua grandeza geográfica.” (RICARDO, 1959, p. 119) – ao mesmo tempo em que buscava valorizar o caráter mítico do bandeirante.

O próprio bandeirante suscita mitos, quando a sua façanha, por escapar às hipóteses normais do humano, só pode ser compreendida “mitologicamente”. [...] Nada mais significativo, portanto, do que o historiador recorrer à linguagem de fábulas pra definir os bandeirantes”. (RICARDO, 1959, p. 120-121)

Ao tratar da função do mito da bandeira e a sua contribuição para a formação das fronteiras geográficas do Brasil, percebe-se a intenção de construir a figura do bandeirante como mais um elemento mítico. A perspectiva animista foi um elemento simbólico fundamental para a sobrevivência da marcha, na medida em que recriava o mito no arquétipo bandeirante. As intenções do autor eram explícitas, levando em consideração o seu envolvimento com o movimento modernista de cunho mais nacionalista. Também esclarecem a opção do Estado Novo em procurar na “Marcha para Oeste” os referenciais para sua política de ocupação na década de 1940. O caráter mítico, entretanto, que renascia no século XX, não buscava dar sentido fabuloso para o neobandeirismo, mas procurava vincular essa empreitada às raízes da bandeira histórica. Nesse sentido, o mito ganhava novas feições, baseando-se, agora, não mais nas narrativas fabulosas, mas nas atitudes que fugiam ao regular, ao ordinário. Na tentativa de qualificar essas atitudes que uma nova definição de bandeirante nascia, ou mesmo um espírito bandeirante formava-se como referencial a uma prática valorizada como superior ao homem comum. Se a linguagem fabulosa era vista como fundamental para a explicação mítica da bandeira e das ações dos bandeirantes históricos, era necessário identificar nos novos bandeirantes atitudes que permitissem qualificar o espírito da Bandeira. A narrativa de Ricardo (1959) prontificava-se a realizar essa tarefa no campo cultural, justificando a apropriação dos discursos ideológicos do Estado Nacional para a colonização do Oeste, ao mesmo tempo em que qualificava aqueles que imigravam como dotados de desbravadora brasilidade.

2.2 - O *ethos* paulista e o espírito do bandeirismo: Os tipos sociais do bandeirante

A narrativa da marcha considerava que, no século XIX, o espírito bandeirante parecia quase extinto aos olhos do povo brasileiro. Porém, a despeito dessa visão, afirmava que o bandeirismo resistia e cumpria seu papel histórico naquele tempo. Destacava, como justificativa a essa argumentação, que em 1801 ocorreu a conquista da região das Missões e do “último Oeste” no Acre, com as primeiras expedições do Alto Purus e Alto Juruá, bem como as grandes migrações cearenses de 1877 a 1900, em que o mito da riqueza renascia nos seringais. Mas o grande locutor das conquistas bandeirantes era representado pela expansão do café (planta nômade) que expandia para o Oeste.

O Planalto, porém, – de onde irradia o expansionismo geográfico – iria, no século XIX, reviver a bandeira em outro horizonte cultural. É o que acontece com o desbravamento dos sertões para a implantação da cultura do café. O tipo social do desbravador ressurgiu, então, na sua plenitude. (RICARDO, 1959, p. 289)

É, portanto, na descrição do neobanderismo que observamos os comportamentos característicos do bandeirante “desbravador”. Chegava a afirmar que esse tipo social foi um traço dos paulistas, mas que posteriormente foi reconhecido no brasileiro em geral as características que o incluem nessa tipologia. O autor apresentava as novas bandeiras dos séculos XIX e XX, identificando os aspectos principais do bandeirismo em seis momentos distintos, em que persistia o espírito desbravador: nas chamadas zonas pioneiras; nas migrações internas; na conquista do último Oeste; na demarcação e posse efetiva das regiões conquistadas com sentido político-cultural; e na fundação Brasil Central, que previa a mudança da capital da República para o planalto goiano (RICARDO, 1959).

Personagens históricos do final do século XIX e da primeira metade do século XX foram destacados pelo autor, como forma de evidenciar para as novas gerações que o espírito bandeirante ainda estava vívido na sociedade da época¹⁸. Ele apresentava esses personagens como “novos bandeirantes”, cada um a seu modo. Sua intenção era mostrar que o bandeirismo não era apenas um acontecimento fabuloso e, na sua concepção, era vital que a sociedade brasileira percebesse esse fato.

Dentre os personagens identificados como portadores do espírito bandeirante moderno, o indianista Couto de Magalhães (1837-1898) foi o primeiro a receber o título de novo bandeirante, apresentado como “explorador de várias regiões do Oeste, principalmente, a do divisor de águas entre Cuiabá e o Araguaia” (RICARDO, 1959, p. 337). Foi destacado também, como governador de quatro províncias “ligadas pelo bandeirismo” (Pará, Mato

¹⁸ É importante ressaltar que não existe, em nenhum momento do texto de Ricardo, menção a Bernardo Sayão. A apropriação dessa imagem dá-se por outras fontes. Porém, na edição utilizada como fonte dessa pesquisa (1959), a obra passa por revisões em que são acrescentados dois novos capítulos, que tratam, inclusive, da construção de Brasília. Essa edição data do ano da morte de Sayão, sem, contudo, fazer referências ao engenheiro. Quem aparece nessa tipificação, mais resumida nas inclusões da nova edição, é o presidente Juscelino Kubitschek, visto como portador do espírito bandeirante. As imagens arquetípicas do herói bandeirante utilizadas para a construção do herói em Sayão foram extraídas de discursos oficiais, notas na imprensa brasileira e estrangeira da época e nas narrativas orais, mas mantendo a mesma analogia de Ricardo.

Grosso, Goiás e São Paulo), autor de um plano para catequese indígena e responsável pela inauguração dos serviços de transporte fluvial no Araguaia.

Outro a receber esse título foi Teófilo Otoni (1807-1869), construtor da primeira estrada de rodagem no Brasil em 1857. Mereceu destaque do autor a relação amistosa que Otoni havia estabelecido com as populações do sertão, bem como a atitude de portar-se como operário, apesar de ter sido o engenheiro responsável pela administração da empreitada. Para Ricardo (1959), Otoni foi “o bandeirante da estrada de rodagem como Mauá o bandeirante da estrada de ferro” (1959, p. 338).

O Marechal Cândido Rondon (1865-1958) recebeu do autor o título de “principal bandeirante moderno”, por personificar um tipo de bandeirismo equipado de novas técnicas, mas fiel ao seu “destino histórico”. Ao qualificar os elementos que configuravam o destino histórico da Bandeira, elaborou, de forma sintética, o tipo ideal do bandeirante, justificando os motivos que qualificavam esse empreendimento como fundamental em sua abordagem. De forma geral, o destino histórico do bandeirante consistia em algumas tarefas como: abrir caminhos no sertão; incorporar a população selvagem às “forças vivas da nacionalidade”; dar nome aos rios e às montanhas; devassar terras virgens; descobrir riquezas; manter vivo o amor pelo sertão; fixar fronteiras geográficas; e promover a unidade social e territorial do país. O Marechal Rondon incorporava todos esses atributos que o qualificavam como “bandeirante do século XX”, pelo trabalho desempenhado no domínio de novas técnicas de integração entre o sertão e o litoral. Destacava que nos quarenta anos em que passou na região do Mato Grosso (1890 a 1930), Rondon não apenas dominava os recursos tecnológicos para a ocupação e integração do sertão, como também promoveu estudos biológicos e geológicos, além de descobrir riquezas minerais na região. Destacou ainda, o trabalho desenvolvido para o fortalecimento da unidade social do país, ao estabelecer contato com o mundo primitivo, como as tribos Caiuá, Caingang, Guarani e outras ignoradas nos vales do Guaporé, Gi-Paraná, Roosevelt, Tapajós, Xingu, Araguaia e Rio das Mortes. Outro fato que mereceu deferências do autor foi a construção da linha telegráfica Cuiabá-Araguaia, iniciada em 1889, estendendo essa incumbência na construção da estrada de rodagem “pondo em prática o desbravamento dos sertões e a proteção dos indígenas” (RICARDO, 1959, p. 340).

A missão de Rondon foi quantitativamente apresentada nos 1.746 quilômetros de rede telegráfica construída, bem como nos 3.000 postes de ferro utilizados. Ricardo apresentava-o como exemplo de superação das dificuldades impostas pela natureza ao bandeirante, em que,

apesar da técnica empregada, lembrava os “velhos bandeirantes”. Todavia, o que mais aproximava o empreendimento de Rondon às expedições históricas era: o sentido militar da bandeira, pelo caráter de conquista e defesa do território e hierarquização democrática na mistura das três raças brasileiras; a revisão das fronteiras geográficas do país, em que “o bandeirante foi o modelador delas, e o seu primeiro defensor” (RICARDO, 1959, p. 344); e a pacificação do gentio, ou, como descrito por Ricardo como o estabelecimento de normas sociológicas para o melhor aproveitamento do indígena. Entre os anos de 1915 a 1919 atuou no reconhecimento, estudo e demarcações das nascentes e cabeceiras dos rios do Oeste brasileiro, e nesses cinco anos de trabalho “ele conquistou, pacificamente alguns milhares de quilômetros quadrados, agora em condições de fácil vabrização. De cada índio, cuja ferocidade não era lenda vã, e cuja animosidade sacrificou tantos homens, fez um amigo” (RICARDO, 1959, p. 346).

Ricardo (1959) identificava outros personagens que mantiveram o “costume de bandeirar”, citando sertanistas, desbravadores, e até mesmo instituições, que configuraram o neobandeirismo. Citou Roquete Pinto, Hermano Ribeiro e Orlando Vilaboas, como “sertanistas” e “bandeirantes cientistas”. Até o Correio Aéreo Nacional foi destacado como “um pioneiro autêntico”. Também foram incluídos nessa categoria os bandeirantes responsáveis pela comercialização, venda de mercadorias e prestação de serviços indispensáveis “na penetração e circulação do interior” (RICARDO, 1959, p. 358). Nesse sentido, a qualificação de bandeirante e pioneiro passava pela adequação de atividades e práticas que justificavam a penetração, os desbravamentos, o reconhecimento das potencialidades econômicas e políticas do sertão e a garantia da integração nacional, dentre outras.

Assim, baseando-se no quadro geral do neobandeirismo de Ricardo, passamos à tipificação¹⁹ do bandeirante, identificando quatro tipos distintos da atividade: o Desbravador,

¹⁹ O tipo ideal foi o método utilizado por Weber (2003) para justificar a cientificidade das “ciências da cultura”. O autor critica a tentativa de estabelecer conexões com as regularidades das ciências da natureza, defendendo conexões causais adequadas como uma categoria definida como “possibilidade objetiva”. O objetivo das ciências da cultura seria a busca pelos significados das ações sociais dos indivíduos, cuja objetividade geral é vista como impossível, utilizando para tanto o caminho da subjetividade. Em suas palavras: “No campo das ciências da cultura, o conhecimento do geral nunca tem valor por si próprio. [...] De tudo o que até aqui se disse resulta que carece de razão de ser um estudo “objetivo” dos acontecimentos culturais, no sentido em que o fim ideal do trabalho científico deveria consistir numa redução da realidade empírica a certas leis. Carece de razão de ser, não porque – se se quiser, os fenômenos espirituais evoluam ‘objetivamente’ de modo menos sujeito a leis, mas: a) porque o conhecimento de leis sociais não é um conhecimento do socialmente real, mas unicamente um dos diversos meios auxiliares que o nosso pensamento utiliza para esse efeito, e b) porque nenhum conhecimento

o Demarcador, o Cientista e o Bandeirante de Ofício Específico. De forma geral, esses tipos apresentavam semelhanças, ao incorporar os indícios da nacionalidade propostas pela Marcha, na medida em que o deslocamento era a marca fundamental do bandeirismo, uma condição de espírito, uma herança paulista transposta para o horizonte sócio-cultural nacional. Essa condição de espírito se constituía em comportamento padrão ou ética geral, comum a todas as bandeiras: “o ethos paulista, é a ‘personalidade bandeirante’ dentro da bandeira” (RICARDO, 1959, p. 387). Ao tratar das dinâmicas do deslocamento, e mesmo sem a pretensão dessa qualificação, apresentava as distinções entre os tipos, evidenciada nas características e narrativas que envolviam os personagens eleitos para a representação da bandeira. O objetivo de Ricardo (1959) não era necessariamente tipificar, ou estabelecer distinções, mas reforçar a existência de uma ética comum entre as diferentes formas de bandeirar. Entretanto, nos apropriamos desse enredo, considerando fundamental a representação dos diferentes tipos e concentrando nossa análise no ideal desbravador.

Deixamos o desbravador para a discussão final, apresentando, inicialmente os demais modelos ideais do *ethos* bandeirante. O bandeirante demarcador tem, na obra de Ricardo (1959), um capítulo inteiro dedicado a essa forma específica de bandeirismo (capítulo XXIII). Apesar dessa deferência dedicada ao ato de bandeirar na demarcação, o demarcador era identificado um bandeirante de segunda classe. A referência era feita em relação ao desbravador, considerado como forma clássica da atividade. Um exemplo dessa relação é a distinção feita entre o bandeirante fronteiro (desbravador) e o fronteiro bandeirante (demarcador). “Ao bandeirante fronteiro sucede, afinal, o fronteiro bandeirante – o bandeirante demarcador” (RICARDO, 1959, p. 331). A função do demarcador era seguir os caminhos abertos pelo bandeirante desbravador, para em seguida, legitimar essas fronteiras.

Não será o demarcador um bandeirante original, específico; um bandeirante por sistema de vida, como o piratiningano; será, entretanto, um bandeirante em consequência, ou por derivação; no mínimo, um segundo bandeirante, obrigado a existir em razão do primeiro. Não lhe falta, sequer, a auréola do heroísmo (RICARDO, 1959, p. 322).

dos acontecimentos culturais poderá ser concebido senão com base na significação que a realidade da vida, sempre configurada de modo individual, possui para nós em determinadas relações singulares” (WEBER, 2003).

Apesar da comparação e da dependência da bandeira clássica, o autor considerava a notabilidade da atividade da demarcação como ato heróico. Essa referência foi estabelecida, também, para o Bandeirante Cientista, que poderia ser desbravador ou demarcador ao mesmo tempo. Tanto que Rondon, tido por Ricardo como “o bandeirante do século XX”, incorporava o tipo cientista na sua expedição, mas era destacado na categoria de desbravador. Na obra, os grandes representantes da bandeira científica foram os sertanistas Roquete Pinto, Hermano Ribeiro e Orlando Vilaboas. As expedições científicas tinham como objetivo promover expedições de estudos dos mais diversos, podendo fazer reconhecimentos de abordagens etnográficas, antropológicas, geográficas, geológicas e meteorológicas, dentre outras, e os resultados das expedições científicas tornavam-se, muitas vezes, publicações em revistas especializadas.

Outro tipo ideal apresentado foi o bandeirante de ofício específico, que de todos parecia ser o mais desprovido de glórias. Mas, como o enredo tinha um caráter nitidamente ideológico, essa atividade não era relegada ao esquecimento. Ricardo (1959) também mencionava e qualificava como bandeirante os pioneiros que seguiram as demais bandeiras e cuja atividade era considerada exemplar, pois permitiam, com a realização de seu ofício, a efetiva ocupação da fronteira. O autor procurava identificar no homem comum o *ethos* da bandeira, ao afirmar que eram bandeirantes todos os que contribuía, com o gênero, natureza e atividade a que se dedicavam, na penetração e circulação do interior. Porém, fazia questão de afirmar que não se enquadravam na ética bandeirante os “penetras” do sertão, citando os posseiros e grileiros em Goiás, vistos como milícia destinada a caprichos egoístas.

Foi o tipo desbravador, porém, que recebeu as honras de primeiro bandeirante, e que foi utilizado como referência ao neobandeirismo do século XX, em função das diversas frentes de fronteira que se processavam no início daquele século. O desbravador era apresentado como herói, pois, a despeito das tecnologias e do surgimento dos “bandeirantes da técnica”, persistia, na concepção do autor e no imaginário da época, o mesmo espírito da bandeira arcaica: “desaparecida a bandeira em sua feição histórica, original, repete-se em outro horizonte cultural. No mínimo, repetem-se atos de bandeirismo, e quem os pratica é, portanto, bandeirante” (RICARDO, 1959, p. 337).

O tipo desbravador dominava o enredo da obra, uma vez que, composta de dois volumes, procurava abarcar desde o bandeirismo histórico do período colonial até o neobandeirismo do século XX. O elemento mítico da bandeira fazia referências a esse tipo de

bandeirismo, apresentando o desbravador como “enfrentador de mitos”. Ao mesmo tempo em que constituía uma imagem de enfrentamento, tornava a atividade de bandeirar, por sua vez, num outro mito, em que elementos como coragem, fé e determinação qualificavam o desbravador. O objetivo final – seja a riqueza no bandeirismo histórico ou o estabelecimento e ocupação das fronteiras nacionais do neobandeirismo – fazia com que os mitos da inibição fossem derrotados pelos mitos da conquista.

Uma segunda representação indicava que o desbravador era “aquele que enfrentava a natureza”. Além de enfrentar com coragem as alegorias fabulosas dos mitos da inibição, o desbravador enfrentava as dificuldades da marcha no cenário natural, “na luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico – e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira” (RICARDO, 1959, p. 321).

Além dessas características, o desbravador incorporava o “destino histórico” que lhe reservava a condição de mito. O autor reforçava o caráter mítico do desbravador por meio dos caminhos abertos para o interior do país e na fundação de cidades. A sua observação era que muito já havia sido feito por obra do bandeirismo, como destaque para a conquista territorial brasileira. Porém, afirmava que esse vasto território carecia, ainda, ser ocupado, e a atividade bandeirante era fundamental naquele momento histórico em que as políticas federais para imigração e colonização das fronteiras cumpriam tal destino. A força simbólica da marcha estava no caráter intencional e extensional do discurso, que qualificava a todos os brasileiros que atendiam a seu chamado como verdadeiros bandeirantes.

Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. [...] Tal como se diz: povo bandeirante, governador bandeirante, etc. [...] O brasileiro que pratica atos de bandeirismo. [...] Ontem eram bandeirantes só os que partiam do Planalto e dos seus subfocos de irradiação; hoje são todos quantos tomam parte na nova marcha destinada a preencher os vazios demográficos das regiões que pedem “novos bandeirantes equipados de nova técnica” para o seu melhor aproveitamento econômico e social. [...] No menor ato brasileiro haverá sempre o “sentido bandeirante”. É uma condição para que a terra possua o homem e este a possua. Na grandeza que aí está – quase nove milhões de quilômetros quadrados – o papel da bandeira é, ainda, uma imposição da vida a que o brasileiro não poderá fugir, para se realizar. [...] Enquanto se puder, no Brasil, abrir uma estrada ou fundar uma cidade. (RICARDO, 1959, p. 391)

Na concepção de Ricardo, mesmo com diferentes formas de bandeirar, o *ethos* paulista e o espírito do bandeirismo caracterizavam todos aqueles que, de uma forma explícita ou não, realizavam o destino manifesto do deslocamento. Dentre os tipos sociais do bandeirante, o desbravador era quem recebia as qualificações de primeiro bandeirante e agente da mitificação do ato de bandeirar, na medida em que seus atributos eram vistos como dignos de honra por seus patrícios. A narrativa da marcha buscava incluir as demais formas de bandeirar no *ethos* paulista, mas ficava evidente o caráter mítico que o desbravador teve nessa representação, visto simbolicamente como agente histórico da grandeza territorial.

2.3 – A fabricação do bandeirante

A utilização da literatura da Marcha para Oeste, bem como os elementos constitutivos da representação tipológica do bandeirante desbravador, tem, nessa abordagem, a finalidade de identificar outros sentidos incorporados pela Cang na construção imaginária do espaço social e sua conseqüente luta pela distinção baseado nos processos de estigmatização. Como dito anteriormente, o discurso da Marcha serviu como justificativa ideológica da ocupação, ao apresentar os sentidos nacionais do deslocamento e das políticas governamentais de imigração. Nesse sentido, não apenas os pioneiros da Cang foram identificados como herdeiros da Marcha, como também todos os demais que obedeceram à convocação do Estado Nacional e partiram em direção ao Oeste como colonos. Entretanto, na luta simbólica estabelecida com os moradores da Barranca, os referenciais da Marcha serviram como instrumento de poder na dinâmica social da estigmatização, ganhando novos significados, não mais como justificador do deslocamento, mas como forma de distinção entre os pioneiros do modelo oficial de ocupação e os demais imigrantes.

A apropriação do caráter bandeirante da empreitada de imigração e colonização na Cang foi utilizada na luta simbólica pela demarcação de sua identidade (identidade por diferença), e serviu como mais um artifício na estigmatização da Barranca, assumindo outros sentidos que ultrapassam a função ideológica original. Além do sentido justificador do deslocamento – fato comum a todos os imigrantes – o sentido desbravador e pioneiro da Marcha, ganhava nova semântica no processo estigmatizador, sobretudo quando levado em consideração a figura de Bernardo Sayão, fundador da Cang e descrito por diversos discursos

políticos e artigos da imprensa nacional da época como “bandeirante do século XX”, numa referência explícita à Marcha para Oeste. A fabricação da imagem pública do herói bandeirante em Bernardo Sayão e apresentação deste como herdeiro da Marcha para Oeste funcionou como sistema simbólico na ressignificação do sentido do povoamento da Cang por seus moradores – identificados como herdeiros do espólio bandeirante de Sayão – reforçando a identidade local pela negação da Barranca – vista como cidade bastarda, excluída dos direitos dos pioneiros “legítimos”.

Os discursos e as narrativas que divulgaram a imagem do herói bandeirante foram utilizados nessa abordagem como fonte fundamental para a compreensão da forma como essa representação foi apropriada pelas narrativas memorialistas dos habitantes da Colônia, servindo como ponto de partida para a discussão da sócio-dinâmica da estigmatização. Para tanto, propomos apresentar inicialmente, o processo da “fabricação” da imagem pública do herói bandeirante em Bernardo Sayão, e a sua relação com a Marcha para Oeste, justificando que essa escolha metodológica encontra amparo nas argumentações de Burke (1994) acerca da utilização da imagem como instrumento de poder.

O uso discursivo da Marcha para Oeste e os referenciais simbólicos da empreitada bandeirante na ocupação caracterizou-se com um dos primeiros elementos utilizados como demarcador das diferenças entre a Colônia e a Barranca, mas a utilização dos referenciais do herói bandeirante em Sayão reforçou o sentido da estigmatização, ao ser incorporado pelas lembranças dos pioneiros, considerando que a memória coletiva apropria-se de bens alheios ao seu passado, tornando esses outros registros como parte de suas lembranças, transformando, assim, o sentido original do passado (HALBWACHS, 1990). Mesmo antes da morte do fundador da Cang em 1959 a luta simbólica e os processos de distinção sócio-cultural entre os moradores dessas duas localidades já eram evidenciados pela forma como se processou a ocupação, como veremos no próximo capítulo. Entretanto, optamos por iniciar o debate acerca do processo de distinção e estigma social pela análise do sentido pioneiro e bandeirante que caracterizaram o fundador da Colônia, por compreender que esse elemento simbólico reforçou a vontade pela distinção, não apenas como sistema simbólico importante, mas também como força imaginária fundante. Também, porque o sentido bandeirante e pioneiro, presentes nas narrativas da Marcha alinhavam-se com os sentidos ideológicos que orientaram os discursos oficiais de ocupação e povoamento do Oeste.

Nossa argumentação é que, a fabricação da imagem do pioneiro e bandeirante, constituída a partir da morte de Sayão, serviu como sistema simbólico que fortaleceu à dinâmica social do estigma, na medida em que os pioneiros da Cang – que já haviam sido impactados pelos discursos da ocupação e por um processo de seleção aos lotes da Colônia na década de 1940 – se apropriaram do sentido pioneiro e bandeirante que era divulgado por meio da imagem heróica de seu fundador e dos referenciais da Marcha.

A escolha do termo “fabricação”, bem como as referências para a utilização desse conceito e o debate acerca da imagem mitificada de Sayão como bandeirante do século XX, encontraram profundas referências no trabalho de Burke (1994), ao identificar que os procedimentos utilizados na análise da construção da imagem pública permitem compreender os sinais e as representações que um determinado tempo histórico fazia questão de retratar. Em seu estudo, afirmava que os instrumentos ideológicos utilizados na glorificação da imagem real, relacionavam-se a intenções explícitas de dar sentido à monarquia, teatralizar o cargo e, conseqüentemente, legitimar seu poder frente aos súditos (BURKE, 1994). Nessa observação o autor preocupou-se em definir o conceito de ideologia, rejeitando a concepção de manipulação e passividade da coletividade em favor da dominação, afirmando que o termo, “quando chega a ser usado, é redefinido para designar o poder dos símbolos sobre as pessoas, tenham elas consciência ou não” (BURKE, 1994, p. 23).

O caráter simbólico e sua assimilação pela coletividade indicavam as várias formas de representação da imagem como instrumento ideológico. Assim, o termo “fabricação” fundamenta-se na utilização desses referenciais simbólicos como forma de teatralizar e glorificar o cargo e ao mesmo tempo dar legitimidade ao poder. Esses referenciais, no caso específico da fabricação da imagem de Luís XIV, foram divulgados por meio da arquitetura, dos sermões, dos rituais, dos mobiliários, das pinturas, esculturas, moedas, e outros signos, cujo investimento simbólico era carregado de sentidos que objetivavam revelar e expressar o poder, a grandeza e a glória do rei. No caso de Sayão, as representações que envolveram a imagem do bandeirante, tornaram-se públicas, tanto na forma quanto no contexto, em decorrência de seu falecimento, num cenário político que fez questão de mitificá-lo como herói de uma época. Isso porque a construção do herói bandeirante não fugia das intenções ideológicas de designar o poder de determinados símbolos sobre as pessoas. Assim é que, a despeito das distinções temporais e políticas, bem como do universo simbólico específico, importa apresentar as proximidades e apropriações ao trabalho de Burke (1994) para a análise

da imagem de Bernardo Sayão e sua conseqüente referência ao estigma social dos moradores da Barranca.

Um primeiro elemento de apropriação da temática proposta por Burke (1994) foi a idéia de considerar a imagem como todo, procurando indícios nas figurações individuais do personagem, na tentativa de revelar aquilo que é inerente à temporalidade. Os indícios da vida privada, ou da figuração individual de Bernardo Sayão aparecem de forma condensada nesse trabalho, pois a intenção maior é concentrar os estudos no segundo ponto da análise referente à constituição do mito. O estudo do mito não se baseia em narrativas fabulosas que envolveram a trajetória do personagem, mas na concepção do enredo como uma “história com significado simbólico [...], em que os personagens, heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida” (BURKE, 1994, p.18). O mito, como história com significado simbólico, situa os personagens no ponto de intersecção entre o arquétipo e uma conjuntura, ou “entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais”. (BURKE, 1994, p.18).

Muito dos relatos sobre a vida de Sayão circulam no universo do mito, sobretudo, os eventos que cercam sua atividade como homem público. Burke (1994) considerava duas formas para analisar a constituição do mito. A primeira fundamenta-se nas qualificações do mito e dos seus feitos, que reforçam os atos como superiores ao da maioria dos homens, dando a sua existência um sentido heróico. Outra seria a teatralização do mito, em que atos do personagem passam a compor um espetáculo, e o personagem vê a si próprio a partir do olhar social. Essas duas categorias de representação são facilmente identificadas em Sayão, que assume com muita facilidade a figuração de desbravador e bandeirante. Esse fato, porém, não se deu de forma aleatória na construção do bandeirante, mas aponta para as configurações simbólicas do próprio sentido da Marcha para Oeste, tanto no período do Estado Novo, quanto nas políticas de integração nacional no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960). A consciência de si na teatralização da imagem mitificada de Bernardo Sayão é algo procedente, da mesma forma que a consciência coletiva ressaltava gestos e indícios do espetacular.

Um dado significativo e que elucida o caráter teatral da construção de imagem pública refere-se ao sentido espetacular que exerce sobre o mundo externo e sobre seus espectadores. Burke relata acerca do caráter espetacular da morte de Luís XIV, ao afirmar que muito dos sermões fúnebres referiam-se a sua morte com um “magnífico espetáculo” (BURKE, 1994,

p.19). No caso de Sayão, podemos afirmar que foi após sua morte que o espetáculo da construção do herói se iniciou. Em mensagem ao Congresso Nacional, em decorrência das homenagens póstumas a Sayão, o presidente Juscelino Kubitschek reforça a imagem do herói, e seus atos como parte de um espetáculo.

[...] glória começa exatamente na hora em que ele deixa este mundo. Até então nós todos que com ele lidávamos sabíamos que era um trabalhador excepcional, homem de fé e de energia fora do comum; sabíamos que não media sacrifícios para tornar maior e mais forte este País. Hoje, seu nome se inscreve na legenda; é um herói da nacionalidade. Só nos consola de sua perda essa glória que começa a iluminar, agora, o vulto que acaba de consumir o seu sacrifício, até a mais trágica consequência. Pode-se dizer que Bernardo Sayão fez a oferenda de sua própria vida ao seu ideal. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1959, p.174)

O sentido espetacular da morte de Sayão está no fato de caracterizar eventos que são comuns aos demais indivíduos, mas que no caso da fabricação da imagem, as narrativas constituem-se em enredo de tom heróico, um espetáculo místico que aquela sociedade, naquele momento histórico acreditava. No caso de Sayão, sua morte foi cercada de várias interpretações, o que tornava o enredo envolvido numa áurea de suspense e alegorias²⁰. Mas o sentido espetacular, e que os discursos públicos evidenciavam, caracterizava a morte do pioneiro como doação a uma causa nacional, como nas palavras de Israel Pinheiro, diretor da NOVACAP, em sua oração no sepultamento de Sayão em Brasília:

E você se embrenhou com o vigor da sua mocidade e com o impacto dos seus músculos na organização da Colônia de São Patrício. Sonhando sempre com a transplantação da Capital para estes chapadões. Trazendo e movimentando a primeira máquina para a construção da Vera Cruz – primeiro aeroporto de Brasília. Escolhendo, na grande aventura de Brasília, a parte mais dura, mais difícil, a construção da Belem-Brasília, na concretização da grande obra nacional. E assim, você levou a coragem da luta até o sacrifício da própria vida. Para morrer como desejaria, se pudesse escolher. Para morrer a morte gloriosa que só merecem os grandes comandantes (PINHEIRO, 1959, p. 19)

²⁰ Um dos mitos suscitados com a morte de Sayão diz respeito às várias versões e explicações acerca do ocorrido. Na região de Ceres, por exemplo, existe uma tradição popular de que o engenheiro foi atacado e morto por índios na floresta amazônica. Chegam inclusive a afirmar que o enterraram o caixão vazio, porque os índios haviam dado sumiço ao corpo. De acordo com depoimento de Ernesto Silva, militar e médico e que ocupou o cargo de Diretor Administrativo da NOVACAP, vindo para Brasília em 1956 “existe um folclore em torno da morte de Sayão, mas foi acidente, tem testemunhas, foi queda de uma árvore e deu azar de pegar na cabeça dele. Então, foi esmagamento de crânio que ele teve [...]” (ArPDF, 2004, p. 17). Mesmo que as versões oficiais tratem do assunto como acidente, as versões populares procuram apelar para a teatralização do fato.

A morte como espetáculo ganhava outras dimensões, legitimando o sentido heróico do personagem em atos comuns aos demais indivíduos, mas que na fabricação do mito são tratados como superiores aos demais (“morrer a morte gloriosa que só merecem os grandes comandantes”). É baseado em todas essas categorias de análise que o conceito de “fabricação” justifica-se. Segundo Burke, o conceito de fabricação designa um processo histórico que objetiva transmitir a construção da imagem num sentido claro de processo ou desenvolvimento. E, segundo, porque o conceito de fabricação sugere identificar a importância e os efeitos da comunicação da imagem como construção simbólica de uma personalidade dotada de autoridade e atributos. Esse parece ser o fundamento das argumentações de Burke (1994), ao apresentar a relevância da fabricação da imagem a partir do poder que os símbolos exercem sobre as pessoas. No que se refere à imagem pública, é importante apreendê-la no contexto da criação coletiva e como uma demanda também coletiva, cuja eficácia está no fato de que essas representações são parcialmente inconscientes, na medida em que “todas as pessoas em dada sociedade acreditam nos mitos desta” (BURKE, 1994, p. 23).

Além da utilização dos recursos discursivos da literatura da Marcha para Oeste, procuramos identificar nos relatos memorialistas e registros fotográficos elementos simbólicos que atestassem, não apenas uma fabricação *a posteriori* da imagem do bandeirante, mas também a consciência expressa do personagem em relação ao papel social exercido e o imaginário social da época. Para Burke (2004) a utilização da literatura, das imagens, e dos testemunhos orais como evidências históricas, representa um recurso metodológico importante para abordagens em que as questões culturais figuram como objeto, sugerindo o tratamento dessas fontes como “indícios do passado presente” (BURKE, 2004, p. 16), na medida em que esses recursos registram atos de “testemunho ocular” que capturam não os reflexos puros da realidade, mas “ilusões sociais” e performances.

O uso das imagens como evidência histórica, apesar de apresentar distorções, compensa essa desvantagem metodológica quando seu testemunho se torna essencial para expressar o que não pode ser colocado em palavras, ou, pelo contrário, quando, por meio do seu caráter explícito, reforçam aquilo que os textos ou as palavras intencionavam afirmar. Assim como Burke (2004), outros autores apresentam justificativas metodológicas para o uso

das imagens como forma de compreender e interpretar o passado²¹. Porém, nossa finalidade não foi apresentar novos elementos que os textos literários, as imagens fotográficas ou as narrativas memorialistas omitiram, mas utilizar o material coletado com intuito de reforçar o caráter ideológico que aproximava as imagens dos textos. Portanto, consideramos importante não desperdiçar os registros das representações da imagem (textuais ou fotográficas), coletados em arquivos públicos e particulares, na medida em que eles apontam indícios do espírito bandeirante e pioneiro característico do imaginário social da época.

2. 4 - Bernardo Sayão: a fabricação do herói bandeirante

Bernardo Sayão de Carvalho Araújo nasceu no dia 18 de junho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. A família morava no bairro da Tijuca e o nome foi escolhido em homenagem à Ordem de São Bernardo. Seu avô, João Carvalho de Araújo era um destacado representante da sociedade carioca e chegou a ocupar o cargo de diretor da Central do Brasil. Sayão estudou o ginásio no Colégio Anchieta em Nova Friburgo e em 1920 ingressou na Escola de Agronomia em Piracicaba, concluindo os estudos na Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte em 1923. Depois de formado, foi administrar uma fazenda da família em Mato Grosso (ArPDF, 2004).

Casou-se em 1925 com Lygia Pimentel, filha de família tradicional em Belo Horizonte, mudando-se para Jacarezinho, interior do Paraná, onde administrou uma fazenda de café em sociedade com o cunhado. No início da década de 1930, atingido pela crise econômica internacional e pelas geadas que devastavam as lavouras no Paraná, vendeu sua parte na fazenda e mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, indo trabalhar no Departamento de Café do Ministério da Agricultura. Perdeu a esposa em 1934, que veio a

²¹ Burke (2004) propõe ultrapassar a análise iconográfica e avançar para uma interpretação iconológica da imagem, feita, inicialmente, por meio de minuciosa análise dos detalhes expressos e pela busca dos sentidos. Kossoy (1999) também se referencia no uso da imagem fotográfica com reflexão histórica, objetivando explicitar o caráter de representação inerente na fotografia. Para o autor a imagem fotográfica, seja ela documento ou representação, contém sentidos que expressam, ao mesmo tempo, realidades e ficções. Propõem explorar o conteúdo do documento, decodificando as informações que situam além da própria imagem. As imagens não esgotam o sentido em si, mas tornam-se indícios para desvendar o passado, revelando fragmentos e recortes de instantes aparentes que foram, esteticamente e ideologicamente, congelados. Em outro trabalho, afirma que a reconstituição do passado por meio da fotografia requer “uma sucessão de construções imaginárias”, pois o contexto que resultou na construção material da fotografia não conseguiria captar a realidade interior da imagem, invisível ao sistema tecnológico da câmera (KOSSOY, 1998).

falecer em decorrência de complicações na gravidez (SAYÃO, 1994). Em 1935, foi nomeado, interinamente, Assistente Chefe do Serviço Técnico do Café, sendo que em 1937, por Portaria Ministerial, assumiu a chefia do Departamento. Em 1939 fez sua primeira viagem a Goiás, estendendo sua visita às cidades de Goiânia, Anápolis e Jaraguá (SAYÃO, 1994). Em Jaraguá ficou por mais de uma semana, quando visitou antigas fazendas do tempo da escravidão e participou da tradicional festividade do Divino. Jaraguá era uma antiga cidade remanescente da mineração no século XVIII e que distanciava aproximadamente cinquenta quilômetros do local em que, três anos mais tarde, viria ser sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (SAYÃO, 1994).

A primeira visita de Sayão a Goiás pode parecer irrelevante do ponto de vista histórico, mas não o é do ponto de vista simbólico, na medida em que esse primeiro contato com a região, poucos anos antes de sua experiência como fundador da Cang, marcou significativamente o engenheiro, que verificou os primeiros afluxos de imigração para a região do Mato Grosso goiano em decorrência da construção de Goiânia e a chegada da ferrovia em Anápolis. Outro ponto significativo é perceber que os referenciais da Marcha, divulgados na época da construção da nova capital goiana, despertaram no engenheiro a vontade de vir para essa região de fronteira, que na construção da imagem do herói bandeirante, sua relação com o Sudeste não teve o mesmo significado que sua relação histórica com as regiões Norte e Centro-Oeste do país. Portanto, essa visita parece ter impactado o pioneiro, ao ponto de se transferir para a região três anos depois. Nos relatos memorialistas e nos discursos proferidos pelos políticos do Norte encontramos a descrição do espírito bandeirante em Sayão, caracterizados no interesse e amor pelo sertão: “Quando a maioria dos seus companheiros de geração preferiu permanecer no Rio, entregue aos trabalhos costumeiros ou ao mister de enriquecer, que a tantos fascina, Bernardo Sayão escolheu um destino bem diverso [...]” (Jornal Última Hora, 1959, p. 52).

Em 1941 casou-se com D. Hilda Fontenele Cabral, e nesse mesmo ano o cenário para a fabricação do mito começava a tomar formas de espetáculo. Nesse período, Getúlio iniciava os projetos de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, e Bernardo Sayão foi indicado por Luís Simões Lopes – um amigo seu que na época exercia o cargo de Oficial-de-Gabinete do Presidente Vargas – a se candidatar à vaga de administrador em uma das colônias nacionais. Sayão teve uma audiência com o Presidente e pouco tempo depois saiu sua nomeação para administrar da colônia agrícola em Goiás (ArPDF, 2004). Os relatos memorialistas procuravam evidenciar a alegria de Sayão ao receber essa tarefa das mãos do Presidente.

Primeiro, porque, ao que parecia, a visita a Goiás havia marcado profundamente o engenheiro, e ainda, porque as narrativas evidenciavam que Sayão vislumbrava no Oeste uma região com grandes possibilidades de desenvolvimento. Os textos e depoimentos reforçam que esse era um tipo de trabalho que lhe dava muita satisfação, numa alusão a imagem do desbravador. Léa Sayão (1994) relatou em suas memórias o entusiasmo do pai ao receber a nomeação do presidente, destacando a alegria em participar do programa de colonização na região. Outro elemento simbólico nesse batismo público refere-se ao desprendimento frente às dificuldades e às questões financeiras e do pouco *status* que tal empreendimento trazia. Talvez, do ponto de vista político, social ou financeiro fosse mais vantajoso a proximidade com o poder na capital federal. Porém, as escolhas de Sayão ajudam na identificação das primeiras qualificações do herói bandeirante: “Ainda uma vez, sem grande ordenado, está contente. Abria-se de novo o campo havia perspectiva de grande trabalho, e o prazer de ação tudo compensaria. Lembrou-se da viagem de recreio a Goiânia dava saltos enormes com ridente futuro” (SAYÃO, 1994, p. 48).

Alguns referenciais simbólicos presentes nessa narrativa retornaram nos discursos fúnebres que exaltavam sua morte como bandeirante desbravador. Considerando que as histórias que cercam o mito é uma narrativa com sentido simbólico, a trajetória do personagem começava a ganhar dimensões maiores dos que as comumente definidas como ordinárias. O fato de Sayão ter visitado Goiás anos antes de sua indicação e a forma quase obstinada com que recebeu a nomeação representava, no discurso mitificador, uma conspiração da fortuna. Nos mitos fundantes a fortuna assume uma postura central, na medida em que o destino participa da narrativa heróica, como um sistema de símbolos, arquétipos e *schémes* que compõem os relatos.

O mito é um relato fundante da cultura: ele vai estabelecer as relações entre as diversas partes do universo, entre os homens e o universo, entre os homens entre si. Por sua construção, próxima da composição musical que comporta refrões, repetições, o mito tem sempre uma dimensão pedagógica. É ainda função do mito fornecer modelos de comportamento, ou seja, permitir a construção individual e coletiva de identidade (PITTA, 2005, p. 18).

A narrativa da nomeação indicava certas representações que, no nosso entendimento, estabeleceram o nascimento da imagem pública de Bernardo Sayão como herói bandeirante. Primeiro na relação do personagem com as “conspirações do universo”, no sentido em que as

narrativas que tratam sua trajetória apontam para a presença da fortuna. Dessa forma, sua primeira visita a Goiás não é vista como algo natural ou gratuito, mas obra do destino. Uma relação entre homem e universo, mesmo que inconscientemente, identificam as “dimensões maiores que a vida” (BURKE, 1994), em que a composição das categorias do herói, uma vez construídas, soa como refrões musicais, sonoridades repetidas e que ecoam em outros tempos e outros espaços (PITTA, 2005). Essa primeira experiência aponta para as categorias que foram repetidas ao longo da vida pública de Sayão como o desapego a riquezas, a energia e vitalidade para o trabalho, o ofício como missão (missão universal) e o sonho condutor das ações. Mesmo que de forma trágica, como é o caso da sua morte, essas categorias, ao contrário de desconstruir a imagem do mito, foram cada vez mais decantadas, como refrões que não se cansavam.

Passamos, então, a descrever a trajetória pública de Bernardo Sayão a partir de sua nomeação para o cargo de administrador da Cang e sua transferência para o Oeste. Em 1941, já como administrador da Cang, comandou a construção da rodovia que ligava a Colônia até a cidade de Anápolis. Em 1942 construiu uma ponte ligando a Colônia à Barranca, feita de tambores vazios e amarrada por cabo de aço sobre o rio das Almas. Nessa empreitada trocou pneus por combustíveis e tomou outras providências emergenciais, sendo que em 1943 sofreu um processo administrativo por conta dessas medidas tomadas. Mesmo com as mudanças no governo federal em 1945, em que o General Dutra assumia a Presidência da República, manteve-se no cargo de administrador da Cang. Em 1948 conduziu um comboio de 72 máquinas agrícolas e viaturas, saindo do Rio de Janeiro até Goiás em 48 dias de viagem. Em 1950 foi exonerado do cargo de administrador da Cang em detrimento do processo administrativo de 1943, retornando para a Fazenda Ribeirão das Flores. Em 1952 mudou-se para Belo Horizonte onde passou a trabalhar na Colônia Agrícola de Jaíba (ArPDF, 2004).

Em 1954 foi eleito vice-governador por Goiás, sendo que, no ano seguinte coordenou a construção de um campo de pouso para aeronaves na região que receberia a visita do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da Nova Capital. Em 1956 foi nomeado diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), coordenando uma série de obras em Brasília. Em 1958, dentro das atribuições da NOVACAP, foi nomeado por Juscelino para a construção da rodovia que ligaria a nova capital à cidade de Belém, no Estado do Pará, numa extensão de 2.169 quilômetros. Em 1959 “morreu em plena floresta, atingido por uma árvore na Rodovia Belém-Brasília, no Município de Açailândia-MA, quando faltavam apenas cinquenta quilômetros para a conclusão desta que foi uma de

suas obras mais audaciosas” (ArPDF, 2004, p. 12). Seu corpo foi levado para Brasília onde foi velado e sepultado. A imprensa carioca enfatizou que esse seria o primeiro sepultamento ilustre na futura capital.

O Embaixador Hugo Gouthier estava no Palácio Rio Negro com o Presidente quando soube da triste notícia. O Engenheiro Bernardo Sayão era o general de uma batalha terrível. Morreu em combate contra a floresta, abrindo terreno para a Estrada Brasília-Pará. Seu corpo ficará na futura capital. Será o primeiro brasileiro ilustre a descansar em Brasília. Aqui fica uma sugestão: que uma das importantes avenidas ou uma das estradas que ligam a futura capital ao resto do País leve seu nome (MÜLLER, 1959, p. 50)

A princípio, procuramos identificar momentos da vida privada de Bernardo Sayão até o ano de 1941 em que saiu sua nomeação para administração da Cang. Até aquele momento, sua história não fugia das dimensões do homem comum, funcionário público, pai de família, engenheiro agrícola, homem do campo, aventureiro, atleta, dentre outras (SAYÃO, 1994). E mesmo nos relatos memorialistas que procuravam descrever os momentos biográficos que antecederam a formação do homem público, apresentavam certas características do personagem, como o carisma, entusiasmo, espírito aventureiro e a energia como que ele sempre investia em suas atividades, estabelecendo uma relação com o bandeirante da Marcha. Num artigo publicado pelo Correio da Manhã em 17 de janeiro de 1959 podemos perceber as intenções de relacionar as dimensões do homem comum ao herói bandeirante:

Chamava-se Bernardo Sayão e era quase impossível querer que alguém se assemelhasse mais, em espírito e físico, ao que se chama de um Bandeirante. Só que ia além do desbravador, do mateiro que doma a floresta, funda curral e fazenda e passa a cuidar do futuro dos seus. Sayão fundava cidades no sentido moderno do termo, fundava cidades não para os seus próximos, mas para todos os brasileiros. Abria mato a facão, atravessava rio a nado, plantava um estabelecimento e ficava à frente dele como chefe, rei, juiz. [...] Mas era principalmente o atleta alegre, belo, confiante em sua força e cheio daquela fé que só as pessoas de grande coração depositam em seus semelhantes (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1959, p. 45)

Os enredos da trajetória do mito não descreviam os fatos cotidianos com atitudes ordinárias, mas procuravam incluí-los no roteiro espetacular. Assim, evidenciavam características anteriores à exposição da imagem no contexto público, como traços do heroísmo pré-existente. Numa matéria publicada pelo Correio da Manhã (Rio de Janeiro) em

23 de Janeiro de 1959, o jornalista expressava sua vaidade em ter conhecido Sayão “antes de ser o bandeirante indômito em que se transformou na segunda etapa de sua vida”. Ao apresentar uma “segunda etapa”, fazia a distinção entre o homem comum e o bandeirante, procurando convencer seus leitores que o espírito bandeirante esteve presente em Sayão, mas não era percebido por seus contemporâneos. Destacava a força física, a destreza como nadador e remador do Clube Botafogo no Rio, passando a evidenciar as mudanças em sua biografia após sua transferência para o Oeste:

De repente, Sayão desapareceu da praia. Creio que foi devido ao seu primeiro casamento. Mais tarde, encontrei-o em Niterói, na Secretaria da Agricultura do governo Amaral Peixoto, creio que já estava viúvo. O campo ali, entretanto, era evidentemente escasso para a sua atividade. Um dia, perguntou a uma de suas colegas de trabalho se queria internar-se no mato com êle. A moça topou. Casaram-se e foram fazer a lua-de-mel em Goiás. Os filhos vieram. Dois casais apenas. O espírito de bandeirante de Sayão manifestou-se em toda a plenitude, ao lado da companheira que, além de amá-lo profundamente, admirava-o com entusiasmo. Atravessou o rio das Almas a nado, perdendo na travessia um auxiliar que a corrente impetuosa das águas levou para sempre. Do outro lado, fundou a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Arrebanhou tambores vazios de gasolina e construiu sobre o rio uma ponte provisória. Dez anos depois a Colônia transformou-se na cidade de Ceres, hoje com 50 mil habitantes. Seu nome cresceu, sua fama espalhou-se e quando se pensou num administrador para a construção de Brasília, foi ele o naturalmente indicado. Continuou sendo, como disse Antonio Callado, o atleta alegre, belo, confiante na sua fôrça e na grandeza dêste país (MAGALHÃES, 1959, p. 68-9).

Este relato exemplifica a estratégia de relacionar eventos do universo privado com a imagem pública mitificada, em que os fatos corriqueiros tomavam outras proporções que os tornavam mais importantes do que normalmente eram. Assim, o fato de Sayão ter sido um atleta na juventude não era visto como um indício natural da vida litorânea, mas como uma estratégia da fortuna, que conspirava a favor do herói. O homem comum nadador tornaria o nadador bandeirante. O uso dessa estratégia de fabricação do bandeirante, exemplificado no relato acima, caracterizava outras narrativas que utilizaram esses signos. O que torna essa narrativa interessante se deve ao fato do jornalista sintetizar sua trajetória de vida, baseada em experiências pessoais do narrador, mas que se tornaram públicas, evidenciando, assim, não apenas a opinião de um jornal de grande circulação na época, mas a consciência coletiva de uma sociedade, com sinos que ecoavam na época.

Uma imagem se constitui não apenas pela teatralização de um papel que se impõe, mas na construção de cenas individuais que se somam aos enredos coletivos. Por isso é que,

entre os anos de 1941 a 1959 ocorre uma mudança na trajetória política de Sayão, quando sua vida pública foi mais evidenciada e sua atuação teve maior peso simbólico, por estar vinculada à mudanças significativas na história nacional. Ora, como considerar as atividades, os empreendimentos, os atos públicos de Sayão, bem como o que foi dito ou o que ainda se diz acerca desse personagem, sem considerar as dimensões simbólicas e imaginárias que estavam na base dessas narrativas? Segundo Pitta (2005, p. 13), “nada para o ser humano é insignificante. E dar significado implica entrar no plano do simbólico”. Para a autora, o desenvolvimento do imaginário na produção do conhecimento no ocidente, ocorre em torno de grandes temáticas, ao redor da qual, outras imagens convergem e se organizam, traçando uma relação entre o símbolo, o simbólico e o imaginário, em que o “valor de uma imagem se mede pela extensão de sua aura imaginária” (PITTA, 2005, 16). Baseando-se em Gilbert Durand, afirma que o simbólico é sempre uma forma de expressão do imaginário, e que toda representação simbólica decorre de uma visão de mundo específica, portanto, imaginária.

Nesse sentido, a opção em identificar as representações do herói bandeirante em Sayão passa pela análise dos elementos simbólicos, que por sua vez elucidam a concepção imaginária que está por traz do mito e da sociedade construtora da imagem. Um primeiro indício dessa representação simbólica pode ser identificado nas narrativas apresentadas por Ricardo (1959), que indicam imagens universais ou arquetípicas do herói bandeirante que o discurso da Marcha e da sociedade da época procuraram evidenciar.

A tipologia do desbravador indicava que esse arquetípico bandeirante era classificado como animista (fundamentado em mitos) e não como um místico (fundamentado no sobrenatural religioso), sendo que sua tarefa baseava-se na constituição de mitos que justificavam e motivavam a empreitada, no enfrentamento aos mitos inibidores. Com relação aos mitos inibidores podemos perceber que, tanto nos textos ideológicos do Estado Nacional quanto os diferentes textos que divulgavam a morte de Sayão, estabeleciam que era a natureza a grande força inibidora da grandeza nacional (“era o general de uma batalha terrível. Morreu em combate contra a floresta”). Ao mesmo tempo, o novo mito justificador do neobandeirismo era caracterizado pelo Estado Nacional (na literatura da Marcha) e pelo desenvolvimentismo do período JK (nos depoimentos e discursos fúnebres de Sayão). A mitificação do neobandeirismo acontecia, não mais por meio das lendas que apelavam para o sobrenatural, mas pelos desafios geográficos que inibiam a integração entre as regiões norte e sul do país. Um artigo publicado no Jornal Última Hora, em 22 de janeiro de 1959, chamava atenção dos que ainda não haviam aderido aos apelos do desenvolvimentismo, e afirmava que,

a partir do gesto e exemplo de Sayão muitos seriam contagiados. Ao criticar os opositores do desenvolvimentismo identificava e reforçava os novos mitos inibidores, desqualificando e fragilizando a oposição política da época:

A existência do plano, a sua concepção e execução, dependiam desse homem pioneiro, desbravador, poeta, idealista e de uma macheza sem par. Dou minha palavra que se os homens que fazem oposição injusta aos planos de Brasília acompanhassem o Engenheiro Sayão nas suas penetrações de helicóptero, jipe, trator ou a pé, terminariam por capitular. Nada resiste ao seu entusiasmo, à sua vontade de lutar e ganhar a partida. Ele sabia que o inimigo era a floresta. Se aqueles milhões de soldados (as árvores) fossem vencidos, os homens de terno branco (da oposição) não teriam outro jeito a não ser calar. O seu negócio era com a Natureza, a sua briga contra os elementos, mesmo porque ele sabia que a outra natureza (a dos homens) é mais fácil de vencer. Os outros elementos (os da política) mudam com o vento (JORNAL ÚLTIMA HORA, 1959, p. 63).

Os mitos da bandeira histórica eram reforçados na constituição simbólica dos mitos do novo bandeirismo. Porém, a distinção estava na identificação dos novos mitos motivadores. Na citação acima podemos perceber que o autor procura desqualificar as forças políticas da oposição como insuficientes para inibir o deslocamento. No início desse mesmo artigo afirmava que era “fácil sentir que nenhuma oposição, nenhum argumento justo ou injusto impedirá que este Governo fique como marco definitivo”. Os novos mitos motivadores da ocupação situavam-se no universo da política, sobretudo, no que se referia aos programas desenvolvimentistas: “Dou minha palavra que se os homens que fazem oposição injusta aos planos de Brasília acompanhassem o Engenheiro Sayão [...], terminariam por capitular”. Os mitos modernos que motivavam o deslocamento fundamentavam-se nos discursos da grandeza nacional, da territorialidade e da expansão de fronteiras, caracterizados nos programas desenvolvimentistas. A nova bandeira mantinha os velhos mitos da natureza (florestas, rios, igarapés, febres, etc) e substituíam os referenciais dos velhos mitos motivadores (montanhas de ouro e esmeralda) pelo discurso do progresso e desenvolvimento nacional. É o que exemplificava o artigo publicado em 23 de janeiro de 1959 pelo jornal “O Globo” (Rio de Janeiro):

Uma árvore enorme cai e mata o bravo e alvissareiro Bernardo Sayão. É com árvores a guerra do Currupira quando falham a Boiuna, as febres e os tresmalhamentos. Mas, a rodovia já perfurou a linha, e aquele imenso e largo corte na floresta não se fechará mais. O cimento esteriliza a fecundidade desumana da selva tropical; inutilmente os

pássaros cúmplices deixarão cair sementes na faixa profanada. Por ali passarão as divisões blindadas do progresso, os caminhões de Manaus e de Belém a caminho do centro geo-econômico do país. [...] Quero ver o mundão de árvores arrancadas: mitos e totens zangando de raiva na sua impotência. Quero ver o Brasil derrotar o Currupira e tomar conta do que havia quase esquecido que lhe pertencia. Quero me vingar dos meus terrores no rio, do estrondo das terras caídas, da presença pressentida do inimigo invisível (PONGETTI, 1959, p. 66).

No relato acima podemos perceber a manutenção dos mitos da bandeira histórica na caracterização do Currupira, protetor da floresta e seus aliados (Boiuna, febres, tresmalhamentos, as árvores e os pássaros cúmplices, dentre outros), “mitos e totens zangando de raiva na sua impotência”. Os mitos vencedores, por sua vez, colocavam-se no enfrentamento à “presença pressentida do inimigo invisível” por meio das estradas que foram abertas. O sentido desenvolvimentista do mito vencedor assumia o domínio “do que havia quase esquecido que lhe pertencia”, numa alusão ao renascimento da empreitada bandeirante no século XX, e a construção da estrada por onde “passarão as divisões blindadas do progresso” simbolizava essa política.

No capítulo anterior apresentamos a política social para imigração e colonização, identificados nos textos e observações dos ideólogos do Estado Nacional publicados pela revista “Cultura Política” e sua repercussão da ocupação em Goiás, identificando que, na década de 1940, quando se iniciava uma política governamental para o Oeste, o sentido do deslocamento era caracterizado pelos atributos que evidenciavam o papel do Estado Nacional e o “verdadeiro sentido da brasilidade”. Na década de 1950, os referenciais da Marcha passaram a utilizar não mais o termo brasilidade, mas concentraram os discursos nos sistemas simbólicos do desenvolvimentismo. Em ambos os casos, o progresso e expansão territorial, serviam como justificativa da colonização e identificava quais eram os novos mitos vencedores, e sua importância: “não fossem esses mitos [...] o Brasil não seria o que é hoje, em sua grandeza geográfica” (RICARDO, 1959, p. 119). Portanto, o novo bandeirante suscitava mitos porque suas ações eram interpretadas mitologicamente, não mais no sentido fabuloso da marcha histórica, mas incorporando elementos da modernidade, ao qualificar atitudes e comportamentos, entendidos como superiores ao homem comum, e que além de tipificar o comportamento bandeirante, expressavam o espírito desbravador.

Assim como os textos, discursos e depoimentos, os registros fotográficos apresentam instantes da vida pública de Bernardo Sayão que evidenciam o caráter animista do arquétipo bandeirante. Nessas imagens podemos identificar a forma como o mito da riqueza e

prosperidade – agora como o novo sentido nacional do progresso e desenvolvimento – suplantava os mitos inibidores da floresta. Esse novo referencial apresentava a “natureza vencida”, destacando, assim, a coragem empreendida no desbravamento e no exorcismo dos temores naturais, ao retratar as derrubadas, as aberturas de estradas, as máquinas trabalhando na ocupação do espaço hostil da floresta, como sentido heróico do desbravador (figura 09). Nos vários relatos fúnebres de Sayão, os oradores buscaram evidenciar o enfrentamento travado com a natureza e a tragédia que marcou o encerramento dessa empreitada, exemplificado na oração proferida por Juscelino Kubitschek, em que ele destacava o caráter heróico e o enfrentamento com a natureza:

Morre de pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o termo dos seus árduos trabalhos estava à vista. Quem o feriu foi justamente uma dessas numerosas árvores que ele teve que abater para que o Brasil abrisse o seu mais difícil caminho [...] Caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável (KUBITSCHKEK, 1959, p. 15-6).

O desbravador como categoria simbólica situa-se no contexto histórico em que a consciência ecológica era sobreposta pelo ideal desenvolvimentista. Portanto, a vingança da natureza, ao invés de desconsiderar ou atribuir uma carga negativa ao empreendimento, tornava a empreitada heróica. O sentido ideológico da bandeira histórica, tão caracterizado nos relatos, aparece também nas imagens iconográficas. Muito mais do que apenas descrever e captar instantes, essas imagens apontavam para a consciência do ideal expansionista que o desbravamento do Oeste tinha naquele momento histórico. Assim, o encontro entre Sayão e Juscelino simbolizava o contato entre dois grandes agentes do desbravamento, ao mesmo tempo em que legitimava o sentido bandeirante da marcha num registro performático da história²² (figura 8 e 9). No discurso proferido no Senado Federal em 22 de janeiro de 1959, o Senador Apolônio Salles, utilizando uma narrativa cheia de retóricas, considerou o trabalho de Sayão na abertura de estradas como uma “epopéia de proporções incalculáveis”:

²² Os discursos oficiais envolvendo a morte de Bernardo Sayão e os objetivos de constituir a sua imagem pública como bandeirante, pode ser também percebida como uma maneira de justificar as políticas da mudança da capital, criticada por alguns setores da sociedade brasileira. O uso político dessa imagem teve como intenção o enfrentamento com a oposição, tornando justificável, no campo dos discursos, os sacrifícios necessários para as mudanças em processo.

Na integração do seu programa de desenvolvimento do Brasil, explica-se, assim, o entusiasmo do Presidente Juscelino Kubitschek pela rodovia Belem-Brasilia. [...] Percorrendo-a sentir-se-á o viajante envolto numa aura de conquista. Não poderá ficar insensível à pressão do grandioso quem se disponha a palmilhar a rodovia pioneira. O murmúrio das florestas, a cantiga das águas barrentas dos rios caudalosos, o silêncio dos raros descampados, tudo se há de integrar no cenário da antevisão de uma tarefa imensurável reservada às gerações futuras amantes do Brasil (SALLES, 1959, p. 30-1).

O discurso do senador apresentava a relação entre o desenvolvimentismo e o desbravamento, exemplificada na construção da “rodovia pioneira”, símbolo do “programa de desenvolvimento” e razão de entusiasmo. Uma sutil referência à natureza, evitando o confronto, diferente de outras narrativas, faz menção à convivência pacífica entre os elementos naturais e nova rodovia. Outra referência utilizada foi conceber o desbravamento não como atividade egoísta ou pessoal, mas algo que se faz em nome da coletividade – “reservada às gerações futuras amantes do Brasil” – e do sentido nacional. Portanto, a narrativa animista e apresentação do desbravamento como categoria, encontrava novos representantes, e tanto os discursos, quanto as fotografias procuravam registrar esses momentos performáticos.

A nova linguagem animista, que justificava o sentido do bandeirismo no século XX, qualificava também o desbravador e seus atos. E quando comparado aos novos bandeirantes apresentados por Ricardo (1959) como representantes do neobandeirismo dos séculos XIX e XX, podemos perceber a conexão com alguns atributos apontados pelo autor como traços marcantes do espírito desbravador. Por exemplo, o destaque dado a Couto Magalhães pela integração e exploração do Oeste em decorrência do transporte fluvial, e a Teófilo Otoni pela construção da primeira estrada de rodagem no Brasil em 1857, ecoavam na imagem arquetípica do bandeirante Bernardo Sayão. No discurso do Senador Gilberto Marinho no Senado em 20 de janeiro de 1959 foram feitos alguns apartes que destacavam a imagem de Sayão ao de construtor de estradas, com referências importantes à rodovia Belem-Brasilia. Num aparte feito pelo Senador Victorino Freire, representante do Maranhão (e que incluiu na sua fala os Senadores Sebastião Archer e Públio de Mello como representantes da região amazônica), ele diz: “avalei o seu devotamento para atingir o ideal da estrada que liga o Estado do Pará a Brasilia [...]. A região cortada pela rodovia está sendo colonizada, povoada, só com a notícia da construção” (FREIRE, 1959, p. 24). Em outro aparte, proferido pelo Senador Lameira Bittencourt, representante do Pará, evidencia o vigor e o entusiasmo de

Sayão, apresentado como o “maior operário da obra de tão alta significação para a Amazônia e para o Brasil” (BITTENCOURT, 1959, p. 25).

Apesar de vários outros depoimentos terem destacado os atributos de Bernardo Sayão como construtor de estradas, a grande força simbólica que o qualificava como bandeirante deveu-se a tragédia que resultou em sua morte no canteiro da rodovia federal, que deram novos sentidos a sua empreitada. Considerando que o valor de uma imagem era medida pela extensão de sua aura imaginária (PITTA, 2005), podemos perceber como eventos convergem para si temáticas maiores que circulam no imaginário social. Assim, de construtor de estradas passava a representar a integração, o progresso e o desenvolvimento nacional. Num artigo intitulado “O pioneiro”, publicado pelo “Diário da Noite” (Rio de Janeiro) de 22 de janeiro de 1959, podemos identificar o uso desses referenciais simbólicos na relação entre o espírito desbravador e as personagens do neobandeirismo de Ricardo. No texto, o jornalista procurou comparar as obras de Sayão como os feitos de Couto Magalhães, conforme a citação: “Com os olhos fitos no Norte, sonhava o grande brasileiro com a estrada Anápolis-Belém do Pará, na esperança de realizar, em condições mais compatíveis com a técnica moderna, o mesmo sonho que acalentara o espírito de Couto Magalhães.” (VAITSMAN, 1959, p. 60).

A força simbólica da morte de Sayão no canteiro de obras o qualificou, por meio dos novos discursos políticos em decorrência do seu falecimento, como “bandeirante do século XX”. Esse título foi dado a Rondon por Cassiano Ricardo, mas, no final da década de 1950, Bernardo Sayão foi quem passou a representar essa imagem. Fazendo uma analogia entre o uso simbólico das qualificações de Bernardo Sayão como bandeirante, e os atributos dados ao Marechal Rondon por Cassiano Ricardo, podemos perceber o quanto esses referenciais foram apropriados e ressignificados em 1959. Uma questão interessante é que naquele ano, foi publicada uma nova edição da obra (RICARDO, 1959), que, ampliada, continha referências à Fundação Brasil Central e a construção de Brasília, mas sem nenhuma menção ao trabalho de Bernardo Sayão, até porque, da conclusão do texto da edição de 1959 e sua publicação, a imagem pública de Sayão era restrita ao contexto regional. Rondon fora descrito por Ricardo (1959) como “nosso principal bandeirante moderno”, e essa qualificação se justificava no fato de que mesmo equipado com novas tecnologias ele havia permanecido fiel ao destino histórico da Bandeira (abrir caminhos no sertão, incorporar populações, dar nome aos rios e montanhas, devastar terras virgens, descobrir riquezas, manter vivo o amor pelo sertão, fixar fronteiras e promover a unidade social e territorial do país), e que, portanto, todos esses atributos o qualificavam como bandeirante do século XX. Também, o destino histórico do

desbravador foi utilizado para qualificar os empreendimentos de Sayão, citado como bandeirante equipado com novas tecnologias, e fiel ao destino histórico dos bandeirantes, ao abrir estradas, incorporar populações, devastar terras virgens, manter vivo o amor pelo sertão e promover a unidade social e territorial do país. Vários relatos faziam citação a esses atributos, mencionando, ainda, o fato de ter sido fundador de cidades: “a Bernardo Sayão, porfiaria em fixar a que melhor traduzisse uma existência inteiramente consagrada à sua incoercível vocação de desbravador dos sertões e criador de cidades” (MARINHO, 1959, p. 23).

No mesmo discurso o Senador faz referências às novas tecnologias como novas forças de combate da “missão bandeirante: “Em uma de suas derradeiras fotografias, há poucos dias divulgada, embarcando tratoristas em avião da nossa gloriosa Força Aérea, para a arrancada final, parecia dizer-lhe: partamos para o combate” (Marinho, 1959, p. 23-4). As novas tecnologias utilizadas para o enfrentamento da natureza caracterizavam o neobandeirismo e serviram como referência para os registros fotográficos (tratores, aviões, caminhões-caçambas, dentre outros). Nas figuras 13 e 20 podemos identificar o impacto dessas tecnologias bandeirantes no registros iconográficos que divulgam o sentido desbravador da empreitada de Sayão. Enquanto na primeira evidencia-se o caráter nacional do desbravamento, com o apoio da força aérea brasileira, a segunda destaca a presença dos operadores do maquinário no enterro de Sayão, com os caminhões enfileirados ao fundo da imagem. Ao mesmo tempo em que prestam sua homenagem ao bandeirante morto, receberam do presidente o reforço ao sentido desbravador, ao serem considerados como “soldados do progresso”.

Dentro de quinze dias, os tratores que marcham conduzidos pelas turmas de soldados do progresso que partiram de Belém e de Brasília se encontrarão para consagrar o fim da epopéia. O grande, o generoso, o bom comandante estará então presente como nunca, embora invisível. Ele não faltará ao encontro marcado. Nós também não faltaremos. À estrada, uma das vias da libertação e da grandeza de nossa nacionalidade, terá o seu nome. Todos o amavam, todos o seguiam, todos estão dolorosamente surpreendidos e tomados de consternação neste momento. Mas Bernardo Sayão não deve ser chorado. Um homem desse porte, morto como foi, de forma tão cruel e ao mesmo tempo tão bela, deve ser exaltado. [...] Á todos os que aqui se acham e a todos os que me ouvem neste instante, quero anunciar que, dentro de duas semanas, a missão que custou a vida de Bernardo Sayão estará integralmente cumprida. E que outras missões serão levadas a cabo. E que o espírito deste destemido patrício que a terra de Brasília acolhe agora para um justo repouso, nos servirá de flâmula, de incitamento e de fonte de ânimo criador (KUBITSCHKEK, 1959, p. 16-7)

A construção da imagem pública de Sayão como “herói bandeirante” alinha-se às prerrogativas do desbravador, em que o caráter animista, o enfrentamento com a geografia do sertão e o ideal da integração nacional como novo mito bandeirante foram evidenciados. Outra consideração está nos indícios de que a teatralização da vida pública, ou os mecanismos que transformam os atos em espetáculos, passam inicialmente, pela auto-afirmação do personagem e a consciência assumida em representar tal imagem. Portanto, seja por meio da concepção apresentada por outros, ou em suas próprias afirmações, ou até mesmo na forma de se expor publicamente, o personagem propagava a imagem arquetípica, demonstrando a consciência e auto-afirmação do bandeirante. Sayão era locutor de si e da imagem pública que era construída entorno dele, na medida em que a personagem convivia com as imagens arquetípicas do bandeirante estabelecidas pela literatura da Marcha, sendo ele próprio agente das políticas de integração do Oeste nas décadas de 1940 e 1950, convivendo como as experiências do “novo bandeirismo” e com o impacto dessa empreitada no imaginário social brasileiro, tanto na instalação da Cang, quanto na construção de Brasília.

Todas essas experiências carregam consigo um teor simbólico significativo ao vincular sua trajetória a interesses e discursos que ampliam os horizontes dos sentidos, sobretudo, no teor nacionalista que envolveu o debate ideológico da época. Por exemplo, num discurso feito em 1938 para divulgação da Marcha para Oeste, o presidente Getúlio Vargas convocando a nação à expansão e transposição dos planaltos, como retomada da trilha pioneira que estendeu as fronteiras territoriais do país, afirmava que o “verdadeiro sentido de brasilidade é marcha para o Oeste” (NEIVA, 1942, p. 227). Sayão, que havia sido nomeado por Vargas era agente dessa empreitada cujo modelo idealizado era o da marcha histórica. Portanto, questões ideológicas impunham-se, e a maneira como essa tarefa foi assumida indicava o conjunto das representações simbólicas e imaginárias da época.

2.5 - Os referenciais da marcha e o processo de estigmatização.

A imagem do “bandeirante desbravador”, carregada de sentidos heróicos impactou diretamente as lutas simbólicas estabelecidas entre os moradores da Colônia e Barranca. Como dito anteriormente, os fatores da distinção que originaram os conflitos pela representação social dessas localidades existiram desde o processo de formação e ocupação

social. Os discursos ideológicos, que divulgavam o desbravamento como comportamentos heróicos, foram assimilados pelos moradores da Colônia como estratégias de fortalecimento da identidade local na compreensão do “outro” como diferente, baseando-se na estigmatização da Barranca e a imagem mitificada do pioneiro da marcha caracterizava essa estigmatização. Uma das funções do mito era fornecer modelos de comportamento, permitindo a construção individual e coletiva de identidade (PITTA, 2005). Portanto, uma vez estabelecida a imagem mitificada de Sayão, tal representação fornecia aos moradores pioneiros da Colônia (aqueles que vieram com Sayão) referenciais que permitiram a eles sentirem-se co-participantes do destino histórico do bandeirismo.

Esses referenciais, logicamente, foram destinados a imagem de Sayão, porém, passaram a ser incorporado pelas lembranças dos pioneiros da Colônia, considerando que a memória é enriquecida por “bens alheios” que se enraízam e encontram seu lugar no álbum das lembranças, não se distinguindo mais das outras recordações (HALBWACHS, 2006). A imagem do desbravador, evocada no final da década de 1950, passou a ser assimilada pelas lembranças dos pioneiros da Cang como parte do seu passado particular, que não mais indicavam as necessidades econômicas, ou a busca por novas oportunidades como uma das variáveis que motivaram a vinda deles para a região, mas recorriam ao sentido ideológico da colonização e conquista do Oeste.

Essa assimilação foi percebida nas narrativas orais dos pioneiros da Colônia, que procuravam incorporar outros sentidos ao processo de ocupação, que não fosse apenas a possibilidade de acesso à terra. Portanto, quando relatavam sobre os motivos que orientaram a vinda deles para a Cang, procuram evidenciar que vieram em busca de novas oportunidades na região, mas que também vieram dar a sua contribuição para a instalação da civilização no Oeste. Essas narrativas incorporam o “destino histórico” do bandeirante em Ricardo (1959), conforme depoimento do pioneiro Jonatas Carvalho:

O pioneiro geralmente é o indivíduo idealista. Não veio aqui arrancar favores, nem dinheiro, nem nada. Ele veio colaborar com a civilização, como eu, o Dr. Sayão, Dr. Domingos. Não é o interesse particular. Estão divorciados de todas essas coisas. O nosso interesse era formar uma cidade às custas do nosso sacrifício. E foi isso o que aconteceu [...] Eu deixei como herança a profissão. Eu não ganhei dinheiro, não ganhei nada, mas ganhei gratidão. E a gratidão não custa dinheiro.

O sentido civilizador apresentado pelo pioneiro assemelhava-se muito às narrativas modernistas da literatura do início do século XX, mas também às visões desenvolvimentistas divulgadas pelos discursos políticos da época. Também, o sentido histórico do deslocamento foi valorizado na representação do “sacrifício”, no enfrentamento com o sertão e na fundação de cidades. O ideal pioneiro, também característico dos referenciais da marcha, pode ser identificado na afirmação de que a obra da ocupação do Oeste se faz em função do sentido nacional, maior do que os interesses particulares: “Eu não ganhei dinheiro, não ganhei nada, mas ganhei gratidão”. Em outro depoimento, feito pelo médico pioneiro Dr. Jair Dinoah de Araújo, aparecem esses mesmo referenciais, conforme descrição abaixo.

Quando eu vim pra cá implorava médico para vir cá. Ninguém queria vir. “Tratar de índio eu não vou não”. Ficavam no Rio de Janeiro ganhando um salário de fome, mas não queriam vir para o interior. Não tiveram a coragem de enfrentar o que eu enfrentei. Passei aqui tempo ruim. Tomava café de rapadura porque não tinha açúcar.

O pioneiro refaz o sentido da ocupação na Cang, incorporando os discursos da marcha histórica bem como os novos discursos do final da década de 1950, que referendavam Sayão como representante do espírito bandeirante da época. Nesse sentido, o pioneiro vê-se como co-participante do espírito desbravador, na medida em que abandona a vida litorânea para enfrentar as dificuldades do sertão.

O ideal pioneiro foi apresentado tanto na tipologia bandeirante de Ricardo (1959), quanto pelos meios de comunicação da década de 1950, quando nova marcha era necessária para a construção de Brasília. Em relação aos tipos ideais apresentados por Cassiano Ricardo destaca-se o “bandeirante de ofício específico”, identificado nos pioneiros que seguiam os bandeirantes desbravadores. O bandeirante de ofício específico não recebeu do autor as atribuições adjetivadas como o desbravador, porém não era desprovido de glória, pois sua atividade era vista como importante e fundamental para o processo da efetiva ocupação da fronteira. Apesar de ser identificado como homem comum, Ricardo evidenciava nesse bandeirante o “ethos” da Bandeira, ao afirmar que “com o gênero de atividade a que dedicam, e que, pela natureza, não podem faltar na penetração e circulação do interior” (RICARDO, 1959, p. 358). Partindo desse pressuposto, perguntamos: Foi esse o papel assumido pelos pioneiros da Cang? A glória de sua empreitada, atribuída por eles nos relato orais, esteve vinculada ao fato deles terem acompanhado Bernardo Sayão? Essa concepção da auto-

imagem do pioneiro da Cang existia desde o início da ocupação ou fora construída a partir dos referenciais do bandeirismo e da imagem mistificada de Bernardo Sayão? Numa crônica intitulada “A verdade ao Brasil”, e que foi transmitida por radiodifusão no Rio de Janeiro em 20 de Janeiro de 1959, percebe-se a vinculação entre o deslocamento e ocupação do Oeste com o espírito pioneiro: “Num país de dimensões continentais como Brasil, a penetração do interior é um fenômeno histórico que repousa exclusivamente no espírito pioneiro e na capacidade de sacrifício dos desbravadores” (BRASIL, 1959, p. 56).

Esse espírito pioneiro aparece na maioria dos depoimentos feitos com os antigos moradores de Ceres (Colônia). Porém, pudemos perceber que, apesar dos moradores de Rialma (Barranca) terem vindo no início da ocupação, eram descartados como pioneiros pelos ceresinos. Para eles apenas os que fizeram parte da Colônia com Sayão tinham o direito e a herança do termo. Na Barranca, desde o início da ocupação, estiveram presentes vários comerciantes em atividades diversas e que poderiam ser enquadrados como pioneiros da marcha, mas na luta simbólica imposta pela Colônia, nem a Barranca, bem como seus moradores, foram incorporados no espólio de Sayão, mas eram vistos apenas como aventureiros, e, portanto, estavam excluídos do “ethos bandeirante” e das glórias próprias do bandeirismo. A Barranca aparece nos depoimentos como resultante marginal dos excluídos da Cang, conforme relato do médico Jair Dinoah,

Rialma surgiu em virtude da população vir para a Colônia e não ter lugar pra ficar. Ficavam na beira do rio. Daí surgiu a idéia de uma pensão. Da pensão surgiu outra pensão. Da pensão um comercinho dos paraibanos. Então se formou um povoado. Desse povoado se forma um distrito de Jaraguá. Depois se forma a cidade.

Na concepção dos pioneiros da Colônia, o surgimento e a formação da Barranca deveu-se à exclusão de parcela da população que não conseguiu se fixar nas terras doadas pela União. Esse discurso marca a distinção utilizando os referenciais do bandeirismo, ao enquadrar uns como pioneiros e outros como aventureiros. No relato abaixo, o pioneiro Jônatas Carvalho descreve, em seu depoimento e visão, o que representava a Barranca:

Lá podia tudo. Lá cresceu em função daqui. Naquele tempo não era nada lá. O pessoal que não se dava aqui corria para Rialma. Vinha, comprava e ia embora pra lá. A Colônia era mais elitizada. E lá era uma baderna. De qualquer jeito era m três palitos.

Então tinha a zona lá, tinha a mulherada. Era um caso sério. Lá, de vez em quando, dava o chamado “puxa-faca”.

A vontade de distinção, da cultura por diferença, utilizou os referenciais da Marcha para Oeste como forma de estabelecer a imagem de “pioneiros” da marcha, tanto para o espaço social quanto para seus moradores, ao mesmo tempo em que utiliza a ausência desses referenciais como forma de estigmatizar a localidade vizinha da Barranca. A representação do espaço social da Cang se constituía no anti-modelo elaborado por eles referente à Barranca, que na visão estigmatizadora era composta por população que não conseguia adaptar-se às exigências estabelecidas e à forma de conduta social imposta aos moradores da Colônia que, na concepção dos pioneiros eram os verdadeiros herdeiros do bandeirismo.

Os referenciais da marcha histórica orientaram os diversos deslocamentos para o Oeste brasileiro ao divulgar o sentido nacional da ocupação. Porém, às margens do rio das Almas em Goiás, esses mesmos referenciais eram utilizados para enquadrar uns (os estabelecidos) e excluir outros (os outsiders). O uso da imagem arquetípica do herói destinada a Bernardo Sayão, fundador da Cang, trouxe novos sentidos para a ocupação da região, ressignificada nas narrativas memorialistas dos pioneiros, que se reconheciam como herdeiros da bandeira. Essas duas localidades, de forma geral, foram impactadas pelo discurso do deslocamento e pelas políticas de migração da Marcha para Oeste. Porém, os pioneiros da Cang se apropriaram das representações imaginárias da Marcha, sobretudo da repercussão nacional da imagem do seu fundador como herói bandeirante, utilizando esse elemento como mais um instrumento usado na estigmatização da Barranca, por meio do direito ao espólio simbólico da marcha e seu herói.

Figura 06



Bernardo Sayão na construção da Belém-Brasília

Fonte: ArPDF

Data: Não Identificada

Figura 07



Bernardo Sayão (Diretor da NOVACAP) aguardando a chegada do Presidente Juscelino no aeroporto de Brasília

Fonte: ArPDF

Data: 23/03/1958

Figura 08



Bernardo Sayão e Juscelino Kubitschek

Fonte: ArPDF

Data: Não Identificada

Figura 09



O Presidente Juscelino e Bernardo Sayão, entre outros, no aeroporto de Brasília

Fonte: ArPDF

Data: 23/03/1958

Figura 10



Bernardo Sayão e o Capitão Marco Aurélio Campos Tavares na construção da Belém-Brasília

Fonte: ArPDF

Data: 12/12/1958

Figura 11



Bernardo Sayão e Israel Pinheiro, ambos Diretores da NOVACAP no canteiro de obras da nova capital federal

Fonte: ArPDF

Data: Não identificada

Figura 12



Enterro de Bernardo Sayão

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

Figura 13



Sepultura de Bernardo Sayão no cemitério de Brasília

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

Figura 14



Enterro de Bernardo Sayão

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

Figura 15



Enterro de Bernardo Sayão

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

Figura 16

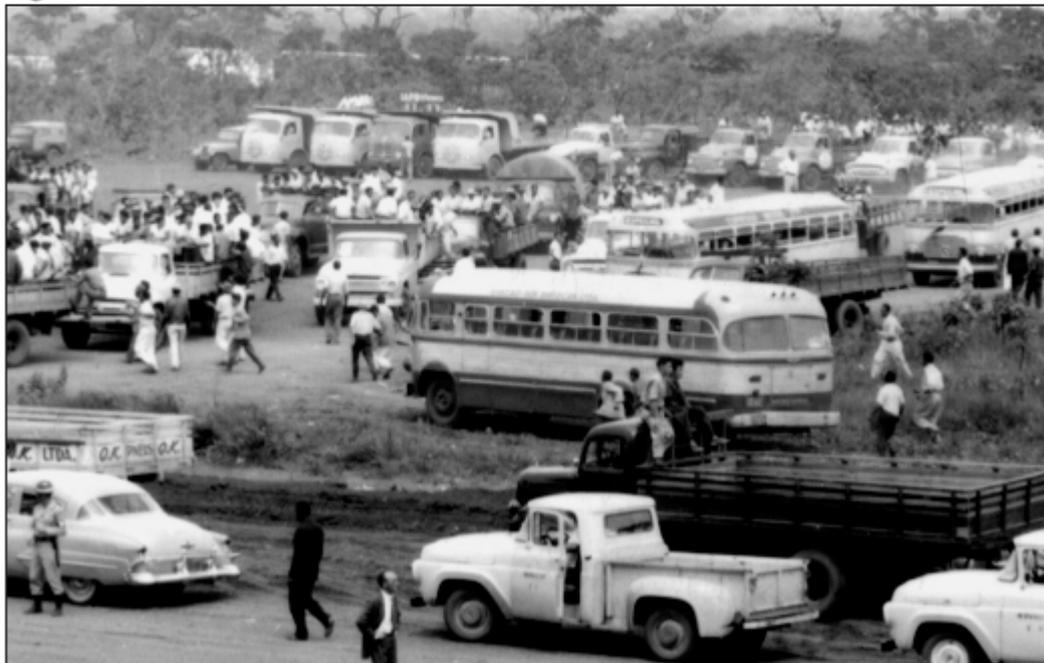


Enterro de Bernardo Sayão

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

Figura 17



Enterro de Bernardo Sayão

Fonte: ArPDF

Data: 17/01/1959

CAPÍTULO 3

As normas da cidade na cidade das normas:

A experiência urbana da Colônia.

Entretanto, construí na minha mente um modelo de cidade do qual extrair todas as cidades possíveis [...] Ele contém tudo o que vai de acordo com as normas. Uma vez que as cidades que existem se afastam da norma em diferentes graus, basta prever as exceções à regra e calcular as combinações mais prováveis (Ítalo Calvino).

O contexto histórico que marcou o surgimento das localidades de Ceres (Colônia) e Rialma (Barranca) teve, no cenário internacional, a expansão e a supremacia do nazismo na Segunda Grande Guerra (1939-1945). Enquanto o mundo era abalado pela instabilidade do conflito mundial, no interior de Goiás, na região das matas do São Patrício, às margens do Rio das Almas registrava-se a chegada da comitiva chefiada por Bernardo Sayão para a implantação da primeira Colônia Agrícola Nacional. O Estado Nacional iniciava a implementação de sua política de ocupação de fronteiras, utilizando, com eficiência, os recursos da imprensa e propaganda, amplamente divulgados em revistas, folhetos e no rádio. Além de divulgar as políticas da marcha para o Oeste, a propaganda oficial reforçava o sentimento de “brasilidade”, evidenciando o caráter nacional da colonização e a construção de signos que representavam a nação em marcha.

Um cenário de antagonismos, portanto, marcou a emergência da ocupação dessa região de fronteira no ano de 1941. Por um lado, havia um cenário de incertezas, influenciado, sobretudo, pelo conflito internacional. Por outro lado, os discursos e a política da Marcha para o Oeste apresentavam um cenário de otimismo e oportunidades para o grupo social imigrante. A ocupação da região intensificou-se a partir do ano de 1942, quando a euforia da imigração aliava-se aos discursos inflamados de brasilidade que marcaram esses primeiros anos. Todavia, essas experiências foram norteadas por sensações antagônicas, pois, como ignorar o impacto da guerra nesse contexto? E ao mesmo tempo, como não se entusiasmar pelas oportunidades abertas pela marcha para Oeste e pelos discursos da brasilidade? Esses indícios históricos que marcaram o início da década de 1940 são dados que ajudam a compreender o cenário de sonhos e representações imaginárias que marcaram o surgimento da Colônia e da Barranca. Assim como os contextos macro-sociais, marcados pelo cenário beligerante mundial e a euforia colonizadora do Estado Nacional, orientaram à percepção de sensações antagônicas, também as experiências micro-sociais dessas duas localidades apresentaram as marcas do antagonismo, não apenas na forma como se constituíram em núcleos urbanos, mas na relação estabelecida entre elas.

É a partir dessa perspectiva que esse capítulo objetiva apresentar os antagonismos que marcaram as experiências urbanas dessas duas localidades que se constituíram sob o signo da distinção. As experiências vivenciadas por cada uma delas, apesar da proximidade geográfica e da mesma orientação para os deslocamentos populacionais migratórios, constituiu cidades distintas, com traços e características também distintas. Essas marcas da distinção geraram outro fenômeno histórico interessante que foi a vontade de impor e demarcar essas diferenças, estabelecidas nas lutas simbólicas travadas entre elas, e que tiveram como características o estigma. A estigmatização da Barranca representava a síntese da construção cultural Colônia, que se fundamentava na evidência das diferenças, na tentativa explícita de impor uma imagem de superioridade e assim, evidenciar os traços culturais que a distinguiu por meio da negação do outro. A Barranca, que por sua vez, recebia os estigmas, procurava ignorá-los e impor sua identidade alheia aos discursos simbólicos da Colônia.

Nossa proposta é apresentar os indícios dessas distinções nas representações do espaço social vivido por cada uma dessas localidades, buscando identificar as marcas históricas que evidenciaram as diferenças como experiência urbana vivenciada pelos moradores dessas duas cidades. O fato de serem resultantes da mesma política de ocupação, e terem as mesmas sensações em relação ao contexto histórico vivido, bem como a proximidade geográfica que

permitia a elas se observarem cotidianamente, pode, a princípio, deixar a impressão de que estabeleceram experiências semelhantes em relação à construção social do espaço. Porém, na verdade, apesar das semelhanças macro-sociais, essas localidades experimentaram a força da distinção em sua constituição urbana e que resultaram em espaços sociais distintos. Apesar da relação entre elas transparecer um clima de amistosa cooperação, as experiências urbanas foram marcadas pela distinção e pela necessidade de demarcar as fronteiras que as diferenciavam. Mesmo com uma ponte sobre o rio das Almas que interligava essas cidades, o que de fato ocorria nas relações cotidianas era a necessidade de demarcar limites territoriais e imaginários nesses núcleos urbanos emergentes.

Também nos propusemos apresentar de forma tipológica (HOLANDA, 1995) a distinção urbana²³ estabelecida historicamente entre a Colônia e Barranca, na orientação dos elementos que caracterizaram a ocupação e formação dessas cidades, considerando os traços que permitiam estabelecer os modelos e os indícios dessa distinção. Neste capítulo serão apresentados os elementos que propiciaram à Colônia estabelecer traços de sociabilidade e de vivências tão características na sua formação. Nossa intenção é identificar esses elementos, evidenciando nessas experiências os traços da distinção e o uso dessa diferença como discurso estigmatizador da Barranca.

²³ Holanda (1995), baseando-se na tipologia weberiana, apresenta as categorias “trabalhador” e “aventureiro” como modelo de análise da relação entre o homem e o trabalho. Nessa compreensão, o autor elabora os princípios que regem essas categorias, evidenciando que a formação social brasileira foi regida, segundo essa proporção tipológica, muito mais pelos princípios da aventura do que pela moral do trabalho. A colonização aventureira se caracterizava pela busca de resultados imediatos e pela conquista de riquezas a curto prazo, às custas de investimentos despojados e através do desbravamento que dava pouco crédito às adversidades e aos confortos. Já a colonização regida pela moral do trabalho, caracteriza-se pela priorização da atividade utilitária, racionalizando a realização das tarefas e afazeres e ponderando os caminhos para alcançar os resultados planejados, valorizando práticas que permitiam a manutenção da harmonia social, na representação de um estilo de vida ordeiro e cujas relações se sustentavam na associação racional dos indivíduos. É nessa mesma orientação que se estabelece a cidade semeada (orientada pela aventura) e a ladrilhada (orientada pelo planejamento). Essa construção tipológica concebida por Holanda teve, no caso específico da análise das representações urbanas da Colônia e Barranca, um elemento simbólico interessante, e até de certa forma contraditório. Esse detalhe fica evidente na medida em que as observações são dirigidas para o campo das lutas simbólicas, ao apresentar indícios de como os discursos, que se fundamentaram em relações de poder e foram sutilmente ressignificados. Por exemplo, a moral da aventura teve uma relação histórica com o espírito da colonização portuguesa e que, posteriormente foi traduzida no desbravamento territorial das bandeiras. É nessa mesma lógica que a Marcha para Oeste teve no bandeirismo o seu referencial simbólico, e nos pioneiros a sua tradução contemporânea. Entretanto, no processo de ocupação e povoamento da Cang, outros elementos foram trazidos para o campo das lutas simbólicas, colocando os pioneiros em contato com um novo princípio de sociabilidade e racionalidade. Assim, apesar do processo de deslocamento populacional ter sido orientado pela “moral da aventura”, a racionalidade da ocupação processou-se a partir da “moral do trabalho”.

Não podemos desconsiderar o fato de que o grupo que constituía a ocupação social da Colônia e da Barranca era basicamente o mesmo, em sua maioria composto por camponeses sem terra, profissionais liberais e comerciantes aventureiros, dentre outros, que migravam para uma região de fronteira em busca de novas oportunidades e empreendimentos. Portanto, a distinção estabeleceu-se não apenas no processo de ocupação do espaço social, mas também nas lutas simbólicas no interior desses espaços, que impuseram novos *habitus*, então incorporados como padrão social. Neste capítulo buscamos nos concentrar nos indícios da distinção, para então, posteriormente, abordar a luta pela diferença e o estigma como ficha simbólica dessa relação. Destacamos três indícios da distinção que permitem a analogia da Colônia como espaço social planejado (cidade sonhada), que foram: 1) o processo de seleção dos colonos, 2) a coerção social que impunha regras de sociabilidade e convivência, e 3) a racionalidade da ocupação e distribuição dos colonos no espaço social.

No capítulo anterior apresentamos o discurso da marcha e o caráter simbólico do bandeirismo como indício inicial da distinção. Também procuramos mostrar que, tanto os moradores da Colônia quanto os da Barranca foram impactados pela Marcha para o Oeste e dispuseram-se ao deslocamento. Porém, a forma como esse discurso foi assimilado pela comunidade da Colônia teve outro significado. Além da referência à brasilidade e ocupação do Oeste, os colonos pioneiros consideravam-se herdeiros do espólio heróico de Bernardo Sayão, referência essa que não foi percebida pelos moradores da Barranca. Os novos sentidos da marcha foram utilizados como forma discursiva da estigmatização, em que uns eram considerados herdeiros do bandeirismo e outros não. Nessa abordagem acerca da distinção, a finalidade é identificar elementos objetivamente observáveis que representaram experiências sociais, e que posteriormente entrarão como sistemas simbólicos no conflito pela imposição dos estigmas sociais. Portanto, os indícios da distinção que passamos a apresentar não são apenas referências psicológicas da consciência da diferença, mas elementos estruturantes, que foram percebidos nas relações cotidianas, orientados por coerções presentes nas normatizações oficiais e que foram interpretadas e assimiladas como práticas sociais e estilo de vida. Isso se aplica, portanto, às práticas sociais da Colônia, submetidas à racionalidade da ocupação planejada, como também a outras práticas sociais no espaço social da Barranca, em que a ocupação espontânea conviveu com uma maior flexibilidade normativa e que geraram estilos de vida e comportamentos sociais diferentes, como veremos no próximo capítulo.

As experiências distintas, vivenciadas por essas duas comunidades, e que tiveram como semelhanças os discursos ideológicos da colonização e imigração para o Oeste,

constituídas por categorias sociais semelhantes (camponeses sem-terra), podem elucidar o desenvolvimento dos processos distintos de identidade regional, visto que, fundamentando-se em categorias como “classe social” o problema não se esclarecia, na medida em que essa classificação não distinguia seus habitantes. Para a compreensão das distinções e do estigma social resultante, era necessário superar as abordagens da ocupação direcionadas pelas teorias centradas nas análises estruturais apenas e, resgatar os elementos culturais que constituíram as experiências que, historicamente, processaram-se no espaço social da Colônia e da Barranca (THOMPSON, 1981).

A dificuldade de definição e os enquadramentos conceituais dados aos segmentos sociais representam um dos grandes desafios para o trabalho com grupos e classes sociais, em que o risco em utilizar determinadas denominações coletivizantes pode levar a simplificações que não consigam abarcar as singularidades dos segmentos sociais (GAY, 2002). Esse risco pode ocorrer e representar um problema significativo no caso da observação das categorias sociais constituintes do processo histórico da Colônia e da Barranca. Uma visão generalizante dos agentes da ocupação dessas localidades poderia enquadrá-los em uma categoria social que não permitisse perceber as singularidades existentes nesse processo histórico, ao mesmo tempo, essa visão coletivizante descartaria as experiências dos agentes e a consciência social que os grupos em questão elaboram acerca deles mesmos e do lugar por eles constituído. É no sentido de considerar a “experiência social” dos sujeitos a partir da opção culturalista que podemos identificar os indícios das distinções estabelecidas e do estigma resultante.

A relação entre sujeito, experiência e consciência, ponto chave da discussão histórica em Thompson (1981) foi apropriada também por Ginzburg (1989). Se para Thompson a experiência é um elemento estruturado pelo universo social e a consciência é o resultado da relação do sujeito com sua experiência, para Ginzburg, a compreensão das experiências do sujeito histórico dá-se a partir da apropriação dos traços distintos dos indivíduos passíveis de interpretação. Ambos buscam a relação do universo micro (sujeito) e macro sociais (estrutura), desconsiderando os determinismos. Assim, histórias paralelas e marginais podem ser apreendidas em sua inserção nos contextos mais gerais, da mesma forma que a consciência (universo micro) tem uma relação direta com as experiências sociais (universo macro).

A consciência histórica apresenta-se como um dos elementos da cultura, manifestado na articulação temporal do agir pragmático, orientando os sujeitos para a percepção do seu passado, para agir no presente e para a projeção do futuro. Nesse sentido, a ação social dos

indivíduos está relacionada com a cultura histórica por ser a referência existencial que vincula uma consciência de pertencimento a uma coletividade, bem como a identificação da própria individualidade dos sujeitos (MARTINS, 2002). Portanto, a cultura é compreendida, ao mesmo tempo, como elemento identificador e de distinção, na descoberta incontestável de si mesmo e dos outros, orientando as práticas sociais, na medida em que essa ação parte de uma consciência histórica. E por isso que consideramos importante identificar os elementos históricos, macro-sociais, constituintes da experiência social dos moradores dessas duas localidades, porque nessas experiências que se constituem as práticas sociais. Importante também considerar que, a despeito das semelhanças entre os grupos sociais, as experiências vividas influenciaram na constituição de consciências sociais distintas, marcadas na Colônia pelo impacto do espaço planejado e sonhado, e na Barranca pela concepção do espaço espontâneo e improvisado.

3.1. A cidade sonhada: as representações urbanas da Colônia

Interessante pensar que um projeto de ocupação agrária concebesse uma cidade planejada, e que um planejamento urbano estivesse atrelado às intencionalidades marcadamente rurais. Essa foi uma das peculiaridades das Colônias Agrícolas Nacionais criadas pelo Decreto 3.059. Dentre suas prerrogativas existia a preocupação com a instalação de núcleos de atividade agrícola, mas também era previsto pelo referido decreto a formação de núcleos urbanos, seja para servir de apoio aos colonos como também para promover a proliferação de outras cidades nas regiões em que fossem instaladas. Também, as intenções do projeto das Colônias Nacionais eram muito mais abrangentes do que as categorias campo/cidade podiam compreender, pois elas atendiam, sobretudo, às intencionalidades nacionais de integração territorial, impulsionadas por uma postura centralizadora e nacionalista do Estado. Mas um recorte feito nesse objeto privilegiou a abordagem urbana das Colônias Agrícolas Nacionais, no caso específico da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a partir de fontes que pudessem indicar e revelar o perfil urbano desejado, bem como as experiências dos colonos com o espaço social emergente e suas representações imaginárias. Essa perspectiva do urbano procurava perceber a cidade como um espaço imaginado e vivido, em que as vivências e as transformações operadas nesse lugar relacionavam-se diretamente como as visões oníricas que revelam os indícios da cidade desejada.

Portanto, os problemas que ora se apresentam referem-se à tentativa de compreensão desse objeto, apontando para a identificação dos traços da cidade desejada, sendo que o contrário também interessa. Ou seja, quais foram as concepções imaginárias da cidade que se desejava para a Colônia, e quais os indícios que poderiam apresentar o que foi rejeitado para o lugar? De que forma os documentos, as narrativas ou as “visões literárias do urbano”²⁴ podiam auxiliar na compreensão da cidade sonhada para colônia que se instalava em Goiás? Quais foram as representações imaginárias e simbólicas que estiveram presentes no sonho urbano da Cang? Porém, uma questão que parece ser fundamental para esse debate, refere-se à relevância de se analisar a Cang a partir do olhar urbano, considerando que a categoria rural parece ser a mais evidente. A princípio, um dado que justifica essa abordagem deve-se ao fato de que essa pesquisa objetiva compreender as implicações que permitiram dois grupos sociais estabelecerem-se às margens do rio das Almas, em Goiás, numa mesma temporalidade histórica, constituindo-se duas cidades geograficamente próximas, mas com experiências materiais e culturais distintas. Outra justificativa, é que o debate envolvendo as implicações rurais da Cang foi discutido de forma competente em outros trabalhos, e apesar da estrutura rural da Barranca ter sido marcada pelo latifúndio dominante na região de Jaraguá desde o século XIX, essa temática não permitiria compreender as distinções do espaço e das práticas sociais dessas localidades.

Feitos esses esclarecimentos, entendemos que, além das considerações iniciais apresentadas, duas outras justificativas reforçam a análise da Colônia goiana a partir da perspectiva urbana. Primeiro, porque o Decreto nº 3.059/1941 que criava as Colônias Agrícolas Nacionais deixava muito evidente suas intenções em relação à instalação de centros urbanos para as áreas colonizadas, não apenas para servir de sede aos núcleos agrícolas, mas também para funcionarem como centros irradiadores do desenvolvimento regional. O artigo 5º do referido decreto apresentava as considerações acerca do projeto urbano para as colônias:

Art. 5º. Fixada a região onde a colônia deverá ser fundada, será projetada a sua futura sede, escolhendo-se para isso a zona que melhores condições oferecer.
Parágrafo único. No projeto da sede serão observadas todas as regras urbanísticas, visando a criação de um futuro núcleo de civilização no interior do país. (BRASIL, 1941)

²⁴ Segundo Pesavento (2002) as visões literárias do urbano se constituem numa das formas de compreensão e acesso à cidade. Em suas palavras essa metodologia seria uma forma de “chegar à cidade pelos traços, pistas, palavras, discursos que nela falam, expressando a lenta construção do ‘tornar-se urbano’” (PESAVENTO, 2002, p. 391).

Esse documento destaca alguns indícios que revelam não apenas as intencionalidades urbanas para as colônias agrícolas, como também explicita a inclusão de princípios norteadores para as futuras cidades-sedes das Colônias Nacionais. Esses princípios podem ser resumidamente identificados no caráter racional que a ocupação do espaço urbano incorporava, ao enquadrar o planejamento dentro de “regras urbanísticas” que visavam à construção de um “núcleo de civilização” geograficamente direcionado para o “interior do país”. A racionalidade da ocupação incorporava as categorias da cidade planejada e do sertão civilizado, princípios amplamente divulgados pela Marcha para Oeste e ideologicamente atrelados aos interesses do Estado Nacional.

Uma segunda justificativa, de conteúdo mais teórico, encontra amparo nas concepções de Pesavento (2002) acerca da história cultural do urbano, identificada na desmistificação da lógica urbana, geralmente compreendida a partir das transformações materiais da história, privilegiando as categorias imaginárias da cidade, consideradas por ela como o “sonho do urbano”. A cidade aparece nessa perspectiva como materialização espacial e construção imaginária, resultante de sonhos individuais e coletivos, incorporando as tensões, os anseios e os desejos dos indivíduos e grupos sociais, na representação da transgressão de uma ordem natural do espaço. A cidade ao se impor como problema, como tema de reflexão e objeto de estudo, amplia o horizonte de observações, sobretudo na compreensão do imaginário social. Assim, uma história cultural do urbano incorpora em suas discussões a cidade como *locus* das representações coletivas, que não apenas representam a realidade social, como também criam e recriam a observação objetiva do lugar.

Outra concepção convergente ao conceito do imaginário urbano, proposto por Pesavento, refere-se à visão de espaço social elaborada por Bourdieu (1997, 1998, 2003). Para o autor, uma abordagem do espaço não deve limitar-se às observações meramente objetivas do lugar. Para tanto, a tarefa de quem se propõe a olhar a cidade como espaço social deve proceder visualizando-a com a objetiva topológica, demarcando os diferentes campos que estão distribuídos nesse espaço, bem como identificar os *habitus* que representam as práticas sociais e os estilos de vida dos indivíduos. Sua metodologia aponta para a compreensão dos elementos simbólicos que estão distribuídos no espaço social por meio dos vários campos que compõem esse mesmo espaço. Todavia, afirma que não são nos sistemas simbólicos, discursos, gestos, gostos, práticas e nas representações, dentre outros símbolos, que reside o poder

simbólico. Estes sistemas são apenas referenciais. O poder simbólico está no poder de convencimento, de imposição de uma vontade e de uma visão de mundo específica para o lugar, e é resultante de conflitos em que esses sistemas são colocados a serviço da visão específica de mundo que determinado espaço social tem de si e dos outros. O poder simbólico estabelece as fronteiras do que pertence e não pertence àquele lugar. Ele é responsável pela demarcação espacial da região (*regio*) e de suas fronteiras (*finis*), por meio dos agentes legitimadores da construção simbólica do espaço social. A cidade, portanto, representa o conjunto de experiências vivenciadas no contexto urbano, fruto de configurações materiais desenvolvidas num determinado espaço social, mas também resultante de configurações imaginárias e de lutas simbólicas, que não apenas ilustram as relações entre os indivíduos, mas também que se impõem como elemento capaz de estabelecer significado ao mundo real.

A cidade é compreendida como um espaço de lutas, aproximando os conceitos de representações imaginárias (Pesavento) e poder simbólico (Bourdieu). Dessa forma, para compreender as experiências urbanas da Colônia e da Barranca era fundamental a análise dos diversos processos históricos responsáveis pela criação e reconstrução desses lugares. Não apenas por meio de referências materiais, mas, sobretudo, elegendo as referências simbólicas e imaginárias que permitissem a percepção do sonho urbano, transformado e reconstruído na medida em que a cidade se constituía. Nesse caso, destacamos o processo de seleção dos colonos, as coerções sociais que impunham regras de sociabilidade e convivência, e a racionalidade da ocupação e distribuição dos colonos, por meio da instalação de infra-estruturas e instituições que caracterizavam o planejamento da ocupação.

Após a publicação do Decreto Lei Federal nº 6.882, que institucionalizava a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, em 19 de fevereiro de 1941, deu-se início ao processo de escolha, demarcação e ocupação das áreas que receberiam esse núcleo, tornando-se a Cang a primeira das oito colônias nacionais²⁵ a implantar-se no país. O engenheiro agrônomo Bernardo Sayão foi nomeado por Getúlio Vargas para coordenar os trabalhos de instalação da colônia goiana²⁶. O ponto de partida para sua empreitada foi a cidade de Anápolis, onde

²⁵ As oito colônias nacionais foram implementadas foram as seguintes: Em 1941, por decreto federal foram criadas as colônias de Goiás e Amazonas. Em 1942, foram decretadas a implantação das Colônias de Monte Alegre (Pará) e Barra da Corda (Maranhão). Em 1943 os decretos federais instalavam as colônias de General Osório (Paraná) e a de Dourados (no Território de Ponta Porã, hoje Mato Grosso do Sul), e no ano seguinte a colônia de Oeiras no Piauí. Em 1948, no governo do General Dutra, foi criada a colônia de Jaíba em Minas Gerais (NEIVA, 1982, p. 71).

²⁶ Segundo o Art. 31 do Decreto-Lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, as Colônias Nacionais seriam administradas por agrônomos com “reconhecida capacidade profissional e reputação ilibada” (BRASIL, 1941)

iniciou as obras da estrada denominada de Transbrasiliana, aproveitando um trecho já em uso entre Anápolis e Jaraguá. Sayão partiu de Jaraguá, atravessando as matas de São Patrício em direção à região escolhida para instalação da Cang e demarcada pelo decreto goiano. Com o andamento das obras da estrada que dava acesso à colônia agrícola, escolheu fixar a sede da Colônia numa das margens do Rio das Almas.

A escolha do local que abrigou a sede da Colônia aparece nas narrativas memorialistas com algumas variações, sendo que alguns aprovavam e outros punham em dúvida se, originalmente, esse seria o lugar ideal para se instalar uma cidade. Os moradores pioneiros questionam a escolha, por considerar que a região era de terreno acidentado, e isso prejudicava o desenvolvimento de uma cidade planejada. Outros consideram que as questões topográficas em nada prejudicaram a implantação da cidade, apesar de afirmarem que originalmente existia a possibilidade da sede ser instalada no local em que atualmente está a cidade de Nova Glória, antigo povoamento da Cang e emancipada em 10 de junho de 1983. Outro dado interessante era que os projetos urbanísticos da época privilegiavam regiões mais planas e arejadas, tendo a nova capital de Goiás como exemplo. Mas existia um consenso de que os recursos federais dedicados à Colônia estavam se esgotando na construção da rodovia, e que Bernardo Sayão decidiu instalar sua residência no alto de um morro, de frente ao rio das Almas, estabelecendo a sede da Colônia nesse local. De acordo com depoimento do médico pioneiro Jair Dinoah,

Dr. Sayão foi um herói. Quando nós passávamos esse rio com a balsa ele dizia: “doutor, nós vamos fazer uma cidade civilizada. Uma grande cidade”. Muita gente critica que Ceres é uma cidade montanhosa. Dr. Sayão chegou com as máquinas do outro lado do rio. Então ele tinha que entrar na colônia. Ele veio fazendo a estrada de Anápolis até aqui. Quando ele atravessou o rio numa balsa e que ele veio pra cá ele disse: “Olha, a colônia vai ser aqui. É uma região montanhosa, mas Rio de Janeiro é uma cidade montanhosa, Minas Gerais, Belo Horizonte é uma cidade montanhosa. E daqui eu não me afasto nem um metro, porque eu não tenho dinheiro, não tenho máquina”.

Feita a travessia do rio das Almas, iniciou-se a construção de uma estrutura provisória para receber os colonos. A sede compreendia o centro administrativo, onde se localizava o escritório de cadastramento e distribuição dos colonos nos lotes rurais, a área comercial,

igrejas, escola, o hospital da Colônia²⁷, a garagem e oficina do maquinário e a área residencial. Também na sede foi edificada a casa do administrador Bernardo Sayão e também as residências de todos os técnicos contratados pelo Ministério da Agricultura, responsáveis pela parte administrativa. O projeto de construção da sede da Colônia previa, além de edificar um núcleo administrativo, estabelecer um centro urbano, em que o colono pudesse ter acesso a diferentes tipos de serviços. Entre 1942 a 1944 a ocupação era exclusivamente rural. Os funcionários da Cang cadastravam os colonos selecionados que eram encaminhados para seus referidos lotes. A estrutura da Colônia que era provisória acabou sendo definitiva, pois Sayão se recusou em transferir essa estrutura para outra área que favorecesse a instalação da cidade planejada.

Os relatos memorialistas dos pioneiros da Colônia descrevem os primeiros anos de instalação da sede como um período de muita dificuldade. Segundo esses relatos as principais dificuldades estavam em conseguir mantimentos e assistência para os serviços que não haviam sido instalados a contento no início. Os pioneiros destacavam, ainda, como dificuldades, a precariedade das moradias, a travessia do rio pela ponte de tambor improvisada por Sayão, o isolamento e a distância de outros centros urbanos, bem como as estradas nos períodos chuvosos, que, por não serem pavimentadas deixavam os moradores ilhados e a produção agrícola era impossibilitada de ser vendida. A Colônia encontrava-se numa região de mata virgem muito densa, e que além da precária infra-estrutura, os primeiros colonos sofreram com as epidemias tropicais. Vários casos de malária e febre amarela, ou “maleita”, que era o nome dado pelos colonos a essas epidemias, foram registrados pelo hospital da Colônia. Além da maleita, era comum na região a doença de Chagas, que tinha sua difusão facilitada pelo tipo de moradia da época, geralmente de “pau-a-pique”, cobertas de folhas de palmeira buriti. Também, em 1942 o Brasil entrava na Segunda Guerra Mundial e a Colônia, que estava em fase inicial de seu povoamento, sofria com a falta de produtos básicos do cotidiano dos colonos, como querosene, petróleo, açúcar e sal. Segundo o depoimento do

²⁷ Atualmente o antigo hospital da Colônia chama-se Hospital São Pio X e foi cedido pelo Ministério da Agricultura à Diocese de Goiás após a emancipação da Cang e a criação do município de Ceres. O hospital é administrado pela Igreja Católica e atende pelo SUS (Sistema Único de Saúde), tendo como clientela os pacientes das cidades adjacentes, da região Centro-Norte de Goiás, e dos Estados do Tocantins, Maranhão e Pará. Recentemente foi condecorado com o prêmio Galba de Araújo, concedido pelo Ministério da Saúde em reconhecimento ao trabalho desenvolvido na humanização do atendimento à mulher e ao recém-nascido (SILVA, 2002).

médico Jair Dinoah²⁸, um dos pioneiros da Cang e o primeiro médico a instalar-se na região, as condições do serviço de saúde nos primeiros anos eram extremamente precárias. O isolamento e a precariedade na instalação de infra-estruturas refletiam na péssima condição assistencial em que os colonos se encontravam.

A sede urbana e os serviços que deveriam ser instalados demoraram um tempo razoável para funcionar. Por isso os relatos reforçam a dificuldade enfrentada no início. Carência de mantimentos, isolamento, maleitas, falta de recursos são características dos primeiros anos da Cang. Nessa mesma época iniciava-se a ocupação da Barranca, mas, diferente da Colônia que distribuía seus moradores nos lotes rurais, a Barranca aglomerava sua população às margens do rio. Alguns se instalavam com a finalidade de aproveitar as oportunidades de iniciar um negócio nessa região de fronteira, enquanto outros aguardavam pela distribuição de novos lotes na Cang.

A área prevista para a instalação da sede urbana era descrita como região de mata virgem, zona inóspita, e de pouquíssimas construções. O médico pioneiro Jair Dinoah relatou que nos primeiros anos a sede da Colônia era “uma cidade de apenas duas construções”, representada pela casa do administrador em fase de construção e a marcenaria que fornecia a madeira para erguer as casas dos colonos na zona rural. Mesmo com toda dificuldade o número de colonos crescia a cada ano.

3.2 – Os eleitos da Colônia

Os anos que se seguiram foram marcados por uma intensa migração em direção à Cang. A grande maioria da população era composta por camponeses oriundos de vários estados brasileiros mas, principalmente, de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Como a legislação das Colônias Agrícolas estabelecia critérios de seleção, nem todos os que solicitavam os lotes tornavam-se colonos. Os colonos eram entrevistados e, caso recebessem os lotes rurais, ficavam alguns dias ou meses acampados na sede da Colônia até terem

²⁸ Dr. Jair Dinoah, como outros médicos de Anápolis, visitavam a região desde a vinda de Sayão, para atender casos de malária, febre amarela e doença de chagas, muito comuns na época. A convite de Bernardo Sayão transferiu-se para a Colônia em fevereiro de 1945, participando da instalação do hospital da Colônia.

designados os lotes rurais em que seriam assentados. Muitos, não conseguindo estabelecer-se na Cang, retornavam à sua região de origem ou buscavam novas fronteiras, acompanhando a rodovia que se estendia para o Norte de Goiás. Outros que, mesmo não recebendo autorização para ocupar os lotes da Cang, fixaram-se na margem oposta do Rio das Almas, de frente à Colônia, na expectativa de surgir uma oportunidade de novas concessões de terra, dando origem ao povoado da Barranca, cujos moradores passaram a ser, pejorativamente, chamados de “barranqueiros”.

O processo de seleção estabelecia quem seriam os imigrantes “eleitos” para a Colônia, e que, esses “estabelecidos” deveriam se enquadrar nos pré-requisitos propostos pelo Decreto nº 3.059/1941, que dispunha acerca das exigências para a ocupação. Pelo referido decreto, teriam preferência aos lotes os cidadãos brasileiros, comprovadamente pobres, com habilidades agrícolas, de prole numerosa, acima de 18 anos, não proprietários rurais e com o compromisso de residência nos lotes²⁹ (Art. 11 e 20). O artigo 24 do referido decreto dispunha das possibilidades do colono perder os lotes doados. Isso poderia acontecer pela falta de cultivo, pela desvalorização dos lotes pelo mau uso da propriedade e ainda por má conduta do morador, perturbando a ordem na colônia, como veremos mais adiante.

O médico Jair Dinoah, que participou do processo de seleção procedendo exames clínicos nos colonos, apresenta as características que um colono deveria ter para ser aprovado pelo crivo dos administradores da Cang. Segundo o médico:

Na Colônia só entrava o colono casado civilmente. Sem atestado de casamento civil não entrava aqui. Era para evitar a prostituição. E foi isso que aconteceu. Todos esses colonos que entraram para colônia passaram pela minha mão. Precisava de atestado médico também. Aqui, na Colônia não era colônia de aleijados e doentes. Era colônia de gente que queria trabalhar. Então eu tinha que dar um atestado: “fulano de tal não sofre de doença contagiosa, nem desvios físicos, problema algum”. Então, exigiam um atestado de saúde. Quer dizer, senão ele não entrava na colônia.

Esse relato do médico pioneiro, que participou do processo de seleção dos colonos, não pode ser percebido como uma lembrança isolada ou prejudicada pelos caprichos da

²⁹ O decreto dispunha sobre a concessão de lotes a estrangeiros que, de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 20, poderia ocorrer em casos excepcionais, destacando a qualificação dos estrangeiros na atividade agrícola, servindo como “exemplo e estímulo aos nacionais”. Na Colônia ocorreu um povoamento de imigrantes japoneses e o local designado para essas famílias ficou conhecido como povoado do Oriente.

memória. Quando analisamos a relação entre as exigências estipuladas no decreto federal e os relatos memorialistas, percebemos que em alguns pontos existia uma nova interpretação da norma, que gerou novas práticas sociais. Nessa dissonância, porém, encontramos indícios das representações imaginárias e as concepções simbólicas do lugar. Por exemplo, não existia no texto normativo menção acerca da necessidade, ou da obrigatoriedade do casamento civil³⁰. Essa interpretação foi feita pelos técnicos da Cang que incorporavam, em suas atribuições administrativas, valores sociais da época.

Também não era explícito na legislação que seria feita uma fiscalização na situação civil dos casais que compunham as famílias. Dispunha que a prioridade era para famílias de prole numerosa, e o artigo 11 do referido decreto não fazia referências ao casado civilmente. Porém, na construção simbólica da Colônia, a comprovação do casamento civil era interpretada como garantidor de um tipo específico de conduta moral das famílias assentadas, exigida pelos agentes do poder simbólico. Os relatos memorialistas reforçavam certas características fundamentais para o ingresso e permanência na Colônia como o casamento civil, a boa conduta dos moradores e o valor do trabalho, sendo que esses indícios apresentam referências do espaço desejado. De acordo com o referido decreto:

Art. 11. Aprovado o plano geral de colonização e executados os respectivos trabalhos, será organizada a relação dos candidatos aos lotes, dando-se preferência, na distribuição, aos elementos locais e dentre estes os de prole numerosa, assim considerados os chefes de família que tenham, no mínimo, cinco filhos menores que vivam sob a sua dependência. [...]

Art. 20. Os lotes rurais serão concedidos a cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que não forem proprietários rurais e relativamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos da agricultura e se comprometam a residir no lote que lhe for concedido (BRASIL, 1941).

³⁰ A obrigatoriedade do casamento apareceu em vários relatos memorialistas que, informavam que muitos colonos tiveram que regularizar sua situação civil. Visitamos os Cartórios de Rialma e Jaraguá, na busca por essas informações. Em Rialma, encontramos os livros de Registro de Casamento, dos Distritos de Rialma e Castrinópolis, abertos em 1949 pelo município de Jaraguá, do qual faziam parte na época. Nesses livros encontramos 258 casamentos registrados em Rialma entre 1949 a 1952 e, 129 casamentos registrados em Castrinópolis no mesmo período. Consideramos importante nessa fonte a origem dos nubentes, que no caso de Rialma 66% originada de outros estados brasileiros (43% de Minas Gerais) e, nos registros de Castrinópolis, encontramos 67% dos nubentes originados de outros estados, sendo 33% de Minas Gerais e 14% da Bahia. Os casamentos realizados antes desse período foram registrados em Jaraguá. Segundo informações, o Cartório de Jaraguá, aberto desde o século XIX, deslocava escrevente para os povoados de Castrinópolis e Barranca para promover os casamentos, e partir de 1948, com a criação dos referidos distritos promoveu a abertura de cartórios nessas localidades.

O decreto evidenciava como prioridade na ocupação as famílias de prole numerosa, com no mínimo cinco filhos dependentes. As exigências ao casamento civil pode ser explicada a princípio, pela racionalidade burocrática que buscava se acercar de possíveis transtornos jurídicos posteriores. Isso se explica, em parte, porque a Cang foi a primeira experiência das colônias nacionais e, portanto, todo cuidado na execução das disposições normativas era fundamental e dava respaldo aos agentes da colonização. Mas também, esse rigor em exigir a comprovação do casamento civil de camponeses pobres do sertão brasileiro, mais do que uma garantia jurídica, pode indicar elementos simbólicos acerca da concepção que se tinha do lugar em formação. Portanto, não apenas o relato do médico reforçava a necessidade do “casamento civil” para o recebimento dos lotes, como os demais pioneiros procuravam evidenciar essa peculiaridade como uma característica marcante na ocupação.

Outro elemento simbólico, que também não aparece no decreto federal, refere-se à justificativa da necessidade do casamento, que de acordo com os relatos dos pioneiros o atestado civil era obrigatório, pois a confirmação oficial do casamento poderia evitar condutas reprováveis como a prostituição. Parece óbvio que o casamento civil não é garantia de fidelidade conjugal, e nem queremos entrar no mérito da discussão, porém, consideramos nessa peculiaridade uma referência importante que indica as representações que se estabeleceram como lutas simbólicas para a construção da identidade local, e essas lembranças reforçam essa idéia. Enquanto o decreto oficial previa a concessão de lotes às famílias de prole numerosa, os agentes da seleção dos colonos e, conseqüentemente as autoridades do poder simbólico da Colônia, interpretavam a norma a partir das concepções morais do casamento e da imagem que eles estabeleciam para o lugar. Portanto, mesmo que houvesse a prática da prostituição, que fosse feita do outro lado do rio. Mas, esse critério adotado considerava os eleitos como “pessoas de moral mais elevada”, por isso eram escolhidos e estabelecidos. Os agentes do poder simbólico divulgavam que esses eram os critérios, casado civilmente e não dado a promiscuidade conjugal. Portanto, a seleção era ao mesmo tempo um ato jurídico de cumprimento da normatividade, mas também um instrumento de poder simbólico, apresentando as imposições axiológicas que posteriormente passariam a reger a vida dos estabelecidos.

Essa mesma característica aplica-se à conduta moral do “valor do trabalho”. A Colônia, na concepção dos agentes do poder simbólico, era lugar de “gente que quer trabalhar”. Dessa forma, a imagem do colono era associada às representações do trabalhador. O trabalho nessa época ganhava uma representação política distinta na história brasileira, na

medida em que o Estado Novo buscava “sacralizar” o papel do trabalhador (GOMES, 1982, LENHARO, 1986). Contudo, essa compreensão isolada não exemplifica a axiologia à moral do trabalho. Os requisitos exigidos dos colonos não se limitavam nos critérios do trabalho agrícola, ou outro tipo de labor, mas estava vinculado a uma concepção moral. Portanto, a aptidão física necessária ao desempenho do seu ofício, bem como a comprovação do casamento civil e da prole numerosa, não podem ser entendidos como dados objetivos da seleção, mas indicavam os sistemas simbólicos que procuravam estabelecer as representações imaginárias daquela sociedade.

3.3 – As coerções sociais e as normas de conduta na Colônia

As normas e os critérios de seleção utilizados inicialmente como forma de demarcar os sujeitos que seriam estabelecidos na Colônia, passaram a representar uma força coercitiva que impunha *habitus* e práticas sociais para o lugar. Os colonos que passavam no crivo inicial da seleção teriam de ser aprovados pela conduta moral na convivência da colônia. Portanto, esses indícios, além de estabelecer os critérios de seleção reforçavam as normatividades e as condicionantes sociais nas experiências desses novos moradores com o lugar desejado pelos agentes do poder simbólico. Nessas normatividades, que estabeleceram padrões morais de convivência, podemos perceber as implicações simbólicas e a vontade de distinção impostas pelos agentes administrativos da Colônia.

Quando analisamos o artigo 24 do Decreto nº 3.059/1941 que trata das disposições acerca da expulsão do colono, observamos que, além das normas de conduta, existiam outras prerrogativas para exclusão:

Art. 24. Será excluído do lote que ocupar, o colono que:

- a) deixar de cultivá-lo dentro dos prazos estabelecidos para cada colônia, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado, à juízo da administração da colônia;
- b) desvalorizar o lote, explorando matas sem o imediato aproveitamento agrícola do solo e o respectivo reflorestamento, em desacordo com o plano previamente aprovado;
- c) por sua má conduta tornar-se elemento de perturbação para a colônia. (BRASIL, 1941).

O parágrafo 1º do artigo 24 estabelece que a exclusão pelas alíneas A e B, relativos à falta de cultivo da terra, desvalorização ou má exploração do lote rural, deveria ser procedida após a intimação do colono e vistoria do lote, lavrando-se o termo de exclusão. No caso da alínea C, o parágrafo 2º estabelecia a abertura de inquérito administrativo para proceder a exclusão. A partir desses procedimentos, o Diretor da Divisão de Terras e Colonização do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, baseando-se nos documentos comprobatórios apresentados, autorizava a exclusão que permitia solicitação de recurso no Ministério de Estado, e que, uma vez autorizada a exclusão, o colono seria notificado administrativamente para desocupar o lote no prazo máximo de 10 dias a contar da data da notificação (Parágrafos 3º e 4º).

O fato é que existiam exigências normativas que poderiam acarretar na exclusão dos colonos. O que nos chama a atenção, é que nos depoimentos dos pioneiros as questões relativas às obrigações com o cultivo e exploração dos lotes foram interpretadas como condições morais de permanência. Assim, a colônia era vista como lugar daqueles que “queriam trabalhar”, e os “preguiçosos” eram excluídos. Já a alínea C do artigo 24 evidenciava a preocupação com a conduta moral dos colonos, não esclarecendo o que poderia ser considerado como “má conduta” e quais seriam os atos de “perturbação” à convivência. O não aproveitamento agrícola da terra foi interpretado como “preguiça” e essa conduta era reprovada. Porém, encontramos nos depoimentos a grande preocupação com a conduta moral dos colonos, caracterizada na proibição aos jogos, à venda de bebidas alcoólicas e a casas de prostituição. De acordo com o pioneiro, Sr. Philemon Ribeiro, responsável pela topografia rural e urbana da Colônia, durante a fase de ocupação, as normas de convivência procuravam eleger os colonos considerados como “bons profissionais” e pessoas de “boa conduta”.

Aqui não podia ter zona de prostituição, nem nada. Bebida alcoólica, por exemplo, era proibido. Se o sujeito tivesse um comércio ele não podia vender bebida alcoólica. Foi o Sayão quem estipulou. Ele não achava interessante iniciar uma zona, um trabalho rural, agrícola ou comercial com bebida alcoólica. Ele achava que se o sujeito bebesse, ele teria excesso e prejudicava os seus vizinhos. O trabalho era exigido do indivíduo. A pessoa que viesse para cá era pra trabalhar e produzir. Num certo sentido era muito rigoroso [...] A parte religiosa sempre apoiava a idéia do Dr. Sayão.

De forma geral, considerando o depoimento apresentado pelo topógrafo da Colônia e outras narrativas de pioneiros, as características do colono “de boa conduta” podem ser assim

resumidas: deveria ser um bom profissional para o labor na cidade e no campo, ter família constituída, ter “procedência” e comprovar atestado de bons antecedentes³¹. Ainda não podia ser afeto a jogos e a bebidas alcoólicas. A “boa conduta” era uma orientação geral para quem estava disposto a se estabelecer na Colônia.

Essas exigências, ao mesmo tempo indicavam a coerção social imposta, mas também nos permite perceber como a Barranca aparecia no imaginário social dos moradores da Colônia. De acordo com depoimento do professor pioneiro, o Sr. Walter Dourado:

Era uma afluência de gente que chegava. Chegava gente todo dia. Casava gente assim, para poder requerer os lotes rurais. [...] Casavam aos montões, muitas pessoas, para poder adquirir os lotes rurais. O governo dava as telhas, dava a assistência para começar a vida no setor rural. Então, muita gente. Mineiro, baiano, estrangeiros. Tinha uma afluência muito grande. Muitos ficavam do outro lado do rio, onde chamava Barranca. Agora, aqui era um lugar mais disciplinado. A disciplina aqui era muito grande. O Bernardo Sayão não permitiu aqui a entrada de bebidas alcoólicas e a pessoa aqui, não tinha prostituição. Se quisesse qualquer coisa, eu não vou falar assim “errada”, se quisesse qualquer coisa tinha que ir a Rialma. Em Rialma todo dia morria gente lá. E aqui era um sossego tremendo.

O depoimento inicia apontando para a grande movimentação de pessoas que chegavam à Colônia, ressaltando que elas vinham de várias partes do país e do exterior. O pioneiro, nessa primeira afirmação, buscava ressaltar a importância histórica da Cang naquele momento. Também procurava reforçar a informação de que o casamento civil era fundamental para o estabelecimento dos selecionados, reforçando a idéia de que havia uma eleição, e que o governo federal dava assistência aos estabelecidos. Logo após, seu depoimento muda de foco, afirmando que muitos não eram eleitos para a Colônia: “Muitos ficavam do outro lado do rio, que se chamava Barranca”. Em seguida, volta sua narrativa para a Cang, para identificar e distinguir as características do lugar: “Agora, aqui era um lugar mais disciplinado”. Ao mencionar o outro lado, informava que se chamava Barranca, sem descrever mais nenhuma outra informação sobre o lugar, e imediatamente, como que para esclarecer a diferença, afirma que existia uma disciplina maior na Colônia (“Agora, aqui”). O

³¹ Alguns depoimentos evidenciam a prática de se exigir atestado de bons antecedentes. Não souberam afirmar como era essa documentação, e também não conseguimos localizar nenhuma outra fonte histórica que comprovasse essa exigência. Nos artigos 11 e 20 que tratam da concessão e das prioridades na concessão não apresentam essa exigência. Mas, se não foi cobrado atestado de bons antecedentes na seleção, ela apareceu nas normas sociais de conduta.

uso adverbial do “agora”, que não teve uma conotação temporal, era usado para reforçar o sentido de distinção por meio das coerções e práticas sociais (“Agora, aqui era um lugar disciplinado. A disciplina aqui era muito grande”). O sentido disciplinar das práticas sociais da Colônia reforçava a proibição à venda de bebidas alcoólicas e a casas de prostituição, sendo que a lembrança da Barranca retornava à fala do pioneiro, destacando suas práticas como atividades marginais.

Os dois depoimentos apresentados pelos pioneiros reforçam o sentido de “má conduta” indicada pelo artigo 24, caracterizado no cotidiano da Colônia pelo combate ao consumo de bebida alcoólica e à prostituição. Por um lado, essas práticas eram vistas como “má conduta” por representar vícios e vagabundagem: “se o sujeito bebesse, ele teria excesso e prejudicava os seus vizinhos. O trabalho era exigido do indivíduo. A pessoa que viesse para cá era pra trabalhar e produzir”. Por outro, a disciplina e o combate a essas práticas era identificado como elemento disciplinador e condicionante da ordem social: “Se quisesse qualquer coisa, eu não vou falar assim “errada”, se quisesse qualquer coisa tinha que ir a Rialma. Em Rialma todo dia morria gente lá. E aqui era um sossego tremendo”.

Nos relatos, fica evidente que essa coerção imposta à conduta dos colonos era considerada como ponto positivo no modelo administrativo da Colônia. Todavia, como explicar a assimilação dessa normatividade, assumida, incorporada e divulgada pelos moradores da Colônia como traços da distinção? Segundo Bourdieu (1998), no mundo social existem “propriedades atuantes”, que são as diferentes espécies de força (capital) que agem no espaço social e que detêm o poder de legitimação simbólica do lugar. Essas propriedades manifestam-se como relações de força entre os agentes detentores das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, social, político ou simbólico) e que são geradoras do consenso – o que reforça o papel desses agentes na representação e percepção do mundo social. É uma visão objetiva da realidade, socialmente estruturada, em que a visão estabelecida para o mundo social implicará a atuação dos agentes na ocupação do espaço e decorrente da influência de lutas simbólicas. Assim, considerando essas assertivas, a disciplina imposta na Colônia não pode ser compreendida como uma imposição dominante, contrária à “consciência de classe”, mas com o que Bourdieu (1998) define como “inconsciência de classe”, que seria a conformidade com a posição ocupada no espaço social na legitimação da visão do mundo social. Para o autor, o “sentido da posição”, é o sentido do que se pode ou se não pode permitir a si mesmo e aos outros, e “implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites (‘isso não é pra nós’) ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e

a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar” (BOURDIEU, 1998, p. 141). Porém, mesmo que essa normatividade não pareça ser uma imposição ideológica, na medida em que os indivíduos assimilam e reproduzem esses valores em suas práticas cotidianas, ela reflete um cenário de lutas, em que os sistemas simbólicos apresentam-se para demarcar os elementos da distinção (consciência do que pertence e não pertence àquela comunidade).

Indispensável, portanto, o conhecimento não só do mundo social, mas das categorias de percepção desse mundo, em que o poder de conservação ou transformação se caracteriza como luta simbólica, regida por “propriedades atuantes” que estabelecem as representações imaginárias do lugar. E na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, os agentes transitam e atuam à proporção do seu capital. Assim, se as normas que compunham o decreto federal não eram explícitas em relação às condutas sociais, a não ser no sentido da “perturbação” da ordem pública, de onde se originaram essas proibições? É claro que elas se originam dos agentes administradores, mas não é essa a questão. Ou seja, os pioneiros afirmavam que essas normas eram impostas por Bernardo Sayão, administrador da Colônia (“Bernardo Sayão não permitiu”, ou “Foi o Sayão quem estipulou”). Mas sabemos que existiam prerrogativas legais para a exclusão, e que em parte o conteúdo era muito subjetivo, o que permitia a interpretação por parte dos agentes locais. Portanto, a questão era saber de onde partiram essas orientações, ou quais eram as representações imaginárias que se impuseram para a construção simbólica do lugar. Ou ainda, quais eram as orientações morais para combater a jogatina, a malandragem, a bebida e a prostituição? De onde se originaram? Quais as representações simbólicas e imaginárias que objetivavam estabelecer para o lugar?

Destacamos duas referências que podem explicar a constituição do padrão de valores instituído na Colônia, sendo a primeira resultante da atuação do campo religioso e a segunda originada nos conteúdos ideológicos do Estado Nacional. Essas referências ajudam a esclarecer os traços da distinção desejada, e também indicar como essas coerções determinaram práticas e estilo de vida na comunidade da Colônia. A moral religiosa, e sua circulação como capital simbólico na Colônia, aparece evidenciada nos relatos memorialistas, e também nos estudos realizados por Pessoa (1999), que pesquisou o campo religioso na Cang, destacando o papel da Igreja do Evangelho, uma vertente progressista do catolicismo oriundo da Diocese da Cidade de Goiás, antiga capital do Estado e que teve forte atuação nos movimentos sociais na zona rural da Colônia. Porém, diferente dos estudos de Pessoa (1999), que se concentraram na análise do campo religioso, entendemos que não foi apenas a atuação isolada do campo religioso que estabeleceu esse conteúdo moral de sociabilidade, mas esse

campo ajudou a reforçar uma conduta moral que repercutiu nas práticas sociais do lugar. Primeiro, porque já existiam previamente, determinações normativas acerca da conduta dos colonos, e segundo, porque o campo religioso contribuiu em qualificar essas condutas e não em estabelecê-las. Também, porque outras orientações de ordem ideológicas ajudaram a qualificar os padrões de sociabilidade aceitáveis, são sendo estes impostos exclusivamente pelo campo religioso. Portanto, esses padrões morais de conduta social não foram resultantes da imposição religiosa dominante, mas surgiram motivados e orientados por fatores culturais que historicamente se encontraram na colônia goiana.

Nas narrativas orais podemos perceber como os pioneiros reforçavam as normas de conduta, afirmando que, além de serem impostas por Bernardo Sayão (agente do Estado Novo), tiveram a influência dos grupos religiosos. No depoimento do Sr. Philemon de ressaltou que o colono instalado na Cang teria que se enquadrar nas exigências locais (“trabalhar e produzir”). Posteriormente, afirmou que as normas cotidianas eram rigorosas com a conduta dos colonos (“Num certo sentido era muito rigoroso”). E concluiu sua afirmação dizendo que a “parte religiosa sempre apoiava a idéia do Dr. Sayão”. A “parte religiosa” da Colônia foi evidenciada também em outros depoimentos, indicando, por exemplo, sua influência no estabelecimento das normas de convivência e no controle social exercido sobre as práticas contrárias à moral do trabalho, dentre outras.

Para o médico pioneiro, Dr. Jair Dinoah, a Colônia permitiu a circulação de variadas ramificações religiosas, que tiveram trânsito entre a sociedade local, sem, contudo, apresentar o monopólio de uma determinada denominação.

Aqui se formou uma cidade cosmopolita. Veio gente de todo lugar. Gente protestante, gente espírita, gente de todas as religiões. Então aqui era uma região que ninguém podia comandar. Uns eram crentes, outros católicos, aquele era espírita, e finalmente. Essa “miscelânea” de religiões evitou que houvesse o feudalismo de uma religião.

O campo religioso na Colônia caracterizava-se pela concorrência entre os credos e não pela hegemonia de uma única crença. Essa característica era apontada pelos pioneiros como o fator positivo da colonização, em que a cidade se formou com grande influência dos setores religiosos que ajudavam a definir as relações sociais na Cang. Apesar das diferenças identificadas na composição do campo religioso na Colônia, esses grupos tiveram como ponto

comum a identificação dos elementos que iriam constituir as regras de conduta naquela sociedade em formação, em que a moral do trabalho e a convivência fundamentada nos “bons costumes” foram uma das principais bandeiras levantadas pelos grupos religiosos estabelecidos. Outra característica era que não existia uma neutralidade em relação aos demais campos sociais atuantes na Colônia, e o campo religioso tinha uma grande penetração, principalmente por parte do grupo católico e protestante. De acordo com o Sr. Jonatas Carvalho:

A vida religiosa aqui sempre predominou. Sabe, foi muito importante. Tanto a católica quanto os protestantes. Isso aqui era cidade religiosa. Então?! Aqui é uma cidade religiosa, uma cidade, assim, que não é tão tumultuada, tão badernada como é muita cidade aí, que a gente não tem liberdade quase, e é um perigo danado. Isso aqui não tem muita pinga, não tem muita cachaça. Então, foi uma cidade criada dentro dos termos religiosos aqui.

Para o pioneiro, a Colônia desenvolveu-se sob a forte influência religiosa, e os elementos que utilizou para justificar a contribuição da vida religiosa no lugar baseavam-se na ordem social que vigorava. A participação efetiva do campo religioso, aparece nesse relato, fortemente inserida no estabelecimento e na manutenção dos padrões morais e nas normas de conduta na Colônia. Segundo sua argumentação, a predominância da participação religiosa favoreceu para que a Colônia não fosse “tão tumultuada, tão badernada como é muita cidade aí”, justificando o imaginário da distinção, comum em outros relatos memorialistas. Outra questão interessante é o uso do tempo verbal para descrever as proibições ao consumo de bebidas no tempo da Colônia (“aqui não tem muita pinga, não tem muita cachaça”). A princípio fica parecendo que o uso correto do verbo deveria estar no pretérito (não tinha), mas o sentido simbólico dessa narrativa consiste na vontade de distinção que se impõe, ou das coerções sociais que ainda vigiavam as condutas dos moradores. Ou seja, se naquele tempo a vigilância dos grupos religiosos sobre a conduta moral dos colonos era fato, sua representação imaginária permanecia. Mesmo consciente de que nos dias atuais não existem essas proibições e esse controle, procurava reforçar esses traços como se existissem, ou mesmo para reforçar um passado que fazia questão de afirmar.

A atividade religiosa na Colônia estava vinculada a grupos missionários, nacionais e estrangeiros, sendo que algumas missões já circulavam na região antes mesmo da colonização

federal e outras acompanharam a imigração no início da década de 1940. Dentre as formações religiosas pioneiras destacaram-se os católicos, presbiterianos, congregacionais (cristãos evangélicos) e os batistas. Os católicos tiveram uma forte atuação desde a origem da colônia, pois Bernardo Sayão, além de professar a fé católica, recorria muitas vezes a párocos de Anápolis e Jaraguá para que assistissem aos fiéis na Cang. A presença franciscana na Colônia data de 1948, ano em que a paróquia foi entregue aos frades vindos de Nova York, a pedido de Dom Manuel, arcebispo de Goiânia (PESSOA, 1999).

O grupo protestante era composto por presbiterianos, congregacionais (ou cristãos evangélicos, como eram denominados) e batistas. Os presbiterianos realizavam um trabalho missionário na região das Matas de São Patrício antes mesmo da implantação da Colônia, com recursos financeiros e missionários oriundos da sede norte-americana desde 1847. Na Colônia o trabalho presbiteriano teve início em 1942 na zona rural, e em 1950 os missionários James R. Woodson, Theodore Richard Taylor, David Lee Williamson e Waldemar Rose criaram a primeira congregação presbiteriana na sede urbana, transformada em Igreja em 1952. Os presbiterianos se destacaram na área médica, com apoio do médico inglês Dr. James Fanstone, fundador do Hospital Evangélico de Anápolis e que prestava serviços na Colônia desde a vinda de Bernardo Sayão. O médico pioneiro, Dr. Jair Dinoah, pernambucano recém-formado, também era presbiteriano, e foi indicado pelo Dr. Fanstone para auxiliar nos trabalhos de fundação do hospital da Colônia.

A Igreja Batista instalou-se na Colônia por intermédio de colonos mineiros vindos da cidade de Araguari em 1942. Um representante de destaque da congregação batista foi o médico baiano Dr. Domingos Mendes da Silva, que teve grande influência na vida social e política da Colônia, fundando na cidade um hospital e uma escola de enfermagem na década de 1950³². Apesar de ter sido fundada por brasileiros, os batistas tiveram a assistência de missionários norte-americanos, que na década de 1950 ajudaram a construir uma escola

³² O Dr. Domingos Mendes da Silva foi o terceiro médico a se instalar na Cang, mudando-se para lá em 1948 e trabalhando no Hospital da Colônia até 1951. Em 1953 fundou a Escola Goiana de Auxiliares de Enfermagem, posteriormente denominada de Escola Técnica de Enfermagem de Ceres, que teve como diretora sua esposa, a enfermeira Eudméia Hassel Mendes da Silva. Em 1955, após a emancipação política da Cang, foi eleito o primeiro prefeito de Ceres (LEAL, 2008).

agrícola em Ceres, conhecida como “Escola Batista”, administrada por Horace Wilson Fite e Salle Ann Fite.

A Igreja Cristã Evangélica teve como pioneiros na região os missionários Bannyster Forsyth e Arthur Wesley Archibald, que em 1946 promoveram o trabalho missionário na sede da Colônia, instalando uma congregação na região. O médico Álvaro de Melo iniciou na Colônia o primeiro ponto de pregação dessa denominação, que teve destaque na área educacional, fundando na sede da Colônia uma escola primária e um internato colegial³³.

Considerando a atuação de protestantes e católicos, percebemos que o rigor imposto às condutas cotidianas se assemelhava às concepções da moral do trabalho (WEBER, 1981; HOLANDA, 1995), consideradas como traços do protestantismo, mas que na região foram adotadas também pelos franciscanos que tiveram forte influência no lugar. No catolicismo franciscano, instalado na Colônia por padres norte-americanos, a simbologia e a festividade ibérica eram suplantadas por outros valores como educação e trabalho. Existia uma intensa luta por parte dos franciscanos para impor essa ortodoxia católica aos camponeses que fugiam do controle clerical. Esse fato se exemplifica no combate às festividades populares:

[...] quase sempre, aparecia a religião dos padres querendo extinguir ou, pelo menos, disciplinar as práticas religiosas dos colonos. Haja vista a perseguição sofrida pela folia de reis, ordenada pelo bispo Dom Cândido Penso a todos os padres da prelazia, na carta pastoral para o ano de 1952, denominada “Faculdades Ordinárias e Extraordinárias”. Um franciscano que trabalhou em Ceres de 1950 a 1956 confirma que seguiram “a risca” essa determinação, dizendo: “os padres faziam pregação contra para não benzer as bandeiras e quase excomungar. A parte moral era ruim, tinha bebedeira. Os freis foram rigorosos nisso”. No mesmo depoimento o já idoso frade diz que a folia de reis era proibida não só pela Igreja, mas também pela lei civil, porque, além da bebida, a folia tinha o inconveniente de o folião abandonar o serviço durante todo o tempo do giro. (PESSOA, 1999, p. 61)

O texto destaca que a “folia” era combatida por desviar os colonos das condutas morais aceitáveis (“A parte moral era ruim, tinha bebedeira”), que além dos excessos, permitiria ao camponês abandonar suas atividades no serviço, o que evidencia que o trabalho não era apenas uma atividade, mas uma conduta moral, mais importante do que as

³³ O trabalho educacional iniciado pela Igreja Cristã Evangélica na Cang expandiu na região, contando, atualmente com colégios e faculdades, campus do Centro Universitário de Anápolis, mantidos pela Associação Educativa Evangélica.

festividades e os rituais religiosos. Também o protestantismo presente na Colônia valorizava um modelo de conduta social semelhante, com a influência missionária inglesa e norte-americana sobre as normas e as condutas sociais. A escola e a igreja estavam presentes na comunidade, evidenciando uma nova simbologia da religiosidade, que valorizava a educação, não apenas no estabelecimento das crenças, mas também como um meio de impor valores e concepções, interferindo nas práticas cotidianas daquela sociedade³⁴.

Os três médicos pioneiros na Colônia eram de origem protestante (Dr. Jair, presbiteriano; Dr. Domingos, batista; e Dr. Álvaro de Melo, cristão evangélico). Para Pessoa (1999) essa peculiaridade explicava as medidas adotadas pelo administrador no sentido de impor um rigor social na Colônia por meio das proibições e em nome da “boa conduta”, o que evidenciava a grande influência do campo religioso no campo político. Para o autor, a “expansão religiosa por meio do atendimento médico, por presbiterianos e cristãos evangélicos, exerceu influência significativa, do ponto de vista moral, na organização social emergente” (PESSOA, 1999, p. 57). Na visão do autor, o controle social imposto na Colônia foi uma concessão feita pelo administrador a solicitações dos médicos protestantes. No nosso entendimento não ocorreu uma concessão por parte do administrador, como que se ausentasse dessas prerrogativas, mas um conjunto de elementos e orientações simbólicas e ideológicas aglutinou-se para garantir o estabelecimento dos padrões de conduta para o lugar. No entanto, o campo médico, associado ao campo religioso, regidos por uma “ética protestante” (WEBER, 1981), buscava construir o espaço social a partir dos elementos simbólicos que compunham os valores essenciais de moral, cultura e comportamento desses segmentos sociais, regidos pelo moral do trabalho³⁵. Assim, os valores, comportamentos e o cotidiano do

³⁴ Os principais colégios confessionais instalados na Colônia foram o Colégio Álvaro de Melo, mantido pelos evangélicos e funcionava na época no regime de internato, e o Ginásio Imaculada Conceição, mantido pela ordem franciscana. Entre 1955 e 1956 foi construída uma escola americana em Ceres para atender aos filhos de missionários norte-americanos que realizam seus trabalhos na região Centro-Norte do país, denominada de “Escola Bandeirante”, que também funcionava no regime de internato, dedicando-se ao ensino ginasial, pois a educação primária era responsabilidade dos pais missionários. Essa escola era mantida pela missão norte-americana da Igreja Presbiteriana do Sul, que enviava professores dos Estados Unidos para ministrar a educação aos filhos dos missionários. Professores brasileiros também eram convidados a lecionar para os norte-americanos e filhos de brasileiros também podiam ser matriculados. Em 1982 a escola foi fechada e grande parte da sua biblioteca transferida para a Escola Americana de Brasília. Em 1983, num concílio realizado nos Estados Unidos foi decretada a desvinculação da Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Presbiteriana americana. Os missionários foram dispensados e o patrimônio deixado pelos americanos foi transferido para a Igreja brasileira (SILVA, 2002).

³⁵ No início do século XX o saber médico era identificado como o saber legítimo na compreensão da realidade social. Esse fato foi evidenciado em Goiás, principalmente a partir de 1930, quando no processo de intervenção estadual nos municípios as autoridades municipais passaram a ser subordinadas às autoridades sanitárias instituídas pelo Interventor Pedro Ludovico (foi exigido dos municípios destinarem 10% das arrecadações aos serviços de saúde pública conforme decreto estadual nº 1180/1931). Essa reflexão apresenta a importância que o

lugar foram definidos a partir da autoridade constituída por esses campos, que mesmo se configurando numa minoria, estavam ligados às instâncias de poder e autoridade, que por sua vez tinha concepções ideológicas semelhantes, principalmente, no que se referia à valorização do trabalho e o papel do trabalhador no Estado Nacional (DIP, 1941; SOMBRA, 1941; GOMES, 1982).

Numa publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda intitulado “As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador brasileiro” (DIP, 1941), os agentes ideológicos do Estado Nacional identificavam a política de colonização como forma de valorização do trabalhador nacional. Os discursos de valorização do trabalho pregavam que a doação de terras e o estímulo à propriedade era uma forma de geração de riqueza, ao mesmo tempo em que seria um estímulo àqueles que não estavam acostumados ao labor, e que o desenvolvimento dessa cultura propiciaria uma maior concorrência com a mão-de-obra estrangeira. O novo colono, tendo “casa para morar e a terra para lavrar, o trabalhador se sentirá naturalmente estimulado a desenvolver maior esforço, na certeza de que os proventos de seu trabalho lhe caberão, a si, sua esposa e seus filhos” (DIP., 1941, p. 19). A preocupação do Estado Nacional com a valorização do trabalho era representada, também, na divulgação dessa axiologia para as novas gerações, principalmente os filhos dos colonos, conforme relato abaixo, divulgado pelo DIP³⁶ (1941, p. 23):

saber médico adquire no campo político no período da Intervenção de Pedro Ludovico durante a Era Vargas. O saber médico se constituía não apenas em conhecimento científico a respeito da saúde e condições sanitárias, mas também em instância de poder: “A intervenção médica se faz através do Regulamento. Ele, em sua natureza é político. Enquanto elementos de intervenção na sociedade, penetrando no mais recôndito da vida do homem, seja urbano ou rural, esquadrinha e interfere em todos os espaços sociais, tendo por base o saber médico-sanitário” (CAMPOS, 1996, p. 181). A legitimidade do saber médico, no entanto, não se baseava no seu discurso político, mas, sobretudo no seu conhecimento científico, sendo esse conhecimento que garantia e justificava a certeza de ser obedecido. Mesmo não estando subordinada ao governo estadual, pode-se perceber a grande influência dos médicos no estabelecimento das normatividades da Colônia e o seu trânsito nas instâncias de poder.

³⁶ Desde antes da implantação do Estado Novo existia a preocupação com o controle e divulgação das informações e propagandas ideológicas, pois em 1931 foi criado pelo governo provisório o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), sendo reorganizado em 1934, transformando-se no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1938, com a ampliação das atribuições, inclusive com as atribuições de coordenar as ramificações estaduais foi criado o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), concentrando ações no rádio, imprensa, cinema e turismo. Nesse contexto foi criado em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que concentrava uma sua ação no controle da imprensa nacional, com a finalidade de legitimar o regime e evitar oposição. O DIP possuía uma produção editorial que divulgava a ideologia do Estado Nacional e dos intelectuais ligados ao regime, sendo responsável pela publicação das revistas Cultura Política e Brasil Novo (BORGES, 2006).

“Povoar, sanear e educar”, disse o Presidente Getúlio Vargas num dos seus discursos, são três das preocupações máximas do seu Governo. Assim, sendo atendida, quanto à fixação dos trabalhadores nacionais em colônias agrícolas, uma exigência do povoamento, não podia deixar o Governo de atender também às exigências da educação e do saneamento. Quanto à educação, dispõe o decreto sobre a fundação, na sede das colônias, de um aprendizado agrícola, destinado a ministrar aos filhos dos colonos a instrução rural adequada. Êsses aprendizados serão providos de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., nas quais os colonos e seus filhos farão a aprendizagem necessária.

Em artigo publicado pela revista *Cultura Política* em 1941, Severino Sombra afirmava que o Estado Novo se apresentava como a expressão política do trabalho nacional, cuja moral fundamentava-se na justiça e ascensão social pelo trabalho. A moral do trabalho do “Estado Nacional Trabalhista” defendia a riqueza individual como fonte da riqueza nacional, ao mesmo tempo em que o valor social determinava que o “homem honesto” era aquele que deixava como herança a seus filhos mais do que havia recebido de seus pais. A moral do trabalho, defendida pelos articulistas da *Cultura Política*, afirmava que a moderna concepção econômica, política e social tinha por “base a idéia-fato: Trabalho. E todo programa voltado para o mundo novo a constituir será contido nessa fórmula: defesa, representação e dignificação do trabalho” (SOMBRA, 1941, p. 78). O valor de cada indivíduo na sociedade era medido pelo valor social do seu trabalho, visto como caráter universal de expressão humana, e função essencial do homem. Para Sombra o trabalho assumia uma missão quase religiosa, e que o desvio desse ideal era visto como o descumprimento da “própria Lei de Espécie”.

Nada mais universal do que o trabalho – todos os homens trabalham. Nada mais nacional de que o Trabalho – cada povo trabalha conforme geografia, tradição e hábitos que lhe são próprios. Nada mais cristão do que o Trabalho – Deus o ordenou, Cristo praticou-o e é por ele que o homem mais se aproxima do Creador, criando também. Nada mais caro ao homem do que seu trabalho. [...] o trabalho assume toda sua profunda significação humana e providencial, caminhando da Queda para a Redenção, e se impõe como idéia mestra (SOMBRA, 1941, p. 79)

No período do Estado Nacional ocorreram profundas transformações na condução das questões do trabalho no Brasil, caracterizadas pela elaboração da legislação trabalhista, pela implantação de uma ideologia política de valorização do trabalho e pela “construção” do papel e da figura do trabalhador brasileiro. Um conjunto de inovações, desenvolvidas no

campo das idéias políticas, posicionavam o Estado como agente organizador do trabalho e responsável pelo combate à pobreza, na medida em que transformava o homem comum em cidadão/trabalhador, garantindo a possibilidade de sua riqueza individual e por extensão a riqueza nacional (GOMES, 1982). Num estudo sobre a “construção” do trabalhador brasileiro como o “novo homem” pelo Estado Nacional, Gomes afirma que o trabalho,

completamente desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, desta forma, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem (GOMES, 1982, p. 152).

Nesse sentido, era fundamental na análise do discurso político promovido pelo Estado Nacional, perceber dois aspectos importantes. Primeiro, que a ideologia expressa nos discursos procurava absorver as demandas populares e apresentá-las como agenda oficial. Segundo, que a regulamentação das leis do trabalho procurava materializar as propostas ideológicas, “sancionando suas intenções e comprovando seu projeto político” (GOMES, 1982, p. 154). O Estado Nacional enfrentava as questões sociais do trabalho, não como questões exclusivamente operárias, mas como agenda que envolvia todos os brasileiros, na medida em que o valor do trabalho não era visto como apenas um meio de sobrevivência dos indivíduos, mas uma forma de servir à nação. A valorização do trabalho compreendia essa atividade não apenas como um ato mecânico da força produtiva, mas como uma concepção moral, que destacava as habilidades e aptidões dos indivíduos, contribuindo para a riqueza pessoal e grandeza nacional. Procurava, ainda, estabelecer um sentido ideológico para o trabalho, fundamentando-se na idéia de que “a pobreza é um mal a ser evitado e que a riqueza é um bem comum, isto é, a riqueza deve ter uma função social à qual se subordinem os interesses particulares dos indivíduos e dos grupos” (GOMES, 1982, p. 159-160).

A função do Estado Nacional na valorização do trabalho era regular as relações entre o homem e a propriedade, favorecendo e promovendo as iniciativas individuais e a riqueza social, ao mesmo tempo em que excluía as “perigosas intervenções coletivistas”. Para tanto, tinha uma missão importante, principalmente no enfrentamento das questões que envolviam os setores urbanos e rurais do mercado de trabalho, e a “primeira grande área atingida por esta política nacionalizadora de proteção ao trabalho foi a imigratória” (GOMES, 1982, p. 160). A

intervenção do Estado nas questões imigratórias buscava corrigir o desequilíbrio existente entre os setores rurais e urbanos, cuja solução aos problemas da cidade (superpopulação, o desemprego e a mendicância, dentre outros) residia na solução dos problemas do campo. O conteúdo orientador dessas políticas estruturais era ideológico e moral, ao se apresentar para o combate às ideologias “exógenas” e a “malandragem”.

O dever e o direito de trabalhar não comportavam idealizações alternativas para se alcançar um mundo melhor. Era preciso combater tanto o subversivo, identificado ao inimigo externo, ao estrangeiro de pátria e de idéias, quanto ao malandro, o inimigo interno que se definia como avesso ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída. Ambos eram ameaças contagiosas ao fundamento da democracia social do trabalho. [...] O subversivo, [...] escapava do controle social na medida em que elaborava um projeto político-ideológico que se contrapunha ao do Estado. O malandro [...] recusava conscientemente integrar-se ao mercado de trabalho, projetando um mundo em que a justiça e a felicidade eram encontradas fora das regras políticas vigentes. Nestes termos, esses dois modelos agrediam o diálogo direto e confiável que deveria ser estabelecido entre o trabalhador e Vargas e que se estruturava justamente pela vigência e obediência às leis que materializavam o “espírito” do Estado Nacional (GOMES, 1982, p. 164)

As regras sociais que controlavam a conduta moral dos moradores da Colônia, fundamentadas na concepção moral do trabalho não podem ser percebidas como exclusivas da imposição religiosa sobre os habitantes do lugar. Em parte, a participação religiosa auxiliou na orientação dos comportamentos aceitáveis na sociabilidade cotidiana, mas as orientações ideológicas do Estado Nacional, materializadas no combate à malandragem e na valorização do trabalho estiveram muito presentes na Colônia, que representava a primeira experiência nacional de colonização e imigração. Dessa forma, ela foi instituída sob a égide das ideologias que orientavam a imigração como solução aos problemas sociais, e ao mesmo tempo era regida por conteúdos morais de valorização do trabalho, e que, juntamente com o *ethos* protestante que se estabeleceu na Colônia, impuseram práticas e *habitus* sociais que passaram a representar o lugar e distingui-lo.

O conteúdo moral que controlava a conduta dos habitantes da Colônia, fundamentado nas exigências impostas para a seleção dos colonos e sua permanência, demarcava o espaço da cultura pela diferença, na medida em que procurava ressaltar os valores morais e os discursos em torno da vida social daquela localidade, diferenciando-o da Barranca, que por sua vez era descrita como uma localidade desprovida de bons princípios e costumes morais. Além de demarcar as diferenças, essas orientações morais e ideológicas impunham-se na luta

simbólica pela distinção utilizando-se dos recursos da estigmatização, como forma de impor e reforçar as diferenças.

3.4 – As racionalidades estruturais da Colônia

Além das coerções impostas para a seleção e a conduta dos colonos, outro elemento que se integrava ao quadro das representações e experiências urbanas da Colônia, e que exemplificava a distinção em relação à Barranca, foi a racionalização da colonização, caracterizada no estabelecimento de burocracias para ocupação, instituições e planejamento rural e urbano. Os discursos oficiais publicados sobre a criação de grandes colônias agrícola divulgavam que a “fixação dos pequenos proprietários rurais não será feita empiricamente. Ao contrário, será precedida de estudos rigorosos, de natureza geoeconômica” (DIP, 1941, p. 19). Também, que para o Estado Nacional o empreendimento da colonização seria orientado por técnicas modernas de planejamento e em “bases definitivas de uma nova política demográfica e econômico-social” (DIP, 1941, p. 19).

O artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.059/1941, dispunha que as colônias deveriam abrigar uma sede urbana projetada, “observando todas as regras urbanísticas”, que serviria de modelo civilizatório para outras cidades do interior do país. A planta urbana da Colônia foi desenhada por engenheiros cariocas e previa ruas largas e geometricamente traçadas. Essa regra urbanística se impunha no espaço como coerção racional, na medida em que obrigava aos habitantes obedecerem aos traçados previamente estabelecidos, mesmo que esses traços topográficos ainda não existissem. Além do planejamento urbanístico da cidade, outras instituições de ordem burocrática foram instaladas na Colônia para assistir aos novos moradores (escolas, os serviços de saúde, as oficinas, maquinários, indústrias e serviços agrários que orientavam a produção), e também evidenciavam as diferenças estruturais da cidade em formação, em relação à vizinha Barranca.

As escolas e o ensino agrícola das colônias nacionais foram previstos no decreto de 1941, que dispunha sobre o tema nos seus artigos de número 6 e 8:

Art. 6º Na sede da colônia será fundado um aprendizado agrícola destinado a ministrar aos filhos dos colonos instrução adequada, dotado de oficinas para trabalhos de ferro, madeira, couro, etc., onde os colonos e seus filhos farão aprendizagem desses misteres necessários ao homem rural.

Parágrafo único. Poderão ser instituídos cursos rápidos, para menores e para adultos com caráter eminentemente prático. [...]

Art. 8º Serão mantidas ainda escolas primárias para alfabetização de todas as crianças em idade escolar.

No decreto fica evidenciado que o ensino agrícola destinado às colônias nacionais teria ênfase na educação tecnológica, cujo objetivo inicial era a formação de mão-de-obra qualificada para os “misteres necessários ao homem rural”, sendo que, quando necessário seriam realizados cursos de “caráter eminentemente prático” para os colonos e seus filhos. As escolas responsáveis pela alfabetização também foram previstas, mas no decreto elas aparecem como forma de apêndice, como lembrete. A formação teórica não era o foco do ensino rural e urbano naquele momento, mas a valorização do trabalho e qualificação de mão-de-obra. A ênfase ao ensino profissionalizante foi uma das características do Estado Nacional, que previu a centralização dos programas educacionais e uma ampla reforma no ensino, sobre o controle do Ministro da Educação Gustavo Capanema (SCHWARTZMAN, 2000).

O campo educacional, como dito anteriormente, esteve muito relacionado ao campo religioso, mas não limitou apenas às instâncias da fé. A criação de escolas na colônia era uma disposição normativa do decreto federal que tinha parte da verba destinada à colonização para ser aplicada na educação. Assim várias escolas foram construídas na colônia, tanto na área urbana quanto na zona rural. Quando ocorreu a emancipação da colônia em 1953, mais principalmente a partir de 1955, com a eleição do primeiro prefeito, a educação ficou a cargo do município, que enfrentou muitas dificuldades no início para manter a estrutura deixada pelo governo federal. Conforme depoimento do pioneiro Prof. Walter Dourado, primeiro Secretário Municipal de Educação de Ceres:

O governo federal cuidou muito bem da educação. De seis em seis quilômetros na região rural ele fundou uma escola, construiu uma escola. Em Rialma não. Era só de cá, só na Colônia. Tinha muita escola. De forma que quando emancipou foi o maior problema. Eu fui o primeiro Secretário da Educação e nós tivemos que fazer uma associação aí para pagar os professores, porque o governo federal não deixou aqui nem sequer uma vassoura. [...] Tínhamos que tirar dinheiro do nosso bolso pra pagar os professores. O governo federal não tinha mais nenhum compromisso com elas. Nós sustentamos as primeiras. Depois foi criando estrutura e orçamento e começaram a arrumar os professores de volta.

O depoimento mostra que apesar das dificuldades enfrentadas em sustentar a estrutura deixada pelo governo federal, os órgãos públicos e a comunidade buscaram preservar a educação como um patrimônio dessa sociedade. Mas, antes da emancipação municipal, a estrutura federal investia na educação rural e urbana da Colônia. Antes mesmo da implantação do Estado Nacional, o governo provisório adotava uma política centralizadora da gestão social, buscando ampliar o seu controle sobre as federações e desmontando os sistemas controlados pelas oligarquias regionais. Para tanto, as agências federais passaram a coordenar as políticas de educação, saúde e trabalho, simbolizados nos ministérios recém-criados da Educação e Saúde Pública (MESP) e Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com o novo regime instituído em 1937, o influente ministro da educação, Gustavo Capanema, tivera como missão a reforma do sistema de ensino no país, inserida num contexto de transformação cultural ampla, orientada pela ideologia nacionalista.

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, à formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se constituía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações (SCHWARTZMAN, 2000, p. 97).

O projeto de educação era muito mais abrangente, correspondendo a uma ampliação das atribuições desse ministério, e que convergia com as ideologias das demais agências do Estado Novo. A menção dessa atuação é importante por exemplificar os interesses globalizantes do novo regime. Porém, procuramos nos ater ao sistema educacional e às reformas instituídas pelo Estado Nacional, por considerar que as diretrizes normativas, bem como suas ideologias, atingiram não apenas as escolas, mas a toda comunidade da Cang. Dentro das reformas estabelecidas para o ensino no Estado Nacional, foi proposto em 1937 o Plano Nacional de Educação, que tinha como objetivo criar cursos de conteúdo prático e profissionalizante, destinados principalmente para as áreas agrícolas e industriais.

No cumprimento do lema proposto pelo Presidente Vargas de “povoar, sanear e educar”, foi realizado em Goiânia, no ano de 1942, por ocasião do “Batismo Cultural” da cidade e inauguração da nova capital de Goiás, o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. O caráter povoador da Marcha para o Oeste, aliado aos festejos da nova capital, batizada como símbolo da Marcha, serviu como evento divulgador das políticas da educação, sobretudo para o ensino rural – considerando que a ocupação da Cang estava em sua fase inicial naquele momento e que as instituições instaladas posteriormente na Colônia sofreram influências dessas políticas (PRADO, 1995).

O congresso foi coordenado pelo IBGE, e teve como tema principal “A educação primária fundamental”. Dentre os vários assuntos que giraram em torno do tema, estava a preocupação com a educação rural, em que o governo e seus intelectuais defendiam a interiorização do ensino, orientados pela filosofia do “ruralismo pedagógico”, sugerindo alternativas que eram aparentemente viáveis para os problemas sociais de demografia e desenvolvimento. Uma das principais preocupações era com a necessidade de produzir riquezas, e essa temática não se esgotava nos campos das reformas econômicas simplesmente, mas caminhava em direção ao campo dos valores, exigindo das populações, tanto rurais quanto urbanas, posturas disciplinares. Nesse sentido, a escola assumia um importante papel ideológico de “modernização conservadora”. A sua função, além de defender uma ação eficiente, autônoma, racional e produtiva dos sujeitos, buscava valorizar o seu habitat, principalmente no ensino rural que visava a impedir as migrações para os centros urbanos (PRADO, 1995).

A nova escola defendida pelo “ruralismo pedagógico” era vista muito mais do que instituição de ensino, mas tinha a função social de servir como uma das alternativas aos problemas sociais, que naquele momento eram percebidos na relação entre as políticas de colonização e saneamento demográfico dos centros urbanos. Outras orientações ideológicas apareciam nas definições do ensino rural, como por exemplo, a necessidade de geração de riquezas, e a qualificação profissional e a instituição de uma cultura que favorecesse uma postura disciplinar em relação ao trabalho. As considerações finais do Congresso, envolvendo os temas da escola fundamental – nas pequenas cidades e vilas; na zona rural comum; nas zonas rurais de imigração; e nas zonas rurais de alto sertão – tiveram relatados os seguintes objetivos: formação do caráter individual (desenvolver a personalidade), nacionalista (integrar o aluno à sociedade brasileira em geral), humano (formar o sentimento de solidariedade) e vocacional (ajustar o aluno ao ambiente regional em que vive). Para o autor, a filosofia que

orientava a imposição desses objetivos era a de imputar à escola rural a formação de mão-de-obra qualificada para o meio, coibindo futuras migrações para as metrópoles. A noção de valorização do ser humano aparecia atrelada aos conteúdos ideológicos de disciplina e compromissada com a região em que vivia. O valor da escola rural era traduzido no trabalho cívico e patriótico fundamentado na idéia de educação rural para a integração nacional, o que tornava o campo de ação das escolas muito mais amplo (PRADO, 1995).

O discurso consensual dos sujeitos do ruralismo pedagógico pregava que essa educação (no sentido amplo) assumia compromissos patrióticos, socializando os alunos das zonas rurais em relação às práticas educativas, aos cuidados sanitários e à ideologia do Estado. Em suma, “assistia-se a uma articulação ideológica hábil e envolvente com que se pretendia comprometer práticas específicas e momentos particulares da vida das populações, envolvendo-as em uma rede nacional de cooperação e adesão ao Governo do Estado Novo” (PRADO, 1995, p. 7).

No discurso do ruralismo pedagógico, tanto as escolas das “zonas rurais comuns”, quanto as das “zonas rurais de imigração” teriam que incorporar essas novas ideologias. Essas instituições, além do conteúdo ideológico assumido, serviram de instrumento simbólico constituinte da moral do trabalho e da racionalização das atividades no campo, como também da incorporação de novos hábitos e práticas sociais de higiene e organização coletiva. Para os articulistas da revista *Cultura Política* a educação era tratada como ação cívica, cujo objetivo era a integração orgânica da nacionalidade e formar novos cidadãos, solidários aos interesses nacionais. Em artigo publicado em 1941, intitulado “Educação e Estado Novo”, o autor ressaltava que o conteúdo do ensino escolar deveria ser fundamentado nos seguintes princípios: culto à saúde, ao trabalho, à economia e à moral (MORAIS, 1941). Em outro artigo, publicado em 1943, o articulista afirmava que o ensino era “um instrumento de ação para garantir a continuidade da pátria e os conceitos cívicos e morais que nela se incorporam” (BONFIM, 1943, p. 96).

As escolas rurais na Cang foram distribuídas nas regiões de assentamento e trabalhavam em tempo integral, com atividades alfabetizadoras pela manhã e práticas rurais e domésticas no período da tarde. Além da difusão dos conteúdos regulares da educação, essa escola divulgava valores, conceitos e práticas sociais que buscavam padronizar os comportamentos entre os colonos e seus filhos. Mais do que uma simples instituição de

ensino, as escolas rurais funcionaram como centros irradiadores de novas ideologias que pregavam o culto à saúde, ao trabalho, à economia e à moral.

Além das escolas, as demais instituições e serviços, buscavam estabelecer na Colônia a cultura da disciplina. O culto à saúde, apresentado como um dos conteúdos fundamentais das escolas no Estado Nacional era baseado na educação física e em conteúdos sanitários. Assim como as instituições de ensino, os serviços de saúde tiveram um papel fundamental na construção simbólica da Colônia, não apenas pela participação do campo médico na condução de políticas sociais, mas também no estabelecimento de práticas e condutas aceitáveis para o lugar. Os serviços de saúde eram divulgados como outro grande diferencial das colônias nacionais, e conforme divulgação do DIP, “existirá em cada colônia um serviço de assistência médico-farmacêutica, bem como de enfermagem, até emancipação do núcleo” (DIP, 1941, p. 23), disposto também na alínea 2 do artigo 13º do decreto 3.059 (BRASIL, 1941).

Outros serviços e benefícios foram disponibilizados aos colonos e o acesso a esses benefícios eram apontados também como um elemento diferenciador. Os artigos 7º (postos de monta com reprodutores selecionados; instalação para beneficiamento dos produtos agrícolas florestais, agrícolas e de origem animal), 9º (cooperativas de produção, venda e consumo), 12º (concessão gratuita de lotes, casas e benfeitorias, bem como sementes e material agrário mais urgente) e 13º (Trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia, pelo menos durante o primeiro ano; assistência médica e farmacêutica e serviços de enfermagem até a emancipação da colônia; empréstimo, durante o primeiro ano de localização na colônia, de máquinas e instrumentos agrícolas e de animais de trabalho; transporte da estação ferroviária, porto marítimo ou fluvial até a sede da colônia) dispõe sobre os vários serviços e benefícios disponibilizados aos colonos que, por sua vez, davam a impressão de que essa assistência federal, além de estabelecer práticas sociais distintas para o lugar, distinguia-os socialmente dos habitantes da Barranca.

Ao mesmo tempo em que as disposições do decreto federal e da burocracia da Colônia buscavam concretizar esses benefícios, eles vinham vinculados a um conjunto de exigências, transformadas de conteúdos ideológicos, que justificavam, ainda mais a distinção. Por exemplo, na alínea B do Art. 12 exigia-se prazo para a utilização agrícola em condições técnicas satisfatórias; o Art. 18 proibia a venda, hipoteca, transferência, aluguel, permuta ou alienação dos lotes, casas e benefícios; o Art. 19 determinava a obrigação e responsabilidade do colono com a limpeza de valas e valetas dos lotes, bem como a conservação das estradas e

caminhos que atravessam as terras doadas; e o Art. 24, dispunha acerca dos motivos de exclusão dos colonos, anteriormente apresentadas. Portanto, essas racionalidades impostas pelas instituições, serviços e regras da burocracia tornaram o espaço social da Colônia como um lugar constituído por esquemas sociais de residência, trânsito, produção e convivência. Ao mesmo tempo em que eram amparados por benefícios, eram regidos por racionalidades burocratizadas.

Essas racionalidades institucionais também foram traços da distinção e marcaram a relação de estigma com a localidade vizinha. Na discussão proposta neste capítulo, essas racionalidades estruturais e o planejamento do espaço imposto pelas demarcações topográficas e pelas burocracias institucionais foram considerados, não apenas como orientação objetiva e espacial da cidade, mas como representação do espaço social imaginado, na medida em que essas orientações, na perspectiva da representação imaginária da cidade, permitem identificar não apenas as demarcações objetivas da ocupação, mas também as implicações das experiências vivenciadas e imaginárias do lugar. Portanto, a cidade planejada foi outra racionalidade imposta, e não representou apenas um projeto de distribuição demográfica e topográfica do espaço, mas foi também o resultado das representações imaginárias do sonho urbano em construção. Mesmo antes da conclusão do projeto e da planta urbana da Colônia, e mesmo antes da ocupação efetiva do lugar, o sonho urbano já existia no imaginário do seu fundador, que o havia idealizado, e em uma carta escrita em 1941 às filhas apresentou os indícios dessa cidade.

Amanhã irei até São Patrício para ver se desta vez consigo localizar o ponto onde deverá ser construída a sede da Colônia que será uma grande cidade com cinemas, sorveterias, colégios, piscinas, etc. Tudo bem moderno. Em determinadas avenidas conservaremos a mata virgem como arborizações. Beijos saudosos do Papai. (SAYÃO, 1994, p. 62)

Esse pequeno relato feito às filhas apresenta alguns elementos que compõem a cidade sonhada por Sayão, e aponta para determinadas categorias que se constituíram como força simbólica pela imposição do imaginário urbano e da distinção. Apesar das categorias descritivas da cidade sonhada ter como destinatárias as filhas pequenas, elas não deixam de ser um discurso sobre o imaginário urbano da Colônia, cujos elementos que descrevem a cidade sonhada evidenciam, para o público que recebe esse discurso (no caso específico da

carta, as filhas pequenas de Sayão), as representações da cidade, ao mesmo tempo em que se apresenta como discurso simbólico a ser utilizado na imposição ou na vontade de distinção. Outra percepção da cidade imaginada por Sayão aparece numa entrevista cedida ao Jornal “O Anápolis” em 28 de novembro de 1943. Nessa entrevista, o administrador expunha sobre o andamento das obras da rodovia que ligava Anápolis à Colônia, e feitas as apresentações da obra, da produção rural, dos colonos, encerrava descrevendo a futura sede urbana:

Daí, onde será instalada uma cidade moderna com capacidade para 20.000 habitantes, dispoño de aeroporto, estação rodoviária, hospital, escolas, indústrias de aproveitamento da produção agrícola, esportes, inclusive aquáticos, diversões e assistência intelectual por meio de bibliotecas, sociedades, etc. (Jornal O Anápolis, 1943, s/p).

Mesmo durante a construção dessa rodovia, acontecia um grande afluxo de migrantes em direção da Colônia. Em 1944, quando foram concluídas as obras da rodovia, intensificaram-se as imigrações. Em pesquisa de campo realizada pelo IBGE em 1965 e publicada em 1967, tendo como finalidade analisar o potencial geoeconômico e social da região da rodovia Belém-Brasília, os geógrafos descreveram a região da antiga Colônia (seção-sul) e o grande incremento populacional ocorrido a partir de 1944, bem como a origem dessa população. De acordo com o geógrafo coordenador da pesquisa,

em julho de 1946 havia cerca de 1.600 famílias, totalizando perto de 8.000 pessoas; no censo de 1950 viviam no município 29.522 habitantes e, hoje em dia, a população municipal é estimada em 60.000, dos quais 8.000 moram na cidade de Ceres. Avalia-se que 60% dos povoadores tenham vindo de Minas Gerais, 20% seriam goianos e outros 20% de origens diversas. Em 1948, quando um dos membros da equipe visitou o Planalto Central, havia caminhões que faziam permanentemente viagens de ida e volta entre Patos de Minas e Ceres, levando migrantes para a colônia e trazendo porcos vivos de volta, que eram, em seguida, embarcados de trem para Belo Horizonte (VALVERDE, 1967, p. 295).

Além de descrever o grande afluxo populacional para a região da Colônia, esse estudo afirmava que, apesar do grande crescimento demográfico, verificou-se uma distribuição

organizada dessa população, destacando o planejamento tanto nas áreas rurais quanto na zona urbana³⁷.

A medida que a cidade se foi desenvolvendo, acompanhando o progresso da colônia agrícola, ela cresceu em direção perpendicular ao rio para ganhar os terrenos mais nivelados do planalto. Assim houve uma distribuição planejada das terras, também o centro urbano teve um desenvolvimento planejado. Na parte mais alta ficou a área administrativa – ao redor da praça cívica. Como a cidade não podia expandir-se desordenadamente, visto que, à sua volta, as terras já tinham sido distribuídas em lotes rurais, foi aberta uma avenida de contorno – a Avenida Dr. Bernardo Sayão –, delimitando o próprio núcleo urbano (VALVERDE, 1967, p. 302).

A obediência às demarcações racionais da distribuição topográfica da Colônia apresenta-se como um dado objetivo da percepção do espaço urbano e das experiências vividas pelos moradores, mas repercute também no universo das representações sociais. Por exemplo, a citação feita à parte alta, sede da Praça Cívica, que no projeto compreenderia as sedes dos poderes constituintes da cidade (em verde na figura 6). Nas ocupações urbanas feitas de forma espontânea (a cidade semeada), a praça era o espaço do poder religioso dominante, que grande influência tinha sobre a manutenção das estruturas sociais e políticas das áreas urbanas (fato esse percebido na Barranca). Na Colônia, a racionalidade do planejamento estava aliada a uma concepção do espaço social dominado pelas instâncias públicas e não mais religiosas (apesar do campo religioso ter grande participação no estabelecimento de práticas e hábitos na cidade). Esse outro dado do planejamento não pode ser desprezado. A cidade planejada racionalmente continha representações da cidade sonhada e imaginada. Essas representações não podem ser desconsideradas numa análise do espaço urbano e suas implicações nas práticas sociais. Uma análise da Colônia na perspectiva das representações procurava valorizar e compreender as multiplicidades de significados presentes entre o que foi sonhado e o que foi vivenciado, ou as lutas pela adequação do que foi sonhado no universo das práticas sociais. É nesse sentido que as representações indicadas nesse capítulo, destacadas como experiências distintas da Colônia, expressam os anseios da

³⁷ O estudo do IBGE apresentava, ainda, o desenvolvimento econômico verificado na região em 1965, conforme seguinte relato: “Em conseqüência do rápido progresso no meio rural e urbano, além da função comercial, representada por compradores de produtos agrícolas e lojas varejistas já especializadas, criou-se uma função industrial representada, hoje em dia, por: 16 máquinas de beneficiamento de arroz, 3 torrefações de café, uma usina de açúcar, uma fábrica de manteiga, uma fábrica de produtos derivados do milho, 3 grandes serrarias, uma fábrica de bebidas e duas cerâmicas” (VALVERDE, 1967, p. 302).

cidade sonhada em estabelecer os sentidos do espaço social vivido. O sonho de cidade moderna, ordeira, de vida cultural civilizada, apontada por Sayão “contaminava” os demais pioneiros. Também, o planejamento urbano, que por si só é uma distinção em relação às regularidades da formação urbana no Brasil, favorecia o surgimento do uso racional do espaço na medida em que distribui, de forma coercitiva, a população em áreas pré-estabelecidas. Esses elementos, a princípio, demarcam categorias da realidade objetiva do tornar-se urbano, mas, ao mesmo tempo, indicam representações sociais que ajudam a compreender o sentido da distinção estabelecida pelos pioneiros da Colônia.

Na visão dos pioneiros, o planejamento foi muito mais do que uma forma de organizar e distribuir os moradores na sede da Colônia. Vêem nesse projeto algo incomum, e a simples observação da existência de um projeto interferia na percepção do lugar. No depoimento do topógrafo pioneiro Philemon Ribeiro, que trabalhou com Sayão na demarcação da planta urbana da Colônia, afirma que o projeto urbanístico foi elaborado por engenheiros da antiga capital federal, dando grande ênfase a esse fato.

Sayão encomendou a eles uma cidade bem no meio da mata, bem projetada, compreende. Todo o estado de Goiás, no Brasil inteiro, que eu conheço, a cidade não era, as ruas não eram retas, às vezes tortuosas, estreitas, e isso todo mundo aceitava. Por exemplo, tinha uma área aqui e quisesse fazer uma cidade, fazia uma casa, “o coronel fulano de tal tá morando naquela casa”. Ao invés de procurar orientar todo mundo, procurar fazer uma cidade, com harmonia, fincava uma casa aqui, outra ali, mais ou menos em reto, outra mais torta e tudo. E tava tudo muito bom. Mas, por exemplo, Saturnino de Brito quem projetou isso aqui. Veio engenheiro aqui, naquela época fazia uma história, e o Sayão voltou com o projeto da futura cidade. [...] De acordo com isso, aí foi projetada a cidade. As pessoas foram obedecendo o projeto.

Esse relato destaca que o planejamento da Colônia distinguia-se dos modelos tradicionais de formação urbana no Brasil. Mesmo sendo uma observação do senso comum, essa afirmação identifica referências, que para os pioneiros da Colônia eram exaltados como traços da distinção. Para o pioneiro, o fato de que viviam numa cidade que havia sido “bem projetada”, era traço de distinção, pois representava a harmonia estabelecida entre os traçados retos da cidade e seus habitantes. Por sua vez, as cidades nascidas de forma espontânea não traziam essa harmonia, e no seu depoimento ficava evidente que os moradores dessas cidades não se importavam com esse fato. Outro fator de distinção é destacado na vinda dos engenheiros, e a forma como apresentava essa vinda (“naquela época fazia uma história”), ou

seja, era algo inusitado no sertão do Oeste a presença de engenheiros demarcando e planejando uma cidade em formação, mas que os moradores não apenas consideravam esse fato importante, como também faziam questão de obedecer, assimilando o planejamento nas suas racionalidades cotidianas.

O planejamento urbano em si não determinava as experiências que marcam o desenvolvimento histórico de uma cidade. Para Argan (1998, p. 234) “a cidade não se funda, se forma”, constitui-se a partir das experiências que se estabelecem no que ele considera como “espaço visual” e que, por sua vez, constitui o senso espacial da cidade, representação fundada nas relações associativas, cuja função simbólica é fortalecer a percepção coletiva de pertencimento e identidade. Assim, o planejamento se apresenta como um signo arquitetônico situado no espaço físico. Porém, na visão do autor, sua relevância está em situar-se no espaço simbólico, na compreensão coletiva e individual dos valores da cidade.

O sonho urbano da Colônia era difundido por meio dos discursos e das práticas sociais de seus moradores, na tentativa de dar um sentido real às representações suscitadas nesse imaginário. A carta de Sayão às filhas, e o depoimento dado ao jornal anapolino, apresentados anteriormente, escritos antes mesmo da constituição definitiva do espaço urbano da Colônia, apontam elementos considerados pelo administrador da Cang como relevantes para uma cidade moderna (cinemas, sorveterias, colégios, piscinas, aeroporto, estação rodoviária, hospital, escolas, indústrias de aproveitamento da produção agrícola, esportes, diversões, bibliotecas, clubes, etc). Para as filhas apresentava uma cidade moderna com escolas e diversão. Para os leitores do jornal anapolino destacava as infra-estruturas de um lugar desenvolvido, em contato com outros centros urbanos. Em ambos os relatos o sentido de desenvolvimento e modernidade apresentam-se. Essa percepção acerca da modernidade pode ser identificada, também no artigo 5º do decreto federal que determinava a criação das colônias nacionais, enfatizando a observação de regras urbanísticas, num apelo à racionalidade burocrática, que possibilitaria a constituição de centros irradiadores de civilização.

As experiências urbanas da Colônia contribuíram para que seus moradores estabelecessem o sentido do “espaço visual da cidade”, não apenas porque tiveram que se submeter às regras urbanistas pré-estabelecidas, mas também porque essa compreensão, ao longo do tempo, possibilitou a percepção e assimilação dos signos arquitetônicos do planejamento na representação dos valores constituídos coletivamente para o lugar. A Colônia

construiu sua identidade baseando-se nos traços da distinção, identificados nas várias coerções que marcaram sua experiência urbana (seleção, conduta moral, racionalidade institucional) destacando os valores sociais da moral do trabalho e da ordem social. Alimentou essa representação do seu mundo social a partir da rejeição dos valores construídos pelos pioneiros sobre o significado do mundo que existia “no outro lado do rio”. A Barranca não representava apenas uma fronteira geográfica, mas também imaginária. Mesmo que os grupos sociais que deram origem a esses núcleos fossem semelhantes, e o processo de imigração e ocupação fosse também desgastante e difícil, os moradores da Colônia procuravam reforçar as representações da cidade ordeira e civilizada como elementos da distinção em relação à Barranca. Segundo Valverde (1967), os pioneiros da Colônia enfrentaram grandes dificuldades no processo de ocupação na região, destacando que a “assistência técnica e material dos colonos sempre foi deficiente, em virtude da falta de pessoal qualificado e de verbas, na administração da colônia. (VALVERDE, 1967, p. 296). Mas esse dado aparecia sutilmente nos relatos, e quando isso ocorria era para reforçar o sentido heróico e desbravador dos pioneiros. O que eles procuravam destacar eram os indícios que os diferenciavam dos habitantes da Barranca. Na verdade, a distinção que se estabelecia não era na cidade da Barranca como um todo, mas uma observação que eles tinham da localidade vizinha e que generalizavam (conforme veremos no capítulo seguinte). Nesse sentido, as balsas, a ponte de tambor, a ponte pênsil, e hoje a ponte de concreto armado, simbolizavam não a união de duas localidades, mas a demarcação de dois mundos sociais distintos. Os moradores da Colônia reforçavam seus ataques à Barranca, na tentativa explícita de impor uma imagem de superioridade e assim, evidenciar os traços culturais que os distinguiam por meio da negação do outro.

Figura 18



Figura 19

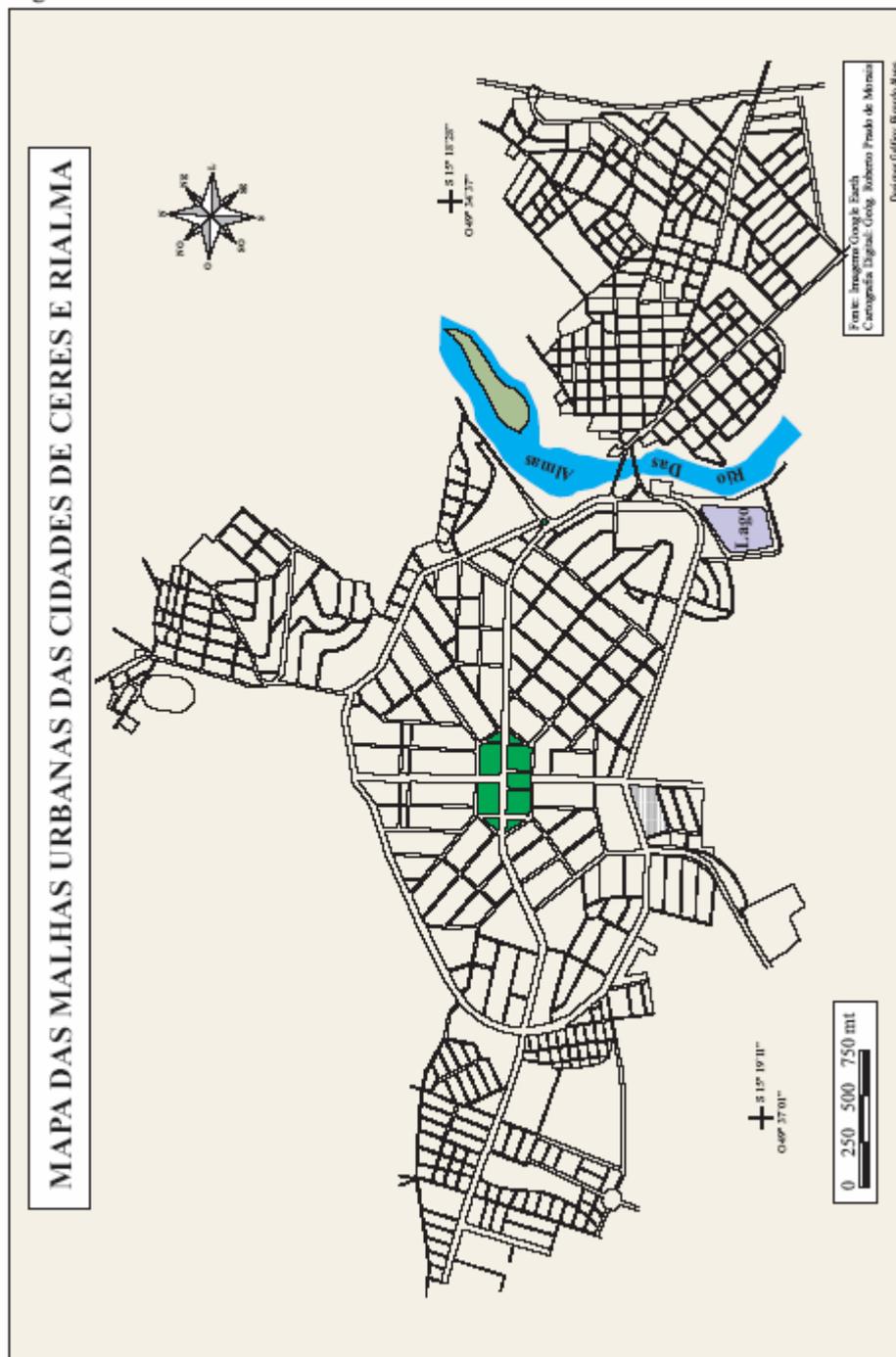
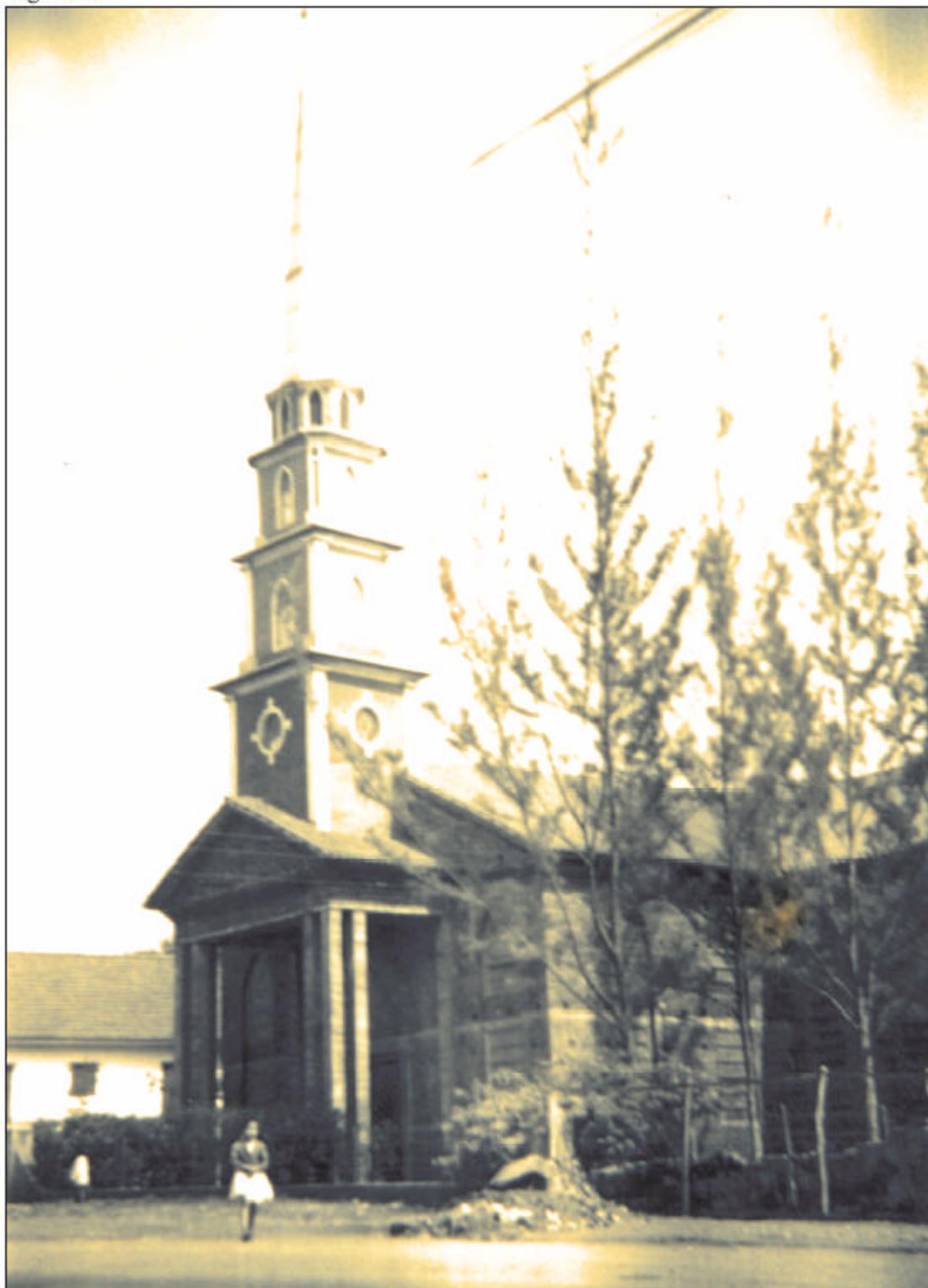


Figura 20



Igreja Presbiteriana de Ceres, construída pela missão norte-americana da Carolina do Sul (EUA).

Fonte: Álbum de família – Sr. Philemon Ribeiro

Data: Não identificada

Figura 21



Alunos e professores da 2ª Escola Rural da Cang

Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado

Data: Não identificada

Figura 22



Cerimônia de formatura na 2ª Escola Rural da Cang

Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado

Data: Não Identificada

Figura 23



Escola Bandeirante, administrada pela Missão Presbiteriana dos Estados Unidos

Fonte: Álbum de família – Sr^a Florípedes Ortega

Data: Não Identificada

Figura 24



Momento cívico no pátio do Colégio Álvaro de Melo, administrada pela Igreja Cristã Evangélica.

Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado

Data: Não identificada

Figura 25



Alunos de uma das Escolas Rurais da Cang
Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado
Data: Não identificada

Figura 26



Colégio Imaculada Conceição, administrado pelos franciscanos em Ceres.
Fonte: Álbum de família – Sr^a Philemon Ribeiro
Data: Não identificada

Figura 27



Srª Florípedes Ortega, enfermeira do Hospital da Colônia, atendendo colono ofendido de cobra.

Fonte: Álbum de família – Srª Florípedes Ortega

Data: Não identificada

Figura 28



O médico Dr. Jair Dinoah no veículo do serviço médico do Hospital da Colônia.

Fonte: Álbum de família – Dr. Jair Dinoah

Data: Não identificada

Figura 29



O Dr. Jair Dinoah e o administrador da Cang, Bernardo Sayão.

Fonte: Álbum de família – Dr. Jair Dinoah

Data: Não identificada

Figura 30



Enfermeiras do Hospital da Colônia em momento de folga

Fonte: Álbum de família – Sr^a Florípedes Ortega

Data: Não identificada

Figura 31

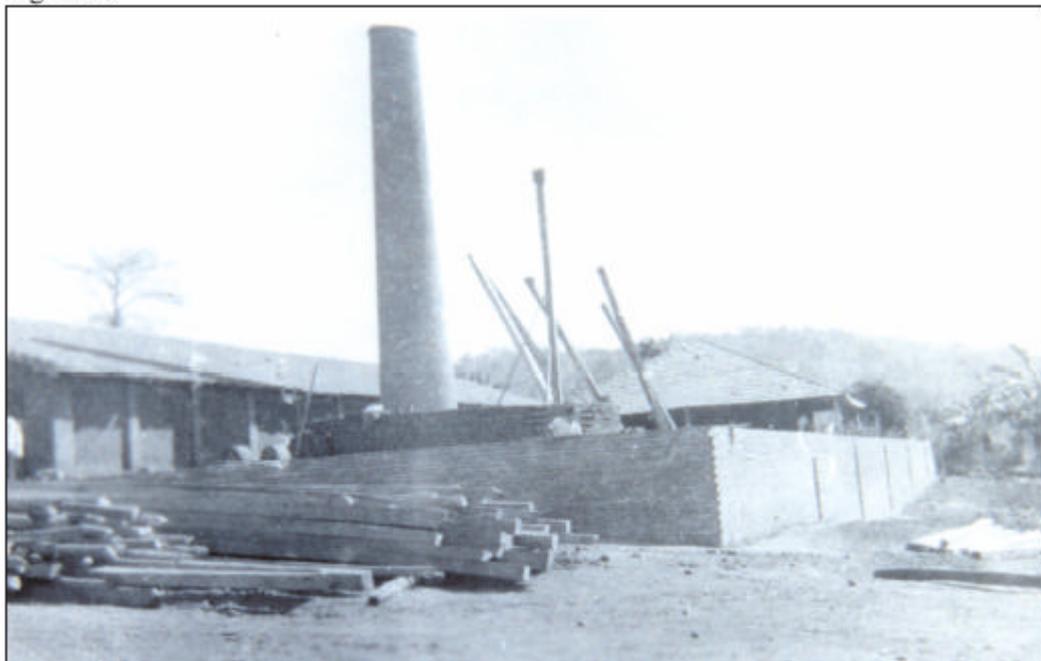


Hospital da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Fonte: Álbum de família – Sr. Philemon Ribeiro

Data: Não identificada

Figura 32



Cerâmica Patrícia, de propriedade do pioneiro Jonatas Carvalho.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ceres

Data: Não identificada

Figura 33



Usina de açúcar da Colônia Agrícola Nacional de Goiás

Fonte: Prefeitura Municipal de Ceres

Data: Não identificada

Figura 34



Casa Dourado na área urbana da Colônia

Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado

Data: Não identificada

Figura 35



Populares em frente ao Armazém Goiano, na área urbana da Colônia

Fonte: Álbum de família – Prof. Walter Dourado

Data: Não identificada

CAPÍTULO 4

A cidade estigmatizada: memórias e representações da Barranca

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer. (Ítalo Calvino)

No capítulo anterior procuramos apresentar os indícios da distinção decorrente das experiências vivenciadas pelos moradores da Colônia, não apenas nas referências imaginárias da consciência da diferença, mas também pelos elementos estruturantes, percebidos nas relações cotidianas, orientados por coerções presentes nas normatizações oficiais, interpretados como práticas e estilo de vida. Essas experiências estruturais e culturais permitiram o estabelecimento de práticas sociais distintas para a Colônia, cuja característica marcante foi a racionalidade que se impôs pela ocupação planejada. Todavia, mesmo que esses traços de distinção foram constituídos por experiências sociais vividas na época, eles se reforçavam na consciência estabelecida para o lugar e na negação das práticas sociais da vizinha Barranca, muitas vezes, generalizadas com a finalidade de demarcar a distinção pela estigmatização do outro.

Assim como a Colônia, que estabeleceu hábitos e práticas sociais distintas na construção simbólica do espaço social, os moradores da Barranca também tiveram uma experiência com o espaço em construção que também interferiu no desenvolvimento de hábitos e práticas específicas para o lugar. O que percebemos, nos relatos e depoimentos orais coletados com os pioneiros da Colônia, foi a necessidade de lançar sobre a Barranca e seus moradores uma carga negativa de valores depreciativos, que eram generalizados para o lugar (onde as normas e a racionalidade não imperavam) e seus moradores, apresentados como preguiçosos (avessos à moral do trabalho), baderneiros (dado aos prazeres e vícios) e festeiros (correlação com a moral do trabalho). E, muitas vezes, quando se referiam à Barranca, faziam questão de mencionar a zona de meretrício que se instalava na parte baixa da cidade (“beirário”).

A negação do outro, muitas vezes, apresentava-se de forma explícita – quando argüidos sobre o cotidiano da Colônia, a maioria fazia questão de referenciar-se à Barranca, como para reforçar aquilo que consideravam fundamental de sua comunidade, – evidenciando as estratégias de demarcar territórios e fronteiras entre as duas comunidades. As estratégias da sócio-dinâmica da estigmatização procuravam reforçar os pontos considerados pelo grupo estigmatizador como positivos e superiores, generalizando e evidenciando hábitos e práticas sociais consideradas inferiores no grupo estigmatizado. Portanto, quando afirmavam que “lá podia tudo”, tinham a intenção em reforçar que “aqui não podia tudo”, que é diferente de “aqui não podia nada”. Na verdade, a função da Barranca no imaginário social da Colônia era evidenciar que as escolhas “feitas” por essa comunidade, no entendimento de seus pioneiros, foram as mais acertadas, principalmente, no que dizia respeito às orientações normativas. Conforme o relato do pioneiro Jonatas Carvalho, “Lá podia tudo. [...] A Colônia era mais elitizada. E lá era uma baderna. [...] Então tinha a zona lá, tinha a mulherada. Era um caso sério. Lá, de vez em quando, dava o chamado ‘puxa-faca’”. As características destacadas pelas narrativas memorialistas do grupo estigmatizador apresentavam a Barranca como espaço da violência, decorrentes do uso abusivo de bebidas alcoólicas e das práticas do meretrício.

Os relatos memorialistas dos pioneiros da Colônia, também, procuravam selecionar as lembranças, reforçando aquelas que indicavam essa visão dominante na consciência coletiva. As precariedades e dificuldades enfrentadas no início da colonização geralmente eram omitidas. Quando eram apresentadas tinham a intenção de reforçar o espírito bandeirante-desbravador, característico dos discursos da marcha. As informações sobre essas dificuldades

aparecem em outros relatórios, como por exemplo, os relatos dos pesquisadores do IBGE na década de 1960, que apontam que houve “dificuldades no cumprimento das determinações legais: em 1948 a administração da colônia só havia construído 100 casas, todas elas de tijolos e cobertas de telhas” (VALVERDE, 1967), e a justificativa para a precariedade de habitações estava na falta de verbas para concluir os assentamentos. Entretanto, as lembranças “selecionadas” pelos pioneiros buscavam reforçar o planejamento, os serviços e os benefícios da Colônia, bem como o estilo de vida de seus moradores.

Mas, considerando que essa estratégia fazia parte da lógica da memória coletiva, e que, portanto, as lembranças devem ser consideradas pelos seus conteúdos simbólicos, ficava evidente a relação de dependência da Barranca para com a Colônia. Um fato que caracterizava essa relação de dependência era a formação da Barranca pela população excluída da Colônia. A cidade estigmatizada era composta, sobretudo, pela massa não estabelecida, pelo povo *outsider*. As estratégias simbólicas da distinção faziam referência ao “outro lado do Rio das Almas”, não apenas para demarcar geograficamente as fronteiras (régio/finis), mas constituir um novo tipo de distinção, assumindo assim novas representações. Enquanto o processo exclusivista do povoamento, as coerções normativas de convivência regidas pela moral do trabalho e o planejamento racional da ocupação foram elementos fundantes do imaginário da Colônia, a Barranca, nessa construção tipológica, aparecia como lugar de ocupação espontânea e marginal, em que a lógica racional era ausente e o espírito da festividade substituía a moral do trabalho.

A Barranca que, por não experimentar uma ocupação de tipo planejada e por receber um quantitativo populacional – em sua maioria excluídos da colonização oficial – conviveu com experiências urbanas diferentes da Colônia, mas que se assemelhavam às experiências e os modelos reproduzidos pela formação das cidades brasileiras. Talvez, por esse motivo, a estigmatização, que era tão cara aos moradores da Colônia para estabelecer sua distinção, não tivesse o impacto desejado na comunidade da Barranca, que se considerava como a regra geral, e era a Colônia a representação do diferente. De acordo com Araújo (1997), a formação das cidades brasileiras caracterizava-se pelo “signo do provisório”, cujo princípio que norteava essa experiência fundamentava-se no senso de desapego e desleixo com o lugar. Nessa representação urbana, a relação estabelecida entre a população e o lugar impossibilitava a constituição do senso de pertencimento, na medida em que o espaço social era visto como ponto de passagem, *locus* de experiência provisória, portanto, sem vínculos. No caso da Barranca, o signo do provisório, além de impossibilitar a emergência do senso de

pertencimento, permitiu, justamente por esse desapego ao espaço social, o estigma por parte dos moradores da Colônia, na medida em que as estratégias de estigmatização estabelecem-se num contexto de interdependência, em que persistiam relações de poder específicas, cuja peça central foi o *equilíbrio instável de poder* (ELIAS, 2000).

A Colônia, ao selecionar seus habitantes e ao impor a essa população regras de conduta bem definidas, legitimadas pelo grupo social, estabelecia uma identificação com seus habitantes e com o lugar por meio das práticas sociais e dos hábitos que os representavam. Também essa identidade constituía-se a partir das visões imaginárias do espaço social, no estabelecimento da orientação normativa para as relações interpessoais que buscavam legitimar a manutenção desse imaginário, reforçando as diferenças na antítese da Barranca. Portanto, os relatos memorialistas insistiam em apresentar a Barranca como outro lugar que não a Colônia, como um espaço diferente, fora das suas fronteiras. A Barranca na representação imaginária da Colônia, simbolizava uma outra geografia (o outro lado do rio), outra sociabilidade, outra cultura e outra identidade. Para tanto procuravam expor a realidade da “cidade estigmatizada” que se opunha ao ideal de planejamento, na medida em que evidenciavam que seu povoamento surgia de forma desordeira, marcado pelo signo do provisório.

As estratégias utilizadas para impor o senso de distinção procuravam estigmatizar o lugar e estender o estigma a seus moradores³⁸, tidos como pessoas de conduta moral questionável – privilegiavam o lazer em detrimento do trabalho, o improvisado em relação ao planejamento, a desordem em detrimento da ordem, e cuja vida boêmia era apontada como a característica mais marcante daquela comunidade. As lutas simbólicas evidenciavam a representação da Barranca como “coisa provisória”, destacando uma relação instável de poder entre a cidade que impunha os estigmas e a outra que os recebia.

Os capítulos anteriores procuraram identificar a Colônia por meio dos traços da distinção que permitiu a ela estabelecer os estigmas, seja pelo discurso da herança pioneira ao espólio bandeirante do seu fundador ou pelas experiências marcadas pelo controle social. O objetivo das abordagens feitas nesses capítulos foi identificar os elementos que funcionaram como constituintes da relação instável de poder, presentes nos discursos, nas práticas e nas

³⁸ Nas entrevistas feitas com os pioneiros eles apresentavam uma visão *a priori* pejorativa do lugar e de seus moradores, principalmente quando a questão era sobre a Colônia. Mas quando perguntados sobre a Barranca, havia uma postura mais cautelosa, procurando afirmar que “tinha muita gente honesta lá”. Ou seja, a visão estigmatizada da Barranca era muito mais reforçada nas lembranças e recordações da Colônia, em que o passado da localidade vizinha aparecia espontaneamente, e sempre generalizada negativamente.

vivências sociais da Colônia e que referendavam a distinção do lugar como cidade estigmatizadora. Neste capítulo pretendemos apresentar os indícios que caracterizavam a Barranca como a “cidade estigmatizada”, identificando as estratégias lançadas sobre essa comunidade, bem como os traços que permitiram o estabelecimento da relação instável de poder com a cidade vizinha.

Uma experiência inicial que evidencia a representação da distinção pode ser observada a partir do uso de léxicos de estigmatização lançados sobre a Barranca e seus moradores. Os termos “Barranca” e “barranqueiros”, a princípio, eram utilizados na tentativa explícita de demarcar o grupo social que não pertencia às experiências da Colônia. O lugar (Barranca) e seus moradores (barranqueiros), na representação social da Colônia, simbolizavam a condição do “outro”, o *outsider*, aquele que se situava para além das fronteiras do seu espaço social e, portanto, diferente. Era comum o uso do termo barranca para denominar os paredões situados às margens dos rios (a barranca do rio tal), mas que na luta simbólica pela distinção, o uso das palavras era intencional, para demarcar o lugar dos excluídos e marginalizados pelo processo de seleção da Colônia.

Pesavento (1999) referenciou-se em Bourdieu para analisar os vocabulários da estigmatização urbana em Porto Alegre, lançados sobre determinados lugares, personagens e práticas sociais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A autora identificava os “lugares malditos” da cidade, a partir do uso das linguagens para identificar certos espaços da cidade, com a finalidade de demarcar esses lugares “amaldiçoados” (no caso estudado, os becos de prostituição em áreas centrais da capital gaúcha). A autora fundamentava-se na compreensão das representações expressas pelo uso da linguagem nas lutas simbólicas de poder, utilizando assertivas do sociólogo francês ao afirmar que, as palavras e os nomes que constituem uma realidade social são, ao mesmo tempo, os alvos e os frutos de uma luta política, possibilitando assim compreender o real como um campo de lutas para definição do que é o real (PESAVENTO, 1999).

Assim como a análise de Pesavento tratava os elementos da linguagem como representação das lutas de poder para a construção do real, percebe-se que a utilização dos vocábulos “Barranca” e “barranqueiros” não indicam apenas termos depreciativos do lugar, dos moradores e de suas práticas expressas na linguagem cotidiana. Os léxicos da estigmatização, muito mais do que apenas denominar, demarcam as relações de poder, na medida em que evidenciam os sujeitos que impunham a linguagem, bem como as intenções

dos vocábulos e os referenciais simbólicos que eles suportavam. Ficava evidente, ainda, o desejo de realidade que as representações indicavam e que foram lançadas na luta pela constituição material e imaginária do lugar.

As representações urbanas dessas sociedades ribeirinhas do rio das Almas identificavam na Colônia o *locus* do poder simbólico, cuja vontade de distinção lança sobre a Barranca a representação do “outro”, do diferente, da cidade estigmatizada. O rio delimitava as fronteiras geográficas, enquanto, outras demarcações se constituíam por meio do uso das palavras, que por sua vez traduziam novas fronteiras imbuídas da necessidade da distinção. Os léxicos de depreciação da Barranca constituem-se, portanto, em indício das experiências de lutas simbólicas travadas entre essas localidades, identificando a origem social da cidade estigmatizada e os agentes da estigmatização.

A visão depreciativa sobre os moradores da Barranca, geralmente generalizada pelos depoimentos, aparecia nos relatos muito mais para justificar as práticas e os valores sociais da cidade estigmatizadora do que para simplesmente fazer menção ao passado da localidade vizinha. A necessidade de afirmar e distinguir as normatividades e coerções sociais identificadas como um estilo de vida ordeiro e racional, se justificava na comparação ao senso improvisado e aventureiro do grupo que se formava na outra margem do rio. De acordo com Holanda,

o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem - , tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, características desse tipo. (HOLANDA, 1995, p. 44)

As normatividades próprias da moral do trabalho, que justificavam práticas e estilos de vida, observavam com desprezo outras formas de sociabilidade que não as regidas pelo senso ordeiro de vida social. O senso do provisório e aventureiro ganhava novas feições na luta pela imposição da diferença, isto é, além da necessidade de evidenciar as diferenças fazia-se na estigmatização do diferente. Portanto, duas comunidades se estabeleceram numa mesma região, numa mesma temporalidade, experimentando um mesmo processo de colonização, orientadas pelo mesmo discurso de imigração, mas que desenvolveram práticas sociais e

estilos de vida muito distintos entre si. Ao mesmo tempo, um grupo social procurava, na construção de sua identidade, estabelecer sua cultura baseada na negação e diferença do outro.

Dentre os elementos apresentados pelo grupo estigmatizador em sua estratégia de demarcar as diferenças, destacam-se como os mais frequentes nos depoimentos orais, a referência de que a Barranca se originou em decorrência da colonização federal, por uma população excluída dos processos seletivos. A segunda referência se fundamentava na afirmação de que no outro lado do rio prevalecia a desordem e a vagabundagem, em que os relatos procuravam reforçar a violência ocorrida na zona de meretrício. De forma geral o lugar era considerado como de formação provisória, que valorizava o ócio, a festividade, a vagabundagem, e onde o controle social era ausente. Mas como essa estratégia repercutia nos moradores da Barranca? Como eles assimilaram esse estigma? Os conflitos sociais situaram-se apenas no universo das representações?

4.1 – A Barranca nas lembranças dos pioneiros

Nos depoimentos dos pioneiros da Barranca encontramos algumas semelhanças em relação às narrativas feitas pelos moradores da Colônia. Porém, diferente daqueles pioneiros que buscavam generalizar os pontos negativos da Barranca, esses depoimentos esclareciam que a negação do outro era muito mais uma estratégia de distinção, apesar do teor verossímil dos relatos. Os pioneiros da Barranca não negavam que grande parte da população residente naquela localidade era originária de famílias que não conseguiram se estabelecer na Colônia, mas isso não era a regra geral. Também não negavam a violência e o grande movimento de aventureiros na cidade. Porém, os moradores justificavam que esse fenômeno era decorrente da zona de meretrício situada na cidade baixa, região “beira-rio” da Barranca. Outra informação que nos chamou a atenção foi a referência feita à localidade de Castrinópolis, atualmente um distrito de Rialma, como o ponto de partida para a história e surgimento do município. Essa referência pode parecer como estratégia para fugir do estigma de excluídos da Colônia, mas na verdade existia uma ligação entre essas localidades, e a história de Castrinópolis antecedia à instalação da colônia agrícola nacional.

A Colônia estava situada em terras provenientes do município de Goiás, e a Barranca estava em terras do município de Jaraguá. Esses municípios eram antigos remanescentes da exploração do ouro no século XVIII e XIX, e tinham uma área territorial muito vasta, abrangendo grandes distâncias geográficas, considerando também que, até a primeira metade do século XX a região se caracterizava pela baixa densidade demográfica e a escassez de cidades (figura 1). Outra consideração era que as Matas de São Patrício (que incluía áreas do município de Goiás e Jaraguá) era formada por densas florestas, o que dificultava a expansão de frentes de ocupação (figura 2 e 3). A área destinada pelo governo estadual para a instalação da Colônia Nacional estava situada em terras devolutas no município de Goiás, mas o caminho mais próximo para se chegar nessas terras era atravessando as Matas de São Patrício, passando por Jaraguá, cortada pelo Rio das Almas, o que também permitiria o acesso dessa região à cidade de Anápolis, onde a ferrovia havia se instalado em 1935.

O Coronel Diógenes de Castro Ribeiro, conhecido em Jaraguá como Coronel Castrinho, detinha a posse das terras na região das Matas de São Patrício, cujas glebas foram herdadas da família. O Coronel comandava o grupo oligárquico que dominava a política em Jaraguá entre os anos de 1910 a 1930, chegando a ocupar o cargo de Vice-Presidente do Estado de Goiás nos governos de Brasil Caiado (1925-1929) e Alfredo de Moraes (1929-1930). O Coronel Castrinho faleceu em 1939, e sua viúva, Dona Izaura Rios, vendeu uma gleba de 1.700 alqueires na região das Matas de São Patrício ao Sr. Antonio Gonçalves de Araújo (Totonho Araújo), destinando 21 alqueires para a construção de um povoado, que deveria ficar sob a tutela da Igreja Católica em Jaraguá. Nesse povoado, em 07 de maio de 1939, Totonho Araújo promoveu a primeira “reza de terço” na área acordada com a viúva do Coronel Castrinho, e em 02 de julho do mesmo ano foi realizada a primeira missa na região. O primeiro evento religioso nas Matas de São Patrício fundava oficialmente o povoado de Castrinópolis, que recebeu esse nome em homenagem ao falecido Coronel, e onde foi erguida uma capela dedicada a São Sebastião e São Benedito (NEPOMUCENO, 2007). Após a compra das terras, Totonho Araújo convidou um amigo em Araguari, Mariano Rodrigues a comprar parte da terra adquirida, afirmando que a região de grandes matas era promessa de terra fértil e próspera. Os dois fazendeiros receberam colonos que arrendavam suas terras, vendendo parte da produção aos dois, dando início ao povoamento de Castrinópolis. Os colonos recebiam lotes para construir seus barracos no povoado, e a produção agrícola era vendida para cidades do Triângulo Mineiro (SOUZA, 2006).

O acesso a Castrinópolis era muito difícil na época, porque não existia estrada que permitisse a passagem de veículos, mas apenas “picadas” na mata, o que tornava o acesso prejudicado e essas terras desvalorizadas. A notícia de valorização levou um casal norte-americano a construir uma estrada que passava por Castrinópolis, com destino às terras da fazenda Lavrinhas (próximo ao que é hoje município de Natinópolis), ainda em Matas de São Patrício, em direção mais ao norte do Rio das Almas (LOWELL, s/d). O Capitão Bowen e sua esposa Joan Lowell³⁹ foram contratados por um grupo paulista, da família Monteiro de Barros, para comandar a construção de uma estrada nas Matas de São Patrício que daria acesso a terras compradas dos irmãos alemães Helmuth e Freidmund Brockes (figura 4). De acordo com Neiva (1982), a Condessa de Legge, casada com um membro da família paulista Monteiro de Barros, havia se interessado por essas terras quando encontrou registros no Museu Ultramarino em Portugal de anotações que afirmavam a existência de ouro na região. Em 1928 essas terras nas Matas de São Patrício foram adquiridas e no final da década de 1930 providenciaram a construção da estrada.

A passagem do casal por Jaraguá foi descrita por Joan Lowell em suas memórias, que relatou que ficou bastante impressionada como o abandono e o atraso da cidade e seus moradores: “velhas casas de adobe, cobertas de telhas, agrupavam-se em ruas estreitas. Em algumas janelas, havia folhas de mica, em vez de vidraças. Quando chegamos a um lugar que parecia o entreposto comercial, a aldeia inteira surgiu para nos olhar” (LOWELL, s/d, p. 55). Em seus relatos Lowell mencionava a grande imigração que se iniciava para a região no início da década de 1940, e que vários comboios de sertanejos passavam pela estrada aberta por eles. Bernardo Sayão utilizou parte dessa estrada para a construção da rodovia que dava acesso à colônia federal, ficando hospedado por várias vezes em Castrinópolis. De acordo com

³⁹ Joan Lowell nasceu em 1902 em Berkeley, Califórnia e atuou como atriz e roteirista em Hollywood, trabalhando em filmes como *Souls for sale* (1923), *Loving Lies* (1924), *Branded a Thief* (1924), *Cold Never* (1925) e *The Gold Rush* (1925), contracenando com Charles Chaplin. Ela ficou vários anos no Brasil, negociando terras em Anápolis para outros colegas atores como Janeth Gaynor e Mary Martin. O esposo Capitão Bowen faleceu em 1966, atropelado no Plano Piloto em Brasília. Lowell também faleceu em Brasília em 07 de novembro de 1967. Em 2005, com o projeto de filmagem do documentário “Hollywood no Cerrado”, com direção de Armando Bulcão, da Universidade de Brasília, essa história e esses personagens foram resgatados do esquecimento. Várias publicações da imprensa goiana divulgavam esses personagens que conviveram com a sociedade Anapolina entre os anos de 1930 a 1960. Joan Lowell, por exemplo, viveu no Brasil o restante de sua vida, e as demais atrizes compraram propriedades, montaram lojas e recebiam celebridades em suas fazendas, próximo de Anápolis. A atriz Janeth Gaynor foi premiada com duas estatuetas do Oscar pelos filmes “Anjos da Rua” e “Aurora”, e recebeu em sua fazenda os astros John Wayne, Janet Leigh e Ronal Reagan. O também ator Larry Hagman, filho de Mary Martin com o produtor de cinema Richard Hallyday viveu em Anápolis dos 15 aos 17 anos. Trabalhou na televisão nos seriados “Jeannie é um Gênio” e “Dallas”. Quando retornava a cidade era chamado pelos moradores de Sr. Dallas (GUEDES, 2005; VIGÁRIO, 2005).

depoimento do pioneiro Sr. José Camelo de Faria (Zé Cearense), um dos primeiros imigrantes a chegar naquela região:

Castrinópolis era a capital de São Patrício, não tinha nada, não tinha nada não. Tinha Itapaci, Goianésia chamava Calção de Couro, Inhumas chamava Goiabeira [...] Itapaci chamava Floresta. Tem que começar por Castrinópolis porque não tinha a Barranca. [...] Sayão veio “residenciar” em Aguielo Cardoso da Silva, lá não tinha pensão. Ele veio desbravar o sertão de Goiás na época do Getúlio Vargas. [...] Ele vinha com carro lá. Por aqui, só vinha à pé ou a cavalo só, na Barranca, porque Barranca não existia. [...] Tinha onça ali, tinha caititu, tinha veado. Castrinópolis, pr’aqui tinha essas coisas.

O Sr. José Camelo veio do Rio de Janeiro para as Matas de São Patrício em 1942, acompanhando um primo farmacêutico que havia se estabelecido em Castrinópolis. A passagem de Sayão por Castrinópolis ocorria desde 1941, pois o povoado tornara-se entreposto para se chegar à área doada pelo governo goiano, distando aproximadamente sete quilômetros das margens do Rio das Almas. A partir de 1942 iniciava o povoamento da colônia federal e o povoado de Castrinópolis era rota obrigatória para os imigrantes. Muitas famílias ficavam instaladas no povoado aguardando liberação para a instalação definitiva na Colônia. E muitos comerciantes iniciavam no povoado um pequeno empório aproveitando o fluxo migratório para a Colônia, e aguardando também a possibilidade de instalar seu estabelecimento na futura sede urbana. Outras localidades citadas pelo pioneiro evidenciam que o povoamento e valorização dessas terras já ocorriam desde meados da década de 1930, e que a instalação da Cang veio reforçar a imigração a partir de 1942 em grandes fluxos.

Outros registros atestam que a chegada da rodovia, que teve início em Anápolis e vinha em direção à Colônia, somente foi concluída em 1944. Entre 1942 a 1944, os colonos que migraram para a Cang tinham que atravessar picadas e clareiras abertas na mata para chegar à região em que eram destinados os lotes agrícolas, e o povoado mais próximo era Castrinópolis. Com a conclusão da rodovia em 1944 – que fazia um trajeto diferente, desviando de Castrinópolis, passando por uma área em que havia sido construído um aeroporto (hoje município de Rianápolis) – iniciou-se o grande fluxo migratório, com caminhões chegando carregados de camponeses oriundos, principalmente, da região do Triângulo Mineiro. A rodovia findava as margens do Rio das Almas, onde uma balsa fazia a travessia até o outro lado, terras do município de Goiás, em que foi instalada a colônia federal. O desvio da rodovia do povoado de Castrinópolis fez com que grande parte dos

estabelecimentos comerciais migrasse para as margens do Rio das Almas, dando origem ao povoado da Barranca. Em 1948, o prefeito de Jaraguá Nelson de Castro, filho do Coronel Castrinho, criou, por decreto municipal os distritos de Castrinópolis e “Rialmas”, antiga vila da Barranca. Em 1953 o distrito de Rialmas foi emancipado, tornando-se município de Rialma. O distrito de Castrinópolis, então pertencente ao município de Jaraguá, tornou-se distrito de Rialma por meio da Lei Estadual 8.031 em 1975. A decadência de Castrinópolis foi assim descrita por um escritor rialmense:

O povoado de Castrinópolis sofreu a paralisia súbita. A deserção tolheu seu progresso. O sequioso assalto repentino à virgindade da terra nova esvaiu-se no suspiro agônico da desolação. Os homens que chegaram lá no assombro de gigantes, esmoreceram transfiltrando-se em busca de outras terras. Outrora viva, hoje morta, Castrinópolis carrega o seu espectro moribundo na atonia do lamento das coisas mortas. A deserção deixou apenas um rastilho de taperas. [...] Castrinópolis envelheceu como um objeto num porão onde o bolor rânido da decrepitude se incrusta no odor pestilento das coisas esquecidas (NEPOMUCENO, 2007, p. 30).

O escritor e poeta Edvaldo Nepomuceno, filho de família pioneira de Rialma, procurou descrever em prosa e versos a constituição da Barranca (NEPOMUCENO, 2007). Nesse texto literário podemos identificar várias representações da percepção que a memória coletiva tinha da cidade e do seu passado. A primeira referência era a busca de um passado que fosse anterior à Colônia, remetendo sua origem ao povoado de Castrinópolis. Outro indício era estabelecer a memória da Barranca a partir dos próprios rialmenses, desconsiderando os relatos e as narrativas dos moradores da Colônia, na tentativa de apresentar outras facetas desse passado que as estratégias de estigmatização não mencionavam. Por exemplo, o estabelecimento de famílias pioneiras, de comerciantes e fazendeiros que haviam se instalado na Barranca e que não tinham relação com os excluídos da Colônia. A descrição do desenvolvimento urbano da Barranca, com seu comércio em ascensão e suas atividades de entretenimento, evidenciavam o vigor de uma sociabilidade tipicamente urbana. Todavia, o texto de Nepomuceno não omitia os excluídos, a violência e o meretrício, mas situava esses indícios num contexto específico dessa sociedade, como representação do passado e da identidade da Barranca, porém sem a conotação negativa de valores que as estratégias de estigmatização tentavam impor ao lugar e a seus moradores.

No princípio eram os paredões
oprimidos as margens do Rio das Almas
- Fúria brutal da natureza
nas miragens dos sertões;
depois chegaram homens
se aglomerando nos barrancos,
homens sem terra, sem troncos,
homens segregados da Colônia [...] reverberação da marcha inexorável do Governo do Getúlio nas amarras do conluio – gloriosa marcha para o oeste, sina do ciclo inconteste, marcha alvissareira e vigorosa trazendo um vasto contingente de pessoas oriundas de Minas Gerais, Bahia e outros estados da sorte desgarrados, homens sem costados, excluídos da renomada Cang (NEPOMUCENO, 1997, p. 31)

Nesse poema o autor descreve o grupo social que ajudou a compor a sociedade rialmense nos seus primórdios como “homens sem terra, sem troncos e segregados da Colônia”. Nesse ponto, acorda com as estratégias dos colonos da Cang. Também, ao mencionar a Marcha para o Oeste não mitificou a imagem do pioneiro, como na visão romântica e ideológica apresentada pelos discursos da Bandeira, nem na visão patriótica apresentada pelos colonos da Cang, mas reforçava que esses imigrantes da Barranca, diferentes da carga heróica dos discursos, eram identificados como “desgarrados, homens sem costados e excluídos”. Esse poema, que situa no universo das representações, não nega a versão dos depoimentos apresentados pelos pioneiros da Colônia, e não existe, na tentativa de reconstrução desse passado, a necessidade em omitir o grupo social que deu origem àquela sociedade. Também, em outro poema, intitulado “Ode à Barranca”, aparece essa mesma naturalidade em descrever as origens da cidade e do grupo social pioneiro e apresentando, ainda, os indícios da vida urbana nos seus primórdios.

Barranca dos retirantes,
dos paus de arara
na beira do rio,
barranca dos sem-terra,
das varandas,
dos quiosques brotando,
como cogumelos,
barranca das tendas,
das tresloucadas contendadas,
do suor, da lama,

do cascalho, das pedras,
do rio, das matas,
das prostitutas namoradeiras
nas casas de portas abertas,
de luzes vermelhas,
vulcões incendiados,
de ruas tortas,
de vulvas expostas,
Barranca da Coréia,
Do cancro e da gonorréia,
Barranca humílima,
Forte, altiva, generosa,
Hoje Rialma, cidade vitoriosa.
(NEPOMUCENO, 2007, p. 41)

Essa naturalidade em não fugir desse passado, de não mascarar os fatos que deram origem à cidade, pode ser identificada como uma forma de resistência aos estigmas sofridos. Esse poema menciona, novamente, o grupo social sem as glórias do pioneiro, as formações urbanas sem nenhum traço de planejamento, em suas ruas “tortas”, tanto no sentido estético dos traçados topográficos da cidade, quanto pela atividade do meretrício. Esse traço “tortuoso”, no entanto, não era desprezado nesses relatos de cunho memorialista, porque eles traziam consigo as marcas da cidade, mesmo que fosse chamada “Barranca humílima”. Percebe-se, porém, no texto, a intenção de apresentar esse passado de humilhação como um passado de resistência, que permitiu a essa comunidade as adjetivações de “forte, altiva e generosa”. No poema “Minha cidade”, Cora Coralina faz a descrição de Goiás, antiga capital do Estado, ressaltando a cidade nos traços do esquecimento, da decadência, da ausência de classe e estética. E nesses traços de “pouco valia” a cidade resistia bravia, renitente, insistindo em renascer e resistindo às intempéries do tempo. E como o poeta rialmense, a poetisa vilaboense se reconhecia nessa cidade sem glórias.

Eu sou aquela amorosa
De tuas ruas estreitas,
Curtas,
Indecisas,
Entrando,
Saindo
Uma das outras. [...]

Eu sou aquele teu velho muro
Verde de avencas
Onde se debruça
Um antigo jasmineiro,
Cheiroso
Na ruinha pobre e suja.

Eu sou estas casas
Encostadas

Cochichando umas com as outras.
Eu sou a ramada
Dessas árvores,
Sem nome e sem valia,
Sem flores e sem frutos,
De que gostam
A gente cansada e os pássaros vadios.

Eu sou o caule
Dessas trepadeiras sem classe,
Nascidas na frincha das pedras:
Bravias.
Renitentes.
Indomáveis.
Cortadas.
Maltratadas.
Pisadas.
E renascendo.
(CORALINA, 2003, p. 34-6)

Ao descrever a Barranca dos retirantes, com suas ruas tortas, suas prostitutas, suas humilhações, o poeta rialmense se reconhece nesse espaço e valoriza essa identidade sem glórias, mas que insistia em resistir forte, ativa e generosa. Podemos perceber uma semelhança na constituição humanizada do espaço social dessas localidades, em que as pessoas, os traçados, as geografias e os indícios da cidade, reivindicam um passado sem glórias, mas resistente. Em Cora Coralina a força da cidade esquecida, abandonada, pisada e maltratada, insistia em renascer. E esse espaço “pobre e sem valia” tinha um significado valoroso para a poetisa “dos becos da cidade de Goiás”, e que ela não ressentia em apresentar. E esse mesmo sentimento ecoava nos versos do poeta rialmense, e essa política de não omitir os estigmas e esse passado sem glórias, aparece tanto na literatura de Nepomuceno quanto nos depoimentos dos pioneiros da Barranca. Portanto, parece ser essa a causa da naturalidade em apresentar o processo de seleção dos colonos da Cang como a massa excluída que formou a Barranca, bem como a violência ocorrida na zona de meretrício e a constante perturbação de bêbados e arruaceiros que passavam pela cidade, incluindo outros dados que não apareciam nos depoimentos dos ceresinos (como a corrupção da polícia, que veremos posteriormente). Mesmo não negando esse passado procuravam dar outras explicações e esclarecimentos para o surgimento da cidade, que não fazia parte da estratégia do estigmatizador, apontando, inclusive, que grande parcela da população estabelecida na Barranca escolheu residir ali, e não na Colônia, por motivos diversos, que não o processo de seleção. Relatavam, por exemplo, que muitos comerciantes consideravam mais interessante se estabelecer na Barranca por causa da rodovia, que havia chegado ali em 1944, e que se estenderia até a cidade de Uruassú (Uruaçu) no norte do estado, o que tornava a cidade numa importante rota de

distribuição de mercadorias. Outros, pela sua atividade, como bares, casas de jogos, dentre outras, simplesmente não se submetiam ao controle da administração da Colônia e a Barranca era o lugar ideal para sua atividade. Da mesma forma, a instalação da zona de meretrício seguia a mesma racionalidade. Também muitos fazendeiros oriundos do triângulo mineiro, haviam vendido suas propriedades, a maioria minifúndios, para adquirir fazendas maiores na região e, portanto não se interessavam pelos lotes doados pela União, em média de 4 a 5 alqueires. De acordo com o depoimento do José Roberto Costa (Seu Deca), músico que animava as festas dos clubes da cidade e dos cabarés da zona boêmia, a família teve como destino as terras da região da Barranca em 1945, e mesmo com convites preferiram não se transferir para a Colônia.

Meu pai quando nós tava aqui, tavam dando lote aí. Então o povo interessou na nossa família, porque toda vida, não é falar não, porque pobre igual nós e as vezes nós tem muita amizade né. Todo mundo tocava, todo mundo cantava, aquela harmonia, então veio um homem de lá, interessou que nós fosse pra lá alegrar. Tirou cinco lotes pra nós ali, ali no Palmital, terra boa ali! “Tem cinco reservado pro senhor, Sr. Adolfo”. Nós era cinco família, né. “Ah, isso aí tem rolo, vai dar rolo mais na frente”. Mas o negócio do meu pai nessa época era assim, ele veio pra cá ajudar a formar uma fazenda e então ele pensava em voltar. O povo nosso lá, de Minas, era meu tio Divino, e nós morava com ele. Era um homem..., tinha quatro mil alqueire, que era Coronel lá. Coronel, aquele de fazenda, aquela coisa toda, e foi coronel. Então nós morava com esse povo. Então, eles não fazia nada pra gente, e nós é meio parente deles né, primo segundo. Não fazia nada pra gente, mas também não queria que nós saísse, queria era que nós trabalhasse pra ele. Aí surgiu o caso do Sr. Antonio – “O senhor vai ajudar a formar, arrumar tudo, você vai formar minha fazenda em Goiás”. E meu pai interessou porque mexia com horta e veio. Cercaram nós na estrada. Nós saímos do Posto Barreto ele tava cercando pra nós não vir, até em Araguari, pra nós não vir embora. [...] Nós veio em 45. [...] Nós veio num caminhãozinho. A estrada era estrada de roça, só de carroça, carro de boi, essas coisas. Nós veio sair em Castrinópolis, fazendo estrada, foi fazendo sabe, arrumando pra chegar em Castrinópolis.

Em outro depoimento, o Sr. Jacy, relatou que a família veio da região do Triângulo Mineiro, do povoado de Piracaíba, distrito de Araguari no ano de 1942. O pai cuidava de lavoura e gado em Minas e, com a notícia da criação da colônia nacional em Goiás, que havia espalhado-se pela redondeza, resolveu conhecer a região para adquirir terras. De Corumbáiba à Castrinópolis veio a cavalo, numa viagem que demorou uns três meses, deixando acertado com Sr. Totonho Araújo a compra de uma área de fazenda. No mesmo ano mudou-se com a família para Castrinópolis, confirmando a compra da fazenda no Córrego dos Pinheiros, hoje município de Rialma, e na época, município de Jaraguá.

A nossa vinda pra cá foi em 1942. Não tinha um outro lugar para ter um empório a não ser em Castrinópolis, e lá aportamos. Mora mos ali por dois anos seguidos e depois direto pra fazenda, ali no Córrego dos Pinheiros. [...] Bernardo Sayão passava sempre em Castrinópolis. Também ali, naquele, naquelas lojas, mercado né, que falavam venda, lá na venda ele fazia também as suas compras e vinha pra cá. Era brincalhão, tornou-se amigo do meu pai, é. Foi até confrontante, propriedades de terras aqui, as terras do Poção, do lado de Rialma né, foi propriedade dele (Sayão).

Portanto, mesmo que parte da população da Barranca houvesse se constituído por parcela excluída da Colônia, um número significativo de moradores aproveitou a valorização e a disponibilidade de terras nessa região de fronteiras para aumentar suas posses e começar nova atividade em Goiás. Não apenas fazendeiros, como comerciantes e outros profissionais liberais buscavam nessa região novas oportunidades para seus empreendimentos. No texto de Nepomuceno (2007), por exemplo, mesmo considerando a formação da Barranca por parte da população excluída da Cang, procurava evidenciar os pioneiros que tiveram participação no processo de emancipação da cidade e influência econômica e social no município. O autor teve a preocupação em mencionar vários pioneiros, iniciando sua narrativa pelas famílias de Osório Felipe e Joaquim Orozimbo, proprietários das terras em que foi fundado o povoado da Barranca. Fazia menção, ainda, dos primeiros comerciantes da Barranca, como as famílias Artiaga, Rêgo, Sado, Rigo, Souza, Lopes, Cano, Barreto, Lima, Kram, Vicentini, Faria, Marçal, Vidigal, dentre outros. Destacava a atuação desses pioneiros e a atividade que iniciaram na cidade. Nas prosas de Nepomuceno ele descreveu também os primeiros profissionais liberais de Rialma, incluindo alfaiates, costureiras, farmacêuticos, médicos, dentistas, taxistas, enfermeiras, mecânicos, marceneiros e até a primeira prostituta a montar casa de meretrício.

Os pioneiros proprietários das terras em que foi construída a cidade (Joaquim Orozimbo e Osório Felipe) mereceram destaque na prosa de Nepomuceno (2007). Em 1944, quando a rodovia atravessava a região de Rianápolis em direção à Barranca, Osório Felipe e Joaquim Orozimbo, que tinham parte nas terras às margens do Rio das Almas (terras que pertenciam anteriormente ao Sr. Totonho Araújo) decidiram lotear a área em que a estrada chegaria antes de atravessar para a Colônia. A parte alta das terras era de propriedade de Osório Felipe, e parte baixa de propriedade de Joaquim Orozimbo. Essa divisão entre as partes da alta e baixa Barranca foi descrita assim por Nepomuceno (2007, p. 130):

Foi nessa época que surgiu o comércio na então Barranca. Quando Osório Felipe começou a lotear suas terras, um amigo dele conhecido como Joaquim Orozimbo que havia adquirido parte dessas terras, também decidiu fazer um loteamento. [...] Quando Osório Felipe almejou formar um pasto para criação de gado, manteve um encontro com Bernardo Sayão para conseguir apoio. Sayão argumentou que lhe daria arame e que concordaria com o loteamento de Osório, mas com a ressalva de que ele não poderia permitir a venda de cachaça na barranca. A zona meretrícia surgiu durante a formação do loteamento de Joaquim Orozimbo.

Esse relato apresenta a divisão geográfica da Barranca entre a cidade-alta e cidade-baixa, ao mesmo tempo em que evidencia a percepção dos pioneiros em separar no interior da cidade as práticas sociais. Com essa divisão geográfica da cidade, perceber-se que, mesmo não desconsiderando esse passado, os pioneiros da Barranca indicavam a necessidade de distinguir a cidade de Rialma da cidade-baixa, região “beira-rio”. Embora não dessem a mesma evidência nessa distinção, como faziam os colonos da Cang em relação à Barranca, utilizavam estratégias no sentido de diferenciar a cidade do lugar em que as casas de tolerância haviam se instalado.

4.2 – Os “lugares malditos” da Barranca e a nova estigmatização.

Podemos perceber nos relatos memorialistas acerca do surgimento e formação da Barranca, que os pontos identificados pelo grupo estigmatizador como indícios de desorganização e improviso, eram vistos de forma natural e como parte constitutiva do cenário e enredo do passado daquela localidade. O fato de muitos terem sido excluídos, ou a recusa pela glória bandeirante, tão cara aos pioneiros da Colônia, não diminuía em nada o apreço pelo lugar. Outro elemento utilizado nas estratégias de estigmatização foi a insistência dos moradores da Colônia em relacionar a imagem da Barranca à zona boêmia, generalizando a localidade como um lugar de prostituição e violência. O cenário de violência fazia parte da consciência coletiva das duas localidades, tanto que na década de 1950, a zona boêmia na região beira-rio foi apelidada de Coréia, em alusão à guerra no continente asiático e aos relatos dos constantes crimes e assassinatos cometidos no local. Os moradores não negaram o passado dos seus “desterrados e segregados”, bem como não omitiram e nem mascararam as lembranças da zona boêmia, mas evidenciavam que esse lugar foi um espaço ativo na cidade e que essas lembranças não alteravam em nada a relação e a percepção dos seus moradores com

o espaço em que viviam. Porém, mesmo não omitindo esse passado, os moradores da Barranca, estigmatizados pela sociedade da Colônia, lançavam sobre a zona boêmia da cidade uma nova estigmatização. Percebemos que outra estratégia de distinção se estabelecia, ao utilizar os relatos memorialistas para diferenciar a comunidade rialmense do espaço da zona boêmia, e essa estratégia usava os mesmos recursos de depreciar o outro lugar por meio da linguagem. Se a Colônia insistia em usar pejorativamente a denominação de “Barranca” para determinar o outro lado do rio, e chamava de barranqueiros os seus moradores, os depoimentos e outros registros da comunidade rialmense, ao demarcar os “lugares malditos” da cidade (PESAVENTO, 1999), denominavam a zona de meretrício de “Coréia” e outros adjetivos. Para o músico (Seu Deca) que tocava em conjunto musical na zona de meretrício, o uso pejorativo indicava a atividade estigmatizada (meretrício) e o lugar (a parte baixa da cidade):

Uns falava cabaré, uns falava “fóia”, nesse que ocês fala mesmo? É, zona. Falava apelido de boate. Tinha, uns falava de um, e outros de outro, mas zona que era. Era famoso lá na zona, né. Descia ali pra baixo, tinha as “mulher dos homens” lá. Virou pra baixo aí a briga era certa.

Os “lugares malditos” da cidade eram estigmatizados porque eles representavam as áreas de conflito, de extravasamento de sentimentos e práticas que a cidade não tinha intenção de eternizar. Portanto, era preciso dar nomes e demarcar fronteiras. De acordo com DaMatta (1997), existem determinados espaços nas cidades que foram concebidos para serem eternizados, enquanto outros surgiram espontaneamente e eram apresentados como lugares transitórios. Nos espaços eternizados, as coisas que expressam o sentido da eternidade, do duradouro, eram marcadas pelo senso da ordem, constituídas pelos monumentos e signos que caracterizam o poder da cidade. Enquanto que, nos espaços transitórios nenhuma política ou estratégia de eternizar esses lugares se estabelecia, porque neles ocorria a confluência das coisas contraditórias e problemáticas da cidade.

Não é, pois, por mero acaso que sinalizamos os espaços urbanos que se pretendem eternos com palácios e igrejas, mercados, quartéis; ou seja, tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida social num sistema fixo de valores e poder. [...] Mas nossos espaços nem sempre são marcados pela eternidade. Há também espaços transitórios e problemáticos que recebem um tratamento muito diferente. Assim, tudo o que está relacionado ao paradoxo, ao conflito ou à contradição – com as regiões

pobres ou de meretrício – fica num espaço singular. Geralmente são regiões periféricas ou escondidas por tapumes. Jamais são concebidas como espaços permanentes ou estruturalmente complementares às áreas mais nobres da mesma cidade, mas são sempre vistos como locais de transição: “zonas”, “brejos”, “mangues” e “alagados”. Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo (DaMATTA, 1997, p. 44-5).

Os lugares transitórios da cidade eram os locais limares e marginais, reduto dos excluídos, e a zona de meretrício representava esse espaço na Barranca. O interessante nessa representação, é que a estratégia de estigmatização lançava para toda sociedade rialmense esse senso do transitório. Os moradores da Barranca, por sua vez, direcionavam para a zona de meretrício essa representação, não omitindo esse passado em suas lembranças, mas demarcando esse espaço como integrante da formação da cidade⁴⁰. Num poema intitulado “Corpo noturno na zona da Barranca”, o escritor rialmense usava o verbo “falar” em duplo sentido, seja para reafirmar a intenção de que não quer omitir o passado da cidade ou pelo uso erótico da linguagem que o meretrício representava.

Falo do que floresceu
na zona da Barranca
casas de fantasias
prazeres orgias,
falo dos sons fálicos
no colo da noite,
falo da lavras
nos suspiros atávicos,
falo da alegria
das cafetinas
debruçadas nas janelas [...]
prostitutas engendradas
no vai e vem das ofertas [...]
falo das mesas espalhadas
com garrafas e copos, [...]
ruas de casas esgueiradas
ruas tortas de mulheres
tristes vazias desesperadas,
ruas de bêbados
de mulheres tórridas [...]
zona signo
de Eros
ao som de gritos
e boleros
(NEPOMUCENO, 2007, p. 50-1)

⁴⁰ O preço dos imóveis em Rialma, mesmo as construções mais bem projetadas, tem um valor de mercado muito inferior aos imóveis vendidos em Ceres. Todavia, dentro de Rialma ocorre essa mesma política de preços em relação aos lotes e casas da região beira-rio, antiga zona boêmia. Mesmo que no início da década de 1990 tenham sido encerradas as atividades de meretrício naquela região, até hoje permanece esse estigma, que repercute no mercado imobiliário da cidade.

Para o poeta, as lembranças do passado boêmio da Barranca motivavam a composição de prosas e versos e o meretrício aparecia como inspiração. A menção desse espaço no exercício das lembranças, decantado em versos e com rimas elaboradas, não significavam, porém, a inclusão do lugar na sociabilidade rialmense. Numa obra anterior, encomendada pela Câmara Municipal de Rialma, o escritor rialmense havia sido convidado a escrever sobre “a saga de Rialma” (SOUZA, 2006), e em nenhum momento mencionava a zona boêmia ou alguma personagem do lugar. A obra aparecia como uma dedicação ao povo rialmense, afirmando que “Rialma nasceu livre de preconceitos e constitui uma saga histórica, protagonizada por um povo cordial e por pioneiros avançando na trajetória da história” (SOUZA, 2006. p. 4). Talvez, nesse novo trabalho, com uma liberdade maior, fez questão de desvelar os lugares e as pessoas que as lembranças mais oficiosas tiveram intenção de omitir.

A zona da Barranca começou com algumas casas no início da ocupação do povoado entre 1944 e 1945, e já no final daquela década foi instalado um grande contingente de estabelecimentos de meretrício na região beira-rio. Tanto que outros moradores das ruas 11, 12, 13, 14, 15 e 16 na cidade baixa, afixavam placas em frente às casas com a expressão “casa de família”, para que suas residências não fossem confundidas com o meretrício pelos frequentadores do local. As casas mais famosas da época, chamadas também de boates ou cabarés, foram as das meretrizes Carminha, Fiona e Tetê. De acordo com depoimento da pioneira Tarcila Barreto, viúva do comerciante fundador das Casas Paraibanas, e que atendeu várias mulheres que vinham em sua loja comprar tecidos finos, o cabaré da Carminha era o mais afamado da cidade.

Aqui em Rialma falava muito na zona da Carminha né, que era o ponto dos homens que vinham pra cá. Vinha de charrete (na área comercial), o transporte que tinha era charrete. Tinha muita mulher de fora que buscava nesse... Tinha muito aventureiro, muita gente por aqui né. Então, aqui em Rialma era conhecida assim pela zona mesmo. [...] Consumia, porque comprava muito tecido. Quem costurava era essa Raimunda aqui, ela costurava pra elas. Raimunda era mãe da Sulamita, ela costurava para essas mulheres. A Marinhinha costurou muito pra essas mulheres. Na época da zona da Carminha, chique lá, convidava os maridos das mulheres tudinho. Mandava convite, por exemplo, trazia umas mulheres bonitas de fora né, aí mandava convite. E as mulheres viravam bicho viu, ficava tudo brava. E os homens iam assim mesmo. A melhor casa era a dela, muito conhecida. Ela era uma mulher muito respeitada nesse ponto aí.

Os relatos afirmavam que nos tempos de grande movimento da zona de meretrício, as prostitutas desfilavam suas vestimentas luxuosas pela cidade, conduzidas por charretes enfeitadas, principalmente, quando apareciam as “novidades”. De acordo com Seu Deca, existiram vários tipos de casas de meretrício, desde as mais simples às mais luxuosas. Nas mais luxuosas, havia música “ao vivo”, mesas de jogos, salão de dança e bebidas caras. O antigo músico afirmava que “cinco salões de boate funcionavam todo dia, tudo tinha um conjunto cantando, toda dia. Então, aqui era o foco de gente mesmo. [...] o movimento de boate tudo encariado, no ‘beira-rio’, rua 16, cinco boates. Lotava todo dia”. Em outro depoimento, o pioneiro Zé Cearense apresentava assim a zona boêmia de Rialma.

Zona meretriz em Ceres não tinha, só tinha em Rialma, e tinha gente de toda região. Zona chama-se ímã de atração de todo mundo, ímã de atração de todo mundo, tinha a mulherada. Boa parte dos homens que tinha aqui era de fora. Tinha muita morte aí, muita coisa. De Ceres vinha muita gente aqui. Ah houve inclusive, o nome da rua? Era na rua 16, era zona eleitoral, a como se chama? Meretriz. Inclusive teve até casas boas lá. Casa abonada na época era a casa da Carminha, Carminha, casa boa, grande. Já faleceu.

As lembranças da zona de meretrício destacavam o grande movimento de aventureiros, pessoas vindas de outras localidades, o lugar como espaço de confusão e violência. A demarcação do espaço do meretrício era a região beira-rio, abaixo da Avenida Federal, que abrigava os principais estabelecimentos comerciais da cidade. Na parte abaixo da avenida localizava-se o meretrício, e as “mulheres de família” eram proibidas de passar além da avenida. Na parte localizada acima da avenida ficava a área residencial da cidade, a igreja e outros estabelecimentos. Além de reforçar essa demarcação geográfica, os depoimentos indicavam que a região do meretrício era um lugar problemático porque era freqüentado por muitos aventureiros e viajantes que passavam pela cidade e aproveitavam para fazer arruaças e cometer crimes. Também porque a atividade do meretrício (as “mulheradas”, as “enrabichadas”), além de atrair muita gente diariamente, era responsável pela grande quantidade de brigas e contendas, em decorrência de jogo apostado, abuso de bebidas alcoólicas, ciúmes, desavenças com forasteiros, dentre outros. Segundo relato do Seu Deca:

Briga, confusão aqui na boate tinha demais. Morte tinha demais. As enrabichadas, essas coisas, saía briga quase todo sábado. Num dia, que máximo demorasse uns 15 dias morria um. Um lugar que tem muita gente vai dar nisso, né. É surto, bebida, né.

[...] Você não podia andar de bolsa, que eles chamavam atenção, olhava o que é, se tinha arma de fogo.

Além de relacionar o lugar com a violência, uma informação que se repetia nos relatos memorialistas era a participação da polícia e de grupos organizados acobertados pelos policiais, chamados de “bate-paus”, que promoviam roubos e mortes na região do meretrício. Segundo os relatos, existia uma “combinação” entre policiais, prostitutas e “bate-paus”, que montavam vigilância no meretrício para identificar os forasteiros ou fazendeiros da região que chegavam com dinheiro. Eles eram indicados pelas prostitutas e depois eram assaltados, e, muitas vezes, mortos por policiais e bate-paus. Em seu depoimento, um antigo frentista de Rialma, Sr. Antonio Lino de Souza (Antonio dos Burros), apresentava a ação dos policiais e seus comparsas:

Lá em baixo na zona, a polícia pegava com os bate-paus, pegava um cara, um cara da roça assim, que tinha vendido arroz, coisa aqui e acolá, que tinha pegado dinheiro, andando com dinheiro. As mulheres viam o cara com dinheiro e contavam pra polícia, pros soldados. O soldado prendia ele e trazia. Eles levavam o cara pra lá, levava lá pra beira do rio e roubavam o cara e matavam. Uma vez eles roubou um e matou e jogaram n'água. Era noite e eles acharam que era fundo e não era, era raso. No outro dia o cara amanheceu lá, enalhado na areia, o cadáver.

De acordo com o depoimento do frentista, não existia energia elétrica naquela época (final da década de 1940 e início de 1950), e a iluminação pública atendia apenas a área comercial da Avenida Federal, iluminada pelo “locomóvel”⁴¹ do Antonio Fortunato, uma espécie de gerador que funcionava entre as sete às onze horas da noite (o gerador era utilizado, exclusivamente, para a iluminação pública). Depois desse horário, quando o gerador era desligado, ficava muito perigoso transitar pela cidade. E para os pioneiros, além do perigo de ataque por delinquentes que circulavam à noite, outro grande risco era a abordagem dos policiais. Segundo depoimento do Sr. Antonio Lino,

Se a gente fosse subir assim, um cara estranho, fosse na rua assim, e fosse um lugar escuro [...], o povo só dava o grito: “o gato comeu”. Porque se fosse tava danado. E fosse cara estranho assim, fosse assim, eles pegavam, punhava o revólver nele e outro soldado dava busca. [...] E tinha tenente lá em riba (na parte alta da cidade), lá na

⁴¹ Em outro depoimento apareceu a expressão “autoclave” para se referir ao gerador.

delegacia, mas quem ia lá? Eu mesmo já fui chamado lá pra depor. Soldado roubou o cara e eu vi, eu tava numa distância assim (gestos). O soldado roubou dinheiro do cara, e mandou o cara sumir, ir embora. O cara falou que eu tinha visto, ai eu fui chamado lá. E eu falei? Ó Morria mesmo! Porque os soldados experimentava o revólver nos outros [...] Olha, uma calçadinha estreita assim e vinha um soldado assim, você tinha que encostar na parede, ou senão sair pra lá, ele te jogava pra lá e passava. O soldado pisava no pé do cara assim só pro cara achar ruim, pra ele bater.

Outros depoimentos também acusavam a polícia de abuso de autoridade e de corrupção, e que ao invés de garantir a segurança dos moradores e a ordem pública, causavam mais transtornos na cidade. Em outro relato, Seu Deca acusava os policiais de roubos, tanto na zona boêmia, como na ponte que dava acesso à Colônia, afirmando, ainda que vivenciou muitos casos em que os policiais comandavam as extorsões na zona boêmia.

É ele que tomava conta, polícia tomava conta. Não, mas era perigosa, né. Cercava aqui na ponte e tomava dinheiro. É, não, roubava! Tinha um companheiro, ainda está vivo esse, o apelido dele é Zé Muranga. Era um fazendeiro e um dia ele vendeu um gado pra cá, e veio com o bolso cheio de dinheiro. E em vez de ir embora guardar tudo, desceu, desceu pra baixo, pra zona. Arrodeado, de olho nele, a mulher de olho nele lá. E aí a polícia tinha combinado de roubar o dinheiro dele, e eu desconfie e falei pra ele “a polícia ta aí e vai te pegar hoje aí”. Aí, eu fui dum lado, assim (gestos), e passou um pouco por cima da roupa, e assim mesmo eu ainda fui, e a polícia me pegou lá em cima, falou “ – você conhece aquele rapaz? – Ah não, aquele é amigo meu e todo mundo aqui”. Aí eu falei os “cabeças” daqui, que era o Frutuoso, que era o, que lá é muito amigo do Frutuoso, Longuinho, é, gente boa. Mexer com ele aí é mexer com leão.

Uma das principais representações dos “lugares malditos” da Barranca estava na relação entre o meretrício e a criminalidade, incluindo a participação de policiais. Essa associação marcava a cidade-baixa como espaço transitório, que só começou a ser “moralizado” com a emancipação do município e a atuação conjunta entre os poderes públicos da cidade para combater a criminalidade e acabar com a atividade de meretrício na região “beira-rio”. Todavia, esse espaço perdurou por muitos anos, e no final da década de 1950, com o início das obras da “Belém-Brasília”, a zona de Rialma era referência para os trabalhadores e viajantes da rodovia.

No processo de organização da cidade, e na busca pela “moralização” da cidade-baixa, um personagem destacado e figura unânime nos relatos memorialistas, foi o delegado Pedro Marçal. O delegado começou sua atividade como policial no início da década de 1950, e logo que Rialma foi emancipada, colocou em vigor um trabalho de moralização da ordem pública,

atuando coercitivamente na região do meretrício. Muitos alegavam que os policiais vinham de Jaraguá ou de Goiânia para atuar na Barranca, mas que não existia um poder local capaz de impor a ordem. Para esses pioneiros, a prefeitura de Jaraguá pouco se interessava pelos problemas de Rialma, e a ordem pública representava esse descaso por parte das lideranças políticas. Portanto, quando o município passou a comandar uma política de repressão à criminalidade, o delegado Pedro Marçal tornou-se uma personagem quase folclórica na cidade. De acordo com os depoimentos, o delegado se disfarçava de mendigo para investigar criminosos e policiais. Os indivíduos presos por roubo eram obrigados a caminhar pela cidade com um crânio (de cadáver encontrado morto no rio) pendurado no pescoço e cartaz dizendo qual era o crime cometido. Para os moradores, essa forma de agir do delegado afugentou muitos criminosos da cidade, sendo que ele também começou a perseguir as prostitutas na tentativa de impor limites na região do meretrício. Elas passaram a ser proibidas de circular em grupos pela área comercial da cidade e a vigilância no meretrício foi reforçada. Para o Sr. Antonio dos Burros “o que moralizou a coisa foi o finado Pedro Marçal, depois que ele chegou ele moralizou”. Os antigos moradores afirmavam que o funcionamento da área do meretrício, antes movimentada o dia todo, passou a ser regulamentado, funcionando entre dez da noite até uma hora da manhã, no máximo. Outra referência que os depoimentos orais faziam do delegado era que ele, nessa tentativa de estabelecer a ordem na cidade, perseguiu “bate-paus” e expulsou policiais corruptos da corporação.

Pedro Marçal foi o delegado que moralizou a situação caótica da sua época. A disseminação de bate-paus nesse tempo dificultava a tranqüilidade da Barranca, eles andavam acompanhados da polícia, eram os denominados dedos-duros da época, eles apontavam para os policiais as pessoas que andavam armadas. Com isso, os cidadãos era desarmados e sofriam também um espancamento tosco e brutal na cadeia. [...] Na decantada zona de tolerância, as prostitutas também tinham comportamento similar aos dos bate-paus. Quando elas descobriam que seus clientes estavam armados ou com uma certa quantia, elas apontavam-nos para os bate-paus e os policiais. [...] Pedro Marçal, diante dessa situação caótica dizia que gostava de trabalhar com dois policiais para criar caso. Com isso diminuiu em Rialma o número de bate-paus. Pedro Marçal foi um delegado honesto, mas sua figura se tornou lendária proveniente de muitos fatos que teceram a seu respeito (NEPOMUCENO, 2007, p. 151-2)

Essa impressão de que a Barranca vivia um estado “caótico”, e que os índices de violência na cidade eram significativos, aparecem tanto nos depoimentos dos antigos moradores, quanto no registro memorialista do escritor rialmense. Mas, para outros moradores, apesar das tentativas do delegado a situação do meretrício quase fugia do controle

das autoridades. De acordo com o depoimento do pioneiro Sr. Jacy Guimarães, o delegado Pedro Marçal foi uma “figura folclórica”, mas apesar de seus esforços, o cenário de criminalidade e violência na região do meretrício era assustador.

Por mais que ele quisesse não conseguia por ordem e a moral dos bons costumes. Porque é sabido que a zona boêmia, situada aqui em Rialma, lá abaixo da Avenida Bernardo Sayão (antiga Avenida Federal), cresceu assustadoramente. Muitas, muitas casas, a ponto de merecer elogios de quem por aqui passava, como sendo o melhor ponto de zona boêmia de Goiás. Impressionante! [...] Colocaram na margem do rio, mas não para crescer como cresceu. Porém cresceu, né, e até hoje tem seqüelas.

Baseado nos depoimentos e em outros registros coletados, investigamos, nos arquivos do Cartório do Crime de Rialma, a existência de fontes documentais que atestassem essas informações. Nesse arquivo analisamos os processos criminais, tendo como referência temporal o período de 1948 a 1958, e pudemos perceber que os casos que transitaram em juízo eram quantitativamente muito inferiores aos números apresentados e imaginados pelos antigos moradores da Barranca. Mesmo não apresentando um quantitativo efetivo de crimes cometidos, os relatos orais indicavam que, diariamente, ocorriam roubos e homicídios na área da zona boêmia. Porém, pelos dados coletados no arquivo no Cartório do Crime, entre 1948 a 1958 transitaram em juízo 21 processos por homicídio, 11 por tentativa de homicídio, 8 por lesões corporais e 6 por roubo. Essas informações apresentadas pelas fontes documentais pareciam negar os depoimentos orais e outros registros de memória. Ou seja, a estigmatização da zona boêmia era mais uma estratégia de distinção social da sociedade rialmense, na medida em que os dados e fontes coletadas não confirmavam os relatos orais? Ou esses processos arquivados não representavam a realidade da época?

Em conversa com a escrevente do cartório, ela nos informou que muitos casos não chegavam ao Judiciário, e que esses processos arquivados referiam-se aos que tiveram inquéritos abertos e encaminhados para os devidos procedimentos legais. Procuramos então a Delegacia de Rialma na tentativa de encontrar os livros com registros das ocorrências criminais da época, e para a nossa surpresa, o delegado responsável informou que esses registros foram incinerados e que a delegacia não costumava arquivar boletins por tanto tempo. Consideramos que era fundamental o trabalho com outras fontes, que não os relatos orais e memorialistas apenas, e que o estudo e análise da cidade estigmatizada precisava de

uma base documental que permitisse identificar essas representações. Nossa intenção não era desprezar os relatos dos antigos moradores nem as representações da região do meretrício como um local de grande violência, porque essas informações eram relevantes do ponto de vista das representações imaginárias e memorialistas do lugar. Porém, como considerar a veracidade desses relatos, sendo que os dados existentes apontavam um quadro quantitativo muito mais modesto? Também, as outras fontes que poderiam elucidar que esses fatos simplesmente não existiam?

Do ponto de vista quantitativo essa análise parecia inviável. Porém, consideramos que os processos judiciais arquivados poderiam ser extremamente relevantes do ponto de vista qualitativo (o que acabou representando uma grata surpresa para a pesquisa), pois, ao analisá-los encontramos vários processos envolvendo crimes cometidos na região do meretrício e um caso em particular nos chamou a atenção. Primeiro, porque ele confirmava grande parte dos relatos orais dos pioneiros no tocante à ação dos policiais na zona de meretrício, e também porque apresentava depoimentos de testemunhas arroladas, e entre elas algumas residentes da zona de meretrício. Não era um processo de homicídio, mas um crime de extorsão envolvendo policiais na zona boêmia, com autuação registrada pelo delegado Pedro Marçal (GOIÁS, 1956). Ou seja, a escolha desse processo permitiria identificar o cotidiano da zona de meretrício, o envolvimento de prostitutas e policiais nos casos de violência e a participação do delegado Pedro Marçal na investigação e autuação do crime em pauta.

A ocorrência lavrada pelo delegado Pedro Marçal em 25 de maio de 1956, acusava os cabos Vivaldo Batista de Oliveira, Genésio Soares da Silva, José Rodrigues e o soldado Antonio Pedro da Silva, de apropriação indébita de dinheiro de preso. O ofendido era o Sr. Geraldo Fernandes, um foragido da cidade de Goiatuba, que havia sido preso na zona boêmia da Barranca e que acusava os policiais de apropriação indébita de dinheiro, pago aos policiais para que fosse posto em liberdade. A delegacia de Polícia de Rialma fazia o registro de queixa do ofendido, que solicitava ao Delegado Pedro Marçal abertura de inquérito:

Geraldo Fernandes, brasileiro, casado, em transito por esta cidade, lavrador, vem com o devido acato, expor e requerer a V. Exa. O seguinte: que estando nesta cidade de passagem foi, inopitadamente (sic) agredido por elementos policiais, sendo que culpa não havia, havendo excedencia (sic) em exercício de direito que se tornou ilegal. Ocorre, entretanto, que conduzia consigo elevada importância no cinto chamado guaiaca, esta importância ascendia a sessenta mil e três cru, digo, sessenta e três mil cruzeiros, teve ao receber a guaiaca de volta a surpresa de verificar que a mesma só tinha a importância de vinte e sete mil cruzeiros. Este dinheiro provém de vendas de

lavou na cidade de Carmo do Parnaíba, no Estado de Minas Gerais e era destinada a compra de terras em Goiás; Ante o exposto requer a V. Exa. Que (sic) seja tomado o depoimento do requerente e ouvidas as testemunhas do sucedido e se necessário for acareações entre as testemunhas, o requerente e os atrabiliario (sic) policiais. Assim procedendo V. Exa. estará afirmando o Espírito justiceiro que tem demonstrado (GOIÁS, 1956, fl. 6).

A partir do registro de queixa do ofendido, o delegado Pedro Marçal assinou uma Portaria em que, determinava a abertura de inquérito policial para que fossem ouvidas as testemunhas, o acusado, o ofendido, o companheiro do ofendido e que procedesse, ainda, uma acareação entre o queixoso e os policiais envolvidos. A Portaria foi publicada na mesma data da queixa.

O Sr. Pedro Marçal, Delegado Municipal de Rialma, usando de suas atribuições legais, resolve: Considerando que nesta Delegacia de Polícia, entrou uma queixa assinada por Geraldo Fernandes, contra arbitrariedades sofridas na noite de 24 para 25 do corrente, pelo Cabo Vivaldo Batista de Oliveira, e outros policiais.

Art. 1º - Determino em conseqüência seja aberto rigoroso inquérito Policial, atendendo a queixa apresentada, ouvindo-se as testemunhas que o queixoso apresentar e as que forem encontradas, todas minuciosamente, ouvindo-se o acusado, o ofendido, o companheiro do ofendido, e fazendo uma acareação após os depoimentos de todos, somente do queixoso com os policiais que forem envolvidos.

Art. 2º O processo após terminado e relatado, deverá ser encaminhado ao MM. Juiz Municipal, para o seu prosseguimento natural, e nos moldes que julgar conveniente. Para funcionar na abertura do mesmo inquérito designo o Sr. Antônio Carneiro de Deus, para servir de Escrivão, em vista da falta de elemento capaz a essas funções (GOIÁS, 1956, fls. 06).

O delegado Pedro Marçal, determinou que fosse feito um “Auto de Ratificação” em que Geraldo Fernandes ratificava a queixa, para os “devidos efeitos de direito”, determinando que o mesmo fosse ouvido em separado. O Auto registrava, ainda, que, perguntado pelo delegado se tinha mais alguma coisa a alegar na presente ratificação, que pudesse complementar a queixa inicial, “respondeu que, as suas declarações serão prestadas no próprio auto de declaração de ofendido, tão logo a autoridade queira o ouvi-lo na forma legal, e nada tinha a acrescentar na presente, pelo que dava por bom e valiosa a referida queixa” (GOIÁS, 1956, fls. 7). O delegado ouviu o ofendido (Termo de declaração do ofendido) e os acusados (Auto de qualificação do acusado e Termo de declarações) e as testemunhas (Termo de assentada e Termo de declarações).

Aos vinte e seis de maio de 1956, lavrou o termo de acareação, na presença do escrivão e dos demais envolvidos. Aos acusados, cabo Vivaldo Batista de Oliveira e os

demais policiais, foram solicitados que esclarecessem as divergências e as contradições encontradas nos depoimentos. Ao ofendido, foi declarado que ratificasse suas declarações, inclusive com relação à extorsão, anteriormente apresentada, e que aparecia como “doação” dada aos policiais para sua liberação, bem como as contradições no valor da tal “gratificação”. O cabo Vivaldo Batista não confirmava as acusações de ter retirado do ofendido sua “guaiaca” com a importância em dinheiro, nem que havia determinado o espancamento do mesmo. Seguindo o termo de acareação, o delegado fez, então, um relatório, explicando minuciosamente os fatos, de acordo com os depoimentos dos envolvidos e de suas respectivas testemunhas, encaminhando o relatório final no dia 27 ao Juiz Municipal de Rialma para prosseguimento do caso. Esse relatório apresenta a versão final do caso em que foram considerados os depoimentos das testemunhas e a acareação com os envolvidos. Na parte final do texto o delegado concluía seu relatório:

O ofendido fora ouvido minuciosamente, tendo confirmado o depoimento do acusado, e também os depoimentos das testemunhas, negando apenas não ter ameaçado as meretrizes. Pelo visto e o exposto, o indivíduo Geraldo Fernandes, não é indivíduo de boa tempera, pois se fosse um cidadão de boa altura, não teria, conduzindo grande soma de dinheiro, ingressado em um ambiente que, por força do natural não lhe cabia, para melhor evitar aborrecimentos tais, como lhe aconteceu. Nenhuma legalidade praticou o cabo José Rodrigues e soldado Antonio Pedro da Silva, ao receber uma gratificação dada de livre, espontânea vontade e com as próprias mãos do ofendido. Pois, os mesmos policiais antes, se recusaram em atender tal proposta desonesta. Somente existe a confusão entre a tomada do dinheiro pelos policiais cabo Vivaldo e Soldado Genésio, durante o percurso no caminho da prisão, mas ao que tudo indica e, pode se ver que, as declarações e alegações do ofendido são todas falsas, pois no auto de acareação, o mesmo nada afirma ser verdadeira as suas declarações iniciais, com relação ter conduzido a importância de Cr\$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros), pois o mesmo confessa ter debulhado dinheiro sobre as camas das meretrizes no cabaré, e também ter certeza de que o dinheiro recebido, quando da sua soltura estava certo com a conferência feita antes de ser preso, faltando-lhe somente além da gratificação dada, a diferença de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), quem sabe não fora também o mesmo ofendido roubado em outra cidade, pelo mesmo modo que aqui se passou com o mesmo? Ora pois, se um indivíduo foi arruaceiro nesta cidade, também poderia ter feito em outras cidades onde se passou. Pode ter sido, como é muito certa a hipótese, ter sido o mesmo dado outra gratificação maior às mulheres, não só nesta cidade, onde permaneceu quando da sua prisão, como também em outras cidades, e chegando aqui, querer descontar os seus prejuízos. Entretanto, MM. Juiz nada posso julgar, em que crime está incurso o acusado, e em que ponto incidiu os policiais envolvidos, ou porventura não foram envolvidos, conforme poderá esse juízo apreciado (GOIÁS, 1956, fls. 24).

O delegado encaminhava o inquérito ao Juiz para que ele estudasse o caso e desse o julgamento conveniente e fundamentado nos poderes e normas legais. O delegado afirmava, ainda, que não podia fazer mais nenhuma afirmação acerca dos acusados e do ofendido,

deixando o mérito para o judiciário. No dia 28 de maio de 1956 foi determinada a abertura de denúncia ao Ministério Público: “Abra-se vista ao Sub Promotor de Justiça para oferecer a denúncia”. No dia 02 de junho de 1956, o Sub-Promotor de Justiça, Sr. Luiz Veloso de Almeida, informava ao magistrado da comarca que, tendo recebido vistas para oferecer a denúncia notava diversas irregularidades e que o processo estava “eivado de falhas”, devendo, antes de oferecer tal denúncia sanar as irregularidades encontradas. O Sub-Promotor solicitava ao Juiz que a devolução do processo à delegacia para que fossem preenchidos os boletins individuais dos acusados, conforme determinação legal (esses boletins constam no processo, o que indica que tal procedimento foi acatado pela delegacia).

Em 29 de junho de 1956, o Sub-Promotor lavrou o termo de denúncia contra os policiais, individualmente indicados (Cabo Vivaldo Batista de Oliveira, Genésio Soares da Silva, Cabo José Rodrigues e Antonio Pedro da Silva), pertencentes à Polícia Militar de Estado de Goiás. Com relação à denúncia afirmava:

Dizíamos que a vítima estava bebendo. Talvez por isso, talvez porque estivesse fazendo arruaças, talvez porque estivesse a espancar infelizes que ali residem, é conduzido preso à Delegacia de Polícia pelo Cabo Vivaldo e Soldado Gerson. Tudo certo e honesto. Aplaudiríamos se se (sic) estivessem procedido como manda a lei e o regulamento das Corporações em que servem, isto é, se houvesse motivo, prenda o indivíduo e o trancafe no Xadrês (sic), comunicando em seguida, ao respectivo Delegado. Aplaudiríamos, se assim estivessem procedido, porquanto se havia razão, que o prendesse, que o processasse. Aplaudiríamos, mesmo porque nem o Cabo Vivaldo nem o Soldado Gerson, ao Destacamento daqui pertenciam. Triste realidade entretanto nos mostrou. Ditos policiais assim não procederam. Ditos policiais sabiam que Geraldo Fernandes trazia uma pequena fortuna consigo. Chegaram à Delegacia e apresentaram o “preso” ao plantão do dia, Soldado Antônio Pedro da Silva, que incontinentemente manda chamar o Cabo José Rodrigues, Comandante do Destacamento. Aí, todos reunidos, deram buscas no “preso”, tiraram o seu dinheiro, deram-lhe um recibo e trancaram-no em uma das celas. Um dos acusados, Soldado Antônio Pedro da Silva, era sabedor que Geraldo Fernandes era foragido da cidade de Goiatuba. Formaram um plano. Chamaram o “preso” e disseram toda “verdade”, ou melhor, “rasgaram o pano”, como se diz na gíria – ou dariam uma certa quantia para ser solto, ou seria recambiado para Goiatuba (GOIÁS, 1956, fl. 1).

O termo de denúncia apontava que o preso, diante da ameaça, entregou aos policiais a quantia de oito mil cruzeiros, para que os mesmos o liberassem da prisão, e que de tal ocorrência não deram ciência ao titular da Delegacia (Delegado Pedro Marçal). O Sub-Promotor afirmava que nos laudos em que prestaram depoimento no inquérito policial, confessaram que, de fato haviam recebido o dinheiro e que repartiram entre todos. Indagados sobre a motivação da exigência pelo pagamento e ameaça ao preso, disseram que era uma

“gratificação”. O Sub-Promotor então indagava nos termos da denúncia: “Gratificação de quê? Perguntamos. Gratificação por uma coisa – que não era seu dever? A resposta é clara e cristalina. Gratificação para que o soltassem, não interessa o motivo” (GOIÁS, 1956, fls. 4). Argumentava, ainda, que tal atitude era ilícita, porque se havia sido preso por motivo previsto em lei, não poderia sair da prisão por meio de pagamento aos policiais, e se a prisão tivesse sido feita sem motivo aparente também era ilícito e os policiais teriam que responder por abuso de autoridade. O Sub-Promotor, no final da denúncia elaborou um texto com uma reflexão acerca do papel da polícia na sociedade, indicando que atitudes como a registrada não poderiam ser toleradas, e que os exemplos negativos deveriam ser combatidos.

Entretanto a verdade é bem outra. Não há amor a causa do bem alheio, e a própria profissão, enquanto a classe vai paulatinamente, sendo desacreditada, principalmente quando a honestidade está em tela. O indivíduo, hoje, confia no policial de hoje, desconfiando. Mas a extensão do problema é infinita no momento e, por isso, casos como este se repetem quase que constantemente. A honradez, a dignidade pessoal, que constitui os frutos sublimes da sociedade, porque também eles estão incluídos nela, parece que desapareceu numa classe que devia cultuá-las e dignificá-las, para que se servisse de exemplos a própria civilização. Parece ser uma consequência de uma época, o reflexo de um mal maior, vindo de cima, e que só de cima poderá ser combatido (GOIÁS, 1956, fls. 4).

O processo foi encaminhado ao Juiz Municipal de Rialma em 29 de junho de 1956, que, diante dos fatos e das confissões dos acusados, incurta os mesmos nas sanções do artigo nº 158 do Código Penal, instaurando processo de crime, intimando testemunhas a depor sobre os fatos, “tudo sob as penas da lei”. O que nos chama atenção nesse processo são as evidências históricas que qualificavam a sociedade rialmense como um espaço de convulsões sociais e violências características de regiões de fronteira. E esse processo, em especial, reforçava as descrições memorialistas do lugar, sobretudo do “lugar maldito” que o meretrício representava para aquela sociedade, inclusive, apresentando a participação dos agentes policiais nas práticas criminosas. O termo de denúncia apresentado pelo Sub-Promotor apontava as evidências de que a zona boêmia da cidade era um lugar perigoso e violento, em ressonância com os relatos memorialistas.

De passagem por esta cidade no dia 24 de maio de 1956, Geraldo Fernandes, vítima neste inquérito, dirigiu-se à zona de meretrício desta cidade, lá permanecendo até alta madrugada em orgias com meretrizes, até que se deu motivo para o inquérito e

conseqüente, esta denúncia. Geraldo Fernandes trazia consigo avultada quantia em dinheiro. Censuro aqui nesta denúncia o procedimento da vítima, porque não é possível que um homem em sã consciência; pacato e sobretudo como diz, lavrador, venha, de passagem a procurar meios para seu repouso, com todo seu dinheiro, em um lugar por todos nós sabido, aqui e em qualquer desses meios, perigoso, dado o ambiente em que se vê envolvido o indivíduo, em contacto com as piores pessoas, os mais finos malandros, os indivíduos das piores classes, e tem mais, em voluptuosidades com as infelizes criaturas que em razão de ser, habitam tais lugares, e, portanto, são também levadas pelos maus exemplos que dia a dia estão a enxergar e mesmo participarem [...] Vou mais além: não supondo o perigo, o risco, ou não querendo ver, ou ser muito ignorante, o que não admitimos, a vítima inicia sua boemia tragando bebidas alcoólicas, até se transformar (GOIÁS, 1956, fls. 03).

A visão do representante do Ministério Público sobre a área do meretrício evidenciava como esse lugar era apontado como uma região “maldita”. As descrições e as qualificações que foram feitas sobre o lugar, seus habitantes e as pessoas que costumavam freqüentar as mediações eram as piores possíveis. O lugar (“por todos nós sabido”) era descrito como extremamente “perigoso” e os indivíduos, de passagem ou habitantes, identificados como as piores pessoas, os mais finos malandros, os indivíduos das piores classes e as infelizes criaturas. O Sub-Promotor chamava atenção ao fato de que era impossível que uma pessoa em “sã consciência” fosse ignorante ao ponto de não perceber o risco que corria em pernoitar naquele lugar. Essa representação, apesar de não conter evidências quantitativas da criminalidade, reforçava que esse espaço social era estigmatizado pelos demais moradores de Rialma, e que essa visão não era apenas caprichos da memória no estabelecimento da distinção.

Os relatos das testemunhas ouvidas também confirmavam a versão de que no meretrício era comum a ocorrência de atos criminosos. As testemunhas arroladas no processo foram, Olivia Vilaça, 31 anos, natural de Belo Horizonte (MG), analfabeta; Geralda Alves da Silva, 31 anos, natural de Uberaba (MG), “vive na vida da prostituição”, analfabeta; Antonio Noronha, 33 anos, natural de Tahuá (CE), comerciante, “aos costumes disse assinar o nome”; Maria Tereza Pereira, 22 anos, natural de Ipameri (GO), “vive como meretriz”, analfabeta. Os relatos afirmavam que o viajante havia chegado à zona de meretrício com dinheiro (os valores variavam nos depoimentos) e que na madrugada um alvoroço de tiros disparados entre os policiais e os indivíduos Geraldo e José Queiroz. O comerciante, dono do bar em que os envolvidos iniciaram as desavenças, acusava, em seu depoimento, os policiais de terem exigido dinheiro de Geraldo, mencionando, inclusive que o ofendido dizia trazer consigo grande quantidade. Já as prostitutas disseram que não tinham conhecimento de que os policiais tivessem ameaçado e exigido dinheiro do tal Geraldo.

O caso foi encaminhado ao judiciário, sendo que nenhuma deliberação foi feita para o processo. Nos registros finais do processo, datados de novembro de 1958, foram as últimas referências feitas. Em 18 de novembro de 1958 os autos voltavam ao Cartório sem que o Juiz tomasse conhecimento. Em 20 de novembro de 1958, o escrivão certificava que não havia nem Juiz Municipal ou Distrital para ver o processo, o que resultou em seu arquivamento.

Consideramos relevantes essas informações, na medida em que elas dão indícios de como a região do meretrício era alvo das estratégias de estigmatização lançadas pela sociedade rialmense. Também, como essa estratégia era uma forma de combater a visão pejorativa do lugar estabelecido pelos ceresinos, desviando os estigmas da cidade e lançando-os ao meretrício.

A zona boêmia ainda sobreviveu na região beira-rio por muitos anos, sendo que a tentativa de pôr fim a essa atividade, partiu do Promotor de Justiça, Dr. Renato Brill de Góes, que ofereceu denúncia ao Juiz de Direito da Comarca de Rialma, Dr. Jaime Rosa Borges em 24 de outubro de 1989. Encontramos esse processo arquivado no Cartório do Crime, em que foram oferecidas denúncias a nove acusadas de manter “casas de tolerância”, enquadrando-as no artigo 229 do Código Penal⁴². Em 22 de agosto de 1995 o Ministério Público pediu a extinção do processo pela ocorrência da prescrição, sendo que o Juiz, Dr. Algomiro Carvalho Neto, julgou extinta a punibilidade das acusadas pela prescrição da pretensão punitiva, com base nos artigos 109, inciso V e 107, inciso IV, ambos do Código Penal. O processo foi então arquivado em 28 de setembro de 1995, e desde esse período a região beira-rio deixou de ser o lugar do meretrício, e as casas de tolerância não faziam mais parte daquele lugar. Mas como apresentado anteriormente, ainda hoje o estigma sobre a região persiste, pois o valor dos imóveis nessa área é inferior a outras partes da cidade. A necessidade de distinção promovia a luta pela demarcação desses espaços provisórios, dos “lugares malditos”, na expressão

⁴² O Inquérito Policial nº 42/89, promovia denúncia a nove prostitutas acusadas de manter casa de tolerância em descumprimento ao art. 229 do Código Penal. Segundo denúncia do Ministério Público: “Constam dos autos da peça informativa que as denunciadas eram proprietárias e mantinham casas de prostituição para fins libidinosos, tais casas situam-se respectivamente, na Rua 13, nº.221; Rua 12, nº.199; Rua13, nº.49; Rua 12, nº.215; Rua 16, nº.15; Rua 16, nº.206; Rua 16, nº.151; Rua 12, nº.209; e Rua 16, nº.237, todas localizadas no Setor Central, nesta cidade de Rialma-GO. [...] As denunciadas confessaram em suas declarações prestadas perante a Autoridade Policial as autoridades delitivas, ao afirmarem que mantinham e eram proprietárias das supracitadas casas de prostituição. As casas eram mantidas com a finalidade da prática de atos libidinosos, pois nenhuma das denunciadas negaram tal assertiva, inclusive exploram tais casas com intuito de lucro. Portanto, caracterizado está o dolo nas condutas das denunciadas. [...] Houve ainda reiteração delituosa por parte das denunciadas, pois todas mantiveram tais prostíbulos em pleno funcionamento por mais de 03 (três) anos, chegando até em determinados casos a 20 anos de manutenção, tudo conforme as provas carreadas para os autos, as quais atestam o alegado, quer seja através das próprias declarações das denunciadas, quer seja através dos depoimentos testemunhais colhidos, configurando-se, assim, a habitualidade delitiva, tratando-se de crime permanente (GOIÁS, 1989, fls. 03).

simbólica de estabelecer uma identidade a partir da diferença e da negação estigmatizada do outro, conforme observação de Bourdieu (1998, p. 144) de que o “espaço social e as diferenças que nele desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaço de estilo de vida ou como um conjunto de *Stand*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”.

4.3 – As estratégias de distinção da parte alta da Barranca: resistência às estratégias de estigmatização.

Os moradores de Rialma procuravam justificar que a cidade, mesmo com origem humilde, excluída, segregada, conseguia manter-se forte e generosa para com todos os aventureiros que se propuseram a participar da construção do lugar. Também que outras representações foram fundamentais para essa sociedade, como a cidade do comércio próspero, da sociabilidade urbana voltadas para o lazer e entretenimento. Em nenhuma outra cidade da região o visitante encontraria uma atividade comercial tão exuberante, em que grandes lojas e estabelecimentos comerciais se instalaram na Avenida Federal, demonstrando a expansão da economia de mercado para essas áreas de fronteira (Casas Pernambucanas, Casas Paraibanas, Riachuelo, Loja Dias, dentre outras). Na Avenida Federal ocorriam os passeios, os namoros, as matinês no Cine Teatro Brasil, os recadinhos na Voz Social, dentre outras atividades que representavam o espaço do entretenimento. De acordo com um professor da Colônia, que freqüentava as tardes de domingo na Barranca.

Aos domingos a gente saía para fazer visitas e ir em Rialma, chupar picolé, que aqui não tinha. A gente ia pra lá, aquela multidão de gente. Então, tinha as moças e os rapazes e se encontravam lá no domingo. Era muita gente naquela Avenida Federal. Era cheia de gente. Tinha a “Voz Social”, que era desse João Batista. A gente ficava oferecendo as músicas. Era um auto-falante, era a Voz Social. Então, a gente oferecia: “eu ofereço essa gravação aí...”. Era animado, era, não era ruim não.

Mesmo com as estratégias de estigmatização lançadas sobre a Barranca, em determinados momentos, os pioneiros da Colônia deixavam escapar a necessidade daquela localidade para a vida social e para as sociabilidades cotidianas. Percebemos que a

generalização do estigma, muitas vezes, evidenciada nos relatos, tomava a parte mais violenta da cidade vizinha para caracterizar o lugar e seus moradores. Mas, em determinados momentos essa percepção não se apresentava, e a Barranca era identificada como o lugar da diversão, em que os colonos fugiam do controle dos olhares coercitivos da Colônia. Conforme depoimento da Dona Floripes Ortega, antiga enfermeira do Hospital da Colônia, a vida urbana na Cang era mais organizada, mas não oferecia nenhum tipo de entretenimento para seus moradores. Já Rialma era lembrada como o lugar dos pequenos momentos de lazer e descontração.

Não, lá não tinha organização não. Lá era barranca mesmo, organização era aqui. Aqui era a Colônia, não era Ceres, era Colônia, era bem organizado, não existia nada de “contrário”. Não tinha, não tinha lazer. Alguns que gostavam de pescaria, que gostavam de pescar e tinha as varinhas. Não tinha lazer, não tinha clube, não tinha cinema, depois é que surgiu o cinema né. (Aqui) Pra trabalhar, trabalhar. [...] Tinha um ônibus, um circular velho que vinha de Rialma pr’aqui e a gente ia passear, entende? Lá do plantão (do hospital), ia passear nesse ônibus velho que saía daqui do Hospital da Colônia, ia até lá e voltava. A gente ia passear nesse ônibus e voltava. E então, não tinha rixa não. Lá era comércio, mais comércio. [...] Eu tenho muita saudade, muita saudade daquele tempo.

Em suas lembranças, Dona Floripes evocava a Colônia como um lugar organizado, um povoamento federal, mas com poucas opções de entretenimento para os moradores. Não havia na cidade, para os poucos momentos de folga de seus habitantes, uma infra-estrutura que oferecesse opções de lazer e diversão. Mesmo que em suas lembranças a Barranca aparecesse como uma cidade pouco organizada, ela apresentava certo alívio em mencionar os dias de folga em que saía para passear no ônibus circular pelos comércios da cidade vizinha. A Barranca representava o refrescamento do controle social, tão fortemente presente nas representações simbólicas da Colônia. E esse refrescamento caracterizava-se não apenas no meretrício, que atendia “generosamente” os homens da Colônia, mas também nas lojas de comércio, nas sorveterias, no cinema, na “Voz Social”, nos bailes, nos jogos de futebol e nos namoricos de final de semana. Todas essas representações faziam parte do sentido que a cidade da Barranca, mesmo estigmatizada, tinha para os habitantes das duas localidades.

Os moradores da Barranca ressaltavam essas características do lugar em que viviam, não descartando o meretrício, mas evidenciando os lugares de comércio e diversão da Avenida Federal. Dentre esse espaços eram destacados o Elite Clube Rialmense, de propriedade da família Barreto que, de acordo com depoimento da viúva do fundador,

Fizeram o prédio para o comércio embaixo, de atacado, e em cima pra dançar. Eles subiam lá, só entravam quem tivesse de terno, bem alinhado. Lugar que só entrava no clube lá. O clube era deles e eles não permitiam a entrada de todo mundo não. Era o Elite Clube Rialmense. Eles eram muito chique. O tapete pra subir era tudo de veludo vermelho. As cortinas tudo de veludo vermelho. As cadeiras tudo de, daquelas madeiras roliças que tem no Sul sabe, cadeira chique mesmo. Até hoje tenho uma cadeira aqui, lá no meu escritório.

O clube rialmense trazia várias atrações musicais e promovia bailes que eram freqüentados pela sociedade rialmense e ceresina. Diferenciava-se dos demais estabelecimentos pelo clima de sofisticação dos bailes e das noites dançantes. Com apresentação de conjuntos musicais, shows, decoração, dentre outras características, procuravam reproduzir nessa cidade em formação nas Matas de São Patrício, o espírito urbano dos grandes centros.

Outras atividades como grupos de teatro, folias de reis, carnaval de rua, barraquinhas religiosas, quermesses, campeonatos de futebol, atrações circenses, dentre outros eventos, que não faziam parte do cotidiano da Colônia, encontravam espaço na Barranca. O cinema era outro local de sociabilidade e diversão, em que a juventude das duas cidades agrupava-se no Cine Teatro Brasil, tanto para as sessões de filmes, quanto para os cortejos de fim de tarde. Nas lembranças do Sr. Jacy Guimarães, o cinema foi um dos espaços importante para a vida social das duas localidades, pois era o ponto de encontro da juventude.

o cinema aqui em Rialma, era um ponto de lazer. O Cine Teatro Brasil, não sei você se lembra, localizado bem de frente a ponte, abaixo do posto, hoje Posto Amigão. Era de propriedade de Guimarães, Salomão Guimarães, e servia também para acontecimentos sociais. A instalação do município de Rialma aconteceu lá, isto 1953. Várias sessões, inclusive a sessão solene de instalação eu assisti, eu estava lá assistindo, e hoje esta lá uma empresa comercial de venda de bateria e oficina elétrica, de propriedade de um professor Ademar Jose de Oliveira né. [...] Na porta do cinema acontecia o famoso vai e vem. Os rapazes e as moças ficavam andando pra lá e para cá, para se encontrarem. Vários amigos ali. Faziam-se amizades na porta do cinema, mesmo antes da sessão e depois da sessão cinematográfica. Ponto de encontro da juventude.

A cidade de Rialma teve outras representações que as estratégias do grupo estigmatizador procuravam omitir ou, quando mencionadas, faziam de forma negativa. Mesmo participando da vida social da Barranca, os moradores da Colônia menosprezavam o

lugar como espaço do ócio e da festividade. O passado estigmatizado, no entanto, foi tratado da maneira mais natural possível pela sociedade rialmense. Na concepção de seus moradores as cidades brasileiras surgiam assim, espontaneamente, provisoriamente, e o planejamento, signo de coerções racionais, que era diferente. Outra representação forte da Barranca era a da cidade do meretrício. Para esses moradores esse estigma foi se apagando com o passar dos anos, apesar de afirmarem que ainda existem casas de prostituição espalhadas pela cidade, mas procuram indicar que transformações significativas haviam ocorrido nesse sentido.

Os rialmenses vivenciaram uma experiência com esse espaço social em construção que interferiu no desenvolvimento de hábitos e práticas sociais. A cidade, mesmo com a repressão imposta anos depois à região do meretrício, crescia sem os olhares vigilantes e coercitivos dos burocratas, religiosos e moradores, impondo restrições e obediências na sociabilidade de seus habitantes. A rua permitia a diversão e o entretenimento e era um espaço de menor controle. Isso explica, por exemplo, a existência de carnaval de rua, de procissões religiosas e outras manifestações que em Ceres não acontecem até os dias atuais. Em Ceres, mesmo que as normas e os controles do tempo da Colônia houvessem sido abolidos, os olhares e a consciência coletiva reproduziam essas coerções em seus hábitos e práticas no decorrer dos anos. Já em Rialma, que experimentou uma maior flexibilidade na sua formação urbana, o transitar e festejar nas ruas da cidade era visto como fato corriqueiro e natural. As estratégias de estigmatização, nesse sentido, foram utilizadas para demarcar as características culturais de cada uma dessas localidades, que apesar da proximidade geográfica e vivência de processos de ocupação numa mesma temporalidade, desenvolveram hábitos e práticas sociais distintas.

Figura 36



Figura 37



Missa de inaugural do Povoado de Castrinópolis

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: 1939

Figura 38



Capela de Castrinópolis

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 39



Caminhão caído na ponte de tambor sobre o rio das Almas, tendo ao fundo a Colônia

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 40



Vista urbana da Barranca (Rialma), a partir do beira-rio da Colônia (Ceres)

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 41

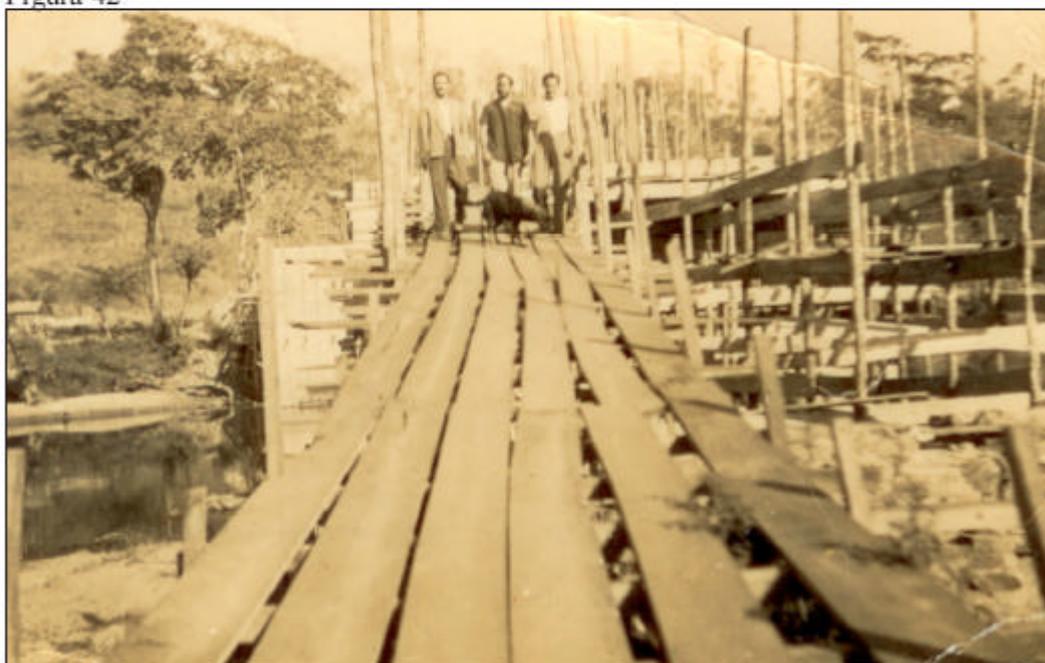


Ponte de tambor sobre o rio das Almas

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 42



Construção da Ponte Pênsil sobre o rio das Almas

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 43



Moradores de Ceres e Rialma sobre a Ponte Pênsil

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 44



Cine Brasil na área urbana da Barranca

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 45



Avenida Federal - área urbana da Barranca

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 46



Avenida Federal – área urbana da Barranca

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 47



Time do Vasco da Gama de Rialma
Fonte: Câmara Municipal de Rialma
Data: 1954

Figura 48



Conjunto Musical que animava os bailes da noite boêmia da Barranca
Fonte: Câmara Municipal de Rialma
Data: Não identificada

Figura 49



Empório Tupy na Avenida Federal, ao lado do Posto Shell – Barranca

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: 1949

Figura 50



Trecho da Rua 11, local em que seria construída a Cadeia Pública e região da zona boêmia da Barranca

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: 1954

Figura 51



Elite Bar – Rialma

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: 1957

Figura 52



Noite de Baile no Elite Clube – Rialma

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 53



Grupo de Teatro de Rialma, que se apresentava no Cine Brasil

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

Figura 54



Grupo de Teatro de Rialma, que se apresentava no Cine Brasil

Fonte: Câmara Municipal de Rialma

Data: Não identificada

CONCLUSÃO

A pretensão inicial desse trabalho foi efetuar uma reflexão acerca da função social das lembranças da Cang em conservar uma visão pejorativa da Barranca como forma de autoafirmação de sua própria imagem. Ou seja, para o grupo social da Cang, era fundamental resgatar certas lembranças que apontavam para um passado de desorganização e precariedade social na Barranca, pois consideravam que, assim fazendo, reforçavam seus argumentos de ocupação racional, ordeira, civilizada e, sobretudo, comprometidas com o ideal nacional da Marcha para Oeste. Nos depoimentos dos pioneiros da Cang, percebemos a intenção de reforçar a idéia de que eram eles os verdadeiros herdeiros da brasilidade que a marcha propunha, enquanto a Barranca simbolizava o comportamento desviante representada no tipo de formação urbana que ela originou. Esses discursos representam a assimilação de elementos próprios da memória coletiva, que foram incorporados e, posteriormente, ressignificados, tornando-se quase uma naturalização das reminiscências. Os discursos de modernização propostos pela Marcha para Oeste e a concepção de planejamento urbano presente nos discursos da construção de Goiânia e, posteriormente, Brasília, bem como o sentido pioneiro e bandeirante do seu fundador, podem ser apontados como ícones que se configuram como bens alheios à memória dos antigos moradores da Colônia; mas que, na orientação dada a essas referências, possibilitou novos olhares sobre o passado. Uma vez que esses elementos foram enraizados na memória coletiva do lugar encontraram seu lugar no universo das lembranças.

O “passado desejado”, nas representações da Colônia, evoca, também, lembranças para a Barranca. Essa memória pode aparecer em narrativas, representações simbólicas e imaginárias, cuja finalidade não está fundamentada apenas no ato de lembrar, mas numa função social que as lembranças carregam. Os elementos comparativos, que os pioneiros da Colônia faziam questão em reforçar, ilustram uma vontade de passado e um sentido de

coletividade social para o lugar, ao mesmo tempo em que lançam sobre a Barranca lembranças que reforçam elementos de estigma.

Um dos sentidos da memória refere-se a sua capacidade de abarcar certas sensações coletivas, em que determinadas lembranças emergem com intenções específicas de dar significado ao próprio ato de lembrar, tornando-se, assim, um projeto social na construção de referenciais do passado. O universo das lembranças simboliza esse ato construtor da memória, que se apropria em determinadas referências do passado na tentativa de conduzir o tempo de forma semântica. Portanto, essa pesquisa, ao utilizar os procedimentos e as reflexões acerca do sentido das lembranças nas relações estabelecidas entre as comunidades da Colônia e Barranca, nas décadas de 1940 a 1950, procurou o entender os embates próprios da memória, bem como a posição dos indivíduos frente às lembranças suscitadas.

Feitas essas considerações, nossa intenção foi lidar com a pluralidade e as fragmentações da memória, ao analisar as distinções urbanas às margens do Rio das Almas, que possibilitou a origem de duas cidades, marcadas pela diferenciação no modo de viver e pensar o espaço social. Nesse processo de diferenciação, nos interessava, também, compreender a relação de conflito, tensão social e violência simbólica que marcavam esses processos de distinção. Portanto, encerramos nossa discussão, apresentando algumas considerações, que pensamos ser fundamentais, como respostas à nossa problematização. A primeira diz respeito às escolhas teóricas e metodológicas adotadas neste trabalho. Os conceitos, definições e procedimentos acerca da eficácia das estratégias de estigmatização baseados na figuração dos grupos envolvidos, as características e as finalidades sociais da distinção, bem como a constituição da identidade pela diferença, foram descobertas importantes na qualificação dos sentidos históricos do conflito simbólico que marcou essas comunidades no período analisado. Ainda, os procedimentos de qualificação baseados na oralidade e na classificação de outras fontes que permitiram captar as sensações, sensibilidades, tensões, estigmas e outros atributos das reminiscências. Nossa intenção, a princípio, não foi encontrar esses indícios de distinção e estigma social apenas nas estruturas concretas da vivência e sociabilidades dessas comunidades, mas também nas sensibilidades que caracterizavam a relação de tensão e conflito simbólico entre elas, e nessa busca nos debruçamos.

Outra consideração está na forma de construir essa narrativa histórica, nas escolhas dos tópicos e temáticas propostas para responder às indagações feitas a esse objeto. Nesse

sentido, a análise do processo da relação estabelecida entre as comunidades ribeirinhas do Rio das Almas, nas décadas de 1940 e 1950, não pode ser concebida apenas considerando as particularidades regionais, mas ampliando o horizonte de análise das questões macro-sociais e históricas que influenciaram nessa relação conflituosa. Portanto, o estudo das políticas de colonização e imigração adotadas pelo Governo Vargas, a partir da implantação do Estado Nacional, ajuda a orientar a percepção dessas políticas, como também das ideologias e o impacto dessa representação no contexto regional. A ocupação da região escolhida pelo Estado para instalação da colônia federal antecedia em poucos anos os projetos de colonização e imigração adotados pelo governo Vargas. Porém, o impulso da colonização federal, aliada aos discursos da marcha para o Oeste favoreceu o afluxo imigratório na região do Novo Mato Grosso de Goiás, principalmente na região das Matas de São Patrício. Também os discursos da Marcha para o Oeste, e a literatura da Marcha para Oeste, traziam consigo referenciais simbólicos importantes para a construção da imagem do bandeirante, amplamente divulgada com a morte de Bernardo Sayão e incorporada pelos pioneiros da colônia nacional em Goiás. Essa assimilação, feita a partir da associação simbólica dos elementos que constituíam o herói em Bernardo Sayão, trouxe novos sentidos para o processo de ocupação dos moradores da Colônia, servindo como sistema simbólico no estabelecimento da distinção, na medida em que esses pioneiros consideravam-se “os eleitos” e os herdeiros do espólio heróico de Sayão e, ao mesmo tempo, consideravam os moradores da Barranca como os “bastardos” e excluídos da Marcha para Oeste.

As experiências urbanas vivenciadas pelos moradores da Colônia, sobretudo no sentido organizador do espaço social com suas normas estabelecidas e uma racionalidade da vida e do mundo social, proporcionaram o desenvolvimento de práticas e hábitos sociais que foram reproduzidos como concepção identitária do lugar. Ao mesmo tempo, esse senso de distinção afirmava-se na negação da comunidade vizinha, estigmatizada pelas práticas generalizadas e pelos discursos da diferença que eram lançadas sobre ela. As normatividades próprias da moral do trabalho, que justificavam práticas e estilos de vida, permitiam a observação do outro com desprezo e desonra coletiva, por não reconhecerem outras formas de sociabilidade que não aquelas regidas pelo senso ordeiro de vida social. O senso do provisório e aventureiro ganhava novas feições na luta pela imposição da diferença, isto é, além da necessidade de evidenciar as diferenças fazia-se na estigmatização do diferente. O sentido *outsider* vinculava-se, portanto, à negação do outro a partir da sociodinâmica da estigmatização, reforçando os territórios do que pertence e do que não pertence ao grupo

social estigmatizador, em que os elementos simbólicos formadores dos hábitos dessa comunidade reforçavam-se na negação e rejeição das práticas sociais da Barranca. Portanto, os usos pejorativos da linguagem e dos discursos apontavam estratégias simbólicas para demarcar as distinções.

A Barranca, por sua vez, recebia com certa naturalidade esses estigmas, apesar de que, na relação cotidiana da juventude dessas comunidades, o conflito ultrapassava a violência simbólica. Entretanto, essa comunidade não se considerava excluída ou diferente, por perceber que sua formação urbana era reprodução dos modelos de cidade existentes em Goiás e no país, fundamentados no senso do provisório e do improvisado, evidenciando uma perspectiva de desapego ao lugar. A Barranca recebia os conteúdos pejorativos lançados sobre essa comunidade, naturalizando-os e amenizando esses estigmas, não negando nem alimentando sentimentos de inferioridade por ser o alvo dessas estratégias. As características da “moral do aventureiro” eram, para essa comunidade, o sentido natural das sociabilidades que ela conhecia. Por isso, considerava a Colônia como espaço estranho, exótico, diferente, porque naquela comunidade as “coisas não podiam”. Também, podemos perceber que essa foi uma estratégia utilizada por essa comunidade para fugir dos estigmas sociais de desonra lançados sobre ela pela vizinha Colônia. A Barranca, por sua vez, direcionava seus ataques e sua violência simbólica, como instrumento de distinção, para a zona de meretrício, favorecendo o surgimento de uma nova estigmatização por identificar naquele espaço social o lócus do problema urbano daquela comunidade. O meretrício, a zona, a “fóia”, o Cabaré, a Coréia, dentre outras adjetivações recebidas, representava o espaço maldito, e a demarcação dessa fronteira fazia parte das políticas de distinção da cidade alta e de seus habitantes. Assim como a Colônia, que estabeleceu hábitos e práticas sociais distintas na construção simbólica do espaço social, os moradores da Barranca também tiveram uma experiência com o espaço em construção que também interferiu no desenvolvimento de hábitos e práticas específicas para o lugar, que mesmo com a repressão imposta à região do meretrício, nos anos que se seguiram, desenvolveu um tipo de sociabilidade que fugia dos olhares vigilantes e coercitivos dos burocratas, religiosos e moradores. Seu espaço urbano favorecia as atividades de diversão e entretenimento, caracterizado como um espaço de menor controle, e a rua como lugar democrático e permissivo, em que o transitar e festejar era visto como parte do cotidiano e dos traços urbanos daquela comunidade.

Portanto, todas essas estratégias de estigmatização, utilizadas para demarcar as fronteiras culturais de cada uma dessas localidades, apesar da proximidade geográfica e

vivência de processos de ocupação numa mesma temporalidade, desenvolveram hábitos e práticas sociais distintas. Esse estudo, porém, não se esgota nos procedimentos utilizados para a compreensão do sentido histórico das localidades em questão. Elas podem suscitar outras abordagens e temáticas, tendo em vista que os recortes propostos nessa pesquisa não permitem a extensão dessas questões. Todavia, registramos a relevância de que futuras pesquisas procurem apreender o sentido histórico das experiências urbanas da Barranca, analisando o papel dos profissionais e das atividades que integravam essa comunidade e representavam a sociabilidade desenvolvida ali. Cito, como temática possível, o papel desenvolvido pelo rádio (Rádio Alvorada de Rialma), que no final da década de 1950, transmitia informações, pontos de vista, noticiários e servia como veículo de comunicação e integração nas Matas de São Patrício. Os relatos dos grupos de viola, dos conjuntos musicais, do estilo caipira que marcavam as apresentações feitas “ao vivo”, nas tardes de domingo, e transmitidas a toda região. Também, a visão das prostitutas, seus depoimentos, a sociabilidade desse espaço e sua relação com o restante da cidade, a partir do ponto de vista desses sujeitos. No caso da Colônia, um fato que nos chamou atenção, sobre o qual não foi possível desenvolver maiores pesquisas, refere-se à “Pedagogia rural” adotada pelo Estado Novo e a forma como esse conteúdo foi ministrado nas escolas rurais da Cang: os diários de classe, o cotidiano da escola, as atividades, o conteúdo didático e ideológico que caracterizam as práticas de ensino na época. Enfim, outras abordagens e outras pesquisas podem surgir a partir desse objeto, para as quais esperamos ter contribuído de alguma forma.

FONTES

6.1 – ARQUIVOS PÚBLICOS

Arquivo Histórico Estadual – Goiânia (GO)

BITTENCOURT, José. O ensino agrícola e a marcha para o Oeste. **Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz**, 11 de fev. 1942, Ano 105, nº 4.306. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1942.

GOIÁS. Decreto-Lei nº 3.074, de 04 de novembro de 1940. **Jornal Correio Oficial: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz**, 06 de nov. 1940, Ano 104, nº 4.097. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1940.

JORNAL CORREIO OFICIAL: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz. **O congresso de brasilidade em Goiaz** Ano 105, nº 4.266, 26 de Nov. 1941. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1941.

_____. **Rasgando a rodovia para a Colônia Agrícola de Goiaz** Ano 107, nº 4.675, 26 de Nov. 1943. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1943.

LOBO, Helio A. O presidente Vargas e a marcha para o oeste. **JORNAL CORREIO OFICIAL: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz**. Ano 105, nº 4.266, 26 de Nov. 1941. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1941.

SERRA, Geraldo N. Colônias agrícolas. **JORNAL CORREIO OFICIAL**: Órgão dos Poderes do Estado de Goiaz. Ano 105, nº 4.284, 31 de dez. de 1941. Goiânia: Imprensa Oficial do Estado de Goiaz, 1941.

Arquivo Público do Distrito Federal – Brasília (DF)

ArPDF. Arquivo Público do Distrito Federal. **Homens à frente do seu tempo**: Bernardo Sayão. Brasília: ArPDF, 2004.

BITTENCOUT, Carreira. Discurso do Senador Gilberto Marinho (aparte), 20 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

FREIRE, Victorino. Discurso do Senador Gilberto Marinho (aparte), 20 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 17 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

_____. Pensão especial para a viúva e filhos do engenheiro Bernardo Sayão, 7 de Fev. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

JORNAL ÚLTIMA HORA. A glória do pioneiro, 20 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

KUBITSCHKEK, Juscelino. Oração do Presidente Juscelino Kubitschek. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MAGALHÃES, Anderson. Sayão. Correio da Manhã, 23 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MARINHO, Gilberto. Discurso do Senador Gilberto Marinho, 20 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MÜLLER, Manuel Bernardes. A morte do general. Jornal Última Hora, 17 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

PINHEIRO, Israel. Oração de Israel Pinheiro. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

PONGETTI, Henrique. A linha curripira. Jornal O Globo, 23 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

SALLES, Apolônio. Discurso de Senador Apolônio Salles, 22 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

VAITSMAN, Maurício. O pioneiro. Jornal Diário da Noite, 22 de Jan. 1959. BRASIL. **Bernardo Sayão**: Bandeirante Moderno. Rio de Janeiro: Presidência da República, Serviço de Documentação, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

Câmara Municipal de Rialma

Arquivo Iconográfico Digitalizado. Imagens de Rialma. Camara Municipal de Rialma.

SOUZA, Edvaldo Nepomuceno de. **A saga de Rialma**. Goiânia: Kelps, 2006.

Cartório de Registro Civil de Jaraguá

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil, cidadão Manoel Bernardo de Amoriam. Jaraguá, 27 de Agosto de 1940.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil, cidadão Manoel Bernardo de Amoriam. Jaraguá, 26 de Janeiro de 1942.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil, cidadão Manoel Bernardo de Amoriam. Jaraguá, 27 de Agosto de 1940.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil, cidadão Manoel Bernardo de Amoriam. Jaraguá, 30 de novembro de 1942.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais desta cidade. Jaraguá, 27 de Março de 1944

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais desta cidade. Jaraguá, 28 de Junho de 1945.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais desta cidade. Jaraguá, 18 de Agosto de 1947.

Cartório de Registro Civil de Rialma

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Registro Civil do Distrito de Rialma, Município de Jaraguá. Jaraguá, 27 de Setembro de 1949.

Livro de Assentos de Casamentos. Termo de abertura, Cartório do Oficial do Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Castrinópolis. Jaraguá, 20 de Dezembro de 1949.

Cartório do Crime de Rialma

GOIÁS. Comarca de Ceres, Estado de Goiás. Juízo Municipal, Termo de Rialma. Cartório do Crime. **Processo Criminal** s/nº. Vítima: Geraldo Fernandes. Judiciado: Cabo Vivaldo Batista de Oliveira, e outros. Autuação: Cartório do Crime, Rialma, 15 de Janeiro de 1956.

_____. Poder Judiciário, Comarca de Rialma, Município de Rialma, Distrito de Rialma. **Processo Criminal** nº 1.116/89. Autor: A Justiça pública. Réu (s): Oreni Maria de Lima e outras. Defensor: Pedro Rego. Vítima: A sociedade. Autuação: Cartório do Crime, Rialma, 08 de Novembro de 1989.

Museu Histórico de Anápolis

GUEDES, Rute. Glamour no Cerrado: documentário dirigido por professor da UnB e em fase de produção resgata as temporadas de grupos de artistas de Hollywood em Goiás. **Jornal O Popular**. Magazine. Goiânia, 25 de agosto de 2005.

JORNAL O ANÁPOLIS. **Iniciada a ligação Goiânia-Colônia Agrícola Nacional**. Ano IX, nº 431, 26 de dez. 1943. Anápolis, 1943.

_____. **A colônia agrícola nacional e o progresso do Estado de Goiaz**: autorizadas revelações do engenheiro administrador da C.A.N.G ao Anápolis. Ano IX, nº 427, 28 de Nov. 1943. Anápolis, 1943a.

_____. **A colônia agrícola nacional: uma obra que conquista aplausos**. Ano X, nº 469, 01 de Out. 1944. Anápolis, 1944.

_____. **Anápolis ligada a Uruassú**: por apenas 288 quilômetros via colônia agrícola nacional. Ano X, nº 478, 09 de Dez. 1944. Anápolis, 1944a.

_____. **Duas palavras sobre Anápolis e a colônia agrícola.** Ano X, nº 474, 05 de Nov. 1944. Anápolis, 1944b.

VIGÁRIO, Marco Aurélio. Hollywood passou por aqui: estrelas americanas viveram em Anápolis uma curiosa experiência que será contada em documentário produzido por professor da UNB. **Jornal Tribuna de Anápolis.** Ano I, Edição nº 9. Anápolis, 3 a 9 de Julho de 2005.

Prefeitura Municipal de Ceres

Arquivo Iconográfico – imagens digitalizadas. Prefeitura Municipal de Ceres.

6.2 - BIBLIOTECAS

Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGELICA

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste:** a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro (RJ)

BONFIM, Pedro Calheiros. A política de nacionalização do ensino. In: **Cultura Política:** revista mensal de estudos brasileiros. Ano III, nº 26, Nov. 1943.

CARVALHO, Péricles Melo Carvalho. A concretização da “Marcha para o Oeste”. In. **Cultura Política:** revista mensal de estudos brasileiros. Ano I, nº 8, Out. 1941.

FAISSOL, Speridião. Que é colonização? In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIV, nº 3, julho-setembro de 1952. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

MORAIS, Deodato de. Educação e Estado Novo. In: **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**. Ano I, nº 09, Nov. 1941.

NEIVA, Artur Hehl. A imigração e a colonização no governo Vargas. In: **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**. Ano II, nº 21, Nov. 1942.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução [ao] livro “Estado Novo: ideologia e poder.” In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

SOMBRA, Severino. Trabalho e Propriedade: horizontes sociais do Estado Novo. In: **Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros**, Ano I, nº 4, Fev. 1941.

Supremo Tribunal Federal – Brasília (DF)

D.I.P. – Departamento de Imprensa e Propaganda. **As colônias agrícolas nacionais e a valorização do trabalhador brasileiro**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1941.

Universidade de Brasília

NEIVA, I. C. **O outro lado do colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás**. 1984. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas) Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

Universidade Federal de Goiás

CAMPOS, Francisco Itami. **Questão Agrária**: bases sociais da política goiana (1930-1964). 1985. Tese de Doutorado (Doutorado apresentado no Departamento de Ciências Sociais). USP, São Paulo, 1985.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás**: análise de uma política de colonização. 1974. Dissertação de Mestrado (Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá-GO**: uma análise comparativa. 1999. Tese de Doutorado apresentada na FFLC/USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Sandro Dutra. **No oeste a terra e o céu**: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

VALVERDE, Orlando e DIAS, Cartharina Vergolino. **A Rodovia Belém-Brasília**: estudo de geografia regional. Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publicação nº 22. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1967.

6.3 - PERIÓDICOS:

CAMPOS, Francisco Itami. Saúde Pública: a medicina e a política. In: **Revista Patologia Tropical**. V. 25 (2). jul/dez 1996. Goiânia: Editora da UFG, 1996.

ELEUTÉRIO, Maria de. Um desafio irrecusável: a contribuição da literatura para os estudos da história. In: **Projeto História**: revista do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 0, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, v. 19 n. 37. São Paulo, 1999.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº 4, jul/1995.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a memória e a história. In: **História Revista**: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História. Goiânia: Editora do Mestrado em História, v. 8, n. 1 / 2, jan./dez. 2003.

SILVA, Sandro Dutra. **Um outro olhar sobre o lugar**: a Cang no tempo da fondeira. IN: Sociedade e Cultura. v. 5, n. 1 (jan/jun. 2002) – Goiânia: Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 1, n. 2, 1988.

6.4 - INTERNET

SOUZA, Luiz Antonio Silva e. O descobrimento da Capitania de Goyaz. Goiânia: Ed. UFG, 1967. Mapa da Capitania de Goyaz (1809). Divisão dos Julgados. Disponível no site: http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/mapas_pdf/capitania_goiias_1890.pdf . Acesso em 15 de janeiro de 2008.

FRANÇA, M. de S. Terra, trabalho e história – a expansão agrícola no “Mato Grosso” de Goiás. (tese de doutorado). São Paulo: USP, 1985. Mapa Estado de Goiás: o velho e o novo Mato Grosso Goiano. Disponível no site: http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/mapas_pdf/o%20velho%20e%20o%20novo%20matro%20gosso%20goiano.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

Brasil. Decreto Lei 3059. **Diário Oficial**. 14 de fevereiro de 1941. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Texto Integral. Publicação: Coleção Leis do Brasil. Disponível no site: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>> . Acesso em 08 de setembro de 2007.

_____. Decreto Lei 6882. **Diário Oficial**. 19 de fevereiro de 1941. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Texto Integral. Publicação: Coleção Leis do Brasil. Disponível no site: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>> . Acesso em 08 de setembro de 2007.

6.5 – ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS:

Antonio Lino de Souza (Antonio dos Burros) – Rialma (GO) 30/08/2008

Edvaldo Nepomuceno (Dinda) – Rialma (GO) 04/09/2008

Eliza Fernandes Castro – Ceres (GO) 03/01/2002.

Floripes Souza Ortega – Ceres (GO) 02/01/2002

Gercides Rodrigues Schutz (Dona Didi) – Anápolis 13/10/2001

Horace Wilson Fite – Ceres (GO) 27/01/2002

Jacy Guimarães – Rialma (GO) 04/09/2008

Jair Dinoah de Araújo – Ceres (GO) 02/01/2002

Jonatas Carvalho (Seu Nato) – Ceres (GO) 29/01/2002

Jose Came lo Faria (Zé Cearense) – Rialma (GO) 30/08/2008

José Barbosa Teixeira – Rialma (GO) 30/08/2008

José Roberto Costa (Seu Deca) – Rialma (GO) 30/08/2008

Lenore Moore – Ceres (GO) 27/01/2002

Maria Marçal – Rialma (GO) 30/08/2008

Nelson Curado – Ceres (GO) 04/01/2002

Otto Schutz Filho – Anápolis (GO) 13/10/2001

Philemon Justiniano Ribeiro – Ceres (GO) 03/01/2002

Salle Ann Fite – Ceres (GO) 27/01/2002

Tarsila Barreto – Rialma (GO) 30/08/2008

Walter Marques Dourado – Ceres (GO) 02/01/2002

Wanda de Oliveira Dourado – Ceres (GO) 02/01/2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mario de. **Macunaíma**. Macunaíma: o herói sem nenhum caráter. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**. Brasília: EdUNB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ARGAN, Giulio Carlo. **Historia da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BORGES, Daniel Cabral. **Imagem e comunicação visual no discurso político da Era Vargas**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Artes e Design, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. Efeitos de lugar. IN: BOURDIEU, Pierre (org.) **A miséria do mundo**: com contribuição de A. Accado (et. al.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **A fabricação do rei**: a construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Jose Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. IN: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). **Relação cidade-campo**: Fronteiras, Goiânia: Ed. UFG, 2000.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora/Publifolha, 2000.

DaMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESTERCI, N. **O mito da democracia no país das bandeiras**. 1972. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, UFRJ, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidades e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, A. H; VELLOSO, M. P; PESAVENTO, S. J. (orgs.). **História e Linguagem**: texto, imagem, oralidade e representação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GAY, Peter. **O século de Schnitzler**. A formação da cultura da classe média. 1815-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos. Emblemas. Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEAL, Nair (org.). **Memórias e Depoimentos**. Goiânia: Gráfica e Editora América Ltda, 2008.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LOWELL, Joan. **Terra prometida**. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Coleção Paulística. Vol. XIII. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais**: cultura e poder. Brasília: IBRI, 2002.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEPOMUCENO, Edvaldo. **A gênese de Rialma em versos e prosa**. Goiânia: Kelps, 2007.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. (Org.). **Escrita, Linguagem, Objetos**. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Editora Alínea, 1999.

PITTA, Danielle Perin Rocha. **Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAYÃO, Léa. **Meu pai Bernardo Sayão**. 5ª ed. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1994

SCHWARTZMAN, Simon (et al). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra/ Fundação Getúlio Vargas, 2000.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: historia oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.).

Weber. Sociologia – grandes cientistas sociais. Coleção coordenada por Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 2003.